

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

ARLENE MARTINEZ RICOLDI

**Paraíba Mulher Macho: Gênero, Cultura e Política na Educação Jurídica
Popular em João Pessoa-PB**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2011

ARLENE MARTINEZ RICOLDI

**Paraíba Mulher Macho: Gênero, Cultura e Política na Educação Jurídica
Popular em João Pessoa-PB**

**Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Doutor em Sociologia**

Orientadora: Profa. Titular Eva Alterman Blay

De acordo: _____

São Paulo

2011

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Ricoldi, Arlene Martinez

Paraíba mulher macho: gênero, cultura e política na educação jurídica popular em João Pessoa-PB / Arlene Martinez Ricoldi ; orientadora Eva Alterman Blay. – São Paulo, 2011.

232 f. ; il.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. Movimentos sociais. 2. Mulheres. 3. Feminismo. 4. Direitos humanos. 5. Educação jurídica popular. I. Título. II. Blay, Eva Alterman.

RICOLDI, A. M. Paraíba Mulher Macho: Gênero, Cultura e Política na Educação Jurídica Popular em João Pessoa-PB. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

**A minha mãe, que sempre me apoiou.
A meu pai (*in memoriam*), que sempre incentivou que eu estudasse.**

Agradecimentos

Essa tese deveu muito a pessoas e instituições. Entre seus caminhos e descaminhos, pude contar com a solidariedade e o interesse por meu trabalho onde, por vezes, consideraria improvável. Outras vezes, contei com pessoas que sempre estiveram a meu lado.

Gostaria, antes de qualquer coisa, agradecer a minha orientadora, Profa. Titular Eva Alterman Blay, pela sua orientação cuidadosa e a disposição para a crítica, que sempre melhoraram sobremaneira meu trabalho.

À CAPES, pela bolsa de doutorado que permitiu que esse trabalho fosse feito.

Ao Departamento de Sociologia pela disponibilidade e vontade de auxiliar nosso trabalho, procurando sempre melhorar recursos e oferecimento de disciplinas.

Aos professores do departamento de Sociologia que acompanharam e ajudaram nesse percurso, em disciplinas e seminários: Sergio Adorno, Sergio Miceli, Nadya Guimarães e Helena Hirata, quando do seu período de professora visitante. Em especial às professoras Ângela Alonso e Heloísa Buarque de Almeida, com quem fiz disciplinas e com as quais pude obter valiosas indicações de bibliografia para este trabalho. Agradeço à colaboração e conversas preciosas da profa. Lourdes Bandeira e de Millie Thayer, que gentilmente aceitaram participar da banca do trabalho final.

Também tenho enormes dívidas de gratidão com as recentes colegas de trabalho da Fundação Carlos Chagas, na qual fui contratada logo após o término de minha bolsa: Albertina Costa, Sandra Unbehaum, e, em especial, Cristina Bruschini, com a qual pude escrever alguns trabalhos e compartilhar da sua rotina de pesquisa por valiosos anos. Aos também companheiros de sofrimento na dor do parto que é uma tese, Adriana Bauer e Nelson Gimenes, assim como demais colegas do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas que me acompanharam nos momentos finais da escrita, sempre de forma simpática e solidária.

Durante a pesquisa na Paraíba, fui sempre bem recebida e encontrei enorme colaboração em muitas pessoas. À agora amiga Silvana Nascimento, que me acolheu em sua casa para que eu pudesse fazer a pesquisa com os recursos curtos de uma bolsa de doutorado. A todos os funcionários da Fundação Margarida Maria Alves, que em diversos momentos generosamente colaboraram para que minha

pesquisa fosse realizada: Cândida, Marcina, Izabella, Andréia e Wellington (José Marcos), esse último me conduzindo pacientemente pelas reuniões da Rede de Juristas nos caminhos de João Pessoa, Bayeux e Santa Rita. Obrigada por me “agüentar”! A todos os Juristas que entrevistei e convivi, seja nas reuniões da Rede, seja nos encontros nacionais. Às organizações feministas e militantes dessas organizações que pude ter contato em João Pessoa, Centro da Mulher 8 de Março, Cunhã e Renasce Companheiras, que me forneceram um contexto valioso.

A todos os colegas do Seminário de Projetos, turma boa (Amélia, Anderson, Camila, Daniel, Eliane, Fabio, Flávio, Joana, Juliana, Liana, Lilian, Marta, Nair, Silvia, Stella, Zé César e Zil), na qual pude dar os primeiros passos para a reformulação do projeto, nas diversas conversas até altas horas da noite, após o seminário, entre confissões e piadas.

Por fim, a todos os amigos e colegas que compartilharam generosamente seu tempo e interesse pela minha pesquisa, com destaque para alguns, particularmente pacientes com o meu “momento tese”: Marilda, Alcilene e Simone. Wilson, colega e quase irmão, foi fundamental com suas conversas, críticas e, principalmente, indicações bibliográficas de “homem-índice” que é. Por fim, especialmente a Antonio Padre, que chegou na minha vida nos últimos meses e com sua escuta paciente, carinhosa e atenta, acompanhou minhas aflições e dúvidas, aliviando enormemente as angústias desse período sempre tão difícil. Você me fez querer terminar logo essa tese.

Resumo

RICOLDI, A. M. Paraíba Mulher Macho: Gênero, Cultura e Política na Educação Jurídica Popular em João Pessoa-PB. 2011. 232 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

O presente estudo teve como objetivo analisar as abordagens de gênero em experiências de Educação Jurídica Popular em João Pessoa-PB. Difundidos por todo o país, esses cursos de educação jurídica popular possuem experiências voltadas somente para mulheres (de orientação feminista) ou mistos (sob a perspectiva dos Direitos Humanos). Adotou-se a abordagem dos *frames*, concepção elaborada para dar conta dos aspectos culturais do ativismo político, por meio da sua delimitação - quadros interpretativos que sintetizam e condensam visões de mundo, orientando diagnósticos e prognósticos. Na análise dos movimentos sociais, auxiliam na análise da influência de valores e crenças no ativismo político. Os procedimentos metodológicos contaram com pesquisa bibliográfica e documental, pesquisa de campo e entrevistas semi-estruturadas. A tese percorreu três níveis de discurso: um mais geral, ligado à constituição do Nordeste como “terra de cabra macho” e da paraibanidade; os valores e missões enunciados pelas agências financiadoras de organizações de Direitos Humanos, que serviram para delimitar os *master frames* de Gênero e Direitos Humanos, assim como os *frames* da Fundação Margarida Maria Alves e do Centro da Mulher 8 de Março, ONGs que realizaram, respectivamente, o curso de Juristas Populares (para homens e mulheres) e o curso de Promotoras Populares de Cidadania (só para mulheres); e, por fim, um nível microdiscursivo, no qual a fonte de dados foram entrevistas com pessoas formadas pelo curso de Juristas Populares. A análise revela como Gênero pode ser utilizado de formas bastante diversas. No interior do *master frame* de Direitos Humanos, pode-se dizer que a preocupação é com a desigualdade social das mulheres pobres. Já no *master frame* de Gênero, o foco principal continua sendo as mulheres, porém, com a preocupação principal de provocar mudanças nos papéis tradicionais femininos. Nesse último, há lugar para questões como direito ao corpo e livre exercício da sexualidade.

Palavras-chave: 1. Movimentos sociais. 2. Mulheres. 3. Feminismo. 4. Direitos humanos. 5. Educação jurídica popular.

Abstract

RICOLDI, A. M. "Paraíba Mulher Macho": Gender, Culture and Politics in Legal Popular Education in João Pessoa -PB. 2011. 232 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

This study aimed to examine the approaches in gender discourse of Popular Legal Education in João Pessoa, Paraíba state. Disseminated throughout the country, these courses are geared only for women (feminist orientation) or to a mixed public (from the perspective of Human Rights). We adopted the approach of frames, concept which was elaborate to realize cultural aspects of political activism, through elaboration of interpretative frameworks that synthesize and condense worldviews guiding diagnostic and prognostic. In the analysis of social movements, it helps to analyze the influence of values and beliefs into political activism. The methodological procedures relied on bibliographic and documentary research, field research and semi-structured interviews. The thesis has undergone three levels of discourse: a more general, in the creation of the Northeast region as a virilised land by courageous men, as well as Paraíba state; the values and mission set forth by the funding agencies of human rights organizations, which served to delimit "Gender" and "Human Rights" as the master frames, as well as Margarida Maria Alves Foundation and Center for Women March 8 [Centro da Mulher 8 de Março] frames, NGOs who were, respectively, undertaken "Popular Jurists" courses (for men and women) and Popular Citizenship Promoters (only for women), and finally, a micro-discursive level, in which the data source was interviews with people trained by the course of Jurists rated. The analysis shows how gender can be used in very different ways. Inside human rights master frame, one can say that the concern is with the social inequality of poor women. In Gender master frame, the main focus remains women, however, with the main concern in bringing about changes in traditional roles for women. In the latter, there is place for such issues as right to free exercise of the body and sexuality.

Keywords: 1. Social movements. 2. Women. 3. Feminism. 4. Human Rights. 5. Popular Legal Education.

Lista de Siglas

AATR	Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
AMFV	Associação de Moradores de Forte Velho
ANPED	Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
CAFOD	Catholic Overseas Development Agency
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CECA	Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria
CEJIL	Centre for Justice and International Law
CENAP	Centro Nordestino de Animação Popular
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CLADEM	Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher
EJP	Educação Jurídica Popular
FERURB	Fórum Estadual de Reforma Urbana
FETAG	Federação dos Trabalhadores Agrícolas da Paraíba
FOCOEJ	Fórum de Controle Externo do Judiciário
GAJOP	Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares
GAPA-BA	Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS da Bahia
IHGP	Instituto Histórico Geográfico Paraibano
INTERPA	Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba
LGBTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travesti e Transsexuais
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MFA	Movimento Feminino pela Anistia
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos
MST	Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra
NDIHR/UFPB	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFPB
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PLP	Promotoras Legais Populares
PPGE-UFPB	Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB
SAMOPS	Sociedade de Assessoria aos Movimentos Populares
TMR	Teoria da Mobilização de Recursos
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais
TPP	Teoria do Processo Político
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UMSP	União de Mulheres do Município de São Paulo
Unesco	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.
Unifem	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

Lista de Ilustrações e Fotos

Ilustração 1 – Bandeira do estado da Paraíba.....	67
Ilustração 2 – Linha do Tempo (grupos de mulheres na Paraíba, por ano e quantidade).....	75
Ilustração 3 – Tira de humor	112
Ilustração 4 - Tira de humor	113
Ilustração 5 – Foto de casa do bairro José Américo.....	117
Ilustração 6 – Foto de rua do bairro Condomínio Mario Andreazza – Bayeux	118
Ilustração 7 – Foto de rua do bairro Condomínio Mario Andreazza, em Bayeux.	118
Ilustração 8 – Tira de humor	122
Ilustração 9 – Quadro de Juristas Populares formados de 2000 a 2003.....	126
Ilustração 10 – Foto de Rosângela Silva Santana, com publicação nas mãos.....	130
Ilustração 11 – Foto de Rosângela Silva Santana, à frente de cartaz da Coord. De Mulheres	130
Ilustração 12 – Logotipo do curso de Juristas Populares	131
Ilustração 13 – Quadro descritivo da turma de Juristas Populares de 2008.....	137

Sumário

Introdução	14
1. Antecedentes	16
1.1. O trabalho de mestrado	16
1.3. O problema social e o problema sociológico	23
1.4. Educação Jurídica Popular e Capacitação Legal a Mulheres	27
1.5. A Rede Nacional	32
1.6. Movimentos Sociais, o debate	38
1.6.1. O Conceito de <i>Frame</i> , alinhamento e processos de <i>framing</i>	47
2. Cenários	56
2.1. Nota metodológica sobre procedimentos de pesquisa	56
2.2. Nordeste, terra de cabra macho	59
2.2.1. Sobre a Paraíba e a paraibanidade	64
2.3. Localizando João Pessoa e arredores	69
2.3.1 Movimentos de mulheres/feministas em João Pessoa e Paraíba	71
2.3.2. A importância e o caráter da educação popular	77
3. Temáticas e ações	83
3.1. A Fundação Margarida Maria Alves e o curso de Juristas Populares	83
3.2. Direitos Humanos como <i>master frame</i>	85
3.3. A constante gênero	96
3.4. O <i>frame</i> de Direitos Humanos da Fundação Margarida Alves	102
3.5. Temas, injustiças e estratégias	109
3.5.1. Controle Social	111
3.5.2. Reforma Urbana e Direito à Moradia e Terra	114
3.5.3. Meio Ambiente	120
3.5.4. Gênero/Mulher	125
4. Gênero como <i>master frame</i>	142

4.1. O Centro da Mulher 8 de Março e as Promotoras Legais de Cidadania:.....	142
4.2. Gênero como <i>master frame</i>	146
4.3. Gênero no <i>frame</i> do Centro da Mulher 8 de Março	159
5. Atuação, valores e crenças dos Juristas Populares.....	166
5.1. A Rede Estadual de Juristas Populares na Paraíba.....	166
5.2. Perfil dos entrevistados.....	168
5.3. “Abrindo a cabeça” e retomando os estudos.....	170
5.4. A participação na Igreja Popular	176
5.5. “Direitos Humanos é tudo”	179
5.6. Meio ambiente	182
5.7. Gênero, feminismo e outras questões.....	186
Considerações Finais	200
Referências Bibliográficas.....	216
Apêndice – Quadro de Entrevistados.....	234

Introdução

A constituição desse trabalho seguiu, basicamente, minha linha de raciocínio sobre o tema escolhido. Depois dos redirecionamentos do trabalho, decidi focar o tema da Educação Jurídica Popular, que possui cursos mistos (para homens e mulheres) ou só para mulheres (também chamado de capacitação legal a mulheres). Esses cursos possuem congruências e divergências em relação a diversos pontos, mas ambos abordam e dão importância a questões de gênero. As diferentes abordagens de gênero, em especial, nos cursos mistos, provocaram minha curiosidade. A capital da Paraíba apresentou-se um caso digno de estudo, pois possuía um curso misto (Juristas Populares) e outro para mulheres (Promotoras Populares de Cidadania), implementados já há alguns anos. Tais cursos são realizados por organizações não governamentais que se consideram integrantes de movimentos sociais e neles atuam. Daí a escolha pela abordagem teórica e em especial, da noção de *frame* para tratar da questão. Esses pontos são explicados no capítulo 1.

Depois de escolher lugar tão distante de casa, era necessário alguma explicação e contextualização sobre o campo de João Pessoa e seu entorno. No capítulo 2, os procedimentos de pesquisa e algumas opções metodológicas, a construção histórica do Nordeste, o lugar da masculinidade e da virilidade na sua constituição e a inserção da Paraíba da região foram abordados. Também elencamos alguns dados descritivos sobre a capital João Pessoa e outras cidades que abordamos (Santa Rita e Bayeux). Dois itens examinam aspectos importantes na compreensão do campo: os movimentos de mulheres/feministas e o expressivo desenvolvimento da Educação Popular no estado.

Os capítulos seguintes tratam dos dados e informações coletados sobre o tema estudado. Os capítulos 3 e 4 tratam dos *master frames* que delimitamos: “Direitos Humanos” e “Gênero”, em torno das organizações que realizaram os cursos de Juristas Populares (Fundação Margarida Maria Alves/FMMA) e Promotoras Populares de Cidadania (Centro da Mulher 8 de Março). As fontes de dados de ambos foram entrevistas com organizadores, pesquisa nos sites de suas agências financiadoras e análise de material produzido por ambas organizações (boletins informativos, publicações, apostilas, etc).

O capítulo 5 ocupou-se, basicamente, de analisar as entrevistas que foram realizadas como Juristas Populares que se formaram em diversas turmas ao longo do curso. Em sua maioria, os entrevistados foram escolhidos nas reuniões de núcleos da Rede de Juristas Populares, das quais são ativos participantes. Nele, foram analisados aspectos comuns entre os relatos dos entrevistados, assim como suas posições a respeito de temas que podem ser relacionados a Gênero. Por fim, as Considerações Finais pretendem sumarizar os principais pontos da tese.

1. Antecedentes

1.1. O trabalho de mestrado

O problema desta pesquisa emerge desde a elaboração da minha dissertação de mestrado, cujo tema versava sobre Promotoras Legais Populares, um curso de educação popular realizado por uma organização não-governamental feminista de São Paulo, do qual só participam mulheres (RICOLDI, 2005). Além de meu envolvimento pessoal na iniciativa, havia a curiosidade sobre a constituição do curso, que parecia ir muito além de uma mera “transmissão de conhecimento”. O curso parecia “fazer a cabeça” das mulheres que o concluíam, que chegavam ao seu final entre agradecidas e emocionadas, não raro se dizendo “fortalecidas” ou “empoderadas”.

Meu envolvimento com essa iniciativa vem desde o ano 2000, quando frequentei as suas aulas durante todo um curso. O projeto de mestrado foi apresentado no processo seletivo de 2002, para ingresso no ano seguinte, quando foi aprovado. O trabalho final, depositado em 2005, deu conta dos seguintes aspectos: a origem do formato de “capacitação legal” (ou “*legal literacy*”) que moldou o curso de Promotoras Legais Populares promovido pela ONG feminista UMSP/União de Mulheres de São Paulo, assim como a trajetória dessa última desde sua fundação, em 1981, até as vésperas da adoção do curso de Promotoras como estratégia de ação. Narrou o início do curso em São Paulo, cuja preparação foi feita em um Seminário Nacional de Capacitação Legal, realizado pela UMSP e pela Themis¹, com representantes de organizações de várias partes do país, em 1994; um pequeno histórico da ONG Themis e suas capacitações; um histórico das turmas² de *Promotoras* em São Paulo, suas mudanças de currículo e de estratégias; e, por fim, a descrição mais aprofundada de como é a dinâmica das aulas e de alguns dos conflitos que emergem entre as alunas, professores e organizadoras.

O que encontrei nessa pesquisa foi uma trajetória de encontros entre pessoas e organizações que se associaram, fazendo alianças que implicavam

¹ A ONG Themis, sediada em Porto Alegre/RS, é uma importante disseminadora do formato por todo o país, desde essa data. Realizou vários cursos, além de treinamentos de diversas outras ONGs, feministas ou não. Pelo seu trabalho, é uma referência no campo das ONGs de defesa dos direitos humanos das mulheres, tendo recebido diversos prêmios, como o Prêmio USP de Direitos Humanos.

² O curso é realizado anualmente desde 1995, e já se encontra na 17ª turma.

Capítulo 1

em apoio, parceria e colaboração para que o curso fosse levado a cabo. Seu sucesso³ relativo era a resultante de caminhos experimentados para sustentar a luta política dos grupos envolvidos na iniciativa, que poderia ser genericamente chamada de “Direitos Humanos”, em especial, “Direitos Humanos das Mulheres”. O recorte de conteúdo dado ao curso pelas entidades organizadoras inclui noções de “gênero e feminismo”, para depois discutir Direito Constitucional Brasileiro, Direito civil, de Família, ou questões que se entendem estar relacionadas ao feminismo, como o debate da discriminação étnico-racial, violência contra a mulher, saúde da mulher negra, direitos sexuais e reprodutivos, entre outras. A programação considera tanto a agenda feminista “clássica”⁴, como as alianças empreendidas entre os grupos, cuja organização responsável pela execução da iniciativa providencia desde o local, a distribuição de lanche e o material necessário até a coordenação das atividades (aulas, oficinas e estágios) e conteúdos apresentados.

Essa iniciativa, no entanto, não era uma idéia totalmente original, mas ganhou contornos próprios no Brasil. Diversos cursos da chamada “capacitação legal a mulheres” já eram feitos por toda a América Latina, com subsídios da organização não-governamental CLADEM/Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher⁵. O formato de cursos de capacitação legal (*capacitación legal*, nome dado pela publicação organizada pelo CLADEM, 1991) ou “alfabetização legal” (*legal literacy*, nome atribuído pela publicação organizada por grupo ligado ao Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher/Unifem (SCHULER,

³ Sei que é difícil definir o que possa ser “bem-sucedido”, mas considero pelo menos três fatores principais: 1) a realização do curso durante dezesseis anos, ininterruptamente, desde 1994 até o presente; 2) a intensa procura todos os anos, com oscilações para cima e para baixo, mas com inscrições sempre excedendo o número de vagas; 3) a decisão, entre as organizações coordenadoras, no sentido de o continuar organizando, apesar das dificuldades enfrentadas (financiamento, recursos humanos), o que era fruto de uma avaliação positiva de seus resultados para as organizações envolvidas.

⁴ Refiro-me a datas nas quais usualmente há o planejamento de algum tipo de ação por organizações feministas: o Dia Internacional da Mulher (8 de março); Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina (28 de setembro); e o período dos Dezesesseis Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher (entre 20 de novembro a 10 de dezembro), entre outras.

⁵ O Cladem é uma organização não-governamental, de evidente âmbito continental, que nasceu como resultado das discussões de advogadas ativistas presentes ao fórum “Mulher, Direito e Desenvolvimento” (Women, Law and Development) da 3ª Conferência Mundial da Mulher, de 1985, em Nairóbi (Quênia).

Capítulo 1

KADIRGAMAR-RAJASINGHAM, 1992) tem basicamente a mesma inspiração e origem, conclusão decorrente da análise dos textos das duas publicações⁶.

As experiências de capacitação legal relatadas nas duas publicações reconhecem três grandes fontes teórico-metodológicas: Educação Popular, Direito Alternativo e Feminismo. Educação popular, nesse contexto, é entendida como uma forma de educação transformadora, com metodologias participativas, nas quais o educador deve distanciar-se da figura autoritária do professor, que tudo sabe. O educador é visto como um facilitador do aprendizado, que também aprende com os educandos, numa experiência transformadora para ambos. Sua inspiração é, evidentemente, a pedagogia de Paulo Freire. O feminismo, como pensamento ou ideologia⁷ é algo de difícil apreensão. Nessa formulação, a referência é à existência de assimetrias e desigualdades sociais que atingem as mulheres historicamente e que estão presentes em diversas sociedades. O Direito, juntamente com outras instituições sociais, é um dos instrumentos de perpetuação dessas desigualdades. Este último, porém, é visto como a expressão codificada das atitudes culturais sobre as desigualdades de homens e mulheres. Segundo as autoras, essa concepção foi incorporada pelo movimento feminista, em especial aquelas que lidam com o mundo jurídico, que começam a encarar o Direito como uma arena de disputa.

Desse modo, a corrente do Direito Alternativo, também de difícil delimitação, surge como uma forte influência na definição das perspectivas jurídicas dos cursos. Essa abordagem crítica ao Direito Positivo acredita, entre outras coisas que não basta somente difundir direitos adquiridos, ou torná-los efetivos, mas transformá-los, em um processo “de baixo para cima”, inclusive por meio dos parâmetros culturais que conformam as leis. Ao mesmo tempo, é preciso democratizar o acesso à Justiça, tanto aos tribunais como à sua formulação, tornando-a relevante no cotidiano das pessoas.

⁶ A publicação do CLADEM, porém, restringe-se a relatos sobre experiências da América Latina, enquanto a publicação editada pela Unifem abrange experiências em países da América Latina, África, Ásia e Oceania, além de empreender um esforço de síntese teórico-metodológica da *legal literacy*. Ver Ricoldi (2005), Capítulo 2.

⁷ Estamos utilizando “ideologia”, nesse trabalho, no sentido fraco, como conjunto de idéias (STOPPINO, 1993)

Capítulo 1

A definição de *legal literacy*⁸ é “o processo de adquirir consciência crítica sobre direitos e leis, a habilidade de afirmar direitos e a capacidade de mobilizar para mudança”⁹ (SCHULER, KADIRGAMAR-RAJASINGHAM, 1992, p. 47). A “alfabetização legal”, porém, não se resume aos cursos de capacitação, mas pode abranger várias formas de mídia, cursos pontuais, seminários, campanhas etc, procurando incorporar os diversos instrumentos de uma estratégia ampla de transformação social. Visa não somente a transmissão de informações jurídicas a respeito de direitos, mas também o desenvolvimento de habilidades cognitivas e políticas, sendo parte integrante de uma luta política mais abrangente por justiça. A formação de paralegais comunitárias (*community based-paralegals*) é apenas uma dessas estratégias.

Em maio de 1992, durante um seminário internacional promovido no Brasil, oferecido a ativistas brasileiras (quase todas advogadas), houve interesse em reproduzir o curso aqui. Desde então, o modelo tem sido difundido pelo país. Em meu trabalho de mestrado, o foco foi sobre a experiência paulista, com referências ao trabalho da ONG Themis em Porto Alegre, ambas experiências que resultaram diretamente do seminário de 1992 do CLADEM.

O curso de Promotoras Legais Populares mostrou-se, na pesquisa, uma estratégia que mobilizava mulheres, algumas sem nenhuma experiência política, para atuar em uma série de espaços públicos, desde conselhos até a luta por melhores serviços em seus bairros. Temas como violência, trabalho e sexualidade pareciam remeter a uma experiência comum na vida das mulheres, que as mobilizavam para a luta. Porém, ser uma “promotora legal popular” lhes dava algo a mais: um “empoderamento”¹⁰, uma percepção de capacidade para a ação, que parecia despertada ou adquirida durante o curso.

⁸ Apesar de não haver uma definição aprofundada por parte da publicação do Cladem, é perceptível que os grupos que escrevem os artigos de uma e outra coletânea estiveram em contato (no Fórum Mulher, Direito e Desenvolvimento, na 3ª Conferência Mundial da Mulher, em Nairóbi). Pertencem, portanto, a redes sociais internacionais comuns de ativismo, cujas idéias circulam entre as participantes; entre as experiências, ambas publicações apresentam artigo sobre a experiência da ONG Peru Mujer.

⁹ “process of acquiring critical awareness about rights and the law, the ability to assert rights, and the capacity to mobilize for change”.

¹⁰ Ainda que o Tesouro para Estudos de Gênero afirme não existir equivalente em português consagrado, a palavra “empoderamento” tem sido utilizada como sua tradução. O Tesouro o define como “o processo

Capítulo 1

O trabalho realizado no mestrado levou a questionamentos sobre as relações entre as lutas¹¹ empreendidas pelos movimentos feministas, o processo de democratização e estratégias de educação popular. A idéia do projeto de doutorado era investigar iniciativas diversas, realizadas por algumas organizações feministas que tivessem a educação popular no centro de suas estratégias. Porém, o aprofundamento das leituras levou a pesquisa para outro rumo, mais próximo do ponto de início da minha trajetória como pesquisadora: os cursos de educação jurídica popular.

1.2. O projeto de doutorado – idas e vindas

O ingresso ao programa de doutorado em Sociologia se deu no ano de 2007, com o projeto “Questões de Gênero, Democracia e Educação Popular no projeto político feminista”, que tinha o propósito de relacionar iniciativas de educação popular feminista a questões e lutas por democracia. A questão-problema era: Há um projeto político feminista para a democracia? Pretendia-se considerar, entre outras, leituras que tratavam a noção de “projeto político” e “disputa política” na América Latina (DAGNINO, OLVERA, PANFICHI, 2006). A realização de disciplinas e o Seminário de Projetos aos poucos mostravam a dificuldade de realizar uma pesquisa como essa no âmbito de um doutorado.

Uma apresentação do projeto em encontro acadêmico especializado (Seminário Internacional “Fazendo Gênero 8”¹²) foi decisiva para a mudança do foco do projeto. Inicialmente, a pesquisa se ocuparia de iniciativas de educação popular, de cinco ONGs feministas, duas localizadas em São Paulo, duas no Rio de Janeiro e uma em Recife. Porém, o campo das ONGs feministas é heterogêneo, as iniciativas de educação popular feministas são diversificadas

de fortalecimento político das mulheres obtido através de múltiplas ações de ordem legal, econômica, cultural e psicológica” (BRUSCHINI ET AL., 1998, p.71).

¹¹ Neste trabalho, utilizaremos frequentemente as palavras “lutas” e “conflitos” sociais. Entendemos que as “lutas” são processos de maior extensão no tempo, com o objetivo de conquistar um determinado direito ou alcançar determinado objetivo: a luta pelo aborto; a luta pela moradia. Um movimento social pode ter diversas lutas, portanto. Já “conflito” será entendido como um episódio localizado no tempo, que pode se estender, mas que teve um início, atingindo um grupo delimitado de pessoas: um conflito de terra numa comunidade específica; a reivindicação de aumento salarial de uma categoria, em um determinado ano.

¹² O “Fazendo Gênero”, como denuncia seu nome, é um encontro interdisciplinar sobre estudos da área de Gênero, que ocorre de dois em dois anos desde 1994 na UFSC/Universidade Federal de Santa Catarina. Esse evento cresce edição após edição, contando com mais de 70 simpósios temáticos.

Capítulo 1

em forma, tema, conteúdo, metodologia e ministradas de forma irregular; não havia um critério suficientemente adequado para escolha entre as organizações. Essa apresentação e outras “conversas” com pesquisadores da área (de gênero e das ciências sociais), com diferentes graus de formalidade, mostraram-me tanto que o conhecimento sobre esses cursos é disseminado e como é crescente o interesse sobre Promotoras Legais Populares e similares. Paradoxalmente, são pouquíssimos os trabalhos acadêmicos sobre o assunto. Como o meu trabalho de mestrado, são geralmente estudos de caso, em diferentes áreas do conhecimento (BONNETTI, 2000; PARLOW, 2000; ROCHA, 2005, OLIVEIRA, 2006), além de uma miríade de trabalhos apresentados em encontros, na sua maioria, relatos de experiências de profissionais e estudantes envolvidos com alguma forma de educação e assessoria jurídica popular (LIMA, 2008; PEREIRA, ROCHA, LOUREIRO, 2005; RIBAS, 2008, entre outros).

O interesse e sua rápida difusão pela América Latina poderiam ser compreendidos se levarmos em consideração que vários países do continente estavam passando por períodos de transição democrática, elaborando novas constituições e instaurando novas ordens políticas, tentando deixar para trás seus regimes autoritários. Difundir uma cultura de respeito às leis do novo Estado Democrático de Direito era o desejo de muitos militantes que lutaram contra esses regimes, e uma necessidade para a consolidação dessas jovens democracias, para evitar possíveis retrocessos. O cotidiano de atendimento e orientação jurídica aos *hipossuficientes*¹³ levou diversos operadores do Direito¹⁴ à percepção de que, mais que advogados, essas pessoas precisavam de informação (ou educação em direitos, numa perspectiva mais ampla), pois a maior parte de seus problemas poderia ser resolvida sem o recurso ao processo judicial, muitas vezes se recorrendo a trâmites administrativos simples.

Assim, ao lado das iniciativas de capacitação legal a mulheres, outras iniciativas foram empreendidas, de caráter misto, isto é, oferecidas a homens e

¹³ Termo jurídico que designa aqueles que não são auto-suficientes do ponto de vista financeiro.

¹⁴ Termo genérico para se referir aos diversos profissionais com formação em direito: advogados, delegados, procuradores públicos, promotores de justiça, juízes e etc.

Capítulo 1

mulheres e sem a perspectiva de gênero como espinha dorsal. No Brasil, essas iniciativas têm sido denominadas por aqueles que as empreendem (organizações não-governamentais) de *Educação Jurídica Popular/EJP*¹⁵. Diversos relatos (citados anteriormente e também Engelmann, 2006) sobre os cursos apontam para a sua origem em assessorias jurídicas de universidades, apoiadas por entidades estudantis de faculdades de Direito, ou mesmo em Centros de Defesa de Direitos Humanos, não raro ligados à Igreja Católica que desempenha um importante papel nesse sentido, desde o período da ditadura militar.

Os cursos mistos de educação jurídica popular partem do mesmo princípio de acesso desigual à justiça, porém, com uma perspectiva que poderíamos dizer, grosso modo, de “classe”, como se ouve em algumas falas de pessoas associadas à iniciativa. Na verdade, trata-se de uma idéia de “classe popular”, ou “povo”, que sem pertencer às “classes dominantes” ou à “elite”, ou mesmo, “os ricos”, tem dificuldade de fazer justiça em seu nome, nas arenas jurídicas. Operadores do Direito envolvidos com direitos humanos acumularam conhecimento sobre os diversos caminhos que os processos percorrem, que podem ser desde estratégias protelatórias¹⁶, até a pressão política para “engavetamentos” em julgamento de questões que envolvem “poderosos”.

De fato, os discursos formulados pelos cursos de capacitação legal a mulheres e de EJP não são díspares. Ao contrário, possuem pontos comuns, pois, no primeiro caso, as mulheres pobres são privilegiadas (mas não são o público exclusivo atingido em todas as iniciativas) e, no outro, homens e mulheres das camadas mais pobres são considerados. Um enfatiza uma questão de gênero, outro, de classe. O adjetivo “popular”¹⁷, que muito circula nessas denominações dos cursos, remete tanto à sua fundamentação

¹⁵ “Educação jurídica popular” e “capacitação legal a mulheres” foram utilizados para designar, respectivamente, os cursos mistos e os voltados somente para mulheres. De dois anos para cá, o segundo termo tem deixado de ser utilizado em favor do primeiro, aparentemente por ser uma designação mais ampla, que englobaria todas as iniciativas.

¹⁶ O que significaria, para esses profissionais, estratégias jurídicas, em geral de cunho técnico, comumente utilizadas para adiar decisões judiciais, o que exige tempo e dinheiro.

¹⁷ Nem todos os cursos possuem o termo “popular” em suas denominações. Um exemplo é o curso de “Juristas Leigos” da AATR/Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais/Bahia, embora isso não signifique não utilizar esse termo em outros momentos.

Capítulo 1

metodológica, a educação popular, quanto ao seu suposto público, o “povo”, ou as “classes populares”.

Por fim, a minha participação¹⁸ em eventos nacionais que visavam a formação de uma Rede Nacional de Educação Jurídica Popular, englobando organizações e cursistas¹⁹ das capacitações, sejam para mulheres ou mistos (homens e mulheres), mostrou-me a dimensão que essas iniciativas começavam a ter, além de propiciar o contato necessário com organizações de diversas regiões do país, levando-me a reformular o projeto de pesquisa inicial.

1.3. O problema social e o problema sociológico

O fenômeno da Educação Jurídica Popular, no Brasil, ganha impulso no período pós-Constituição de 1988, quando uma nova ordem legal se iniciava. O ativismo em torno à questão do acesso à Justiça pode ser *grosso modo* resumido às iniciativas de organizações ligadas à defesa dos direitos humanos. Muitas delas, por iniciativa própria ou por conhecer outras experiências, realizaram ou realizam seus cursos de educação jurídica popular. O interesse nesses cursos cresce por parte do público alvo (alta procura de vagas), assim como o interesse de ONGs em realizá-los (que buscam a expertise de organizações mais experientes), e do poder público, em especial aqueles órgãos ligados ao Judiciário, como as Defensorias Públicas. Não é raro, inclusive, no caso do poder público, o estabelecimento de parcerias no sentido de estimular e apoiar essas iniciativas, ou até mesmo, realizar cursos semelhantes²⁰, com o intuito de facilitar seu próprio trabalho. Essa figura do *parajurídico*, que procura facilitar os trâmites judiciais, orientando e esclarecendo questões jurídicas, já estava presente no clássico *Acesso à Justiça*, de Cappeletti e Garth (1995). A ampliação do acesso à justiça via parajurídicos é bem vista aos olhos de alguns agentes do poder público, que

¹⁸ Minha participação resultou diretamente do meu envolvimento com as Promotoras Legais Populares e com a União de Mulheres de São Paulo, além de ter realizado pesquisa de mestrado sobre o curso. Assim, fui indicada sua representante em algumas ocasiões.

¹⁹ Assim algumas organizações se referem aos egressos dos cursos e que os estão freqüentando, rejeitando a condição de “alunos”, seguindo certamente orientação freireana sobre isso. Paulo Freire, no entanto, utiliza o termo “educando”.

²⁰ Um exemplo é a recente Defensoria Pública de São Paulo, que apóia o curso de Promotoras Legais Populares, da ONG União de Mulheres de São Paulo e acaba de organizar o curso de “Defensores Populares”, em moldes semelhantes, oferecido a homens e mulheres.

Capítulo 1

enxergam nesses uma forma barata de desafogar o Judiciário de processos que poderiam ser resolvidos pela via administrativa ou mediação de conflitos, sem falar na mera transmissão de informações básicas a respeito do funcionamento da máquina pública. Por outro lado, a iniciativa de formação de parajurídicos por organizações não-governamentais pode enfrentar resistências quando se opõe a interesses de certos grupos. Assim ocorreu, por exemplo, em Santo André, cidade da Grande São Paulo, que sofreu acusação de “captação de clientela” por parte da OAB daquela cidade²¹.

Há que se dizer, portanto, que esses cursos mobilizam conjuntos de diretrizes políticas diversas, o que irá influenciar a maneira como os cursos são realizados. As organizações que mobilizam essas diretrizes, cujos cursos são parte de suas estratégias de ação, procuram influenciar uma política de acesso à Justiça, e, em especial, uma política de formação em direitos humanos em nível nacional.

Recentemente, houve a elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, pelo Ministério da Educação, no qual se coloca a necessidade de incentivo a cursos de educação popular em direitos humanos. Por outro lado, há projetos de lei sobre a criação de “agentes comunitários de justiça” ou “agentes comunitários de Direito”²², item importante na agenda da reforma do Judiciário. Nele, se supõe uma responsabilização do Estado na sua criação, seja na formação, seja na remuneração, o que projeta nas propostas, a profissionalização de paralegais.

No processo de formulação da Rede Nacional de Educação Jurídica Popular (ainda não inteiramente concluída), diversas idéias foram discutidas, entre elas a necessidade e a importância da Rede, seus objetivos e ações. Nesse processo, também se discutiu uma possível reivindicação da profissionalização, nos moldes de um agente comunitário. O fato de duas correntes importantes se articularem nesse processo, a “capacitação legal a

²¹ Sobre isso, ver Ricoldi (2005), Capítulo 4, item 4.

²² Há uma sugestão de projeto SUG-167/2009 para criação do PRONAJURCI (Programa Nacional de Assistência Jurídica com Cidadania) que instituiria, entre outras funções, a do Agente Comunitário de Justiça; há também indicação de projeto, IND-1626/2007, para a criação do cargo Agente Comunitário de Direito por concurso público. Ambas as proposições foram apresentadas pelo Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul, que vem sugerindo frequentemente projetos de lei nesse sentido, cf. transcrição de audiência pública 01/12/2009. Essas propostas, no entanto, vem sendo seguidamente rejeitadas.

Capítulo 1

mulheres” e a “educação jurídica popular”, indica importantes pistas sobre a formação dessa Rede. A formulação da questão de gênero no interior dessas correntes, portanto, mostra-se fundamental para indicar as suas diferenças ideológicas, o que se reflete na formulação de estratégias e ações.

Passamos, portanto, ao problema sociológico. “Gênero”, como se sabe, é uma categoria analítica gestada na academia, primordialmente por pesquisadoras feministas. Não nasce, portanto, despolitizada, mas sob uma forte perspectiva epistemológica feminista, crítica de uma visão androcêntrica de ciência. Porém, ao ampliar o leque dos estudos sobre mulheres para os estudos sobre gênero (o que muitos entenderam simplesmente por “incluir o homem” nos estudos que antes tratavam exclusivamente das mulheres), ampliou-se também a base de pesquisadores que se dedicaram ao assunto, sem que necessariamente, se filiassem ao feminismo.

Essa ampliação deu-se também do lado de fora da academia: o arsenal técnico das organizações feministas, dos organismos internacionais, da ONU e das agências de financiamento logo incorporaram o vocabulário, fazendo com que as questões relacionadas às mulheres, em especial, mas, posteriormente, todas aquelas concernentes à sexualidade, fossem enquadradas na rubrica “gênero”. Rapidamente, “gênero” se espalhou nas plataformas de políticos, sindicatos, nas agendas dos gestores públicos e no trabalho de ativismo das mais diversas organizações não-governamentais (sejam ou não feministas).

Assim, o termo “gênero” acaba por deslocar-se de um território específico para tornar-se um *frame*, uma generalização que aciona um conjunto de ações e significados construídos socialmente. A formação da Rede Nacional de EJP tornou-se um exemplo de como isso pode acontecer: ali, ninguém lhe negava a importância, mas, era visível a diferença de como cada um “operacionalizava” gênero nas suas ações. Na impossibilidade de acompanhar melhor a formação da Rede, que, afinal, ainda se constrói e depende de fundos para promover seus encontros, a alternativa era examinar alguns atores fundamentais nesse processo.

Assim, cheguei ao desenvolvimento da EJP em João Pessoa. Primeiramente, pensando em pesquisar as iniciativas dos Juristas Populares

Capítulo 1

(Fundação Margarida Maria Alves/FMMA) e dos Juristas Leigos (AATR²³), fui demovida da tentativa pela banca de qualificação, que percebeu que a empreitada se afigurava maior do que os recursos de uma pesquisa de doutorado permitiriam. Todavia, o caso da Grande João Pessoa parecia ser interessante, sob dois aspectos: 1) havia um curso de EJP misto, desde 1999, influenciado tanto pela EJP (cuja influência se deu via AATR/BA) quanto pela capacitação legal a mulheres (via Themis); 2) havia outra organização, feminista (Centro da Mulher 8 de Março), que empreendera o curso de Promotoras Legais de Cidadania, exclusivamente para mulheres (sob influência da capacitação legal a mulheres). A análise dessas iniciativas poderia elucidar aspectos da operacionalização de gênero nas suas práticas de formação e ativismo, assim como ocorre em outras formas de ativismo. Essa questão é nova, mas já começa a ser debatida, como um elemento de análise, isto é, as diversas formas de estudar aspectos ligados a gênero na compreensão de movimentos sociais, conformando as formas de recrutamento, mobilização e protesto (EINWOHNER, HOLLANDER, OLSON, 2000), por exemplo. Nesse sentido, as ações de um movimento social podem ser interpretadas sob a luz de idéias culturais sobre feminilidade e masculinidade (EINWOHNER, HOLLANDER, OLSON, 2000, p. 681). Podemos citar como exemplo disso, a politização da maternidade e dos papéis femininos, o Movimento Feminino Pela Anistia e os movimentos sociais urbanos do fim da década de 1970, no Brasil e o movimento das Mães da Praça de Maio, na Argentina.

Convencida do caso exemplar de João Pessoa, passei a me concentrar em estudá-lo, sob a perspectiva acima descrita. Em trabalho de campo na cidade de João Pessoa, Santa Rita e Bayeux, na região metropolitana, procurei entrevistar os responsáveis pelas iniciativas de EJP, os ex-cursistas, conversei com militantes feministas, participei de reuniões dos núcleos de juristas, além de realizar pesquisa documental e bibliográfica sobre o assunto.

²³ Associação de caráter classista de abrangência estadual na Bahia, vem atuando em conflitos agrários desde o início da década de 1980. A partir de 1992, realiza cursos de educação jurídica popular, os “Juristas Leigos”. Foi uma das influências na elaboração das linhas do curso da FMMA.

1.4. Educação Jurídica Popular e Capacitação Legal a Mulheres

Parece-nos importante, neste ponto, estabelecer uma comparação entre a “educação jurídica popular” e a “capacitação legal” de orientação feminista. Vamos tratá-las como duas experiências ligadas a *frames* particulares (Direitos Humanos e Gênero) que vinham sendo elaboradas de maneira paralela e separada e que, por questões de aliança política, se aproximaram a ponto de sofrerem atualmente um processo de aglutinação (que resulta na Rede Nacional de Educação Jurídica Popular, onde o termo “capacitação legal” desaparece).

A noção de educação jurídica popular é encontrada em diversos trabalhos e documentos. Tive meu primeiro contato no Encontro Nacional de Experiências em Educação Jurídica Popular (2006), em João Pessoa/PB. Nesse encontro, não eram feitas distinções substanciais entre as duas formas que diferencio aqui, mas somente a apresentação das iniciativas, umas voltadas somente para mulheres e outras para homens e mulheres juntos. Porém, me chamou a atenção o fato de que, após trabalhar durante alguns anos com os cursos de “Promotoras Legais Populares”, com uma vasta documentação produzida pelas organizações (na forma de boletins, apostilas e materiais didáticos) e pesquisa de campo e entrevistas com as organizadoras do curso, em São Paulo e em Porto Alegre, não tenha ouvido a expressão “educação jurídica popular”. Ao contrário, era sempre “capacitação legal a mulheres” [ou *capacitación legal a mujeres*] ou *legal literacy*.

Quando reoriento o foco desta pesquisa, encontro diversos trabalhos²⁴ que fazem menção somente à expressão “educação jurídica popular”. As referências que informam esses trabalhos são muito diferentes daquelas que informam os materiais da capacitação legal feminista, recorrendo com mais ênfase ao Direito Alternativo e a questões concernentes a um ativismo jurídico, ainda que façam referência, às vezes de forma ligeira, às discriminações de gênero (assim como de raça, classe e outras).

²⁴ Como já ressalté anteriormente, a maioria desses trabalhos são artigos apresentados em encontros, grande parte deles, relatos de experiências de profissionais e estudantes envolvidos com alguma forma de educação popular, desenvolvida de forma concomitante a algum tipo de assessoria jurídica, denominada, não raro, “popular”. Ver item 1.2 deste capítulo.

Capítulo 1

A advocacia de causas coletivas ou *cause lawyering* mostrou-se um bom ponto de partida para o esclarecimento da constituição dos cursos de educação popular de conteúdo jurídico, na América Latina e em especial no Brasil. Esses cursos envolvem, como já dissemos, a educação popular de inspiração freireana e o ativismo jurídico, frequentemente inspirados em correntes do chamado Direito Alternativo. Seus objetivos compreendem uma mudança social em favor dos mais pobres (o “povo”, ou as “camadas populares”), por meio não só de uma assessoria jurídica a esses, mas, particularmente, no desenvolvimento de capacidades cognitivas e políticas, para compreensão da realidade, “conscientização” (no sentido freireano) e mobilização para a ação. Os paralegais são o formato mais acabado desse ativismo jurídico, pois se trata de leigos juridicamente informados que atuam politicamente.

A chamada “educação jurídica popular”, nos diversos trabalhos pesquisados, geralmente estão ligadas a algum tipo de assessoria jurídica popular, isto é, serviços de atendimento jurídico, constituídos por advogados e estudantes de Direito, para a defesa e orientação legal das camadas mais pobres, com ênfase nas causas coletivas. Nesse trabalho, o contato estabelecido revela a carência de informação e a dificuldade dessas pessoas compreenderem que são titulares de direitos; os serviços são vistos como forma de ativismo pelos operadores do direito e demais profissionais envolvidos; tudo isso conduzindo a uma proposta formativa de “transformação social”, na qual a metodologia da educação popular, muito difundida pela Igreja Católica, se adequou perfeitamente aos objetivos e orientações ideológicas.

A capacitação legal (ou *legal literacy*) é um conceito desenvolvido particularmente em duas publicações (CLADEM, 1991 e SCHULER, KADIRGAMAR-RAJASINGHAM, 1992). Trata-se, fundamentalmente, do mesmo conceito, o que se pode verificar não pelas suas definições, sua constituição teórico metodológica, como também pela referência a fóruns internacionais comuns de formulação do conceito (*Women, Law and Development* e a Conferência Mundial da Mulher de Nairóbi). Por toda a América Latina, existem cursos voltados à formação e mobilização de paralegais, com denominações semelhantes, como orientadoras jurídicas populares ou *consejeras legales populares* (CLADEM, 1991).

Capítulo 1

Na América Latina, a disseminação do formato esteve associada ao Comitê Latino- Americano em Defesa da Mulher – CLADEM, organização com sub-sedes em vários países, formada por advogadas ativistas feministas, surgida em meio aos trabalhos da Conferência Mundial da Mulher de Nairóbi (1985). Quando surgiram, entretanto, os cursos não tinham nem o formato nem os objetivos atuais. Em muitos casos, conforme relatado na publicação da organização sobre capacitação legal a mulheres (CLADEM, 1991), as organizações feministas promoviam suas ações de atendimento a mulheres e aquelas que eram advogadas prestavam assistência jurídica, de forma semelhante aos cursos de EJP já descritos. O total desconhecimento, por grande parte das mulheres, dos direitos já garantidos na legislação (como separação e guarda dos filhos) foi uma das principais motivações para a organização dos primeiros *talleres* (oficinas) e cursos para informar mulheres sobre leis. Porém, algumas vezes também incluía homens e mulheres, já que alguns direitos, tais como os direitos trabalhistas, eram ignorados também por eles. Gradualmente, foram sendo elaboradas as bases para os cursos de capacitação legal a mulheres.

Uma das particularidades da capacitação legal feminista é de ser voltada para um público exclusivamente de mulheres, diferentemente das formas mistas de educação jurídica popular. Essas últimas geralmente estão ligadas a assessorias jurídicas populares e a universidades ou sindicatos, enquanto a capacitação legal relaciona-se com as práticas históricas dos movimentos feministas, pelo menos, no que tange à América Latina. A capacitação legal feminista também desenvolve, do ponto de vista da crítica ao Direito, uma leitura particular. Sua perspectiva dialoga com o Direito alternativo, criticando não somente o “capitalismo”, mas também o “patriarcalismo” do Direito Positivo.

Na década de 1980, vários países da América Latina passaram por profundas crises econômicas, juntamente com processos de transição democrática. No Brasil, os contextos internacional e nacional impulsionavam a criação de grupos e organizações feministas. Do ponto de vista das influências externas, a Década da Mulher da ONU (1975-1985) foi um incentivo e uma oportunidade para debates públicos sobre a condição feminina. Internamente, a

Capítulo 1

efervescência da abertura política, o surgimento dos chamados movimentos sociais urbanos (movimentos por creches, melhorias urbanas, luta contra carestia), dos quais grande parte de seus constituintes eram mulheres, e a aproximação desses com feministas que se articulavam em grupos de auto-consciência, influenciadas pelas vivências de diversas ativistas que retornavam do exílio trazendo na bagagem o feminismo europeu e norte-americano (GOLDBERG, 1989; PINTO, 2003; TELES, 1993;). Nesse contexto, surgem muitas organizações feministas (ou entidades, como eram chamadas), que se voltaram para o atendimento de mulheres vítimas de violência²⁵, como os “S.O.S. Mulher” (PONTES, 1986; GREGORI, 1988).

Do trabalho cotidiano com essas mulheres (muitas vezes chamadas “populares”), é que surgem iniciativas de cursos, palestras e oficinas de “conscientização” sobre direitos, que já aconteciam, de forma geral, nas organizações feministas. As advogadas ativistas (mas também outras profissionais que atuavam conjuntamente nas organizações, tais como psicólogas, assistentes sociais, sociólogas...) percebem que essas mulheres pouco sabem sobre direitos a respeito de divórcio e dos procedimentos para custódia dos filhos e pensão alimentícia em caso de separação. O receio de perder a guarda das crianças ou de não ter meios de sobreviver ao separar-se de um marido agressor eram temores constantes. O trabalho de “conscientização” sobre direitos já garantidos se mostra uma estratégia primordial no sentido de prevenir e combater a violência doméstica.

Porém, há outras críticas feministas ao chamado Direito Positivo, que ressaltam a especificidade das mulheres em relação ao sistema jurídico. As chamadas mulheres “populares” teriam dificuldades adicionais para se relacionar com o sistema de justiça, como resumem Schuler e Kadirgamar-Rajasingham (1992, p. 24-25 *passim.*). O Direito Positivo, além disso, tem um papel fundamental em estabelecer, normatizar e perpetuar uma situação de subordinação das mulheres. Em primeiro lugar, porque o Direito comumente regula o acesso e controle da terra, emprego, crédito e outros bens e serviços.

²⁵ Sabemos que hoje se discute essa nomenclatura. Algumas estudiosas preferem “mulheres em situação de violência”, devido a leitura da criminologia e da vitimologia sobre o termo “vítima”. Porém, esse era o termo utilizado correntemente à época.

Capítulo 1

Muitas leis, em especial no direito consuetudinário, podem ser “hostis” ou discriminatórias às mulheres, o que ocorre principalmente em áreas-chave como o direito trabalhista, penal e civil, que governam a capacidade legal, obrigações no casamento, guarda dos filhos, herança, renda, direito sobre terras e participação no espaço público. Mesmo quando mudanças nas leis são obtidas, a situação de fato pode não sofrer alterações, em razão da persistência de costumes e tradições.

Além disso, para as autoras, a grande maioria das mulheres, em especial das mulheres pobres (ou populares), rurais ou urbanas (geralmente, das “periferias”) é classificada como estando “fora do sistema”; não consideradas, e, não considerando a si mesmas como titulares de direitos. Estabelecendo assim pouco ou nenhum relacionamento com o sistema legal oficial, não sabem o que este pode lhes oferecer, e o que lhes oferece pode ser, às vezes, inadequado ou insuficiente²⁶.

Sendo assim, essa crítica feminista, no interior dos movimentos sociais, pode introduzir cisões políticas, chegando a ser vista como “particularista” ou “burguesa”. Ainda que os autores (como Rojas, 1988, Sarat e Scheingold, 1998, Ellman, 1998, Engelmann, 2006) reconheçam a contribuição feminista na elaboração do Direito Alternativo e no ativismo jurídico, no interior dessa arena, inegavelmente há disputas e diferenças a respeito de significados e estratégias de ação. Além disso, a constituição de cada iniciativa possui diferenças que devem ser levadas em consideração.

Não se trata aqui de estabelecer uma dualidade ou oposição entre a “capacitação legal feminista” e a “educação jurídica popular”, tendo em vista que elas têm trajetórias comuns e em diálogo. Trata-se de estabelecer comparação sobre a constituição desses dois nichos. O que pudemos constatar é que a capacitação legal feminista tem origem na suas estratégias de ação (atendimento a mulheres, especialmente em situação de violência), enquanto a educação jurídica popular tem origem em serviços de assessoria jurídica popular, concebidos “para a mudança”, a exemplo do que apontam

²⁶ O exemplo dado é o da violência doméstica: muitas vezes, a lei pune o agressor com prisão, enquanto a vítima quer outro tipo de solução para o companheiro/marido, do qual, muitas vezes, depende seu sustento.

Capítulo 1

Rojas (1988) em relação aos “novos serviços legais” e Elmann (1998), em relação ao Direito alternativo ou à advocacia crítica.

Esses dois tipos de experiência (capacitação legal feminista e educação jurídica popular) têm estabelecido estratégias formais de aproximação e “afinamento” de um discurso comum nos últimos anos. Para compreender diferenças e afinidades, tensões e articulações conjuntas desses dois grupos, é necessário conhecê-los melhor e compará-los, além de reunir as propostas e linhas de ação que têm empreendido.

1.5. A Rede Nacional

De uns anos para cá, essas iniciativas têm crescido de tal maneira, de forma que algumas organizações iniciaram movimentações no sentido de organizar uma “Rede Nacional de Educação Jurídica Popular”. A formação de “redes” de movimentos sociais (ainda que se possa discutir o conceito, tanto de movimentos como de redes) tem sido recorrente em outros setores. Vasta literatura sobre o assunto, em especial de autores europeus ocidentais, aponta nos últimos anos que o formato “em rede” tem sido primordialmente a forma dos movimentos sociais. Isto é, a rede seria a forma privilegiada de desenvolvimento dos movimentos sociais na sociedade atual (MELUCCI, 2001; CASTELLS, 1999). O desenvolvimento de novas tecnologias de informação e o próprio advento da internet facilitam a percepção da formação de um ativismo “em rede”, supostamente horizontal e colaborativo. Outros autores abordam redes de relações sociais como um instrumento de análise dos movimentos, que podem servir tanto para “prever” a participação dos indivíduos a partir de ligações sociais pré-existentes, como para a criação de novas ligações ou mesmo de significados, práticas e táticas que fluem através das redes de relações sociais (por exemplo, Diani, 2004).

Porém, a formação de inúmeras redes nacionais e, em alguns casos, transnacionais parecem satisfazer, apenas em parte, esse anseio por uma organização horizontal e fluída. Nessa articulação, os diversos grupos e organizações procuram, entre outras coisas um instrumento vantajoso de aliança política. Isto porque, na prática, os objetivos de “troca de informações”, saber colaborativo, ação coordenada, acabam sendo menos fortes do que a

Capítulo 1

legitimação de uma determinada luta ou demanda por meio do aglutinamento numérico, em busca de maior força política. No entanto, não vamos aprofundar esses pontos nesse trabalho. O que buscamos é contextualizar a criação da Rede Nacional de Educação Jurídica Popular, em meio a criação de diversas outras redes de forma semelhante.

Essas redes podem ter inúmeros encontros presenciais, regionais e nacionais, que fundam e estabelecem uma aliança e reforçam o compromisso político, o que pode ocorrer com “formações” (conferências, palestras) ou assembléias deliberativas (para discutir e tomar posicionamento em relação a temas e assuntos de seu interesse). Porém, basicamente, seu funcionamento “como rede” se manifesta na forma de criação de “grupos de discussão”, na qual os e-mails dos integrantes da rede são cadastrados, passando a receber as mais variadas notícias e comunicados, direta ou indiretamente ligados aos objetivos da rede, ou mesmo pela criação de um site ou blog, em que “conteúdos” são postados, manifesta-se opiniões e protestos sobre as questões que se propõem discutir. Pode-se dizer que essas articulações já existiam antes da internet, porém, com menos frequência e, não raro, não tinham a denominação de “rede”.

Numa rápida consulta à internet, podemos encontrar, por exemplo, a *Rede Nacional de Controle Social e Saúde da População Negra* (criada em 2007 “por diferentes ativistas do movimento de mulheres negras, do movimento negro, das religiões de matriz africana e dos movimentos em defesa do Sistema Único de Saúde”, (REDE NACIONAL DE CONTROLE SOCIAL E SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA, 2010); a *Rede Nacional de Jornalistas Populares*, criada em 2005, “a RENAJORP é uma articulação de jornalistas descentralizada, sem hierarquia, articulada em nível nacional e organizada de forma horizontal”; e uma precursora dessas redes, a RENAP/Rede Nacional de Advogados Populares, fundada em 1995, que atua por meio de um grupo de discussão, com conteúdo apenas para membros cadastrados, é

uma articulação descentralizada, autônoma, organizada em nível nacional, que congrega advogados e advogadas engajados ou próximos às causas dos movimentos sociais. Eles atuam de forma horizontal, sem hierarquia entre seus participantes, não havendo distinção de raça, sexo e religião, com o objetivo de prestar assessoria jurídica aos movimentos

Capítulo 1

sociais, especialmente àqueles vinculados às questões de terra. (Cadernos RENAP, *apud* Sturza e Cassol, 2008).

A manutenção dessas redes, no entanto, depende, evidentemente, de recursos. Não apenas recursos financeiros, mas também de recursos humanos, que empreendam a concepção da rede, a articulação dos diversos grupos, a manutenção dos sites, etc. Tal processo pode ocorrer tanto por um ativismo individual (a simples gerência de um grupo de discussão) ou de um pequeno grupo que se disponha a fazer determinadas tarefas, porém, pode-se afirmar com alguma segurança que esse tipo de ativismo possui fragilidades e, não raro, vida curta. Essas redes, usualmente “não verticais” são assumidas por um ou mais atores com mais recursos financeiros que possuem sedes, pessoal remunerado e especializado que, entre suas atribuições, “alimenta” e faz a manutenção do ativismo em rede.

No caso da rede em questão, a Rede Nacional de Educação Jurídica Popular, esta teve como uma das suas maiores fomentadoras a Fundação Margarida Maria Alves/FMMA, sediada em João Pessoa/PB²⁷. Desde 1999, a FMMA organiza o curso de Juristas Populares. A partir desse trabalho, e da sua experiência na constituição recente de uma Rede de Juristas Populares na sua área de atuação (João Pessoa e alguns cidades da região metropolitana), deu os primeiros passos para a constituição de uma Rede Nacional.

A FMMA organizou, em 2006, o 1º Encontro Nacional de Educação Jurídica Popular (Hotel Anamar, João Pessoa), para o qual convida²⁸ representantes de algumas entidades consideradas parceiras. Compareceram representantes da Themis, organização feminista que prestou certa assessoria ao curso de Juristas, pioneira na realização do curso de Promotoras Legais Populares (nesse encontro apresenta também uma proposta sobre um eventual projeto de formação de Agentes Comunitários de Justiça). Estiveram presentes a esse encontro a AATR, (que também prestou assessoria aos Juristas Populares), a União de Mulheres de São Paulo (que ficou conhecida pela experiência de diversos anos na realização do curso de Promotoras

²⁷ Ver mais detalhes sobre a FMMA no item 3.1, capítulo 3.

²⁸ Esse convite significava que a organização iria arcar com os custos das despesas de hospedagem, alimentação e passagem aérea de cada representante, para um encontro de dois dias. Os recursos vieram de agências ecumênicas que usualmente financiam a FMMA.

Capítulo 1

Legais Populares no estado de São Paulo) e do Cfêmea (organização feminista de Brasília). Essas organizações foram convidadas a contar suas experiências para os Juristas Populares presentes. O principal objetivo foi a troca de experiências entre os diversos estados presentes, mas também a construção de uma articulação nacional e a organização de um próximo encontro. O encontro é lúdico, no qual as apresentações são intercaladas por diversas “dinâmicas” propostas pelos próprios juristas populares.

Esse primeiro evento foi o disparador de outros, como os dois Workshops Nacionais de Educação Jurídica Popular, organizados pelo Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS da Bahia (GAPA-BA) e mais um Encontro Nacional.

O primeiro Workshop Nacional de Educação Jurídica Popular (Hotel Vila Velha – Salvador/BA), em 2007, é organizado pelo GAPA/BA e conta com mais de dez organizações de todo o país (AATR, Juspopuli e GAPA da Bahia; Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria/CECA e Themis, do Rio Grande do Sul; Centro da Mulher 8 de Março e FMMA, da Paraíba; UMSP, OAB-Diadema e Centro Dandara de Promotoras Legais Populares, de São Paulo; Criola, do Rio de Janeiro, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos; Sociedade Paranaense de Direitos Humanos; Universidade de Brasília). Como o próprio nome sugere, foi uma reunião de trabalho, em que os representantes das organizações apresentavam as suas experiências. Há uma preocupação de elaboração de uma Agenda Mínima de Ação e foi proposta a formação da Rede Nacional de Educação Jurídica Popular.

Um segundo Workshop Nacional é realizado, também em Salvador, em 2008. O evento é, como o primeiro, para convidados da organização do evento, dando-se preferência àquelas pessoas que participaram do primeiro Workshop. Um dos objetivos é a exposição dos resultados do primeiro Encontro Nacional de Cursistas. Naquele momento, já se pretendia um “balanço da dinâmica de atuação da própria rede Nacional de EJP”. Participaram as mesmas organizações do encontro anterior, com objetivos, também, de “reflexões metodológicas mais avançadas sobre o processo de formação de ‘cursistas’”.

Nesses encontros, a idéia de profissionalização desses cursistas foi muito debatida. De maneira semelhante aos Agentes Comunitários de Saúde, algumas organizações reivindicam que poderiam formar pessoas para atuar no

Capítulo 1

sentido de expandir os direitos humanos e a Justiça. Porém, muitas dúvidas e discussões a respeito da formação, do emprego e da apropriação do trabalho das ONGs e dos cursistas pelo Estado para desafogar o Judiciário, e com objetivo principal de redução de custos, fizeram com que essas discussões perdessem força, ainda que nada impeça que surjam novamente.

O último encontro foi realizado em 2009 (II Encontro Nacional de Formação Jurídico Popular), em João Pessoa, organizado pela FMMA. Nesse se discutiu a elaboração de uma Carta de Princípios (idéia proposta em encontros anteriores) para a Rede Nacional de Educação Jurídica Popular, o que, na prática, funda a Rede, pois fornece os parâmetros de como ela deve se organizar. Os estados presentes se comprometem a se organizar em Coordenações Estaduais, formando suas próprias Redes de Educação Jurídica Popular.

A idéia da Rede ganha destaque, principalmente, como meio para somar esforços e fazer uma articulação entre os diversos núcleos, grupos e organizações que empreendem a Educação Jurídica Popular. O formato geral do curso e sua proposta conquistaram diversas organizações, por seus métodos que unem educação, informações úteis e mobilização de pessoas. Mas esses grupos até a formação da Rede, não trabalhavam juntos de maneira articulada em questões coletivas que podiam ser de seu interesse. A rede serviria, portanto, para que ações conjuntas possam ser organizadas, nas quais os vários grupos obtenham apoio mútuo para seus problemas.

A idéia de formação da Rede Nacional vinha sendo ventilada desde o primeiro encontro promovido pela FMMA, que já tinha, desde 2003, a sua própria experiência de atuação em rede, que abrangia três cidades da Grande João Pessoa. Outra experiência presente era a da Themis, que também articulava sua rede estadual de Promotoras Legais Populares, denominada Rede Estadual de Justiça e Gênero, desde 2002.

As questões discutidas na formação da Rede passaram por aspectos políticos (como fortalecimento e reconhecimento público da EJP) e da necessidade (ou não) da profissionalização (no sentido de regulamentação e

Capítulo 1

remuneração desses agentes²⁹), da reivindicação de maior comprometimento do Estado na formação em EJP (apoio às ONGs, por exemplo). Em muitas discussões, a “questão de gênero” era frequentemente apontada pelas organizações de mulheres/feministas presentes, talvez para que não fosse esquecida ou relegada a um segundo plano. Em determinados momentos, a discussão a respeito da priorização de um público “popular” (algumas organizações fazem seleções, às vezes sob critérios sócio-econômicos) chocava-se com iniciativas como as de diversas cidades de São Paulo, que são exclusivamente para mulheres, porém, sem seleção econômica. Era perceptível que havia dois projetos presentes em debate, porém, em nenhum momento, os representantes das organizações afirmavam que a “questão de gênero” ou “das mulheres” fosse menos importante ou “específica”. Todas as organizações presentes, feministas ou não, “trabalhavam com gênero”.

O fato é que, apesar de organizações de outros estados mais ricos (como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco etc) estarem presentes e manifestarem interesse na organização de uma Rede Nacional, e algumas delas possuírem a EJP como um de seus principais eixos de ação, é a FMMA, organização da Paraíba que possui recursos e disposição de colocar em ação o processo de formação da Rede. Assume, de certa forma, a dianteira no processo, o que, porém, também inclui outros parceiros. O próximo encontro, que estava planejado para 2010, foi assumido novamente pelo GAP/BA, que, no entanto, foi adiado, com previsão de organização para março/2011.

Outro aspecto importante para apontar a singularidade de João Pessoa nesse cenário, era outra iniciativa de educação popular, voltada somente para mulheres: Promotoras de Cidadania, que foi empreendida pelo Centro da Mulher 8 de Março.

Assim, dentre as alternativas para se conhecer melhor as disputas em torno da politização da questão de gênero, no contexto da educação jurídica popular, o caso de João Pessoa afigurou-se, nesse contexto, um foco interessante para o nosso estudo.

²⁹ A Themis chegou a formular um texto nesse sentido, pensando uma figura de “Agentes Comunitários de Justiça”, nos moldes da atuação dos Agentes Comunitários de Saúde.

1.6. Movimentos Sociais, o debate

Para melhor esclarecer as bases teóricas desse trabalho, é preciso clarificar alguns conceitos que serão aqui utilizados. Isso é especialmente necessário se considerarmos o atual debate sobre movimentos sociais no Brasil.

Doimo (1995) afirma que, até o início dos anos 1960,

falar em movimentos sociais significava referir-se à suposta virtualidade revolucionária do proletariado – entendido como classe determinada pelas relações capitalistas de exploração do trabalho pelo capital – e acreditar em sua organização racional” (1995, p. 39).

Mudanças na estrutura produtiva, a crise das antinomias entre reformistas e revolucionários e a ascensão do pensamento pós-moderno, a erosão dos “esquemas teóricos marxistas, entre outros fatores, levariam ao tempo dos “novos movimentos sociais” (DOIMO, 1995, p. 40). Sob essa perspectiva se dá a reflexão sobre os movimentos sociais no período pós-1970.

A autora separa os trabalhos realizados até o início da década de 1990 sobre movimentos sociais no Brasil em três matrizes interpretativas. A primeira, de inflexão *estrutural-autonomista*, buscou os determinantes em dois postulados: a) as contradições urbanas têm o potencial de acionar o conflito primordial da sociedade capitalista (caráter classista do Estado, que financia a reprodução do capital em detrimento da reprodução da força de trabalho); b) a sociedade civil tem uma capacidade ativa de organização autônoma contra a tradição política autoritária. Essa matriz teria tido tal força que, por algum tempo, que “a própria idéia de movimentos sociais tornou-se corriqueiramente sinônimo de movimentos urbanos” (DOIMO, 1995, p. 47). A autora cita entre suas raízes teóricas Castells (1974), Lojkine (1981) e Weffort (1978). Influência importante também é o texto de Oliveira (1977), os trabalhos de Moisés (1978, MOISÉS, MARTINEZ-ALIER, 1977) e o Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), como centro irradiador e formador de novos pesquisadores, como Pedro Jacobi e Edson Nunes.

A segunda, *cultural-autonomista* tem forte influência do pensamento europeu, que, naquele momento, vivenciava a revalorização da cultura “como

Capítulo 1

campo significativo de conflitos sociais” (DOIMO, 1995, p. 47). De forma semelhante, operou a noção thompsoniana de experiência, que nascia da crítica ao marxismo reducionista e economicista. Parte da recusa a idéia de sujeito único, da negação da premissa que estabelece por antecipação a homogeneidade de classe e da descrença na eficácia de ideologias externas à própria ação. Mais uma vez, no entanto, foram negligenciados os aportes institucionais, sendo saudados em sua espontaneidade, como “novos sujeitos políticos”, portadores de uma “nova identidade sócio-cultural”, com contornos de projeto político voltado para a “transformação social” e a “radical renovação”. As influências teóricas aqui passam por Gramsci (1978a, 1978b), além do já citado Thompson (1987). Os trabalhos que a autora coloca como principais difusores dessa matriz são os ensaios de Evers (1983, 1984), Kowarick (1984) e em especial os trabalhos do grupo paulista composto por Sader (1988), Paoli (Sader, Paoli, 1986), Telles (1987) e Caccia-Bava (1983).

Esse otimismo teórico foi revisto depois pelos seus propositores, mas até meados da década de 1980 “essas duas vertentes foram não só dominantes na reflexão acadêmica, como altamente afinadas com o discurso e os desejos dos próprios atores em movimento” (DOIMO, 1995, p. 48). Ainda que com divergências, ambas matrizes situam-se no campo marxista.

O entusiasmo teria dado lugar à decepção diante do processo de democratização – “conservadora” – através de um pacto entre as elites políticas (DOIMO, 1995, p. 28). Com o restabelecimento dos canais institucionais, o pluripartidarismo e o debate sobre a democracia, a reflexão teórica dá uma guinada.

A terceira matriz é a reconhecida pela autora como *enfoque institucional*, no qual Santos (1981) talvez tenha sido o pioneiro, mostrando que os movimentos poderiam não ser “tão anti-Estado ou contra-o-Estado” (1995, p. 49) como se supunha. Esse caminho dará origem a uma “enorme tensão na literatura”, representada pelo binômio autonomia-institucionalização, consolidada pelas análises de Cardoso (1985, 1988) e Boschi (1983).

Até aquele momento, Doimo não detectava nenhum novo consenso interpretativo. Ao contrário, teria se instaurado uma “discussão paradigmática em torno da polarização autonomia-institucionalização, que acabou por inibir a

Capítulo 1

possibilidade de avanço teórico. Por trás disso está, seguramente, a crise do próprio conceito de movimento social (...)” (1995, p. 49-50). Há também a dificuldade de se reconhecer uma marca comum desses novos impulsos participativos. Doimo, na sua tentativa, aposta suas fichas na “ação direta” como a “marca comum desses novos impulsos interpretativos” (1995, p. 50).

Desde o trabalho de Doimo, que chegou a ser premiado como a melhor tese do ano de 1994 pela ANPOCS, são raros os que procuram seguir a trilha dos movimentos sociais no Brasil, em esforços de grande monta no sentido de obter uma síntese sobre o assunto nos dias atuais em relação ao caso brasileiro, ou mesmo seus outros “nomes”: movimentos populares, movimentos urbanos, movimentos de base e etc. Pode-se citar, no entanto, como exemplo de contínua produção no período, os persistentes trabalhos de Scherer-Warren (2008, 2007), Gohn (2010, 2008), assim como os volumes resultantes de consórcios internacionais de pesquisa que se debruçam sobre a América Latina como um todo e suas teias de movimentos sociais (Dagnino, Alvarez, Escobar, 2000 e Dagnino, Alvarez, Olvera, 2006, entre outros). Em todos esses trabalhos, as influências teóricas de matriz europeia são evidentes.

Conforme Alonso (2009), autores ligados à chamada Teoria dos Novos Movimentos Sociais pautaram a discussão do tema na América Latina. De modo geral, os três mais influentes no Brasil são Touraine, Habermas e Melucci, todos partindo de uma idéia de “novos movimentos sociais”, com fases diferentes de influência. Em primeiro lugar, a influência de Touraine, que dialogou diretamente com pesquisadores brasileiros, chegando a escrever um volume sobre a América Latina (TOURAINÉ, 1989). Posteriormente, Habermas toma o seu lugar, para em seguida, na década de 1990, vermos Melucci influenciar os estudos sobre movimentos sociais.

A resistência inicial dos teóricos europeus às ferramentas analíticas dos autores estadunidenses teve repercussão indelével nos estudos brasileiros: pouco se cita seus trabalhos, a despeito de sua produção profícua. É verdade que a abordagem de maior repercussão, a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), era excessivamente racionalista (sua formulação remete ao cálculo racional de Olson, 1971).

Capítulo 1

Assim, a herança da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) ficou demasiado enraizada nos estudos brasileiros (e latino-americanos). O que se segue à chamada crise do conceito é um declínio acentuado dos estudos sobre movimentos sociais, acompanhando a re-elaboração teórica dessa abordagem, que se converte paulatinamente em uma teoria da sociedade civil:

As críticas recebidas mais as evidências empíricas de burocratização do ativismo aprofundaram a crise da distinção entre novos e velhos movimentos. A TNMS deixou, então, de associar a inovação a um ator, os movimentos, para atrelá-lo a um *lócus*, a sociedade civil. (ALONSO, 2009, p. 75)

É dessa forma que os movimentos sociais registram um “misterioso sumiço” (LAVALLE, CASTELLO E BICHIR, 2004, p. 37) da literatura. Segundo esses autores, não houve sumiço dos atores, que teriam continuado em cena, o que houve foi uma mudança das lentes analíticas, que passaram a focalizar outro tipo de atores. Esses retomam o tema para mostrar que os movimentos sociais continuam a ter centralidade nas “teias de relações sociais que articulam os atores da sociedade civil” (LAVALLE, CASTELLO E BICHIR, 2004, p. 45). Esta última é elevada ao nível de conceito central para a explicação após a “crise de expectativas” sobre os movimentos sociais por parte dos analistas. Nesse sentido, a emergência de novas formas organizativas, a multiplicação das chamadas ONGs e a proliferação de modalidades pulverizadas de ação coletiva deram o impulso para a utilização do conceito de sociedade civil, porém, já remodelado: “uma trama diversificada de atores coletivos, autônomos e espontâneos a mobilizar seus recursos associativos mais ou menos escassos – via de regra dirigidos à comunicação pública – para ventilar e problematizar questões de ‘interesse geral’”(LAVALLE, CASTELLO E BICHIR, 2004, p. 40). Como se pode observar, a herança dos enfoques da década de 1980 se fazem presentes, mantidas as características de “autonomia” e “espontaneísmo”.

No sentido de mostrar que a nova definição de sociedade civil, que ganha força a partir da década de 1990³⁰, não dá conta da diversidade do perfil de atores envolvidos nessa arena, os autores querem retomar a idéia de

³⁰ Sobre o assunto, cf. Costa (1994) e Avritzer (1994).

Capítulo 1

movimentos sociais como um conceito que ainda tem força explicativa. Para isso, introduzem na análise um novo ator, os chamados “articuladores”, no qual os movimentos sociais teriam papel central. Seriam os articuladores, assim, uma espécie de sociedade civil de segundo nível, um conjunto de entidades constituídas por outras entidades ou associações. O conceito de movimentos sociais, por sua vez, seria utilizado para designar:

...atores empíricos específicos, normalmente portadores de capacidade de contestação perante o Estado - Movimento dos Sem-Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) - e na unificação analítica de conjuntos esparsos de iniciativas individuais e coletivas orientadas de modo diacrônico por afinidades de sentido em torno de temas específicos – movimento feminista, movimento negro, movimento de moradia, movimento de saúde. (LAVALLE, CASTELLO E BICHIR, 2004, p. 45)

Por fim, os autores querem colocar o universo de atores estudados (em geral, movimentos ligados à luta por moradia e terra³¹) no interior dessa definição, acrescentando, entre outras, à definição, suas demandas e reivindicações de caráter re-distributivo e a sua estratégia distintiva de “mobilização coletiva da população afetada pelos problemas para os quais estão voltados”, distinguindo-os das ONGs e entidades de caráter assistencial (“não trabalham com temas”) e das associações de bairro (“assumem problemas mais amplos”) (LAVALLE, CASTELLO E BICHIR, 2004, p. 46). A definição, operativa da pesquisa que ora apresentam no artigo, fica, no entanto, entre dar conta de atores que se auto-intitulam “movimentos” (como o Movimento Sem-Terra) e o que os ativistas designam comumente como movimentos (movimentos negros e feministas, por exemplo). Pode-se observar que a separação entre movimentos sociais, de um lado, e ONGs e associações, de outro, reforça o caráter menos “institucional” (por contraste, mais autônomo) e o traço “redistributivo” dos movimentos, ainda que possam estar associados a demandas mais “culturais” (movimentos identitários, tais como o feminista e o negro etc.).

O trabalho desses autores é paradigmático no que diz respeito ao estatuto teórico dado aos movimentos sociais no Brasil: não se pode “jogar o bebê junto

³¹ São citados o MST/Movimento Sem Terra, MSTC/Movimentos Sem Teto do Centro; Movimento Nacional de Luta pela Moradia e ULC/Unificação de Lutas por Cortiços.

Capítulo 1

com a água do banho”, desconsiderando toda a contribuição anterior dos estudos sobre o tema; por outro lado, não se pode ignorar o debate travado em torno dos movimentos sociais, que desapareceram desses estudos. No entanto, pode-se afirmar que o interesse sobre o tema dos movimentos sociais vem novamente crescendo, por meio da edição recente de dossiês e números especiais de periódicos (LUA NOVA, 2009; CADERNOS CRH, 2008; POLÍTICA & SOCIEDADE, 2007; SOCIEDADE E ESTADO, 2006).

Em relação à tipologia tradicional das teorias sobre movimentos sociais, todas as grandes abordagens (TMR/Teoria da Mobilização de Recursos, TPP/Teoria do Processo Político e TNMS/Teoria dos Novos Movimentos Sociais) foram criadas quando os analistas buscavam explicar os movimentos surgidos dos anos 1960, entendidos como uma novidade em termos de contestação.

A TMR surge para contestar a abordagem clássica, que via os movimentos sociais como uma irrupção coletiva “irracional”, manifestações de insatisfação com injustiças que não haviam encontrado os canais institucionais para sua canalização. Como se sabe, a TMR argumenta que as injustiças³² sempre estão presentes, é a disponibilidade de recursos que torna possível a mobilização coletiva, sejam eles financeiros, organizacionais ou mesmo “sociais” (redes de relações informais). Para compreender os movimentos sociais³³, McCarthy e Zald (1977), que têm uma perspectiva fortemente organizacional, elaboram conceitos auxiliares tais como *SMO/Social Movement Organization*, *SMI/Social Movement Industry* e *SMS/Social Movement Sector*³⁴.

A TMR e a TPP surgem simultaneamente, e, apesar do sucesso da primeira, a segunda logo a suplanta, talvez por proporcionar uma abertura

³² O termo original é *grievances*, que pode significar também “agravo”, “queixa” e “ressentimento” (HOUAISS, 1997).

³³ Eles definem movimentos sociais como: “um conjunto de opiniões e crenças em uma população, o qual representa preferências por mudar alguns elementos da estrutura social, e/ou recompensar a distribuição de uma sociedade (...) são preferências estruturadas direcionadas à mudança social” (1977, p. 1218).

³⁴ McCarthy e Zald (1977), no texto seminal sobre a TMR, definem as SMOs, ou Organizações dos Movimentos Sociais como organizações complexas ou formais que identificam suas metas com as preferências de um movimento social ou um contra-movimento. O conjunto de todas as SMOs que têm como objetivo a realização das preferências mais amplas dos movimentos sociais constituem uma Indústria do Movimento Social (SMI), que representa a analogia organizacional de um movimento social. Já o Setor do Movimento Social (SMS) é composto por todos os SMIs, independentemente de qual movimento fazem parte.

Capítulo 1

maior às questões culturais, trabalhando com noções de solidariedade e *catnet*³⁵ (ALONSO, 2009, p. 58). Porém, o peso explicativo da *estrutura de oportunidades políticas e repertório* é importante, sendo, por esse motivo, criticada de excessivamente estruturalista.

A TPP irá entender os movimentos em termos de conflito/protesto contra autoridades constituídas e a TNMS, como aqueles que fazem reivindicações sob uma base pós-material. Esta duas teorias irão dar um enquadramento macro-histórico para o surgimento dos movimentos sociais, cujas explicações resultam “dos debates sobre a revolução, ou melhor, da exaustão dos debates marxistas sobre as possibilidades da revolução” (ALONSO, 2009, p. 53). A TPP, apesar de surgir na esteira dos movimentos da década de 1960, possui uma ampla gama de trabalhos em sociologia histórica, que procura dar conta de diversos fenômenos de protesto anteriores.

Críticas como a de Calhoun (1993) apontam que as características que tornariam “novos”, os movimentos surgidos no final da década de 1960, estariam presentes em outros movimentos da era moderna. Sem descartar totalmente a utilidade da distinção dos Novos Movimentos Sociais, argumenta que muitas das novas características podem derivar da novidade particular a cada um deles, mais do que de novas feições de toda uma onda de movimentos³⁶. Sublinha a importância de trazer a cultura para o “primeiro plano” dessa teoria, mas aponta para a cegueira sobre a presença dessas mesmas características distintivas (centralidade da identidade, autonomia, politização da vida cotidiana, não centralidade de classe ou movimentos com base na classe média, meios não-convencionais de organização e ação, etc.) nos movimentos do final do século XIX e início do século. Calhoun advoga, portanto, que essas são características dos movimentos sociais em toda era moderna. Não descarta os aspectos produtivos da TNMS, mas, também não se propõe fazer uma conceituação que dê conta de todas manifestações. O autor

³⁵ *Catnet* é a combinação de dois termos em inglês, *catness* (pertencimento a uma categoria) e *netness* a densidade de redes pessoais.

³⁶ É verdade que posteriormente Melucci (1994) irá argumentar que a novidade dos Novos Movimentos Sociais estaria não no seu ineditismo em si, mas sim na diferença entre a posição que ocupavam na sociedade industrial e a que ocupam na sociedade pós-moderna/pós-industrial, reforçando, porém, o caráter cultural desses movimentos. Eles se afastariam do modelo tradicional de organização política, no qual a relação de classe ocupava um lugar central.

Capítulo 1

ainda aponta a dificuldade da teoria social em lidar com os movimentos religiosos e as emoções como aspectos importantes dos movimentos sociais.

Outros autores se propuseram a reexaminar a noção de movimento social, de maneira a torná-la mais abrangente. Diani (1992), a partir da revisão de diversos trabalhos de relevo no campo de estudos dos movimentos sociais, propõe uma síntese do conceito de movimentos sociais. Essa síntese é resultado de uma aproximação das continuidades das diversas abordagens mais do que da conciliação de suas divergências, essas últimas mais conhecidas do que as primeiras. O autor analisa desde a abordagem 'clássica' do Comportamento Coletivo (a partir do trabalho de Turner e Killian, 1957), até as contemporâneas TMR (McCarthy e Zald), TPP (Tilly) e TNMS (Touraine / Melucci). Chega à conclusão de que, em alguns aspectos, suas abordagens têm diferenças de ênfase, mais do que contradições irreconciliáveis.

Considerando os aspectos gerais de cada abordagem, chega a alguns aspectos fundamentais da dinâmica dos movimentos sociais: 1) redes de interação informal; 2) crenças compartilhadas e solidariedade; 3) ação coletiva em questões conflituosas; 4) ação que se desenvolve fora da esfera institucional e inclui rotinas da vida cotidiana (DIANI, 1992, p. 7-13).

O quarto aspecto analisado é o único rejeitado como um requisito fundamental, ainda que deva ser considerado. A idéia de que a ação coletiva dos movimentos desenvolve-se fora dos canais institucionais não é inteiramente válida, já que diversos estudos mostraram o padrão complexo que a dinâmica dos movimentos acaba por desenvolver. Assim, pode haver, por exemplo, uma fase inicial de "efervescência", nas quais as ações são puramente não-institucionais. Para o autor, a informalidade e os laços por vezes frouxos entre os atores dos movimentos são características inerentes à interação entre eles. No entanto, isso não impede que algumas organizações sejam altamente organizadas e profissionalizadas internamente, assim como também outras não o sejam (provavelmente, a maioria delas). O espectro das formas assumidas pelas organizações é diferenciado e amplo, assim como ocorre com outros atores (grupos e indivíduos). Além disso, a escolha entre estratégias de mobilização "de base" (*grass-roots*) ou de lobby burocrático parece depender de cálculos táticos e não ser uma característica distintiva dos

Capítulo 1

movimentos. Sendo assim, a definição de Diani é a seguinte: “Um movimento social é uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e organizações, engajadas em conflitos políticos ou culturais, com base em uma identidade coletiva compartilhada” (1992, p. 13, tradução nossa). Diani acredita que a seleção de um limitado número de variáveis na sua definição é salutar para deixar conotações mais específicas para a análise dos conflitos específicos.

Mais recentemente, Snow, Soule e Kriesi (2004) fazem sua tentativa de conceituação. De maneira semelhante a Diani, ainda que as diversas definições possam se diferenciar em termos de ênfase, a maioria está baseada em três ou mais dos seguintes eixos: 1) metas ou reivindicações orientadas à mudança; 2) alguma ação extra ou não institucional; 3) algum grau de organização; 4) algum grau de continuidade temporal (2004, p. 6). Considerando esses eixos, os autores chegam à conclusão de que :

movimentos sociais podem ser pensados como coletividades agindo com algum grau de organização e continuidade, fora dos canais institucionais, com o propósito de desafiar ou defender uma autoridade existente, seja ela de base institucional ou cultural, no grupo, organização, sociedade, cultura ou ordem de mundo dos quais eles são parte (2004, p. 11, grifo do original, tradução nossa).

Nessa definição, entendem “autoridade existente” qualquer autoridade do domínio político, corporativo, religioso ou educacional, ou mesmo ou padrões de autoridade cultural, tais como sistemas de crença ou práticas que reflitam tais crenças. Diferem de Diani em alguns poucos aspectos: seja na ênfase menor dada à interação (movimentos são coletividades, em lugar de redes de interação informal), uma ênfase um pouco maior nas ações de caráter não-institucionais e a inclusão de movimentos de uma só organização, que Diani rejeita.

Ainda que com divergências, parece-nos que essas definições delimitam um objeto específico e passível de análise, os movimentos sociais, incorporando as diversas críticas já mencionadas. De nossa parte, alinhamo-nos à definição de Diani (1992), por seu aspecto mais culturalista e de ênfase mais interacional.

Capítulo 1

Dentre as re-elaborações teóricas correntes para abordagens desses movimentos, a noção de *frame* se afigurou mais adequada como instrumento de análise desta pesquisa, em face do problema formulado.

1.6.1. O Conceito de *Frame*, alinhamento e processos de *framing*

O conceito de *frame de ação coletiva* foi desenvolvido pela primeira vez, de maneira mais aprofundada, no artigo de Snow et al. (1986) que visa suprir lacuna para a compreensão das motivações para apoio e participação nos movimentos sociais. Tomando emprestado o conceito de Goffman (1974), definem *frame* como:

‘schemata de interpretação’, que permite aos indivíduos ‘localizar, perceber, identificar e rotular’ ocorrências no espaço de suas vidas e no mundo em geral. (...) funcionam para organizar experiências e guiar ações, sejam individuais ou coletivas. Assim conceitualizado, segue-se que o alinhamento de *frame* é uma condição necessária para a participação nos movimentos, seja qual for a natureza ou intensidade. (SNOW ET AL., 1986, p. 464, tradução nossa).

Frames são, nessa definição, enquadramentos interpretativos formulados tanto por indivíduos como por organizações (ou grupos, estendendo a definição dos autores³⁷). Os processos de alinhamento de *frame* descritos são fundamentais para promover a mobilização, o engajamento em atividades dos movimentos, por meio de “conexões” entre os *frames* individuais e os das organizações dos movimentos. Dito de outra maneira, os *frames* servem para simplificar e condensar o “mundo lá fora”, pontuando e codificando objetos, situações, eventos, experiências e seqüências de ações, em um ambiente passado ou presente (SNOW, BENFORD, 1992, p. 136-137). Também servem para fazer diagnósticos (identificação do problema) e prognósticos (resolução do problema).

Além dessas funções, os *frames* de ação coletiva permitem aos ativistas articular de maneira significativa um vasto arranjo de eventos e experiências. Os tópicos de informação pontuados e codificados pelos indivíduos podem ser

³⁷ Ainda que estejam comprometidos de certa maneira com uma visão mais “culturalista”, os autores utilizam a “organizações dos movimentos sociais”, referência direta ao arsenal desenvolvido por McCarthy e Zald (1977), v. nota 21.

Capítulo 1

diversos e mesmo incongruentes mas, a partir da formulação de um *frame*, são interconectados de maneira significativa. Assim, a novidade de um *frame* de ação coletiva não está tanto em seus elementos ideacionais, mas na maneira como os ativistas os articulam coletivamente. (SNOW, BENFORD, 1992. p. 137-138).

Foram três os pontos considerados para a formulação do conceito de *frame* e dos processos de alinhamento, desenvolvida em larga medida na crítica à perspectiva da TMR: negligência da interpretação de injustiças e outros elementos ideacionais; visão estática da participação e generalização excessiva dos processos relacionados à participação. É interessante desenvolver um pouco mais esses pontos para melhor compreender como se construiu a abordagem dos *frames*.

Em relação ao primeiro aspecto, não é suficiente tomar as injustiças como “ubíquas”: é preciso atentar para os processos que transformam questões antes interpretadas como infortúnio a serem entendidas como injustas. McAdam (1982, apud Snow et al., p. 466) denomina-os de “liberação cognitiva”. A noção de *frame*, utilizada por Goffman, é útil porque formulada como um quadro interpretativo orientado para questões interpretativas cotidianas, nas quais os atores (individuais ou coletivos) podem equivocar-se ou experimentar dúvida considerável. Os processos de alinhamento de *frame* podem compreender o preenchimento de lacunas ou clarificação desses aspectos. Nesse sentido, valores e crenças jogam um papel importante.

Outra deficiência foi a tendência a tratar a participação de maneira estática, baseada em uma única decisão racional, circunscrita no tempo. Essa visão desconsideraria a natureza das atividades da participação: raramente um indivíduo adere de uma só vez a um movimento - o que ocorre é a adesão a uma certa atividade ou campanha, por exemplo. As decisões sobre a participação estão sujeitas a renegociação e reafirmação. Esse aspecto dinâmico não é facilmente apreendido quando se abstrai o contexto e as redes nas quais as atividades de protesto se desenvolvem.

E, por fim, a excessiva generalização dos processos relacionados à mobilização. Os autores afirmam que a tendência dos estudos sobre

Capítulo 1

movimentos sociais é falar em termos gerais sobre um ou dois processos micro-estruturais globais ou psicossociais que explicariam a participação em todos os movimentos. O exame dos processos de *framing* auxiliaria a explicação de processos micro em contextos específicos, ajudando a compreender a adesão e apoio aos movimentos e suas organizações.

Adiciona-se, portanto, à perspectiva racionalista e organizacional da TMR um pouco mais de “carne”, apesar da contradição aparente de *frame* remeter, de certa maneira, à “estrutura” [*framework*]. A redefinição de *frame* pelos autores avança no sentido de compreender o papel de sistemas de valores e crenças, o peso das interpretações, a dinâmica engendrada e as disputas em torno dessas interpretações.

1.6.1.1. Tipos de alinhamento de *frame*

Os autores propõem quatro tipos de processos de alinhamento de *frame*: *frame* de ligação [*frame bridging*]; *frame* de amplificação; *frame* de extensão; *frame* de transformação.

Por *frame* de ligação entende-se a ligação de dois ou mais *frames* ideologicamente congruentes, mas estruturalmente desconectados em uma determinada questão ou problema. Pode ocorrer em um nível organizacional ou em um nível individual. A ligação envolveria uma OMS/Organização do Movimento Social com o que McCarthy e Zald (*apud* Snow et.al., 1986, p. 467) chamaram de “pools de sentimentos não mobilizados” ou “clusters preferenciais de opinião pública”. Esses pools de sentimentos referem-se aos agregados de indivíduos que compartilham sentimentos a respeito de injustiças, mas que não possuem a base organizacional para expressão do seu descontentamento e para a reivindicação de seus interesses. Sua efetivação é feita por extensão e difusão de informação entre redes interpessoais ou intergrupos, por meio de diversas formas de comunicação³⁸. Um exemplo

³⁸ No momento da publicação (1986), os autores mencionavam mídia de massa, telefone e correio. A internet ainda engatinhava e não existiam as atuais redes sociais, como Facebook e Twitter. Há uma observação, porém, sobre a facilitação desse processo em razão das “novas tecnologias”, mas ainda não se tinha a menor idéia do papel central que ocupam nos dias de hoje, como as listas de e-mails, grupos de discussão para circulação e difusão, até os chamados *flash mobs*, mobilizações “instantâneas” convocadas pela internet.

Capítulo 1

desses processos são convocações à participação (seja qual for a via) mobilizando, por exemplo, indivíduos indignados com o crescimento da violência urbana (movimentos pela paz etc.)

A ligação de *frame* parece ser a forma mais primária de alinhamento. Servem basicamente para recrutamento e crescimento, mas não dizem nada a respeito do que acontece depois da adesão a um evento particular.

A amplificação de *frame* refere-se à clarificação e ao revigoramento de um *frame* interpretativo que é a base de uma determinada questão. Nem sempre o significado de alguns eventos é conectado à vida cotidiana de cada um de maneira clara e inequívoca. O apoio a movimentos muitas vezes depende do esclarecimento e revigoramento de um *frame* interpretativo. São sugeridos dois sub-tipos de amplificação de *frame* - de valores e de crenças - que pressupõem uma delimitação sobre as características específicas de ambos.

Os valores são entendidos como modos de conduta ou afirmações de existência, dignos de proteção e promoção. O conjunto de valores dos indivíduos varia e normalmente são arranjados em uma hierarquia de relevância. Pode-se citar entre valores considerados fundamentais justiça, cooperação, perseverança e santidade da vida humana, além daqueles associados à democracia, como liberdade e igualdade. A amplificação de valores refere-se a um processo que inclui etapas de identificação, idealização e elevação de um ou mais desses valores tidos como fundamentais, para que possam ser mobilizados para inspirar a ação coletiva. Um exemplo é a freqüente evocação de “justiça” em protestos contra a não-punição de criminosos.

Crenças envolvem basicamente uma relação, seja entre duas “coisas” ou entre algo e uma característica atribuída, cujos exemplos podem ser “Deus está morto”, “o Apocalipse está próximo”, “capitalistas são exploradores” etc (SNOW ET AL., 1986, p. 469). Enquanto valores referem-se a objetivos ou fins em si mesmos, crenças podem ser concebidas como elementos ideacionais que cognitivamente apóiam ou impedem a perseguição de determinados valores. A associação entre crenças ou valores com determinados eventos da vida cotidiana, quando não há uma relação prévia clara, faz parte do processo de amplificação de *frame*. São concepções antes existentes, mas

Capítulo 1

desconectadas de qualquer programa ou evento, que passam a ser associadas por meio de um processo significativo. Nesse sentido, a crença sobre a inviolabilidade da vida ou sobre sua “sacralidade” tem sido associada à questão do aborto por diversos grupos religiosos em diversos países para reivindicar a restrição ou proibição dessa prática.

Resulta disso que a relação entre crenças/valores e eventos da vida cotidiana não é sempre clara, podendo ser, por vezes, contraditória e antitética. Os processos de amplificação ou transformação de crenças são utilizados para construir ou transformar essas relações.

Por sua vez, na extensão de *frames*, não há um enraizamento anterior em *pools* de sentimentos. Nesse caso, estendem-se os limites de uma estrutura (*framework*) primária para abarcar interesses ou pontos de vista que são incidentais aos objetivos primários, mas de considerável relevância para potenciais adesões. Esse é o caso, por exemplo, quando uma organização ou grupo decide alterar seus objetivos, estendendo sua abrangência para atrair possíveis adesões: “promover a paz”, num contexto de violência racial, pode ser estendido para “promover a paz, por meio do combate à discriminação racial”.

Às vezes, porém, a extensão de *frame* busca apoio pontual, e não necessariamente adesões. Assim, a motivação inicial de aderir nem sempre equivale à mesma que faz o indivíduo manter a sua participação. Um exemplo é alguém participar de uma atividade para conhecer pessoas, e só depois, ao conhecer melhor de que trata o movimento, aderir e se tornar um participante frequente. Isto é, os interesses associados à participação são constantemente redefinidos e elaborados. Assim, a extensão de *frame* é como um processo de “enganchamento”, que funciona como um passo inicial ao longo do caminho para o mais completo tipo de alinhamento, denominado *transformação de frame*.

Em algumas ocasiões, os programas, causas e valores que as organizações ou grupos promovem podem não obter “ressonância”, ou ser até mesmo ser contrários a estilos de vida convencionais. O grau de ressonância depende de como um determinado *frame* responde a situações problemáticas e dilemas da vida cotidiana, de maneira que soem confiáveis e atraentes. Caso

Capítulo 1

contrário, se parecerem muito abstratos ou contraditórios, podem não obter a adesão desejada. Nesses casos, novos valores devem ser cultivados ou alimentados, antigos significados ou entendimentos afastados. Esse processo é denominado transformação de *frame*. Movimentos que reivindicam maior participação paterna na criação dos filhos ou a reciclagem e/ou reutilização de materiais podem ser um exemplo disso.

Os autores identificaram dois processos de transformação que também são pertinentes ao recrutamento e participação dos movimentos: *transformações de domínio específico* e de *frames interpretativos globais*. Não discutiremos o primeiro de forma mais detida³⁹ pois escaparia aos objetivos desse trabalho e passaremos diretamente à noção de *frames interpretativos globais* ou *master frames*.

Snow et al. (1986) apenas mencionam brevemente os possíveis processos de transformação de *frames interpretativos globais*, na qual o escopo da mudança é ampliado na medida em que uma nova estrutura [*framework*] primária ganha ascendência sobre outras e vem a funcionar como uma espécie de *master frame*. Envolve, essencialmente, um tipo de conversão completa representada por uma mudança de “sentido de fundamento último” [*sense of ultimate grounding*], que está enraizada em um “deslocamento de um universo de discurso por outro e suas regras e gramática para criar um conjunto”. A transformação de domínio específico, antes agrupada e interpretada, agora é rearranjada e tem novos significados, de acordo com um novo *master frame*. (SNOW ET AL., 1986, p. 473). Um caso exemplar citado pelos autores é o movimento pacifista. Quase todo o domínio da vida, das relações interpessoais aos temas globais, foi reelaborado [*reframed*] em termos congruentes com o movimento pacifista.

As relações entre ciclos de protesto (Tarrow apud Snow et. al., 1986, p. 477) e os *master frames*, que haviam sido apenas enunciadas pelos autores, serão mais elaboradas em artigo posterior (SNOW, BENFORD, 1992). Em

³⁹ Apenas para efeito de esclarecimento, as transformações de domínio específico referem-se a “mudanças auto contidas”, mas substanciais, na maneira como um domínio particular da vida pode passar a ser visto como problemático ou que necessita correção. Um caso concreto foi o movimento Mothers against Drunk Driving (Mães contra a Direção Embriagada). Nesse caso, o que antes era o infortúnio da perda de um filho foi redefinido como injustiça devido à pouca severidade das penalidades para a direção embriagada.

Capítulo 1

primeiro lugar, os autores preocupam-se em diferenciar *master frame* de ideologia. A utilização desse conceito foi comum para lidar com valores, crenças e significações. Porém, devido à natureza de sua formulação, o tema era tratado de maneira mais descritiva do que analítica, e de forma estática mais do que dinâmica (SNOW, BENFORD, 1992, p. 135). A vantagem da utilização de *master frame*, é a consideração dos processos dinâmicos de formulação de significados, aspecto já presente no conceito de *frame*, agora em um contexto mais amplo. Os fatores ideacionais, até então, eram tomados como constantes (não sujeitos a renegociações e disputas em torno de significações) e ubíquos (não sujeitas a contínuas reformulações) (1992, p. 135-136). Isso significava também ignorar a extensão à qual os movimentos estariam engajados no “trabalho significador” [*meaning work*].

Ou seja, os movimentos não são meramente portadores de idéias e significados pré-existentes, mas estão ativamente engajados na sua produção e manutenção. Esse trabalho produtivo pode envolver a amplificação e extensão de significados existentes, a transformação de antigos significados e a geração de novos. O conceito de *master frame* também enxerga os movimentos funcionando, em parte, como agentes significadores profundamente enredados na mídia, nos governos locais e no Estado, o que tem sido denominado como “políticas da significação” (HALL apud SNOW, BENFORD, 1992, 136).

Para os autores, os *frames* correspondem a elaborações de uma só organização ou duas, ou mesmo de um setor de movimentos sociais, enquanto os *master frames* abrangem um número de organizações.

Ao abordar a relação entre *master frames* e ciclos de protesto, os autores argumentam sobre a importância do primeiro na emergência, sustentação e declínio do segundo, salientando que esse arcabouço conceitual complementa perspectivas anteriores, de três maneiras principais: 1) os processos de *framing*, os conceitos de *frames* de ação coletiva e *master frames* fornecem uma base para a compreensão dos processos de inspiração e legitimação da ação coletiva; 2) permitem-nos examinar empiricamente, mais do que tomar como dado, os processos através do qual eventos e ações passam a ser vistos como desejáveis ou indesejáveis, mais ou menos custosos, mais ou menos

Capítulo 1

arriscados; 3) por fim, a compreensão dos processos de *framing* pode desempenhar um papel importante na análise das oportunidades políticas, mudanças no ambiente político mais amplo e na disponibilidade de recursos (SNOW, BENFORD, 1992, p. 151-152).

De forma resumida, essa perspectiva dos *frames* é a que guiará este estudo, procurando identificar essas “molduras” significadoras da realidade. Porém, devemos fazer alguns reparos à sua aplicação. Os trabalhos aqui examinados têm forte influência da TMR, pensando os movimentos sociais, quase sempre, como conjuntos de organizações. Neste estudo, o sentido atribuído a movimentos sociais será muito mais na direção do que enuncia Diani (1992), como apresentado anteriormente. Acreditamos que o aspecto dinâmico da noção de frames se adapta bem à noção mais relacional desse autor, sem prejuízo teórico, já que não exclui organizações de sua definição.

Por outro lado, optamos por não tentar a difícil tradução para o português do termo *frame* que, de certa forma, já vem sendo utilizado como tal em diversos estudos e artigos. É importante ressaltar as múltiplas significações do termo, para melhor elucidar sua utilização. *Frame* pode significar, entre outras coisas: “*estrutura, constituição, composição, armação (...), moldura, bastidor, (...) quadro (cinema: imagem contida em um fotograma; televisão. cada imagem completa de televisão, área total limitada pelo vídeo (...)) plano, sistema, organização*” (HOUAISS, 1997, p. 310). Dessas, é importante reter a idéia de quadro, como “moldura”, bem como de “fotograma”. De um ponto de vista, embora seja um conceito que busque compreender uma dinâmica, isto é, os processos que levaram à constituição do *frame*, não se pode deixar de observar seu caráter de “instantâneo”: de maneira semelhante a um fotograma, ele é o retrato dessa dinâmica em um determinado momento. Além do mais, *frame* foi formulado para analisar uma organização e os processos de alinhamento que promove, e não as várias organizações que compõem os movimentos.

Desse ponto de vista, porém, se o *frame* é um “instantâneo”, os processos de *framing* procuram compreender como se constituem seus componentes. Acreditamos útil adotar essa abordagem para compreender “gênero” nos movimentos sociais. Decalcado do discurso acadêmico, ele pode ser

Capítulo 1

considerado um *master frame* que fornece, hoje, a “gramática” não só dos movimentos feministas e/ou de mulheres, mas de uma miríade de movimentos associados de alguma maneira a gênero. Contribuiu para isso também o papel das agências internacionais, em especial das Nações Unidas, no sentido de *transversalizar* gênero (como foi traduzida para o português a expressão *mainstreaming gender* em inglês), isto é, de certa maneira, descobrir a face gendrada⁴⁰ de cada questão ou problema, e então tratá-lo com o instrumental “adequado”.

Para considerar esse panorama, procuraremos delinear os *frames* em circulação no campo escolhido, no caso, João Pessoa e arredores da capital paraibana, entre algumas organizações selecionadas. O enfoque principal recairá sobre a Fundação Margarida Maria Alves/FMMA e cursistas que passaram pela formação de Juristas Populares. Isso não poderá ser feito de forma satisfatória sem contextualizar esse campo, aspectos culturais e históricos gerais nas quais as entrevistas e a observação de campo foram empreendidas. Nesse sentido, utilizaremos as “falas” dos sujeitos pesquisados (entre cursistas, membros da FMMA, outros ativistas), o material documental recolhido (entre apostilas do curso, cartilhas, folhetos) e observações sistematizadas em forma de diário de campo. Todos os dados colhidos por estes instrumentos serão analisados com o auxílio do cenário histórico-cultural no qual se desenvolvem.

⁴⁰ O termo “gendrado/a” vem sendo comumente utilizado na literatura para qualificar situações ou conteúdos fortemente pautados por gênero, isto é, nos quais o masculino e o feminino são aspectos importantes ou primordiais.

2. Cenários

2.1. Nota metodológica sobre procedimentos de pesquisa

Sumarizando as etapas lógicas de formulação dessa pesquisa, temos um problema: a categoria gênero que transita das formulações acadêmicas para o ativismo com um *master frame* e para a formulação das ações desse ativismo, não só nos movimentos de mulheres/feministas, nem apenas para movimentos LGBTTT⁴¹, mas para os mais diversos segmentos dos movimentos sociais, e aparentemente desconectados da temática. Os cursos de educação jurídica popular, com experiências dedicadas, de um lado, a homens e mulheres, e, de outro, somente a mulheres, além de sua recente confluência política, são um objeto privilegiado para o exame dessas questões. Por fim, optamos por uma abordagem dos *frames* para captar como essas ideias transitam e se ajustam, para possibilitar a mobilização e posterior ativismo na experiência específica de João Pessoa, que tinha cursos de orientação feminista, somente para mulheres e outro voltado para homens e mulheres.

Segundo Johnston (2002), *frame* usualmente tem sido utilizado de forma indistinta de “discurso”, assim como de “ideologia”, como já vimos. No caso, porém, do discurso [*discourse*], cabe distinguir que, embora ele não se confunda com *frame*, sua análise possa servir de material para a delimitação desses. Ambos são baseados em textos, porém, a partir de uma noção ampla, referindo-se a comportamentos simbólicos e sua estrutura. Podem tomar formas como “conversações, discursos [*speeches*]⁴², slogans, canções; e algumas vezes representações visuais, como fotos, cartuns e combinações de todos os três” (JOHNSTON, 2002, p. 66). Porém, os discursos referem-se a uma somatória dessas manifestações, em um determinado período, lugar ou pessoa. Os discursos, dessa forma abrangente, constituem o material para delimitação de um *frame* específico. No caso dos movimentos sociais, os discursos são transmitidos dos substratos culturais mais amplos selecionados

⁴¹ Os chamados movimentos LGBTTT (Lésbicas, Gays, Transexuais, Travestis, Transgênero) ora são referidos como GLBTTT (invertendo-se a ordem do início para “Gays, Lésbicas”, por razões políticas). Com origem na antiga sigla GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), a discussão política interna achou por bem ampliar e dar nomes ao “S”, levando ao modelo “sopa de letrinhas” atual.

⁴² O autor utiliza duas palavras para discurso: “discourse” e “speech”; a segunda, como se sabe, é utilizada mais comumente para ocasiões de discurso formal em determinadas ocasiões, e ao seu correspondente roteiro escrito.

Capítulo 2

por ativistas e organizações para realizar os processos de alinhamento de *frame*, como dos *master frames* a que pertencem os *frames* específicos.

No caso do presente estudo, trabalharei com três níveis de discurso: um mais geral, ligado à constituição do nordeste como “terra de cabra macho”, e, portanto, com um forte conteúdo gendrado que se contraporía, pelo menos em tese, a um *master frame* de gênero disseminado entre organizações e ativistas (feministas ou não); os discursos da FMMA, cujas fontes de dados serão documentação institucional, apostilas, boletins e entrevistas com seus integrantes, cotejados com o material de organizações feministas de João Pessoa; e, por fim, um nível microdiscursivo, no qual as fontes são as entrevistas com os juristas populares e anotações de diário de campo, que registrava acontecimentos e conversas informais, para verificar a aproximação e o alinhamento com o *frame* de gênero.

Como já explicitamos, a decisão de nos voltarmos à experiência de educação jurídica popular de João Pessoa deu-se de maneira gradual, embora o contato com o campo já se havia dado desde antes do ingresso no programa de doutoramento. O trabalho de campo realizado, entre pesquisa documental e bibliográfica *in loco*, observação participante, participação em eventos promovidos e entrevistas, foi realizado em três viagens, que somaram aproximadamente um mês de estadia em João Pessoa.

A ideia era acompanhar algumas aulas do curso de 2010, pelo menos em seus primeiros encontros (quando ocorre o módulo que trata de gênero). O curso, que fora realizado anualmente, desde 1999, esse ano não havia conseguido financiamento. Esse fato não é apenas circunstancial, mas se inscreve num movimento de saída das principais agências de financiamento do Brasil: essas têm se voltado para o continente africano, tendo em vista os avanços recentes da política econômica e a melhora dos índices sociais do Brasil nos últimos anos. Assim, linhas de financiamento internacionais que perduravam por cerca de dez anos estão sendo interrompidas e levando as ONGs a reestruturações nesse sentido⁴³. Esse foi o caso da Fundação

⁴³ Essa informação me foi dada por uma técnica de uma ONG de João Pessoa, cujo longo financiamento de uma agência internacional (aproximadamente 10 anos) também se esgotava; a ONG, que possuía sede própria, iria vender o imóvel para comprar outro que acarretaria menores custos.

Capítulo 2

Margarida Maria Alves, que ficou por meses funcionando apenas no período da tarde, em razão da redução de salário de todos os funcionários.

Na impossibilidade de acompanhar o curso como havia planejado, em contatos com a FMMA, optei por acompanhar as atividades da Rede de Juristas Populares, que planejava seu calendário de atividades para o ano. De posse então de seu calendário de reuniões, planejei um período em campo em que pudesse acompanhar algumas reuniões (que são mensais), possibilitando contatos para entrevistas. Assim, voltei-me para a atuação dos chamados núcleos de Juristas, que compõem a Rede de Juristas Populares, formada por aqueles que já concluíram o curso. Conforme veremos adiante de modo mais detalhado, essa rede recebe assessoria da FMMA por meio de um técnico designado somente para acompanhá-la e auxiliar seus núcleos na organização das atividades programadas e discussões. Porém, tem autonomia para definir quais temas serão objeto de ações e discussões.

Nas reuniões da Rede, apreendi a dinâmica, os assuntos e as estratégias adotadas. Nessas ocasiões, pude fazer entrevistas ou estabelecer contatos para entrevistas futuras. Ao lado disso, também entrevistei juristas indicados pela FMMA, o que me foi proposto pela própria organização.

Devo assinalar que, de acordo com o que se convencionou como situações “ideais” de entrevista, nem sempre essas se apresentaram. Em algumas circunstâncias, fui obrigada a fazer entrevistas sujeitas a todo tipo de interrupção e interferência; outras vezes, pesquisas em dupla ou com presença de terceiros. Em determinados momentos, tive que aceitar essas condições para que as entrevistas pudessem ser realizadas da melhor forma possível. Explico: em alguns momentos, os entrevistados ficavam tensos sobre o que lhes seria perguntado, como se eu lhes fosse “cobrar” algum tipo de informação ou conhecimento. A presença do intermediário à entrevista (alguém que me levava até o entrevistado/a, na sua casa ou organizações em diversos bairros da Grande João Pessoa) garantia que nada do que eu perguntasse não pudesse ser dito “abertamente”, ou mesmo podia ser atestado pelo testemunho desse terceiro. Na trilha do que afirma Johnston (1995), entrevistas estruturadas de maneira “frouxa”, assim como discursos e episódios gravados de interação são as melhores fontes de textos verbais para análise

Capítulo 2

microdiscursiva. Na experiência do autor, protocolos de entrevista que são informais e com objetivos abertos encorajam a narrativa do entrevistado sobre detalhes da sua adesão inicial, participação e eventos (1995, p. 222). Assim procedi, acreditando que, em determinados contextos, a interação informal e o nãoisolamento entrevistador-entrevistado era a melhor opção. Em outros momentos, porém, contei com isolamento, inclusive acústico, em uma sala grande e com ar condicionado, na qual os entrevistados concediam-me entrevistas de maneira separada, conforme chamados pelos próprios técnicos da FMMA. Essas condições, aparentemente confortáveis e ideais, porém, nem sempre eram possíveis ou desejáveis: era preciso encontrar os mais diversos discursos sobre a experiência.

Por outro lado, uma pequena parcela dos entrevistados, porém, ficaram tão à vontade para falar que de certa maneira até “recusavam” o compromisso de sigilo que a todo início de entrevista eu buscava garantir. Ao lado disso, recolhi amplo material, em pesquisa nas organizações envolvidas, desde apostilas, folhetos de divulgação, livretos e publicações, além de pesquisa bibliográfica, em diversos catálogos on-line e na biblioteca da UFPB/Universidade Federal da Paraíba.

2.2. Nordeste, terra de cabra macho

A região Nordeste, como se sabe, tem fama de “machista”. O senso comum a respeito tem diversos exemplos sobre como isso se operaria, muitas vezes relatados pelos próprios nativos da terra. Tal “abundância” não poderia dar-se apenas sobre a base do preconceito e da estereotipização dos nordestinos, mas sim, um ponto de partida que se inscreve na história, no tempo e no espaço. A construção identitária do nordestino, o tipo regional produto da região Nordeste, é profundamente marcada pela ideia de virilidade e de masculinidade.

Albuquerque Júnior (2003, 2009) se debruça sobre a invenção desse Nordeste como uma região com identidade própria e homogeneizadora. Ao examinar uma ampla literatura e documentação, pode afirmar que a região, que tem suas características “essenciais” decantadas em prosa e verso, não existia até a primeira década do século XX (ALBUQUERQUE JR, 2009). Até então, a

Capítulo 2

antiga geografia mencionava apenas “províncias do norte” e “do sul”. Desde o final do século XIX até o período pós-Primeira Guerra Mundial, a antiga região norte passava por crise associada à crescente subordinação e dependência econômica de outras regiões do país, notadamente, São Paulo. Essa última, do antigo Sul⁴⁴, industrializava-se e emergia como potência econômica e centro de poder financeiro e político brasileiro⁴⁵. O processo de construção de uma identidade nacional que se afigura no início do século XX, conta com a formulação de discursos regionais, de um lado o do Sul (de acento notadamente paulista) e de outro, o nordestino (derivação do Norte), que se elaboram de maneira simultânea e em oposição, já desde o final do século XIX (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 60-64 e 70-76).

Essa reelaboração da antiga oposição Norte-Sul com elementos novos se faz a partir de diversos fatores. O declínio de todo um modo de vida dos engenhos, substituídos pelas modernas usinas, a emergência do cultivo algodoeiro, o consequente esvaziamento da relação tradicional entre senhor de engenho de açúcar e aqueles que lhes estavam submetidos, a diminuição da importância econômica, as prolongadas estiagens que produzem tanto o retirante como o flagelado das secas... Estas últimas, inclusive, já haviam se traduzido em filão reivindicatório entre os parlamentares nortistas, desde o final do século XIX, quando a prolongada estiagem de 1877-79 fez suas vítimas. Outro motivo de solidariedade intraregional era o combate ao cangaço, que desconhecia fronteiras, vitimando diversos estados.

Ao lado disso, os filhos das elites agrárias decadentes convergiam para Recife e Olinda em busca de formação superior. Essas cidades, que já constituíam centro urbano importante da região, se tornam o caldeirão primeiro da elaboração da identidade nordestina. Pode-se dizer que o movimento regionalista ali nasce, encabeçado por Gilberto Freyre (ALBUQUERQUE JR, 2009, p. 85). O tradicional Diário de Pernambuco tornara-se um importante veículo, servindo inclusive para que Freyre utilizasse os anúncios desse jornal

⁴⁴ A princípio, a região sul era constituída pela área que ia do Rio Grande do Sul até a Bahia (ALBUQUERQUE JR, 2009, p. 55.). Só posteriormente a Bahia será “anexada” à região nordeste.

⁴⁵ É verdade que, do ponto de vista do poder político, já se trata da consolidação de situação que vinha desde a conhecida política do “café-com-leite”, na qual era importante produtor de café. A sua posterior industrialização, como se sabe, se fez sobre as bases financeiras proporcionadas por essa produção.

Capítulo 2

como base para definir os limites da região, abrangendo a extensão desde Alagoas até o Maranhão. O movimento cultural que se expande a partir dessas bases tem marco fundador no Congresso Regionalista de 1926. Freyre chega a escrever um volume dedicado ao nordeste em 1937 (FREYRE, 2004), assim como o discurso regionalista alimenta e é alimentado pela produção literária da geração do “romance de 1930”, dentre os quais se pode destacar os paraibanos José Lins do Rego e José Américo de Almeida⁴⁶. Para marcar de vez a cultura nacional com as imagens nordestinas, na década de 1940, estoura a música de Luis Gonzaga, que irá dar sotaque e imagética “nordestina” a sua própria figura, com músicas que falam da saudade da terra que os imigrantes nordestinos deixavam para trás para tentar a vida, e que tinham como numerosa audiência justamente esses “desterrados” do Nordeste.

O Nordeste nasce, portanto, como um produto da saudade e da tradição, numa díade complementar. Também nasce como a região das secas, já na sua origem, pois o termo é cunhado para designar a parte do Norte sujeita a estiagens (ALBUQUERQUE JR, 2009, p. 83). Contando com uma história de rico simbolismo, a elaboração seleciona aspectos na construção dessa identidade comum, de um discurso que irá narrar as coincidências de traços e destinos da região, para responder à ameaça de dissolução daquela civilização agrária, do açúcar e do algodão, dos favores e das relações pessoalizadas. A ameaça vem tanto da industrialização representada pelas usinas que substituirão os engenhos, como daquela que se assoma no Sul, especialmente, a província de São Paulo. Essa última também conta com poderoso arsenal simbólico que se contrapõe ao regionalismo tradicionalista, representados pelo modernismo paulista, cujo marco é a Semana de Arte de 1922.

Há também um “outro” Nordeste, que se formula sob a contestação e o conflito. É uma região que também se industrializa e sofre os efeitos da modernização e suas novas e ainda não conhecidas formas de exploração. É um Nordeste que, desconfortável com o presente, vira as costas para a história, para olhar o futuro (ALBUQUERQUE JR, 2009, p. 207). Nesse contexto surgem obras que olham “para o povo”, como os “romances

⁴⁶ José Américo é reconhecido romancista da geração de 1930, sendo o seu romance “*A Bagaceira*” (1928) considerado obra precursora.

Capítulo 2

proletários” de Jorge Amado e o retrato da pobreza na literatura seca de Graciliano Ramos (ambos com passagens pelo Partido Comunista Brasileiro), além de um sem-número de desdobramentos de uma arte politizada que ganhava lugar (ALBUQUERQUE JR, 2009, p. 271-227). Porém, ainda que discorram de forma crítica sobre o coronelismo, o cangaço e o messianismo, acabam por reforçar a mesma imagética nordestina, deslocando-as, no entanto, do lugar da “saudade”. É um Nordeste proletário, da miséria e da rebeldia de seus valentes heróis populares, como Lampião e Zumbi.

O movimento regionalista foi um movimento reacionário⁴⁷, que reagia justamente ao declínio político e econômico de uma elite dos engenhos, saudosa dessa sociedade patriarcal, que, nos estudos de Freyre, eram mais do que uma sociedade baseada no poder patriarcal, mas um modo mesmo de vida, que regravava de maneira total as instituições sociais. O discurso do regionalismo é todo ele construído sobre bases gendradas, nas quais aquilo que ruía, seja, a sociedade patriarcal e suas instituições, a família sobre a qual era baseada, a base rural sobre a qual se assentava, eram identificados com o masculino e o viril; por outro lado, a cidade, a urbanização e a industrialização eram associadas à desvirilização, à emasculação da sociedade; a cidade era o lugar da fraqueza, da feminização dos filhos da elite agrária (bacharéis urbanos), assim como dos trabalhadores, expostos aos vícios que a nova civilização urbana oferecia. O alcoolismo, a decadência dos valores morais e da família patriarcal, cada vez mais substituída por um modelo de família nuclear, feminilizava tanto essa nova sociedade, como os homens que dela eram resultado. A sociedade hierárquica patriarcal estava sendo perigosamente substituída, na visão dos tradicionalistas, por uma perigosa “horizontalização”, identificada com o feminino, transformação que tinha, no surgimento do feminismo do início do século XX, a exata personificação: a entrada das mulheres no espaço público, suas mudanças de comportamento, com cabelos *à la garçonne*. Essas mudanças, ainda que tímidas, eram os sinais da decadência do mundo patriarcal. Mesmo a República, em

⁴⁷ Utilizo o termo “reacionário” aqui no sentido de “pertencente à reação”, no caso, ao movimento modernista, menos do que no sentido “ultraconservador” ou “contrário à democracia”, embora por vezes o discurso regionalista pudesse fornecer elementos à formulação de discursos conservadores.

Capítulo 2

contraposição ao tempo imperial, era representada, muitas vezes, por cartunistas, como uma mulher caprichosa. (ALBUQUERQUE JR, 2003, p. 86-100)

Essa feminilização advinda do processo urbano-industrial era vista pelos regionalistas como uma invasão indevida de costumes que não eram nossos (brasileiros). Eram imposições externas, que traziam novos costumes indesejados. Essa invenção do nordestino viril não se dá, evidentemente, sobre o “nada”. Os regionalistas trabalham com o material regional difuso disponível, no qual se encontram diversos tipos associados às regiões naturais⁴⁸ dos estados do antigo Norte, como o sertanejo, o brejeiro, o praiano, cada um com suas características étnicas próprias, produto da mestiçagem diferenciada entre brancos, negros e índios. Apesar da incorporação dos vários tipos regionais, é sobre figura do sertanejo que o nordestino será fundado. “O sertanejo, antes de tudo um forte”⁴⁹ é a matriz sobre a qual será forjado o nordestino: aquele que tem que lidar com a natureza árida e difícil do sertão, que sobrevive com pouco, mas que defende sua propriedade com unhas e dentes, e, principalmente, com o uso da violência. A sua honradez não pode ser afrontada, e caso o for, o sertanejo, sempre armado, puxa logo da faca para resolver suas questões. A escolha do sertanejo se dá por diversos fatores: além de ser o personagem principal do flagelo das secas, e, portanto, veículo mais adequado para as reivindicações das elites para verbas e atenções do governo federal, ainda tinha como componente a sua mestiçagem original brasileira (das três raças, mas, principalmente, do branco com o índio) e seu isolamento da região litorânea, o que o tornava o mais puro exemplar do brasileiro, segundo o discurso regionalista. Sob essa lógica, a população litorânea sofria a influência estrangeira, tanto pelo processo de urbanização industrial (que impunha uma sociabilidade estranha e inautêntica aos trópicos) e pela imigração estrangeira, que trazia influências civilizatórias “efeminadas”

⁴⁸ Como se sabe, a região nordeste possui pelo menos três grandes formações fitogeográficas, quais sejam: Zona da Mata (quente e úmida), Agreste (zona de transição) e Sertão (semi-árido). Em alguns estados, como Paraíba e Pernambuco, há ainda, no interior do Agreste, regiões um pouco mais úmidas que a média desta, denominadas Brejos.

⁴⁹ Essa frase, hoje muito popular, foi cunhada por Euclides da Cunha, na sua obra *Os Sertões* (2006) escrita em 1902.

Capítulo 2

para as grandes cidades. A associação, no discurso dos regionalistas, é constante, entre virilidade/força e poder; o sertanejo é o “cabra-macho” que pode “virilizar” novamente o Nordeste, esvaziado de poder econômico e político.

É fato que esse sertanejo é uma composição que ora se refere àquele habitante dos sertões das camadas mais pobres, ora pode ser o membro dos grupos mais ricos. De qualquer maneira, é uma construção “costurada por dentro”, isto é, ao mesmo tempo que serve a interesses da classe que a elabora, provoca identificação entre os membros dessa própria elite, por outro lado, posteriormente irá obter ressonância nos outros grupos sociais. A partir da forte migração interna Nordeste-Sudeste, que se acirra a partir da década de 1960, manifestações culturais de massa dão a pincelada final à identidade nordestina, que se difunde nacionalmente. Destaque-se, por exemplo, o sucesso de Luiz Gonzaga, que se apresenta com roupa de vaqueiro e chapéu de cangaceiro, o que irá se tornar a imagem do nordestino, não só para o sudeste, como para os próprios migrantes nordestinos, alvos de toda sorte de preconceito. As músicas de Gonzaga consolidam a imagem do tipo regional nordestino, com referências saudosas à terra natal, mas também à tristeza das secas e da sua coragem e força.

2.2.1. Sobre a Paraíba e a paraibanidade

Vamos passar rapidamente pela construção da história do estado da Paraíba, e da sua capital João Pessoa. Apesar de se tratar de discursos que se situam em um nível estrutural muito abrangente, vale a pena sua breve enunciação por serem amplamente difundidos nos bancos escolares e, portanto, de grande circulação na população. Esse macrodiscurso oficial irá delinear linhas mestras sobre o que se afirma “ser paraibano” e, contra o quê outros discursos poderão se construir. Não estamos afirmando que essa identidade exista, mas que houve esforços no sentido da sua elaboração, o que já torna importantes os aspectos que procura ressaltar ou omitir. Também lembrar que foram construídos com a perspectiva da capital, isto é, a Paraíba inicia-se com a sua fundação e a partir dessa (e não de seu interior, visto como

Capítulo 2

muito mais ligado à capital pernambucana, em razão, inclusive, de facilidade geográfica e das relações comerciais) (SÁ, MARIANO, 2003).

O trabalho de Dias (1996) aponta para os primórdios da formulação da paraibanidade, ao mesmo tempo um sentimento e uma construção histórica sobre a especificidade do “homem paraibano”. O estado da Paraíba é, como se sabe, vizinho ao de Pernambuco, ao qual esteve submetido administrativamente por um breve período (1755-1799). A grandeza e a proeminência política e econômica do vizinho fazem “sombra” ao estado da Paraíba, cujas elites e intelligentsia se esforçam por delimitar uma história apartada da pernambucana (MARIANO, 2003, p. 96-97). Mais do que isso, querem encontrar o caráter mesmo desse nativo da Paraíba, desse homem específico, sua paraibanidade, advogando um status semelhante à mineiridade (ARRUDA, 1990) ou à identidade rio-grandense (GUTFREIND, 1989). Segundo o trabalho de Dias (1996), que utiliza Revistas do Instituto Histórico Geográfico Paraibano/IHGP, os traços considerados fundadores da paraibanidade são justamente o seu caráter pacífico (que possibilita a fundação da capital, antiga Nossa Senhora das Neves, a partir do acordo entre João Tavares, explorador português e Pyragibe, cacique tabajara) e a “vocação” republicana e seu liberalismo. Aliado ao seu caráter pacífico, no entanto, estaria a “bravura” dos combatentes paraibanos, que, quando necessário, alistaram-se nas Revoluções de 1817 e 1824 (MARIANO, 2003).

É fato que o IHGP é fundado em 1905, pouco depois da proclamação da República: além das preocupações em formular uma história paraibana, até então “inexistente”, seus “ideólogos (...) buscavam construir versões históricas que privilegiassem a unidade nacional e legitimassem o regime republicano” (SÁ, MARIANO, 2003). Era uma história de grandes homens, heróis, “gente opulenta e de boa linhagem” (MARIANO, 2003, p. 91).

Essa história “oficial”, recém-construída, irá encontrar depois sua oposição com a criação do NDIHR /Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFPB, em 1978, que procura se contrapor à visão mais tradicional delineada pelo IHGP. Porém, Dias (1996) defende que essa visão tradicional ainda tem influência nos manuais e livros didáticos de história.

Capítulo 2

No entanto, um período fundamental para a formação de uma ideia de nacionalidade brasileira é justamente o início do século XX. Nos seus primeiros anos, ocorreram a Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, o Movimento Tenentista e a Revolução de 1930. Nas décadas de 1930-40, surgiram obras fundamentais para pensar a ideia de nação brasileira⁵⁰.

É justamente no centro dos acontecimentos deflagradores da Revolução de 1930 que está João Pessoa e a Paraíba. A título de exemplo, é possível citar Dias (1998) que reflete, por meio da análise de vídeos didáticos históricos sobre a história oficial da Paraíba, a respeito de suas principais referências. Utilizando uma questão simples, feita a alunos da licenciatura de História e a professores de História em formação continuada, “O que vem a sua mente quando você pensa em História da Paraíba?”, as respostas mais comuns eram: “a bandeira do Estado, o Presidente João Pessoa e o escritor/político/intelectual José Américo de Almeida”.

A capital paraibana já teve vários nomes, ao sabor do jogo político, mas deixou de se chamar *Parahyba do Norte* para denominar-se *João Pessoa* em famoso episódio da história nacional. A sucessão do presidente Washington Luis, um governo de relativa calma, torna-se um processo agitado devido à indicação de Julio Prestes, paulista, após Luis, também paulista, o que romperia o acordo tácito de alternância São Paulo/Minas.

Getúlio Vargas lançava-se candidato, apoiado pela Aliança Liberal, uma coligação heterogênea de forças políticas, que contava com políticos de situação em seus estados (como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba) e grupos de oposição ao governo federal, como Partido Democrático (PD), criado em São Paulo em 1926, além de grupos de civis e militares descontentes. O vice da chapa de Getúlio é João Pessoa, então presidente da província da Paraíba. Julio Prestes, no entanto, ganha as eleições nas urnas. Inconformados com a derrota, a Aliança Liberal busca aproximar-se de lideranças tenentistas, julgadas importante força por sua “experiência militar e seu prestígio” (FERREIRA, PINTO, 2006, p. 16). A articulação das forças descontentes, então lenta, ganha força com o inesperado assassinato de João

⁵⁰ Cita-se comumente *Casa Grande & Senzala*, de G. Freyre (1933), *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) de Caio Prado Júnior.

Capítulo 2

Pessoa, tomado imediatamente como político, apesar de sua motivação passional. Em momento de comoção, decide-se mudar o nome da capital da Paraíba para João Pessoa, em homenagem ao presidente morto.

A famosa “bandeira do nego” paraibana (abaixo), vem também desse período: o vermelho era a cor da Aliança Liberal e a faixa preta representa o luto com a morte de João Pessoa. A palavra “nego” do verbo “negar” representava a nãoaceitação, por parte de João Pessoa, do sucessor indicado pelo então presidente Washington Luís.



Ilustração 1 – Bandeira do estado da Paraíba.

Essa é a história oficial sempre contada e a que interessa para a história nacional mais ampla. Porém, o episódio do assassinato de João Pessoa esconde outro ainda pouco narrado, mas que é importante para a história local, assim como às vezes é mencionado para descreditar a aura de mártir imputada ao político.

No centro dos acontecimentos que antecedem a morte de Pessoa está Anayde Beiriz, professora normalista de ideias avançadas para a época, portadora de comportamentos como fumar, usar cabelos curtos (*a la garçonne*) e maquiagem. Destacava-se intelectualmente, fazia poemas, participava da vida intelectual da cidade e afirmava publicamente que não queria casar ou ter filhos. Vinda de família simples e sem influência política, apesar de seu destaque intelectual, não pode obter emprego nas boas escolas. Sua saída foi lecionar em pequena vila de pescadores, sendo uma pioneira na educação de adultos.

Tem então um caso com João Dantas, político de grupo opositor ao de João Pessoa, que teve sua casa invadida e vasculhada pelo então presidente da província. Nesse episódio, vieram a público as cartas amorosas do casal, utilizadas para atacar João Dantas. Este vai ao encontro de João Pessoa e o

Capítulo 2

mata. João Dantas morre degolado na prisão, em Recife, supostamente por suicídio.

Anayde, que se muda para Recife para acompanhá-lo, morre pouco depois, também por suposto suicídio, dessa vez por envenenamento. A violência do episódio foi narrada no filme “Parahyba Mulher Macho”, de Tizuka Yamazaki. Esse importante episódio também teria inspirado a música “Paraíba”, que dá origem ao nome do filme de Yamazaki, conhecida por seu refrão: “Paraíba masculina, mulher macho sim, senhor”⁵¹.

Esses acontecimentos, recentes em termos históricos e importantes para a política do estado e da cidade, remete a padrões morais conservadores, utilizados politicamente e respondidos de forma violenta. Conta-se que, depois do episódio do assassinato, Anayde Beiriz era apontada na rua como “a prostituta do assassino do presidente” (JOFFILY, 1980). Tudo leva a crer que os valores morais sobre a sexualidade colaboraram, em parte pelo menos, na comoção e na indignação pela morte de Pessoa. A utilização dos valores morais conservadores estava associada, porém, ao grupo político de João Pessoa, liberal, e que era formado por grupos de novas elites que questionavam aqueles que então ocupavam o poder central, mas que iriam governar a Paraíba por muitas décadas depois disso, reafirmando sua hegemonia no comando desse estado.

O interventor federal nomeado após a Revolução de 1930 foi José Américo de Almeida (ver nota 46), famoso político, escritor e intelectual paraibano, da mesma Aliança Liberal alinhada a Getúlio Vargas, e que já havia comandado a repressão política à Revolta da Princesa⁵². Não fosse o golpe de Estado de 1937, José Américo teria concorrido à presidência da República como candidato da situação. Os governadores que se seguiram, na Paraíba, por muitos anos saíram do mesmo grupo político de Pessoa e Américo, o que

⁵¹ “Quando a lama virou pedra e mandacaru secou /quando ribançã de sede bateu asas e voou / foi aí que eu fui me embora carregando a minha dor /hoje eu mando um abraço p'ra ti pequenina/ Êta pau pereira que a princesa já roncou / êta paraíba mulher macho sim senhor / êta pau pereira meu bodoque nem quebrou / hoje eu mando um abraço p'ra ti pequenina / Paraíba masculina mulher macho sim senhor (bis) / Saí p'ra lá peste!

⁵² Há indícios que a música “Paraíba Masculina” tenha sido feita sob encomenda para a campanha a governador de José Américo. Sabe-se que foi tocada em comícios e a referência ao episódio é facilmente detectável na estrofe: “Êta pau pereira que a princesa já roncou” – José Pereira foi quem proclamou a “República de Princesa”.

Capítulo 2

deve ter contribuído para preservação da memória do episódio como uma ofensiva à Aliança Liberal.

A Paraíba também tem importante participação nas chamadas “Ligas Camponesas”, movimento surgido primeiramente no vizinho Pernambuco, nas décadas de 1950-60. Nesse último, as Ligas tiveram uma atuação mais destacada nas áreas de usinas de cana, nas quais reivindicavam melhores condições de vida. Porém, na primeira, surgiram na sua região de Várzea do Paraíba fora das usinas e com o objetivo maior de obter o direito do trabalhador de plantar e colher nas terras que arrendava, sem o pagamento do chamado “cambão”, dias de trabalho gratuito prestado nas terras do proprietário. Essa relação do arrendatário era denominada de “sujeição”, “obrigação”, “diária”: “Era comum o camponês se apresentar como: ‘sou o sujeito’ do proprietário tal, sou ‘obrigado’ a fulano, sou ‘diarista’ de beltrano” (LEMOS, 2000, p. 129), o que levava a uma relação semelhante à de servidão. Até os dias de hoje, a Paraíba é um estado de perfil bastante rural e de costumes estreitamente ligados ao campo, mesmo na capital João Pessoa, como veremos no próximo item.

2.3. Localizando João Pessoa e arredores

O presente estudo não se circunscreve à cidade de João Pessoa, nem toma a sua região metropolitana como base. Na verdade, a região metropolitana de João Pessoa, recentemente criada⁵³, congrega doze cidades, abrangendo quase todo o litoral desse estado. No entanto, algumas cidades possuem uma maior proximidade e relação de conurbação com a capital, ligadas por meio de vários ônibus intermunicipais. Na minha pesquisa, participei de reuniões em João Pessoa, Santa Rita e Bayeux. É importante descrever, portanto, o cenário dessa pesquisa, para a melhor compreensão de alguns aspectos ligados ao seu desenvolvimento.

⁵³ Foi criada pela Lei Complementar 59/2003 (compreendendo as cidades Bayeux, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Mamanguape, Rio Tinto e Santa Rita) e ampliada pela Lei Complementar 90/2009 (incluindo as cidades Alhandra, Pitimbu e Caaporã). Estudos anteriores à regulamentação atual, como o de Rodriguez (1980) mencionam que a região metropolitana de João Pessoa era composta por pelo menos quatro municípios, mais a capital: Bayeux, Cabedelo, Conde e Santa Rita.

Capítulo 2

A cidade de João Pessoa foi a terceira cidade do Brasil, fundada em 1585. Isso ocorreu devido à sua precoce função administrativa, desde então já designada “cidade”, ao contrário de outras cidades brasileiras, que nascem vilas ou povoados. A sua urbanização de quatro séculos, no entanto, não resultou em uma grande metrópole.

Atualmente uma cidade de grande porte⁵⁴, não alcançou, porém, a marca de um milhão de habitantes (tem cerca de 700.000 habitantes, a maior cidade do estado nos dias de hoje⁵⁵) e é conhecida pelas enormes áreas verdes que abriga em território urbano. Não é raro encontrar, em plena cidade, resquícios da vida rural, como criação de galinhas e outros animais, cabeças de gado circulando em vias públicas, presença de árvores frutíferas e pequenas hortas nas residências. Esse caráter rural foi estudado por Doralice Sátyro Maia (2000), que mostra como a origem e a expansão da cidade apresentam marcas do mundo rural. Por outro lado, sempre se instituíram leis que privilegiavam a não verticalização da cidade, que por muito tempo proibiu a construção de “espigões”. A orla de João Pessoa ainda é uma das raras capitais que possuem construções baixas, preservando a circulação do vento marítimo para seu interior.

É uma cidade de desenvolvimento mediano⁵⁶, tem um PIB per capita de R\$ 10.018, menor que o de Recife (R\$ 13.510) e o de Natal (R\$ 10.362), capitais mais próximas, porém, muito próximo ao de Fortaleza (R\$ 10.066) e superior ao de Salvador (R\$ 9.240), duas grandes capitais da região (IBGE, 2007). O contraste, no entanto, fica com Bayeux, cidade próxima ao centro de João Pessoa que foi, por muito tempo, cidade-dormitório, com PIB per capita de R\$ 5.370. Leve-se em consideração que essa cidade teve incentivos fiscais para a instalação de um distrito industrial e que abriga hoje o aeroporto Castro

⁵⁴ O IBGE classifica como municípios de grande porte aqueles que possuem mais de 500.000 habitantes.

⁵⁵ Os dados estatísticos referentes a João Pessoa e outras cidades mencionadas foram retiradas do sítio eletrônico IBGE Cidades (IBGE, 2010).

⁵⁶ O índice mais apropriado para essa análise, o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios) é calculado a partir dos dados do Censo Demográfico, portanto, o ranking mais recente é de 2000, já que os dados do Censo 2010 foram apenas recentemente lançados. Tendo em vista as recentes mudanças sociais e econômicas, é de se esperar mudanças. Para o ano de 2000, para efeito informativo, o IDH-M de João Pessoa era 0,783, o de Bayeux 0,689 e o de Santa Rita, 0,659.

Capítulo 2

Pinto, que serve a João Pessoa. Santa Rita, outra cidade conurbada à capital, tem uma situação um pouco melhor, como PIB per capita de R\$ 6.801.

A falta de água em diversos bairros da capital e das cidades mencionadas, em alguns, diária, mostra a fragilidade da expansão da estrutura urbana. Muitos bairros não têm ligação com a rede de esgoto sanitário, recorrendo a fossas sépticas. Segundo estudo do Centro de Estudos da Metrópole (MARQUES, 2007, p. 116), a Paraíba é um dos estados que mais possuem assentamentos precários na região nordeste, ao lado da Bahia e de Pernambuco. A capital possui 17,59% de habitações em condições precárias, em 6º lugar na região. Entre os onze municípios com mais habitações precárias na região nordeste, João Pessoa era a única capital. Santa Rita, na sua região metropolitana, tem 15,59% e Bayeux, 8,04%.

A Grande João Pessoa é uma região que possui espaços de mata no seu interior, de onde aqueles que habitam nos seus arredores ainda retiram lenha para cozinhar. Em se tratando de área urbana, possui considerável produção pecuária e agrícola⁵⁷. Assim, a questão ambiental, com veremos no capítulo 5, se constitui em uma questão importante e relacionada diretamente com a preservação das reservas naturais da região, assim como com a qualidade dos serviços de água e esgoto que são oferecidos.

2.3.1 Movimentos de mulheres/feministas em João Pessoa e Paraíba

Não esteve entre os objetivos dessa pesquisa mapear de forma exaustiva as organizações de mulheres ou feministas⁵⁸ em ação no estado da Paraíba ou na capital João Pessoa. Porém, traçar algumas características será importante para compreender de que maneira são debatidos os temas relativos a gênero nesse âmbito.

⁵⁷ A título de exemplo, em 2009, contava com 2.895 cabeças de gado bovino, dez hectares de manga, cinco hectares de banana e 200 hectares de coco-da-baía plantados, entre outras inúmeras espécies (IBGE, 2007)

⁵⁸ Estou considerando os movimentos feministas e de mulheres conjuntamente, partindo do princípio de que ambos politizam a condição feminina, seja para reivindicar necessidades práticas (movimentos de mulheres) ou interesses estratégicos (movimentos feministas), conforme as noções desenvolvidas por Molyneux (1985). Do meu ponto de vista, ambos reconhecem a condição de desigualdade entre homens e mulheres e a mobilizam para elaborar suas demandas.

Capítulo 2

Em primeiro lugar, deve-se localizar a Paraíba em uma certa parte do Nordeste. Isso é importante porque o estado, histórica e politicamente, é área de influência importante do estado de Pernambuco, já chamada de “a Meca feminista do Nordeste” (BONETTI, 2007). Ainda que essa influência não se realize sem disputas, a região mesma é alvo de indiscutível influência pernambucana na delimitação e instituição da região Nordeste, conforme já exposto. Por outro lado, organizações não governamentais têm proliferado em Pernambuco, em especial em Recife, no que diz respeito a questões de gênero e feministas. O Fórum de Mulheres de Pernambuco tem se materializado em um espaço de articulação de crescente força política. Não é possível, como bem demonstra Bonetti, dissociar essa força da existência da SOS Corpo, ONG altamente profissionalizada, com quadros especializados e que, pelo seu intenso trabalho ancorado duplamente em trabalhos acadêmicos (em franca associação com a Universidade Federal de Pernambuco/UFPE) e militantes (de produção de material pedagógico feminista e de formação militante, com influência importante da Educação Popular). Bonetti encontra, em seu trabalho sobre o feminismo no Recife, que o atributo da *coragem* é fundamental para a legitimação das mulheres que de alguma forma participam da vida política (seja nas associações de bairro, seja na vida sindical, seja no próprio fórum de mulheres de Pernambuco).

No entanto, João Pessoa, cidade de menor dimensão, muito próxima a Recife (120 km), com outra dinâmica sócio-econômica, acaba por desenvolver uma luta política de gênero diferente de sua vizinha, sem deixar de influenciar-se por ela. Uma “pista” presente no estudo de Bonetti (2007) aponta para um maior aporte de financiamento para as ONGs da capital pernambucana. Esse fato poderia ser também explicado, além do forte potencial de captação das feministas pernambucanas, a uma série de outros fatores, seja, a condição de Recife de importante capital da região nordeste conjugada com instituições universitárias fortes e centros de pesquisa de gênero⁵⁹, o que possibilita capacitação técnica de pessoal e fundamentação adequada para a proposição de projetos. Também auxilia no intercâmbio com instituições internacionais de

⁵⁹ De maneira similar, podemos apontar Salvador como outra importante capital nordestina que possui semelhantes condições.

Capítulo 2

fomento, elementos importantes, como vamos ver, para garantir sustentabilidade de organizações desse tipo.

Estudo realizado pela ONG paraibana Cunhã⁶⁰ (2000), apesar de já ter dez anos de publicação, serve para apontar algumas pistas sobre as organizações feministas na Paraíba. Os primórdios do feminismo paraibano remontam à década de 1970, com a criação de uma seção do Movimento Feminino pela Anistia/MFA, liderado nacionalmente por Terezinha Zerbini, e que foi dissolvido para não ser incorporado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia. Em João Pessoa, algumas integrantes do MFA resolveram criar o primeiro grupo propriamente feminista, o Maria Mulher (1979). Mais dois grupos foram criados em Campina Grande, o Grupos de Mulheres de Campina Grande (final de 1970) e o Grupo Raízes (1984). Todos os três grupos se autodissolveram, por razões políticas ou de “mudança de cidade” das integrantes⁶¹. Outros grupos, denominados como partidários, sindicais e acadêmicos foram igualmente criados e dissolvidos durante a década de 1980. Essa criação e dissolução constante de grupos pioneiros mostram a instabilidade desse estabelecimento e, por outro lado, sua exterioridade (a maioria, por influência de militantes exiladas que regressavam ao Brasil e lá se estabeleceram, pelo menos, a princípio). No entanto, deve-se notar que essa “exterioridade” do feminismo também se deu em outras partes do país, que foi impulsionado com a chegada das exiladas expostas ao feminismo europeu e norte-americano das décadas de 1960 e 1970. O que parece é que, ainda que a história dos movimentos feministas na Paraíba siga uma trajetória parecida com a que se conta em termos nacionais⁶², pode-se apontar a particularidade da visível dificuldade de manutenção de longa duração de grupos, pelo menos até a década de 1980. Isto é, pouquíssimos grupos pioneiros permanecem ativos até os dias de hoje: dos oito grupos elencados pela publicação, que teriam surgido

⁶⁰ Trata-se de organização feminista bastante profissionalizada da cidade de João Pessoa, que possui importante articulação política com o SOS Corpo e com a Articulação de Mulheres Brasileiras/ AMB.

⁶¹ A questão da “migração acadêmica”, isto é, a migração de profissionais que se estabelecem por algum tempo, e depois mudam para outros pólos é bastante comum. Universidades sem programas de pós-graduação, sem doutorado, não possuem potencial formativo de professores, devendo recorrer a doutores de outras cidades e regiões do país. São essas universidades também que possuem menores recursos e infra-estrutura, provocando a migração de profissionais em busca de ambientes acadêmicos mais estruturados. Esse aspecto é importante, e afetou o feminismo paraibano, como se pode constatar.

⁶² Sobre isso, consultar Blay (2001), Teles (1993), Pinto (2003).

Capítulo 2

entre finais de 1970 e início de 1980⁶³ (com exceção dos núcleos acadêmicos), apenas a Comissão de Mulheres da CUT (atual Secretaria) e as Associações de Domésticas permanecem ativas, ambas, coincidentemente, ligadas ao mundo sindical. É verdade que esses grupos extintos dão origem a outros, como o próprio Cunhã, mas não se pode desconsiderar sua desarticulação como um fator importante.

Sob outro aspecto, essa trajetória das organizações paraibanas feministas ou de mulheres parece acompanhar uma tendência apontada na trajetória mais ampla das organizações feministas brasileiras, a partir da década de 1990, seja, a explosão do número de organizações (cf. ALVAREZ, 2000), consequência de um contexto mais amplo do processo de democratização, incremento da sociedade civil e dos canais de participação abertos a esta pelo Estado (CARDOSO, 1994). Porém, a história do desenvolvimento de segunda onda (BLAY, 2001) dos movimentos de mulheres e feministas nos diferentes estados brasileiros ainda está para ser escrita, já que o que se tem hoje (TELES, 1993; PINTO, 2003; GOLDBERG, 1987, entre outros) está fortemente baseado no eixo São Paulo-Rio.

Na Paraíba, das quarenta organizações surgidas desde a década de 1980, dezessete surgiram a partir de 1997 (quatro em 1997, cinco em 1998 e oito em 1999), como se pode observar no gráfico abaixo⁶⁴:

⁶³ Movimento feminino pela Anistia-PB, Grupo Maria Mulher, Grupo de Mulheres de Campina Grande; Grupo Raízes; Comissão Interinstitucional de Saúde e Direitos da Mulher de Campina Grande; Grupos Partidários (União de Mulheres de Cruz das Armas e Federação das Mulheres Paraibanas); Grupos Sindicais (CGT e CUT); Associações de Trabalhadoras Domésticas de João Pessoa e Campina Grande

⁶⁴ Segundo informação de campo, somente uma dessas organizações não existe mais (Centro Acorda Mulher, em Bayeux), mas também não se tem notícia da criação de outras organizações ou grupos.

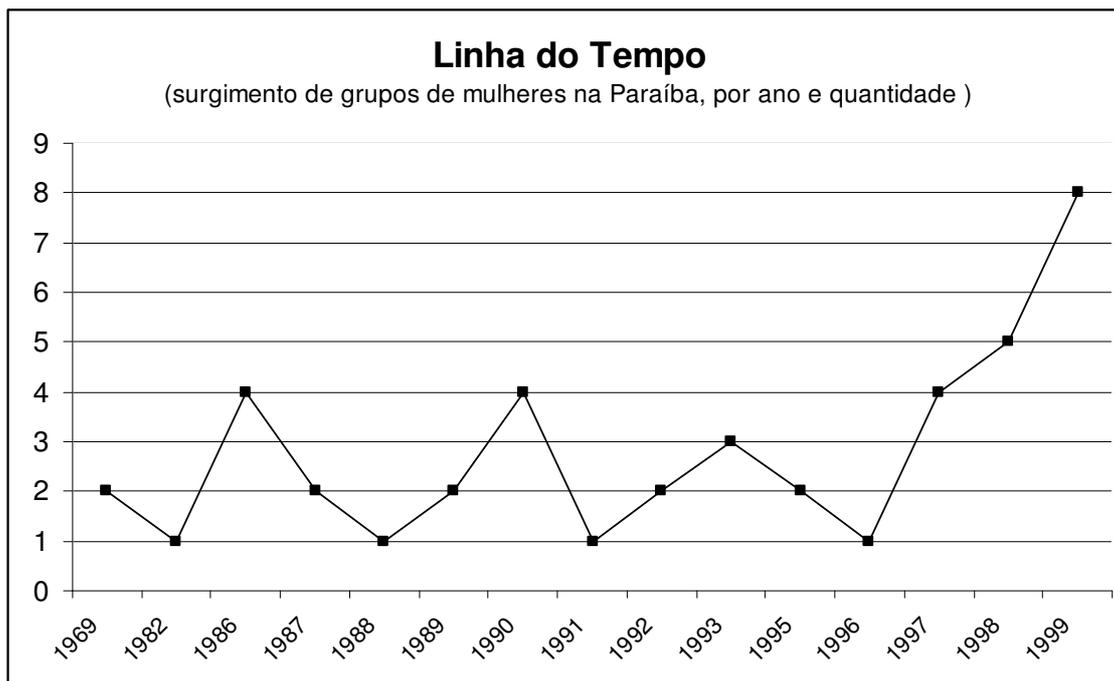


Ilustração 2 – Linha do Tempo (grupos de mulheres na Paraíba, por ano e quantidade)

Fonte: Gráfico elaborado a partir de CUNHÃ, 2001, p. 91.

Na pesquisa realizada pelo Cunhã, foram coletados dados sobre essas 40 organizações, das quais metade tinha sede própria ou alugada (onze e nove, respectivamente) e a outra metade funcionava em lugares cedidos ou emprestados (igrejas, sindicatos, associações e universidades). Destas, doze eram financiadas por agências internacionais de cooperação e nove por órgãos governamentais. O restante (dezenove) contava apenas com doações individuais, anuidades e contribuições, o que reflete o seu caráter mais precário e pouco sustentável. Evidentemente, isso poderia ser fruto também de uma opção política, mas a realidade constatada em campo aponta mais para a dificuldade de obtenção de financiamento das organizações, muitas vezes referida nas entrevistas.

Em relação ao funcionamento dessas organizações, metade delas mantém uma atividade regular, abrindo suas sedes de segunda a sexta; a outra metade, apenas esporádico. Outros dados apontam para a composição dos recursos humanos: 40% das organizações são coordenadas por pessoas com o ensino superior completo, 20% têm coordenação mista, com pessoas com ensino médio e superior concluídos, o que mostra a relevância da universidade,

Capítulo 2

mais uma vez, para esse tipo de organização, além da importância de uma elevada qualificação.

Pode-se perceber que, desse universo de organizações da Paraíba, apenas metade tem atividades regulares e estáveis; sem menosprezar o trabalho das outras, isso apenas indica a fragilidade de sua constituição e ausência de financiamentos, o que aponta para duas hipóteses explicativas: por um lado, sua organização frágil dificulta a obtenção de recursos, pois a apresentação de projetos, captação de recursos e sua posterior prestação de contas demandam pessoal especializado e qualificado; por outro, os recursos escassos obtidos acabam sendo captados por organizações mais estruturadas, num círculo vicioso.

Outro aspecto importante é a influência da Igreja Católica. Entre as articulações estabelecidas pelos grupos, dezesseis grupos tinham relações com essa instituição: “há pouco mais de dez anos, a Igreja – notadamente a vertente da Teologia da Libertação -, os sindicatos e as associações detinham o poder articulador das organizações populares da sociedade civil.” (CUNHÃ, 2001, p. 38). Essa articulação⁶⁵ tinha duas formas: 1) para os grupos denominados “de origem popular”, identificados como movimento de mulheres (e, portanto, não propriamente feministas), a Igreja “aparece com grande influência, e tem um papel fundamental na sua criação”, caracterizando-se, também, por não possuir linhas de ação muito definidas sobre as questões das mulheres; 2) para os grupos mais identificados com o feminismo, a relação ocorre de forma mais pontual e localizada em alguns setores, como as pastorais.

A influência da Igreja Católica nesse âmbito é central para se compreender a constituição do tema na Paraíba. Historicamente, a Igreja tem tido um papel importante no apoio e incentivo da mobilização popular por todo o país. A chamada Educação Popular também tem fortes raízes fincadas nessa instituição, a exemplo de seu principal ideólogo, o católico Paulo Freire. Por outro lado, também teve e tem um papel fundamental como adversário de um

⁶⁵ Para a publicação, articulação é definida como “um termo ligado à esfera do político e compreende o estabelecimento de contato entre pessoas e grupos, no sentido de juntar ou unir em torno de algo comum, algo pelo que se merece lutar e pronunciar” (CUNHÃ, 2000, p. 36).

Capítulo 2

dos principais temas feministas, os direitos sexuais e reprodutivos, em especial, sua dura oposição ao direito ao aborto. Essas posições opostas só têm se acirrado nos últimos anos. A tendência mais progressista⁶⁶ da Arquidiocese da Paraíba (que tiveram como representantes José Maria Pires e Marcelo Carvalheira) teve fim com o episcopado de Aldo Pagotto, mais próximo da corrente de Renovação Carismática e mais afastado das pastorais sociais e comunidades eclesiais de base.

A segunda maior forma de articulação é com a universidade, com treze organizações, das quais cinco estão diretamente ligadas a esta, na forma de grupos de estudo e secretarias, o que reflete uma boa penetração da universidade no tema. Quanto à penetração no Estado, nas formas de órgãos e conselhos específicos, há um Conselho Municipal de Direitos da Mulher (desde 1997) organizado e atuante na cidade de João Pessoa. No entanto, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, criado em 1991, ficou inativo por vários anos, conforme informação do próprio Governo Estadual (GOVERNO DA PARAÍBA, 2003).

Isto é, as questões de gênero, em especial, àquelas concernentes às mulheres, têm importância e estão em pauta. Atualmente, existem dois fóruns de articulação em torno dessas questões: o Fórum de Mulheres da Paraíba e a Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba.

2.3.2. A importância e o caráter da educação popular

Consideramos importante destacar o relevante desenvolvimento da Educação Popular, como movimento social e como foco de estudos na Paraíba. Apesar de não podermos fazer uma avaliação abrangente e exaustiva, uma pista interessante é o fato de que a UFPB é uma das poucas

⁶⁶ Mitidiero Jr (2008) divide a Igreja Católica no Brasil em três segmentos: a Igreja Conservadora, “avessa a qualquer tipo de transformação social” (MITIDIERO JR, 2008, p. 81), a Igreja Progressista, “que criticava abertamente os resultados perversos do capitalismo (...) também criticava a idéia de revolução proletária e de sociedade comunista” (MITIDIERO JR, 2008, p. 81) e a Igreja Libertadora, que elaborou uma crítica mais radical, por meio da elaboração da Teologia da Libertação (MITIDIERO JR, 2008, p. 82). Libânio, citado por Mitidiero Jr (2008, p. 82), divide em quatro tendências: 1) A Igreja da Instituição; 2) A Igreja Carismática; 3) a Igreja da Pregação e 4) a Igreja da Práxis Libertadora, essa apoiada “pela opção pelos pobres como eixo estruturante de toda a ação da Igreja” (MITIDIERO JR, 2008, p. 82).

Capítulo 2

universidades no país que possuíam a Educação Popular como área de concentração⁶⁷ de pesquisa de pós-graduação em Educação.

O mestrado em Educação da UFPB inicia-se em 1977, quando ainda estava ligado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas, que, na sua origem, era denominado “Educação Permanente”, com área de concentração em Educação de Adultos. Seu enfoque foi redirecionado poucos anos depois:

Na década de 1980 surge um novo enfoque envolvendo o substantivo adulto e seu processo educativo voltado para o "popular", que se sobressaía nos debates teóricos acadêmicos e nos movimentos sociais. Nesse contexto, novos debates propiciaram um redirecionamento e uma reformulação do curso de pós-graduação, que passa a ser oficialmente denominado Curso de Mestrado em Educação (CME), com área de concentração em Educação Popular e subáreas de Educação de Adultos e Educação Básica. Instaura-se, a partir de então, um curso que anuncia, na sua proposta formal, uma preocupação voltada para uma prática social comprometida com a educação dos setores sociais populares, incluindo-se os processos formais de escolaridade e os processos não formais. (PPGE-UFPB, 2011).

Durante seu funcionamento, o Curso de Pós-Graduação em Educação (depois denominado Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE-UFPB) fez diversas autoavaliações no sentido de adequar currículo e linhas de pesquisa. A primeira teve lugar em 1993, passando a “centralizar sua atenção no entendimento da Educação Popular, diante das diferentes concepções e enfoques que referenciavam este conceito” (PPGE-UFPB, 2011). Nova avaliação, iniciada em 1997, visava “qualificar, ainda mais, a relação com a educação dos setores populares, particularmente, nos movimentos sociais paraibanos e nordestinos (...)” (PPGE-UFPB, 2011). A reforma curricular decorrente dessa avaliação levou, entre outros resultados, “à ampliação da conceituação da educação popular - entendida como um campo de ensino-

⁶⁷ As “áreas de concentração” “constituem domínios restritos de especialização, relativos à área básica, nos quais atua o programa e para os quais estão direcionadas suas atividades” (CAPES, 2009). A “área básica” são aquelas constantes da Tabela de Áreas do Conhecimento, tais como Sociologia e Antropologia e suas respectivas subdivisões (Sociologia Urbana ou Etnologia Indígena, por exemplo). As linhas de pesquisa são subdivisões dessas áreas de concentração. Atualmente, algumas universidades mantém a Educação Popular como linha de pesquisa de seus programas de Pós-Graduação em Educação, como a UFF/Universidade Federal Fluminense; a UFMT/Universidade Federal do Mato Grosso, a UFC/Universidade Federal do Ceará e a Unijuí.

Capítulo 2

aprendizagem, pesquisa e extensão que acolhe todos os processos educativos que envolvem sujeitos das camadas populares.” (PPGE-UFPB, 2011).

De 2002 a 2006, o PPGE constitui-se de Mestrado e Doutorado em Educação, com área de concentração em Educação Popular, Comunicação e Cultura e cinco linhas de pesquisa: 1) Fundamento e processos em educação popular; 2) Educação de jovens e adultos; 3) Políticas públicas e práticas educativas; 4) Educação e movimentos sociais, e 5) Estudos culturais e tecnologias de informação e comunicação.

Em 2005, a avaliação da CAPES apontou diversos problemas, entre eles a organicidade da proposta, a dificuldade de adequação dos vínculos entre área de concentração, linhas de pesquisa, projetos e produtos (PPGE-UFPB, 2011). Mais uma vez, o Programa procede a uma ampla avaliação interna, visando reestruturar a área de concentração e linhas de pesquisa. O resultado foi reconhecer certo declínio de propostas de projetos de estudo em Educação Popular nos processos seletivos de ingresso, assim como no perfil e pesquisas dos professores credenciados no próprio Programa.

De tal maneira, porém, a Educação Popular está ligada à identidade do PPGE, que o declínio de interesse em estudá-la leva a um problema para o Programa: “como conciliar a nossa tradição histórica no campo da educação popular com as novas configurações de temáticas de pesquisa e de produção intelectual dos docentes, face à diversidade de novos interesses?”.

Na última reformulação, implantada em 2007, a área de concentração passa a ser somente Educação, com a manutenção de Educação Popular em uma de suas linhas de pesquisa⁶⁸.

Ainda com esses percalços, ligados a um declínio da Educação Popular como um fenômeno social de impacto, o que se reflete na produção acadêmica⁶⁹, os diversos anos e o peso da produção não permitem que sua temática desapareça. A participação dos docentes no Grupo de Trabalho de

⁶⁸ As outras linhas de pesquisa em vigor no PPGE/UFPB são: História da Educação; Políticas Educacionais; Processos de Ensino-Aprendizagem; Estudos Culturais da Educação.

⁶⁹ Certamente, a Educação Popular não “desaparece” nem do discurso, nem das práticas dos movimentos sociais e suas organizações. O que ocorre, de maneira semelhante aos próprios movimentos sociais como tema de estudo, é uma perda do interesse (entusiasmo) acadêmico, que declina gradativamente com os anos.

Capítulo 2

Educação Popular da Anped/Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação continua importante. Também realizam diversos cursos de extensão para a comunidade. O mais recente, que pude acompanhar em algumas reuniões em campo, foi o curso de extensão em Educação Popular, coordenado pelo professor da UFPB, Eymard Mourão Vasconcelos⁷⁰.

Tendo em vista sua importância como centro difusor de conhecimentos sobre a temática, considerando-se esse acúmulo também como um cenário, será interessante visitar algumas noções sobre o entendimento do conceito de Educação Popular, produzido por seus pesquisadores.

Uma obra importante nesse sentido foi “Educação Popular – novos caminhos”, ainda uma referência (SCOCUGLIA, MELO NETO, 1999), resultado de um seminário do PPGE, provavelmente resultado de suas contínuas avaliações internas. Possuía entre seus objetivos, “uma tentativa de conceituação da Educação Popular, superando uma pretensa e ingênua definição definitiva (...)” (SCOCUGLIA, MELO NETO, 1999, p. 5).

Uma definição, simples, surge logo no texto de abertura do volume, é a de “educação sócio-transformadora”: “O que distinguiria, então, a educação popular das outras variedades de educação seria a sua proposta e práxis direcionadas para a efetiva transformação do homem, da sociedade e do Estado” (RODRIGUES, 1999, p. 21).

Melo Neto (1999), por sua vez, faz um inventário das diversas manifestações e formas da educação popular. Estas se estendem desde as campanhas de ampliação da escolarização das camadas populares, passando pelas campanhas de alfabetização inspiradas no Método Paulo Freire, pelas escolas dos sindicatos, pelas experiências de educação popular rural, desenvolvidas por movimentos como o MST/Movimentos dos Trabalhadores Sem-Terra, até as metodologias desenvolvidas nos trabalhos das CEBs/Comunidades Eclesiais de Base (MELO NETO, 1999, p. 31-46).

Para o autor, o adjetivo “popular”, ao qualificar um processo educativo particular “transcende, dessa maneira, o sentido que se dá quando o termo está relacionado a grupos sociais específicos ou a fenômenos culturais, como a

⁷⁰ Ele também foi responsável por ministrar a aula de um dos encontros, denominada “A dimensão espiritual da Educação Popular”. Maiores detalhes, v. Vasconcelos (2004).

Capítulo 2

música popular” (MELO NETO, 1999, p. 46, grifo do original). No caso da Educação Popular, seu sentido orienta-se por uma condição de classe e adquire uma dimensão política e programática. Assim, a vertente considerada “autenticamente popular” é aquela difundida pelos movimentos sociais, “sendo constituída pelo conjunto de práticas educativas desenvolvidas pelas próprias classes populares” (FLEURI apud MELO NETO, 1999, p. 48). Por educação popular, portanto, entende-se “como aquela voltada à *cultura do povo* que está à margem dos processos escolares e da produção, ou excluída das realizações culturais” (MELO NETO, 1999, p. 47). O “povo” ou o que designa o “popular”, pode também ser compreendido pelas classes subalternas, isto é, “pode abranger os trabalhadores improdutivos – os que estão inseridos no mercado de trabalho sem gerarem, necessariamente, mais valia – os subempregados e desocupados”, assim como também está dirigido aos “moradores das periferias de cidades, aos camponeses e a todas as outras categorias de pequenos produtores rurais de trabalho direto, incluindo a educação indígena, não seriada” (MELO NETO, 1999, p. 62). As classes populares ou subalternas constituem sujeitos coletivos, que devem alcançar a conscientização pelo processo político, no qual a educação popular é instrumento.

Considerada um “sistema educativo aberto”, porém, a Educação Popular é formada por “uma unidade, alicerçado por uma filosofia com uma teoria de conhecimento, metodologias da produção desse conhecimento, com conteúdos e técnicas de avaliação, sustentado por uma base política” (MELO NETO, 1999, p. 69). Dentre esses aspectos, destacaremos aqui a metodologia, na qual uma noção importante é o *diálogo*, “não como busca de consensos ou conciliações (...)” mas, sim, como “exercício concreto de se poder aceitar o risco de não prevalecer o seu ponto de vista e opinião” (MELO NETO, 1999, p. 58). Esse diálogo permite a produção de conhecimento por meio da educação popular, em um processo conjunto entre saber científico e popular. Nesse sentido, a pesquisa-ação é um método intrínseco à Educação Popular.

Considerando que a Educação Popular é desenvolvida sobre uma base política, seus objetivos incluem a transformação social, assim como o “crescimento da consciência dessas classes [subalternas/populares]” (MELO

Capítulo 2

NETO, 1999, P. 64). Outro ponto importante é a busca de *hegemonia*. Baseando-se nesse conceito gramsciano, considera que a partir dele:

(...) tornam-se possíveis as explicações das relações que se travam entre classes sociais, bem como no interior das classes sociais fundamentais (...) hegemonia é, portanto, um conceito que não exige o domínio prévio do poder, mas sim a adesão em torno de uma classe, seja por outra classe ou por frações dessa classe. (...) assim compreendida, abre a possibilidade de sua construção no campo das classes populares ou subalternas, vinculada ao grupo hegemônico interno ou grupo social básico. Como reforma intelectual e moral, é um processo de formação da vontade coletiva, unificador do proletariado, dos trabalhadores em torno das lutas fundamentais da classe. Um processo de unicidade de fins econômicos e políticos com a unidade intelectual e moral, que é possível através da formação de uma política de alianças (MELO NETO, 1999, p. 69).

Como se pode perceber, a própria conceituação de educação popular é um programa de ação política, em seus objetivos, seus sujeitos, suas formas de ação e sua coloração ideológica. A universidade também é palco e instrumento das organizações dos movimentos sociais, seja para dar voz (por meio de eventos conjuntos, seminários, palestras), seja para qualificar seus militantes, em razão do apuro técnico e instrumental que esses devem alcançar no trabalho de muitas organizações. Sendo assim, a produção acadêmica em torno da Educação Popular não deixa de ser mais um cenário do presente estudo.

3. Temáticas e ações

3.1. A Fundação Margarida Maria Alves e o curso de Juristas Populares

A Fundação foi criada em 1994, derivada do antigo Centro de Defesa de Direitos Humanos, que era ligado à Arquidiocese da Paraíba. A onda conservadora que toma atualmente a Igreja Católica foi sentida por Dom José Maria Pires, arcebispo de cepa progressista, que decide então dar autonomia ao Centro, instituindo-o como Fundação⁷¹. O nome foi homenagem à presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Alagoa Grande-PB, assassinada em 1983. Suas atividades desde os primeiros anos estão ligadas ao mundo jurídico, a princípio prestando assessoria jurídica (via balcão de direitos) e depois, por meio de acompanhamento de casos ligados ao movimento de moradia. Em 1999, inicia seu programa de “Capacitação Legal”⁷², os Juristas Populares, cujo apoio financeiro veio de fundação alemã Cordaid. Em 2004, tem projeto trienal institucional apoiado tanto pela Cordaid como pela Cafod/Catholic Agency For Overseas Development. Na sua décima edição, em 2009, o curso oferece 30 vagas. A seleção é baseada na participação em movimentos sociais “desde que o grupo esteja organizado, tenha reuniões regulares e uma coordenação constituída, mas não é necessário ter CNPJ.” (FMMA, 2006). É preciso apresentar pelo menos dois candidatos às vagas por organização. As aulas são ministradas aos fins de semana, uma ou duas vezes ao mês.

A Fundação tem um corpo técnico especializado e programas regulares de financiamento com agências internacionais. Essa afirmação é corroborada pelos processos seletivos públicos para admissão de pessoal, ao qual praticamente todo o corpo técnico foi submetido. Isso não quer dizer, no entanto, que não haja critérios de afinidade política ou, talvez, pudéssemos chamar *ideológica*, com o trabalho desenvolvido pela FMMA. De qualquer maneira, não conta somente a trajetória política, as relações com outros integrantes da FMMA, mas um processo de

⁷¹ A FMMA é uma organização autônoma, isto é, não é ligada organicamente à Igreja. Porém, esta pode exercer influência por meio do Conselho Curador (composto por um representante do Arcebispo, um representante do Colégio de Consultores da Arquidiocese, três representantes das Pastorais da Arquidiocese, cinco representantes da sociedade civil e três representantes do corpo técnico da Fundação). Ainda que não interfira no cotidiano da organização, constrói orientações políticas, como, por exemplo, a posição contrária ao aborto.

⁷² A adoção do termo “capacitação legal” (FMMA, 2005) assinala a influência da ONG Themis, que deu consultoria à FMMA, assim como o que implantou o Centro da Mulher 8 de Março, iniciado um ano antes.

Capítulo 3

admissão que leva em consideração *também* critérios objetivos de competência (realiza-se prova, seleção por currículo, entrevista...).

Em 2007, o projeto de Juristas Leigos, segundo informações do site, foi certificado como tecnologia social pela Fundação Banco do Brasil. O perfil do Jurista Popular compreende estar apto, após a formação, “a fazer os principais encaminhamentos no meio jurídico, mesmo não podendo atuar como advogado, além de orientar os cidadãos aos órgãos competentes para resolverem seus problemas judiciais e extrajudiciais.” (FMMA, 2006). A FMMA estima que, nesses dez anos de curso, tenham sido formados aproximadamente 180 juristas populares⁷³. Por se tratar de um curso longo, usualmente há uma evasão significativa, em sua maior parte, por problemas de ordem pessoal (oportunidade de emprego, problemas de saúde ou responsabilidades familiares). Ainda que essa avaliação tenha sido feita pela própria organização (que entra em contato com os desistentes e pergunta os motivos), a explicação é plausível e afinada com o perfil socioeconômico do curso, de camadas mais pobres e com mais dificuldades em permanecer em curso de longa duração. O perfil de evasão é semelhante, por exemplo, ao curso de São Paulo, e aparentemente, pelos mesmos motivos.

Os encontros são geralmente organizados e ministrados pela coordenadora do curso, advogada, auxiliada por estagiários (remunerados ou voluntários), todos da área do Direito. Em ocasiões específicas, conteúdos são ministrados por professores convidados, que podem ser das mais diversas áreas, conforme a necessidade e a facilidade e conveniência. Sobre Direito Previdenciário, por exemplo, funcionárias do INSS se dispõem a participar. Na aula sobre Gênero, uma funcionária da FMMA, também militante feminista, se encarrega⁷⁴, há alguns anos, de ministrar uma oficina para discutir esses temas.

Conflitos que ocorrem nos cursos são de ordem as mais diversas. Pessoas envolvidas com sua organização tributam esses conflitos à diversidade dos cursistas, do ponto de vista de sua trajetória de militância. Há os ambientalistas, as feministas, ativistas do movimento gay/lésbico, sindicalistas. Ao lado disso, convivem diversos credos religiosos. Não há, na composição sexual dos participantes,

⁷³ Informação obtida por meio de entrevista com técnico da FMMA.

⁷⁴ Recentemente, esta funcionária deixou a FMMA para assumir outros trabalhos, mas a organização ainda conta com seu auxílio para ministrar essa oficina.

Capítulo 3

predominância de homens ou mulheres, segundo números da própria FMMA. A diferença entre homens e mulheres varia de ano para ano.

Durante o terceiro curso de Juristas Leigos, surge a ideia de uma Rede de Juristas. Os cursistas dessa turma indagavam sobre os outros juristas de anos anteriores, o que eles faziam e se não atuavam coletivamente. Isso suscita novas iniciativas na FMMA, que promove encontros entre os cursistas daquele ano e dos anteriores. A ideia de rede surge desse processo, entendido como uma forma de atuação e fortalecimento do trabalho. A FMMA reputa essa ideia de rede aos próprios juristas, porém, certamente há indícios de formulação conjunta, entre as manifestações das ideias dos juristas e as competências organizacionais da FMMA, que sugere formato “rede”, em lugar de “associação” ou “ONG”. Essa Rede possui quatro núcleos, em três cidades da grande João Pessoa: um núcleo da capital, dois em Santa Rita (Tibiri e Forte Velho) e um em Bayeux. Atualmente, a Rede conta com financiamento próprio, proporcionado pela Misereor, por três anos, e por esse motivo também possui um técnico da FMMA designado somente para acompanhar suas atividades, organizando, facilitando a comunicação, documentando as reuniões, trazendo informações e sugerindo ações e estratégias para as atividades que os núcleos desejam realizar. Esses núcleos já possuem uma série de ações que caracterizam sua atuação “como juristas”. O núcleo de Bayeux, por exemplo, realiza “caminhadas ecológicas” ou “vias-sacras do meio-ambiente”.

3.2. Direitos Humanos como *master frame*

É preciso compreender, em primeiro lugar, como a defesa dos Direitos Humanos tem sido utilizada como um *master frame* em determinados contextos de lutas sociais, no interior dos quais a FMMA se insere. Para isso, serão analisadas o perfil, missões e objetivos de algumas agências de financiamento do MNDH/ Movimento Nacional de Direitos Humanos, assim como de outras agências financiadoras da FMMA. Essas agências financiadoras têm se mostrado importantes fomentadoras de um campo de organizações de defesa de direitos humanos. Partimos do princípio de que essas agências não conformam simplesmente as atividades de suas financiadas ou mesmo as criam: para além disso, financiadores e financiados compartilham objetivos e entendimentos comuns sobre o que significa defender os Direitos Humanos. Isto é, promovem alinhamentos de *frame* em

Capítulo 3

determinadas questões. Examinar a questão sob essa perspectiva permite compreender melhor essas relações, do que tomar como dado que as organizações financiadas distorcem seus objetivos em busca de financiamentos, assim como também é simplista afirmar que as agências impõem uma agenda. Ambos lados dessa relação possuem suas agendas, seus *frames* particulares e se modificam mutuamente: estabelecem relações, produzem aproximações e trocam diagnósticos sobre a realidade que querem alterar. Nesse processo, há alinhamentos de *frame*. Por outro lado, não estamos ignorando aqui o poder inerente àquele que possui o recurso. Ignorar as trajetórias dessas organizações e como elas dialogam entre si implicaria perder as nuances dessas relações.

Como se sabe, a concepção de Direitos Humanos, no âmbito do Direito Internacional remonta ao final da Segunda Guerra Mundial e à consequente Declaração Universal de Direitos Humanos (1948). Também não se pode deixar de mencionar o ciclo de Conferências da ONU da década de 1990⁷⁵, que estabeleceram diversas diretrizes de Direitos Humanos, além de contar com forte participação de ONGs de diversos países. Por outro lado, tem sido utilizado, num contexto de sociedade civil “global”, como um instrumento de denúncia e *advocacy* por ONGs de tantos outros países. O que podemos chamar de “Sistema de Direitos Humanos” engloba um aparato legal internacional, capitaneado pela ONU e suas agências (Unifem, OIT, Unesco etc) e um aparato regional, constituído pelas convenções e documentos dos sistemas interamericano, africano e europeu (HEYNS, PADILLA, ZWAAK, 2006). Esses sistemas regionais, por sua vez, não são homogêneos, possuindo ênfases diferentes às chamadas três gerações de direitos (civis, econômicos e sociais).

Os sistemas nacionais, por sua vez, são constituídos muitas vezes por influência das diretrizes estabelecidas internacionalmente, além da própria pressão interna por parte de inúmeras organizações que se filiam à luta pelos Direitos Humanos. Essa “filiação” não deixa de ser forjada, de certa forma, por esse sistema internacional. Além das inúmeras agências internacionais que financiam o monitoramento e *advocacy* por parte de grupos internos, o sistema ONU, assim

⁷⁵ Entre as mais significativas, podemos citar: a Eco 92 (Rio de Janeiro), a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de 1993 (Viena), a Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento, em 1994 (Cairo) e a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995 (Beijing) (BRUSCHINI, RICOLDI, 2008, p. 45-47).

Capítulo 3

como os regionais, atribui funções consultivas às organizações da sociedade civil. Essa função pode se dar na forma de “relatórios espelho” ou “relatórios-sombra”, considerados documentos alternativos aos relatórios oficiais de cada país-membro em relação a uma determinada questão.

Historicamente, os Direitos Humanos têm sido incorporados pelas constituições nacionais no pós-guerra. Em virtude do regime autoritário brasileiro de 1964, a Constituição Federal de 1988 é que incorpora os princípios básicos dos Direitos Humanos em seu artigo 5º. Na sua emenda n. 45 (2004), foi introduzida alteração para que os tratados e convenções internacionais tenham um status de texto constitucional. Essas formulações legais se dão, no entanto, por atuação e pressão de todo um aparato de organizações nacionais, ligadas ao mundo do Direito, mas não somente, que tem como objetivo a “defesa dos Direitos Humanos”. Dezalay e Garth (2002) apontam, numa perspectiva de crítica, como se dá o processo de internacionalização dessas concepções, a partir do estudo de trajetórias de economistas e operadores do Direito em quatro países (Brasil, Argentina, Chile e México). A circulação internacional desses profissionais, por meio de treinamentos especiais e cursos de pós-graduação, propaga um certo conjunto de ideias de maneira mais ou menos homogênea.

Sabe-se também que, no período da ditadura brasileira, as organizações e entidades de defesa de direitos humanos tiveram importante papel na denúncia da violência de Estado, com particular importância àquelas ligadas à Igreja Católica. Uma miríade de Centros de Defesa de Direitos Humanos foi criada pela Igreja, entre os quais, aquele que deu origem à FMMA.

Em suas publicações, a FMMA afirma continuamente a defesa dos Direitos Humanos como seu objetivo principal. É ligada ao MNDH, regional Nordeste⁷⁶, movimento fundado em 1982 e que congrega cerca de 400 organizações em todos os estados brasileiros. Faz parte também de outros coletivos ligados à defesa de Direitos Humanos, tais como: Federação Internacional de Direitos Humanos – FIDH, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos – FENDH, Fórum da Reforma Agrária e

⁷⁶ Na Paraíba, as outras organizações filiadas ao MNDH são Amazona, Centro da Mulher 8 de Março, Associação Santos Dias, Movimento do Espírito Lilás, PARAIWA- Coletivo de Assessoria e Documentação e SAMOPS/Sociedade de Assessoria aos Movimentos Populares.

Capítulo 3

Justiça no Campo e a Coordenação Nacional do Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos, ligado à Secretaria Especial de Direitos Humanos, entre outros.

Atualmente, o MNDH tem como financiadores ou “parceiros”⁷⁷, a Misereor, a Cese, a Fundação Ford e a Embaixada do Canadá. Interessante apontar que as três primeiras, direta (por meio de financiamento a projetos) ou indiretamente (financiando eventos promovidos por fóruns ou outros coletivos dos quais a FMMA fez parte), estabeleceram algum tipo de relação com a FMMA, sendo grandes fomentadoras de organizações defensoras de Direitos Humanos no Brasil. Apresentaremos um pequeno perfil dessas agências, tomando também suas “missões” ou “princípios” e o que será chamado aqui de “linhas de ação”, muitas vezes resumido em “objetivos”, “o que fazemos” [What we do], que foram tomados como material adequado para se analisar seus *frames*.

A Misereor é agência da Igreja Católica Alemã. Sua missão é assim resumida:

- combater as causas da miséria que se manifesta em forma de fome, doença, pobreza e outras formas de sofrimento humano, sobretudo nos países da Ásia, da África e da América Latina
- possibilitar às pessoas atingidas uma vida digna
- promover a justiça, a liberdade, a reconciliação e a paz no mundo. (MISEREOR, 2010a)

Seus fundos têm origem nas doações dos católicos alemães, assim como de outros setores da sociedade alemã, como fundos de orçamentos diocesanos alemães, além de fundos públicos do governo alemão e da União Européia. Seu nome deriva da frase latina “Misereor super turbam” (Estou com pena do povo), atribuída a Jesus Cristo. Em relação à América Latina, a Misereor entende que a cooperação com “os pobres e desprivilegiados” obedece aos seguintes princípios:

Os próprios pobres são os sujeitos protagonistas das mudanças sociais. É necessário identificar e promover as suas potencialidades. A promoção da democracia, da participação popular e dos direitos humanos constitui a base fundamental do nosso trabalho. Os projetos devem, a par da qualidade técnica, trabalhar com uma dimensão política. Os projetos devem desencadear uma dinâmica própria para a realização de mudanças sociais e políticas. Cooperação significa uma relação mútua, em pé de igualdade (MISEREOR, 2010b).

⁷⁷ A lista também inclui o site Dhnet, que é um portal de conteúdos sobre Direito Humanos. Como não se trata de um financiador, optamos por não apresentá-lo mais detidamente.

Capítulo 3

Já a Cese/Coordenadoria Ecumênica⁷⁸ de Serviço é composta atualmente por cinco igrejas (Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Presbiteriana Independente do Brasil, Presbiteriana Unida do Brasil, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e Igreja Católica Apostólica Romana). A CESE surge em 1972 (oficialmente fundada em 1973), durante a consulta “Ajuda Inter-Eclesiástica para o Norte-Nordeste do Brasil”, realizada na cidade de Salvador, sob os auspícios do Conselho Mundial de Igrejas.

Neste encontro, se discutiu o papel das igrejas para o fortalecimento das organizações populares empenhadas na luta pela promoção da plena cidadania. Também foi aprofundada a ideia de apoio a “pequeno projeto”, para os quais seriam oferecidas contribuições pontuais, de forma a evitar relação de dependência. A opção pelo enfoque prioritário para as regiões Norte e Nordeste do país também ficou explicitada (...)

A partir deste momento, foram lançadas as sementes que construiriam a CESE, (...) Já em seu primeiro ano de existência, e apesar de toda a censura, a CESE tem a ousadia de publicar a Cartilha de Direitos Humanos. Constantemente atualizada, até hoje a Cartilha é distribuída (...). (CESE, 2010a)

Apesar de nacional, os recursos da CESE vêm de diversas organizações internacionais⁷⁹, entre elas a própria Misereor. Já apoiou cerca de 10 mil projetos durante seus 37 anos de funcionamento, com a missão de

Fortalecer organizações da sociedade civil, especialmente as populares, empenhadas nas lutas por transformações políticas, econômicas e sociais que conduzam a estruturas em que prevaleça democracia com justiça. (CESE, 2010c)

O que entende por *organizações populares*, tomado em muitos contextos como auto-evidente, é entendimento que transpira da seguinte passagem, que define o público prioritário dos projetos apoiados pela CESE:

⁷⁸ Segundo o próprio site do CESE, “A partir do século XVII o termo ecumenismo passa a ser utilizado pelos cristãos para expressar o ideal de unidade, cooperação e busca fraterna da superação das divisões entre as diferentes Igrejas cristãs e seus membros (católicos, ortodoxos, protestantes, crentes, evangélicos).” (CESE, 2010).

⁷⁹ AIN –(Ajuda da Igreja da Noruega); Avina; Brot für die Welt (Pão para o Mundo) – Alemanha; Christian Aid – Reino Unido; Church of Sweden Aid (Ajuda da Igreja da Suécia); CWS (Serviço Mundial de Igreja – EUA); EED (Serviço das Igrejas Evangélicas Alemãs para o Desenvolvimento); FNV – Fundo para a Não Violência – EUA; Heifer Internacional – Programa Brasil e Norte da Argentina; Heks (Agência de Desenvolvimento das Igrejas Protestantes da Suíça); ICCO (Organização Inteclesiástica para a Cooperação e Desenvolvimento – Holanda); Kerkinactie (Igrejas em Ação – Holanda); Misereor (Agência de Desenvolvimento das Igrejas Católicas Alemãs); SDOP (Ajuda da Igreja Presbiteriana dos EUA); UCC (Igreja Unida do Canadá)/CIDA (Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional); Wilde Ganzen (Gansos Selvagens) – Holanda (CESE, 2010b).

Capítulo 3

no âmbito rural: sem-terras, pequenos produtores, agricultores familiares, extrativistas (seringueiros, quebradeiras de coco, pescadores artesanais etc), assalariados agrícolas;

no âmbito urbano: moradores de rua, sem-teto, moradores de periferia, pessoas com deficiência, recicladores, trabalhadores do setor informal, trabalhadores da economia solidária, desempregados;

em relação à etnia: povos indígenas, quilombolas, população negra urbana

em relação à faixa etária: jovens, crianças
(CESE, 2010d, grifos do original)

Como se pode observar, o único item que pode ser lido como não pertencente, rigorosamente, às camadas populares é a que trata de faixa etária. Porém, devido aos outros enfoques da organização, se pode concluir que o público-alvo preferencial se constitui dos jovens e crianças das assim denominadas camadas populares.

A Fundação Ford é uma agência internacional de atuação mundial, com escritório no Brasil desde 1962 (MICELI, 1993; BROOKE, WITOSHYNSKY, 2002). Sua atuação foi pontuada por críticas e desconfianças sobre suas intenções e relações com a política externa dos EUA, ainda que estudos como o de Miceli (1993) apontem para relações muito mais complexas do que um simples “braço” não-governamental do governo estadunidense. No entanto, não se pode negar que a Fundação Ford possuía a visão desenvolvimentista corrente nos anos 1960 e 1970 internacionalmente (em especial, via programas da ONU), desempenhando um papel importante também na difusão do que se tornou conhecido como o movimento “Direito e Desenvolvimento”. Esse movimento, promovido essencialmente por operadores do Direito, acreditava que um aparelho judiciário eficaz e independente resolveria uma série de problemas que se apresentava nos países em desenvolvimento. Para Dezalay e Garth (2002), aqueles que promoveram sua agenda acreditavam ingenuamente na transferência da boa técnica do Direito, sem considerar a interação com outras agendas de interesses locais, já que o Direito e seu aparato (faculdades de Direito, cargos públicos) está indissociavelmente ligado ao núcleo duro do poder. Assim, mesmo depois de críticas como esta, surge uma “nova onda” do movimento Direito e Desenvolvimento, que opera especialmente entre aqueles interessados em promover estratégias legais para ajudar os desfavorecidos, isto é, direito de interesse público ou advocacia progressista (DEZALAY, GARTH, 2002, p. 4). A Fundação Ford possui, reconhecidamente, entre

Capítulo 3

suas linhas de ação principais, a promoção dos Direitos Humanos, o que, na prática, efetiva-se no incentivo a organizações de defesa de direitos humanos, que atuam juridicamente. Essa prática fica clara, em especial, em um dos temas ativos no escritório brasileiro da Ford, “Direitos Humanos”, no interior do qual há duas “iniciativas” “Promovendo Justiça Racial e Direitos de Minorias” [*Advancing Racial Justice And Minority Rights*] e “Fortalecendo os Direitos Humanos pelo mundo” [*Strengthening Human Rights Worldwide*] (FORD FOUNDATION, 2010a).

A missão da Fundação Ford, num sentido amplo, pode ser assim resumida: “1) fortalecer os valores democráticos; 2) reduzir a pobreza e a desigualdade social; 3) promover a cooperação internacional; e 4) promover avanços na realização humana” (ADORNO, CARDIA, 2002, p.210). Já o programa de Direitos Humanos⁸⁰ no Brasil tem tido desde seu início, como objetivos:

fortalecer o reconhecimento e a defesa dos direitos das minorias; garantir o acesso dos pobres e dos grupos desfavorecidos à assistência jurídica e aos benefícios sociais; e aumentar o nível de consciência dos efeitos da discriminação de raça e gênero na distribuição da justiça e na redução das desigualdades. (ADORNO, CARDIA, 2002, p. 210)

A análise das agências financiadoras do MNDH evidencia ligação com um *master frame* de Direitos Humanos, comum a todas. A filiação da FMMA ao MNDH também aponta para isso. Por outro lado, se analisarmos o perfil das financiadoras diretas da FMMA, ilumina-se aspectos sobre a própria posição da FMMA no interior dessa arena de organizações de defesa de Direitos Humanos. A FMMA historicamente tem obtido financiamento de diversas fontes⁸¹, mas obtiveram principalmente, de forma contínua e por muitos anos, das agências Misereor (já apresentada), Cafod e Cordaid, estas duas últimas que apenas recentemente deixaram de apoiar seus projetos. A Cafod o fez em 2007 e a Cordaid, que era apoiadora do curso de Juristas desde 1999, termina a parceria em 2009.

⁸⁰ Segundo Adorno e Cardia (2002), desde a instalação do escritório da Ford no Brasil, sempre houve um programa orientado a Direitos Humanos, recebendo, no entanto, diversas denominações durante o período (como Direitos Humanos e Governo e Direitos Humanos e Justiça Social); assim, é só em fins da década de 1990 que a denominação de “Direitos Humanos”, simplesmente, se dá.

⁸¹ Constam, do site da FMMA, projetos financiados pelo Ministério das Cidades, para regularização fundiária, com a Brazil Foundation, para realizar projeto de educação em Saúde e Meio Ambiente, e atualmente, com a IAF/Fundação Interamericana, para a realização do curso Juristas Populares.

Capítulo 3

A Cafod/Catholic Overseas Development Agency é a agência católica oficial da Inglaterra e País de Gales. Sua “visão” (tomado como equivalente a “missão”) foi assim resumida:

Nossa visão é um mundo transformado para refletir o Reino de Deus: um mundo onde –

- os direitos e a dignidade de cada **pessoa [person]** são respeitados
- todos têm acesso às **necessidades básicas** da vida
- mulheres e homens contribuem igualmente para a formação de suas sociedades e do nosso mundo
- as **dádivas da criação** são alimentadas e compartilhadas por todos pelo **bem comum** e
- as estruturas que conformam a vida das pessoas são **justas** e permitem a **paz**⁸². (CAFOD, 2010b, tradução e grifos nossos)

Já na sua missão, introduz-se um princípio de igualdade entre homens e mulheres, entre outros que afirmam direitos individuais (pessoa), econômicos e sociais (necessidades básicas) e o que poderíamos chamar de difusos, relativos à preservação ambiental. Para alcançar esse mundo, justiça e paz. Seus objetivos, por sua vez, enfatizam o combate à pobreza, desvelando-se a injustiça:

Trabalhar com comunidades pobres e desfavorecidas do Sul global para superar a pobreza e atingir desenvolvimento sustentável e bem-estar

- proteger vidas e aliviar o sofrimento durante emergências, e reduzir os riscos para comunidades vulneráveis como um resultado de conflitos e desastres naturais.
- promover consciência e entendimento das causas da pobreza e injustiça para inspirar um comprometimento para uma mudança duradoura
- desafiar aqueles que tem poder a adotar políticas e comportamentos que promovam justiça social e fim da pobreza.⁸³ (CAFOD, 2010b, tradução nossa)

Por fim, a Cordaid⁸⁴ é uma organização católica holandesa que tem mais de 90 anos de atuação. É resultado da fusão, ocorrida em 1999, das organizações

⁸² “Our vision is a world transformed to reflect the Kingdom of God: a world where – •the rights and dignity of every person are respected •all have access to basic needs in life •women and men share equally in shaping their societies and our world •the gifts of creation are nurtured and shared by all for the common good and •the structures that shape people’s lives are just and enable peace.”

⁸³ “•work with poor and disadvantaged communities in the global South to overcome poverty and bring about sustainable development and well-being. •protect lives and relieve suffering during emergencies and reduce the risks to vulnerable communities as a result of conflict and natural disasters. •raise awareness and understanding of the causes of poverty and injustice to inspire a commitment to lasting change. •challenge those with power to adopt policies and behaviour that promote social justice and end poverty.”

católicas Memisa, Mensen in Nood e Bilance. Seus fundos têm origem, em grande parte, de doações da população holandesa. É a única que não coloca o combate à pobreza, de maneira explícita, no centro de suas preocupações no que se dispõe a chamar de missão:

Missão

Toda **pessoa** conta. Nossos valores centrais são dignidade humana, a solidariedade que demanda que todos tenham a oportunidade de viver uma vida de dignidade sem discriminação por idade, gênero, orientação, origem, fé ou convicção política, o princípio da subsidiariedade pelo **qual pessoas** podem ser encarregadas de seu próprio desenvolvimento, e a missão de cuidar do mundo e dos recursos da Terra como um bom administrador e passá-los para as gerações seguintes.

Acreditamos na dignidade humana e no respeito pela diversidade. Reconhecemos o poder dos **indivíduos** em **definir alterações positivas em suas próprias vidas**. Nosso objetivo final é possibilitar que pessoas **excluídas ou marginalizadas** se levantem em suas comunidades e em contextos nacionais e internacionais.

Compreendemos o desenvolvimento em sua essência como um processo no qual as relações de poder mudam, tanto no nível micro, entre pessoas e organizações, quanto no interior de estruturas internacionais.

Trabalhamos com organizações sociais como agentes impulsionadores de mudança, organizações que compartilham os valores em que acreditamos, que têm uma base legítima em suas sociedades e que assumem total responsabilidade pela consecução de seus objetivos.

Trabalhamos com organizações sociais para empreender mudanças sociais que contribuam para comunidades justas e fortes e para novos movimentos sociais no mundo todo.⁸⁵ (CORDAID, 2009, p. 3, tradução e grifos nossos)

O que se depreende do texto, de maneira sutil, é uma crença no indivíduo, na igual capacidade de todos os indivíduos promoverem mudanças nas suas próprias

⁸⁴ Segundo o site da ONG Ciclo, que elaborou edital para seleção de projetos em conjunto com a Cordaid, esta última, em “seu plano 2007-2010, (...) definiu como uma das prioridades para o Brasil apoiar projetos e instituições que se dediquem a melhorar as condições de vida dos jovens em situação de risco e condições de vulnerabilidade socioeconômica nas grandes cidades do Nordeste.” (CICLO, 2006), o que pode ter significado um redirecionamento de suas ações.

⁸⁵ “Every person counts. Our central values are human dignity, the solidarity that demands that everyone have the opportunity to live a life of dignity without discrimination by age, gender, orientation, background, faith or political conviction, the principle of subsidiarity by which people must be charged with their own development, and the mission to care for the world and the earthly resources as a good steward and to pass them on to subsequent generations. We believe in human dignity and respect for diversity. We recognise the power of individuals to set positive change into motion in their own lives. Our ultimate goal is to enable excluded and marginalised people to stand up in their own communities and in national and international contexts. We understand development in its essence as a process in which power relationships change, both at the micro level, between people and organisations, and within international structures. We work together with social organisations as driven agents of change, organisations that share the values we believe in, that have a legitimate basis in their own societies and which take full responsibility for the achievement of their goals.”

Capítulo 3

vidas. A célula de mudança é esse indivíduo, e o foco é aquele que se encontra excluído ou marginalizado. A Cordaid se propõe a subsidiar essa potencialidade, atuando com essas pessoas. Note-se a utilização do termo “person” e “people”⁸⁶, e não de “poor”, por exemplo. Em todo o relatório, quando utilizado, o termo “poor” é quase sempre um adjetivo (“poor population”; “poor communities”), e não um substantivo (“the poor”). Quando foi utilizado como substantivo, era justamente para colocar ênfase na condição temporal da pobreza: “long-term poor” (CORDAID, 2009, passim.).

Isso não significa que o combate à pobreza não esteja entre seus objetivos principais, entendida como “resultado das desigualdades de poder, exclusão e injustiça. Desigualdades de poder podem estar enraizadas em instituições econômicas e políticas, ou igualmente, em valores culturais e tradições”⁸⁷ (CORDAID, 2009, p. 6).

Seus programas incluem “Participação”, “Ajuda de Emergência e Reconstrução”, “Saúde e bem-estar” e “Empreendedorismo”. A primeira linha de ação, que mais se afina com os projetos da FMMA, é subdividida em três programas que se dedicam, respectivamente, a defesa de direitos de minorias (étnicas ou religiosas), dos moradores de favelas, daqueles em áreas com problemas de infraestrutura urbana e ao combate à violência contra a mulher. Aliás, “a questão de gênero” se apresentou, de uma forma ou de outra, nas linhas de ação de rigorosamente todas as agências até agora aqui apresentadas, o que veremos no próximo item.

Essas agências financiadoras relacionam-se com um conjunto de organizações não governamentais que atuam na defesa de direitos humanos. Compartilham de *master frame* comum, que estamos chamando aqui de “Direitos Humanos”, cujos pontos de alinhamento se concentram no combate à pobreza, de defesa dos direitos dos “pobres” (inclusive com *tênue*, mas perceptível, cristalização da concepção de “pobre”) e incentivo/apoio à organização popular. Nesse caso, fica muito claro que os sujeitos de Direitos Humanos que devem ser defendidos são os desfavorecidos, os desprivilegiados, em resumo, os pobres. Alinha-se a ideia de defesa de Direitos

⁸⁶ Vale lembrar que a palavra “people” pode ser traduzida tanto como “pessoas” e “povo”, dependendo do contexto. Entendemos que nos excertos utilizados aqui, o sentido dado na maioria das vezes é “pessoas”.

⁸⁷ “result of power inequalities, exclusion and injustice. Power inequalities may be rooted in economic and political institutions, or equally, in cultural values and traditions”.

Capítulo 3

Humanos com a de defesa dos “pobres”, valor muito caro à doutrina católica. O estabelecimento dessa relação não é nova, e já foi suficientemente estudada em diversos trabalhos anteriores, como aponta Doimo (1995, p. 80-85). O fato é que as organizações apresentadas, com exceção da Fundação Ford, são agências católicas ou ecumênicas claramente progressistas dentro de um espectro de organizações que possuem diretrizes religiosas. Por outro lado, a concepção de “pobres” se alinha a de “camadas populares”, o que torna conseqüente a ideia de apoio aos “movimentos populares” ou “organizações populares”, esses últimos constituindo os canais de reivindicação, mobilização e protesto dos primeiros. O “povo” ou os “pobres”, quando detalhados, se desdobram invariavelmente, como já vimos na definição de público-alvo do CESE, em: sem-terras (aqueles que reivindicam a propriedade rural), pequenos agricultores e outros setores da população rural pobre; sem-tetos, moradores de rua, pessoas com deficiência e toda sorte de trabalhadores pobres e/ou desempregados; populações de etnias desfavorecidas e historicamente empobrecidas, em razão da sua marginalização e discriminação. Há uma superposição, não totalmente coincidente, entre pobres, povo e aliados do poder, ou seja, os historicamente injustiçados. A defesa dos Direitos Humanos passa a ser plataforma sobre a qual os direitos das camadas de população enquadradas sob essa categoria, que em razão de suas desvantagens econômicas, não têm totais condições de se organizarem em torno de seus interesses, e se o tiverem, têm poucas condições de se manterem organizados. Se a noção de “pobre” presente na doutrina católica, carregada de um sentido conformista, de ordem dada do mundo, passa, na perspectiva cristã progressista, a ser vista como injusta; a pobreza injusta é obra dos “ricos e poderosos”, a camada mais rica, portadora de meios políticos e econômicos para subjugar os pobres.

Um aspecto de relevo na análise das linhas de ação das agências aqui examinadas foi o de que todas elas, possuem alguma ênfase específica à questão de gênero, direitos das mulheres e sexualidade, nada desprezível, apesar da também nada desprezível onda conservadora religiosa que se concentra nessas questões, com muita atenção dada combate à ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos.

3.3. A constante gênero

Todas as agências financiadoras examinadas até agora colocam a “questão de gênero” em uma posição de elevada importância, o que reflete o êxito dos movimentos feministas em pautar amplamente o debate de Direitos Humanos, via intervenção em fóruns e conferências internacionais, entre outros. Buscaremos analisar linhas adotadas pelas agências apresentadas em relação ao seu posicionamento sobre a questão de gênero em particular.

A Misereor disponibiliza em seu site institucional, diversas “Experiências e Serviços” que dão uma amostra do tipo de trabalho que fomenta. Entre eles, o de “Gênero”, que possui vários sub-itens: “Divisão do trabalho de acordo com a perspectiva de gênero”; “Acesso igualitário a recursos”; “Participação equiparada de homens e mulheres”; “Paz e gestão civil de conflitos”; “Violência doméstica e sexual – unicamente um problema das mulheres?”; “Gênero e saúde”. Como se pode ver, o menu é variado e abarca vários aspectos. Uma visão geral sobre o enfoque de gênero em relação aos projetos que apóia é apresentada no trecho a seguir:

A perspectiva de gênero permeia todas as áreas de trabalho de MISEREOR. No planejamento e realização de projetos, a análise de gênero ajuda a que desequilíbrios econômicos, políticos e sociais sejam desencobertos e os **recursos** e o **poder** sejam distribuídos de forma mais equilibrada e equitativa. (MISEREOR, 2010c, grifo nosso)

Em diversos outros trechos, o princípio onipresente sobre gênero é o desequilíbrio da distribuição de poder e recursos entre homens e mulheres. Esse princípio pauta com ênfase a temática da divisão sexual do trabalho, educação e participação política:

A maioria dos 1200 milhões de pobres neste mundo são mulheres. Mulheres trabalham mais do que 50% de todas as horas trabalhadas no mundo. Porém, só 30% do trabalho feminino auferem remuneração, enquanto esta percentagem para o trabalho masculino se situa nos 75%. Mulheres ganham acentuadamente menos que homens e ascendem muito mais raramente a cargos elevados. Mulheres, em especial as jovens, estão mais freqüente e mais longo [tempo] expostas ao desemprego que homens. Uma em três mulheres é chefe de família, tendo que assumir sozinha o sustento e, ao mesmo tempo, a educação dos filhos. A maioria dos analfabetos são mulheres. Ainda hoje há menos meninas do que meninos no ensino básico. Em alguns países industrializados já há mais mulheres do que homens nas universidades. Em 2002, as mulheres representavam 50,4% dos estudantes que iniciaram um curso universitário na

Capítulo 3

Alemanha, ao passo que na Tanzânia elas só correspondem a 22% dos estudantes. (MISEREOR, 2010c)

Outras linhas citadas diferem um pouco desse conjunto de poder e recursos, tratando da vulnerabilidade física das mulheres (“Paz e gestão de conflitos” e “Saúde e integridade física”). Na primeira, destaca que as mulheres são a maioria dos refugiados de guerra e que, nesses contextos, é alto o número de estupros. No segundo, o destaque é para a violência, seja a conjugal, a mutilação genital feminina, ou a violência sexual em geral. Podemos perceber que a tônica desse discurso é a desigualdade entre os sexos, mas a sua preocupação é com a mulher pobre, em situação vulnerável, o que se alinha com a sua principal preocupação que é a do combate à pobreza e de apoio ao povo pobre. É a essa mulher que estão direcionados seus esforços sobre a “questão de gênero”. O reconhecimento dessa condição passa pelas teorias que evocam a construção social de gênero para compreender as diferenças sociais entre os sexos (e não a naturalização delas):

O que forma a nossa identidade pessoal, como nos relacionamos com outras pessoas, o que é esperado de nós e quais responsabilidades temos que assumir não só depende do nosso sexo biológico mas também das normas de comportamento e das oportunidades de desenvolvimento pessoal que a sociedade estabelece para homens e mulheres. A palavra inglesa “gender” refere-se a estes papéis que se determinam pela forma de organização social, cultural e econômica. Contrariamente ao sexo biológico, a “identidade de gênero” não é imutável mas pode alterar-se. (MISEREOR, 2010b)

A segunda agência que abordamos é a CESE, que contam com importante apoio da Misereor, como já foi dito. Entre os seus “princípios éticos” estão

- Justiça e práticas democráticas;
- Participação popular na gestão pública;
- Lisura e transparência na gestão de recursos nas esferas governamentais e não governamentais;
- Defesa do desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável;
- **Equidade nas relações sociais, sem discriminação de raça, etnia, gênero, orientação sexual, credo religioso e opinião política;**
- Respeito à diversidade religiosa e ao diálogo intereclesial e inter-religioso. (CESE, 2010c, grifo nosso)

O trecho acima reforça seu papel em defesa da democracia, do seu aprofundamento - investindo nos processos de participação democrática - o que se traduz no apoio às organizações populares. Em se tratando de uma organização

Capítulo 3

ecumênica, não é novidade a defesa de diálogo inter-religioso. Porém, além da equidade de gênero, salta aos olhos a defesa da orientação sexual, questão ainda delicada para muitas igrejas, o que talvez seja resultado da intervenção de outros grupos, leigos ou não, na construção desses princípios⁸⁸. Mais adiante, faz uma ênfase especial:

A CESE apóia projetos em todo o Brasil, mas dá prioridade às propostas das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Além disso, em todas as suas ações a CESE dedica especial atenção para iniciativas que beneficiem mulheres (CESE, 2010d).

O gênero, mais uma vez, traduz-se como “mulheres”, e, sem dúvida, as mulheres pobres. A identificação das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, usualmente alvos de políticas afirmativas em casos de distribuição de recursos, sublinha essa opção de uma forma mais tênue. Dentre essas pessoas pobres, as mulheres como público preferencial. Entre as diversas linhas de ação⁸⁹, encontramos “Gênero”. Na mesma direção da Misereor, a Cafod define:

Gênero se refere aos papéis de mulheres e homens (incluindo jovens e crianças) o que varia enormemente entre diferentes culturas e pode levar a uma negação do direito humano básico da igualdade (CAFOD, 2010c).

Mais adiante, exemplifica o que pode ser a desigualdade de gênero, como “as mulheres serem geralmente mais pobres que os homens e terem menos recursos e direitos, menos acesso ao poder, educação, treinamento e emprego e menos envolvimento em tomada de decisões” (CAFOD, 2010c). A exploração sexual e o trabalho não remunerado das mulheres no cuidado das famílias também são destacados. Porém, há que se afirmar que:

Gênero diz respeito aos homens também, na medida em que estereotipá-los restringe sua liberdade para envolver as mulheres e compartilhar com elas poder e influência. Trabalhar pela igualdade de gênero é central em nossa missão (CAFOD, 2010c).

Já a Cordaid tem um programa voltado para o combate da violência contra a mulher. De todas as agências que possuem alguma orientação religiosa, é a que menos faz referências a isso em sua página na internet, que não possui um

⁸⁸ Sabe-se que, mesmo entre grupos auto-denominados religiosos pode haver tolerância, ou até defesa, da livre orientação sexual, assim como do direito ao aborto. Um exemplo é a ONG Católicas pelo Direito de Decidir.

⁸⁹ São elas: Emergencies; Climate change; Education and school; Conflict and peace; Farming and food; Gender; Health and water; HIV and AIDS; Human Rights; Land and Housing; Mining; Trade and Fairtrade; Work and Training (CAFOD, 2010a).

Capítulo 3

conteúdo tão detalhado na sua versão em inglês⁹⁰. Porém, ao examinarmos seu relatório anual, uma versão resumida do relatório original em holandês (CORDAID, 2009) se pode constatar a transversalidade de gênero que adota: todos os programas possuem alguma avaliação a respeito do impacto de gênero. A exemplo da CESE, também sublinha a não discriminação de “etnicidade, gênero, orientação sexual ou convicção política”. Dentre as agências até agora citadas (com exceção da Fundação Ford), é aquela que parece levar a sério a transversalização de gênero (em inglês, *gender mainstreaming*, v. Bandeira, 2005). Todos os seus programas identificam a desigualdade de gênero como um objetivo e seu portfólio de parceiros incluem 113 organizações de mulheres. A Cordaid também desenvolveu um “scan” de gênero, por meio do qual pesquisa se as organizações com as quais trabalham podem ser qualificadas como “sensíveis a gênero” (CORDAID, 2009, p. 15).

O que se pode concluir, a partir desses excertos, é que a política de transversalização de gênero opera de maneira importante. Evidentemente, não podemos efetivamente constatar o que isso significa na prática das organizações, mas pode-se perceber que deixar de tratar da questão, não é mais uma opção para essas organizações, pelo menos do ponto de vista do discurso, além de ter se tornado quesito obrigatório a ser abordado pelas organizações donatárias.

Por fim, temos a Fundação Ford, que possui entre seus diversos interesses, a defesa de Direitos Humanos. Entre os temas (issues), que compõem grandes temáticas⁹¹, há “iniciativas” em seu interior, que podem ser consideradas linhas de ação. No tema “Direitos Humanos”, no que concerne mais diretamente a gênero, há uma iniciativa denominada “Protecting Women's Rights”, que, no entanto, não está ativa no escritório brasileiro, mas no escritório de Nova Iorque (central) e no africano. Atualmente, entre as iniciativas do tema “Direitos Humanos”⁹² estão ativas no escritório brasileiro: “Promover a justiça racial e os direitos das minorias” e “Fortalecer os Direitos Humanos pelo Mundo”. O tema de Sexualidade Reprodutiva e

⁹⁰ O site oficial é em holandês, com links para versões em inglês, francês, espanhol e português, porém, a única versão além da original realmente ativa é a primeira.

⁹¹ São elas: Democratic and Accountable Government; Economic Fairness; Educational Opportunity and Scholarship; Freedom of Expression; Human Rights; Metropolitan Opportunity; Sexuality and Reproductive Health and Rights; Social Justice Philanthropy; Sustainable Development

⁹² Os outros temas com suas respectivas iniciativas são: Sustainable Development (Expanding Community Rights Over Natural Resources); Educational Opportunity and Scholarship (Advancing Higher Education Access And Success); Freedom of Expression (•Advancing Media Rights And Access).

Capítulo 3

Direitos Sexuais e Reprodutivos também não está atualmente ativo, tendo sido, porém uma linha profícua em décadas anteriores (SOUZA, 2002).

Apesar disso, a Fundação Ford teve uma importância crucial na conformação tanto de um campo de estudos feministas e de gênero no Brasil, como na difusão de um *frame* de gênero, derivado, entre outros processos, dos estudos feministas.

A Ford foi grande fomentadora da formação do campo científico de pesquisa em pós-graduação no Brasil, apoiando centros de excelência em pesquisa formados pelos intelectuais expurgados das universidades (MICELE, 1993). O apoio se dava por generosas dotações de recursos a esses centros de pesquisa e a pesquisadores individualmente. No caso dos estudos feministas e de gênero, a ação mais significativa foi o financiamento de um longo concurso de dotações (1978-1998), realizado pela Fundação Carlos Chagas e denominado inicialmente como “Programa de Estudos sobre Mulher, Educação e Trabalho”. Esse passa a chamar-se, em 1991, Programa de Relações de Gênero na Sociedade Brasileira: incentivo e formação em pesquisa sobre mulheres (SORJ, 2004, BRUSCHINI, UNBEHAUM, 2002). Tal mudança de nome não é fortuita, mas acompanha as transformações que atravessaram o campo feminista, acadêmico e político. Como afirma Sorj, a formação dos movimentos feministas brasileiros em meados da década de 1970 se dá em um contexto de luta contra a ditadura e pela democratização, o que ocorre com uma ampla aliança entre vários setores da sociedade. Isso faz com que feministas de classe média, muitas já inseridas na academia, se aproximem de outros grupos sociais atuantes nesse contexto político histórico, tais como moradores das periferias das grandes cidades, classes médias profissionais, donas de casa, empresários etc. A consequência não intencional disso foi a constituição de um feminismo muito mais sensível às questões das desigualdades sociais do que na América do Norte e na Europa (SORJ, 2002).

Assim, nos primeiros anos dos estudos feministas, há uma preocupação constante em se buscar o que “há de comum” entre as mulheres. As metodologias qualitativas, com procedimentos como observação participante e pesquisa-ação são privilegiados. A condição comum entre pesquisadora e pesquisadas supunha assegurar uma melhor compreensão das condições de vida das mulheres. Sorj chega a afirmar que os estudos realizados durante a década de 1980 têm dupla função, de estabelecer uma nova área de pesquisa e “um modelo de representação

Capítulo 3

das mulheres com comunidade de iguais” (2004, p. 131). Assim, as pesquisas da época poderiam ser entendidas como:

artefatos culturais que colaboram para instituir uma identidade 'imaginada' de mulheres. A utilização do termo mulher, no singular, para demarcar as fronteiras do novo campo de estudos, a identificação entre pesquisadora e pesquisada como condição para a produção de uma imagem verossímil do grupo, a pesquisa-ação como instrumento para compartilhar experiências, sentimentos e conhecimentos, presumiam e disseminavam a noção de um destino comum às mulheres (SORJ, 2004, p. 131)

Na virada da década de 1990, avaliações davam conta da ainda baixa institucionalização da área, assim como a carência de um corpo teórico consistente e uma certa guetificação (COSTA, BARROSO, SARTI, 1985). A progressiva introdução da categoria gênero no debate dos estudos feministas e sobre as mulheres se reflete não somente no nome do Programa, mas também na sua substância. Com base nas avaliações sobre o tom de denúncia e uma baixa cientificidade de muitos trabalhos, passou-se a privilegiar projetos de pesquisa acadêmicos (ainda que não fosse obrigatória a formação superior para a propositura de projetos). Houve um declínio da pesquisa-ação e uma elevação das metodologias quantitativas e “de coletas de dados macrossociais” (uma das diretrizes do edital do programa em 1998). Essa reorientação também guarda relações com uma “reconfiguração do movimento feminista em uma nova institucionalidade representada pelas ONGs feministas” (SORJ, 2004, p. 135), caracterizada pela explosão das organizações da sociedade civil na década de 1990, que agora se voltavam para execução de projetos, com alto grau de exigência técnica para formulação de projetos, intervenção e elaboração de políticas públicas (ALVAREZ, 2000).

A introdução do termo gênero, portanto, reflete um aprofundamento teórico no campo acadêmico, como também um apuro técnico no âmbito político-social do feminismo. Desse ponto de vista, é importante apontar que o campo feminista brasileiro se dá sob o signo da sororidade⁹³. Porém, se gênero, por um lado, vai introduzir clivagens no interior da categoria “mulher” e adicionar as experiências masculinas como uma preocupação e objeto de estudo, por outro, estabelece-se, na

⁹³ Idéia muitas vezes criticada no interior do feminismo, que aliando a rejeição a tudo que era pensado como “organização social masculina” (hierarquia, repartição de tarefas, afirmação individual) e a afirmação de uma diferença feminina, acreditava na possibilidade de uma solidariedade feminina, que apostava na harmonia e homogeneidade entre mulheres (MACHADO, 1992). Ver também Fox-Genovese (1992).

Capítulo 3

esfera política, como um termo que irá resumir, a um tempo, o acúmulo de discussões de uma agenda política feminista, mas com o vantagem de estabelecer alianças estratégicas em agendas como a da diversidade sexual e racial.

O que se pode extrair dos *frames* das agências abordadas, grandes financiadoras das organizações de Direitos Humanos no Brasil, é, por um lado, uma visão de que os Direitos Humanos que valem a pena ser defendidos são daqueles que não tem como se defender. Para as organizações de orientação cristã/ecumênica se trata do “povo pobre”, que pode ser expandido para: trabalhadores rurais e urbanos, pequenos agricultores, desempregados, sem-terras, moradores de rua, sem-tetos, minorias (negros, deficientes, mulheres) e por aí vai. Para a Fundação Ford, a única de natureza laica, combater a pobreza e fortalecer as minorias parecem ser coisas que podem estar separadas da defesa da igualdade de gênero. É claro que, em sua missão, lá está “garantir a participação de homens e mulheres de diversas comunidades e de todos os níveis da sociedade” (FORD FOUNDATION, 2010b). Isto é, a concentração de assuntos relativos a gênero ao tema “Sexualidade e Direitos e Saúde Reprodutiva”, talvez reflita a especialização da questão. Assim como quando os temas se referem a minorias, fica claro que se trata de minorias étnico-raciais, como no tema “Avançar a Justiça Racial e Direitos de Minorias” (FORD FOUNDATION, 2010c). Importante notar, porém, que ao sublinhar “em todos os níveis da sociedade”, isso possa indicar uma abertura para mulheres de todas as camadas sociais, colidindo com a ideia de igualdade de gênero entre homens e mulheres pobres.

3.4. O *frame* de Direitos Humanos da Fundação Margarida Alves

Os materiais utilizados aqui serão de diversas fontes, em especial, os editoriais, artigos de opinião dos boletins informativos que edita, entrevistas com integrantes da FMMA⁹⁴ e o seu estatuto.

A FMMA publica regularmente um boletim informativo desde 2002, que nasce com o nome de “Intergrupos”, passando a se chamar “Falando Dhireito” em 2004. O Intergrupos é um boletim que durou quatro edições e foi realizado pela FMMA em

⁹⁴ As entrevistas com integrantes das ongs abordadas estão codificadas com letras do alfabeto. As entrevistas com os juristas, analisadas no capítulo 5, serão codificadas com números. Uma tabela com algumas características dos juristas entrevistados será colocada em apêndice.

Capítulo 3

parceria com diversos grupos⁹⁵, desde associações comunitárias até Fóruns para discutir questões mais amplas. Fica claro, no entanto, que a responsabilidade maior pelo informativo em termos editoriais como de recursos humanos e financeiros para realizá-lo é da FMMA. Esses grupos, em geral, incluem aqueles que são “acompanhados” pela FMMA, isto quer dizer, os grupos aos quais a FMMA prestava assessoria, em especial porque tem representantes entre os juristas que fizeram ou faziam o curso à época.

O Intergrupos também se ocupa de noticiar a participação da FMMA em diversos fóruns, como o Fórum de Reforma Urbana/Ferurb, o Fórum de Controle Externo do Judiciário/Focoej e a Articulação Estadual de Políticas Públicas, todos os espaços da sociedade civil nos quais se discutiam políticas para os diversos temas tratados, quando não se faziam denúncias e se articulavam pressões sobre determinados problemas. Esse primeiro momento do informativo da FMMA reflete o novo perfil que se delineava para a organização, que deixava de ser um “balcão de direitos” ligado à Igreja Católica, para se tornar uma fundação autônoma.

Essa autonomia, apesar de grande, não deixa de ser relativa. Desde seu início, como bem reflete o trecho abaixo, buscava-se distância da Igreja que a instituíra:

A Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (FDDHMMA⁹⁶) foi criada como entidade juridicamente autônoma em 1994, sendo sucessora do antigo Centro de Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, o qual foi criado no início da década de setenta. Inicialmente, a FDDHMMA fazia parte do projeto de ação integrada da arquidiocese, funcionando como um serviço pastoral. Vê-se que, na prática, a autonomia completa ainda não tinha sido alcançada. (EDITORIAL, 2002)

O seu passado de serviço pastoral deixou vestígios: o Conselho Curador da FMMA é assim composto por diversos integrantes da Igreja e de seus organismos (v. nota 71). O pessoal técnico-administrativo, no entanto, só tem direito à voz, mas não a voto. Isso não significa, na prática, que a Arquidiocese dirija e controle de perto todas as atividades da FMMA. O Conselho Curador reúne-se de três em três meses, e nem sempre há quórum. Além do mais, discutem questões de natureza mais amplas, além de superintender e supervisionar o trabalho realizado. Também

⁹⁵ Comunidade Operária do Bairro das Indústrias, Associação Comunitária do Jardim da Mônica, Movimento de Promoção da Mulher, Comitê de Cidadania, Grupo Flor Mulher, Fórum de Reforma Urbana, Articulação Estadual de Políticas Públicas, Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero, Movimento Cidadania e Segurança.

⁹⁶ Essa é a sigla que comumente é utilizada pelas publicações da FMMA, significando Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves.

Capítulo 3

tem outras funções, importantes, mas de frequência mais escassa, como a de assinar convênios e aprovar Planos de Ação anuais (FMMA, 2008a).

Os primeiros anos de funcionamento da FMMA, prestando assessoria a grupos e participando de fóruns, refletem bem um redirecionamento de atuação quando da migração de Centro de Defesa de Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba para Fundação:

(...) na época do Centro de Defesa a gente funcionava como balcão de direitos, uma das atividades era um balcão de direitos, a gente tinha vários advogados e eles atendiam todos os casos que chegavam ao Centro de Defesa. E quando a gente se transformou em Fundação, a gente deu redirecionamento à entidade, porque a gente achava que não era muito bom ficar fazendo atendimento individual, que tinha muitos casos coletivos que a gente deixava de atender, que eram muito mais importantes, do que os casos individuais. Aí a gente começou a trabalhar na perspectiva de quebrar esse elo desse balcão e trabalhar de uma outra forma. (entrevista A)

À época que funcionava como balcão de direitos, o atendimento se dava da seguinte forma: todos os que necessitavam de algum serviço seriam ouvidos e triados. Muitos casos tratavam de informações simples e que não precisavam, necessariamente, dos serviços de um advogado. Eram casos de como aposentar-se, a quem recorrer para fazer uma reclamação, casos em que a polícia entrava nos domicílios de madrugada, isto é, casos que normalmente se encaminhariam pela via administrativa. Outros eram casos que deveriam ser atendidos por advogados, com interposição de ação. Havia muitos advogados trabalhando e a dimensão do trabalho era tal que havia um defensor público à disposição para lá trabalhar.

Com a instituição da FMMA, procura-se outros rumos de atuação. Os casos individuais, corriqueiros, assim entendeu a equipe da FMMA, poderiam ser resolvidos com a formação leiga de lideranças, já envolvidas com associações ou grupos mais ou menos organizados. A enorme procura do Balcão, com uma fila que “dobrava a esquina”, deixaria de existir para direcionar o trabalho de litígio advogados da FMMA para casos que envolvessem direitos coletivos. Tem-se aí já a principal orientação da FMMA.

No início do seu funcionamento, durante um par de anos foi realizado projeto chamado “Socializando o Direito”, no qual se organizavam ciclos de palestras “nas comunidades”:

Capítulo 3

Só que aí quando terminavam as palestras a gente via que as pessoas queriam saber... não pegavam assim a essência das palestras... queriam saber coisas fundamentais pra vida delas como se separar, como entrar com o pedido de pensão alimentícia, coisas bem do cotidiano deles... aí a gente repensou o projeto. (Entrevista A)

Mais uma vez, percebem a dificuldade de transmitir informações sobre o Direito para aqueles que não haviam feito a faculdade de Direito, nem sequer queriam o direito “abstrato”. Confrontada com a realidade cotidiana das chamadas comunidades, que não possuíam quase nenhum contato com serviços jurídicos ou mesmo estatais, mais uma vez repensa seus rumos. Ao conhecer a experiência da AATR⁹⁷, que fazia cursos de educação jurídica popular desde 1992, denominados “Juristas Leigos” (ARAÚJO, OLIVEIRA, 2003), a FMMA cria um curso semelhante, adaptado ao público que procurava atender.

Estrutura-se, então, o seu curso de “*Juristas Populares*”, que é realizada em 1999, numa edição de um ano e meio, mais longa do que a que irá se consolidar, de um ano. Em alguns anos, o curso é realizado, cada vez mais incorporando novas técnicas e metodologias que facilitassem a apreensão dos conteúdos tratados, como dinâmicas, teatros e apostilas.

Em 2005, mais uma alteração, desta vez de critérios, em consonância com o que já se configurava nas linhas da FMMA:

(...) a gente aceitava toda a pessoa que atuasse no movimento social, independente da formação... então pessoas com nível superior fizeram o curso. Hoje o presidente da Fundação é um jurista popular ! Ele é arquiteto ! Mas ele era uma liderança, ele trabalhava no movimento social, atuava no bairro dele, desde aquela época até agora. E aí, assim, ao longo do tempo, a gente foi repensando o curso, desde 99. A décima edição foi no ano passado e quando a gente repensou o curso, metodologia, os critérios... acho que tem umas quatro ou cinco edições que a gente não aceita pessoas que tenham o nível superior. Tem que ter o ensino médio, até o ensino médio, pode até estar iniciando a faculdade, mas não ter concluído. E se tiver mais pessoas, mais lideranças populares, que tem ensino fundamental e médio, a gente dá prioridade pra essas pessoas, porque o curso, a prioridade dele é acolher, é formar pessoas que não tiveram oportunidade de (...), [formação] escolar... e multiplicar o direito nas comunidades ! (Entrevista A)

⁹⁷ A AATR é voltada para o enfrentamento de conflitos rurais. Sua metodologia de trabalho inclui analisar a situação de grupos e formatar cursos a partir das necessidades de determinadas comunidades, conforme a demanda. Já FMMA, apesar de possuir o nome de uma trabalhadora rural, sempre tratou de temática urbana, geralmente circunscrita à cidade de João Pessoa e cidades do entorno.

Capítulo 3

Nesses anos foi se firmando, no interior da organização, a atuação jurídica na defesa de direitos coletivos, a intervenção na elaboração de políticas públicas, assim como a educação jurídica popular, na forma do curso de Juristas. Para fazer jus ao adjetivo “popular”, o corte foi justamente em relação ao nível de instrução. Não bastava ser liderança, ou mesmo, pobre: era preciso não ter tido oportunidades escolares. O veto à inscrição daqueles que não possuem ensino superior atinge duplamente a falta de capital econômico⁹⁸ e cultural.

A missão da FMMA é “fortalecer e difundir uma cultura de respeito aos Direitos Humanos, na perspectiva dos movimentos populares e da justiça social.” (FMMA, 2008a, p. 1). Para fazer isso, estabelece alguns objetivos:

I - Contribuir para a construção de uma sociedade democrática, através do fortalecimento da cidadania, do apoio e assessoria aos **movimentos sociais organizados** e do estímulo à implementação de políticas públicas participativas;

II - Fomentar a **formação e capacitação de educadores** que **atuem** junto aos **setores populares**, contribuindo para o fortalecimento do seu nível de **organização e participação**;

III - Disponibilizar **material bibliográfico** e manter serviço de **documentação** para utilização pelos **movimentos populares** e pela **população em geral**;

IV - Difundir e promover a **defesa dos Direitos Humanos**, contribuindo para a **criação de novos direitos** e **denunciando todo tipo de violação** desses direitos, podendo para tanto **utilizar** o instrumento de **Ação Civil Pública e demais recursos jurídicos** que sejam necessários;

V - Manter relações de intercâmbio, de cooperação e de solidariedade com entidades congêneres e firmar convênios com organizações nacionais, estrangeiras e internacionais, de direito público ou privado, visando à concretização dos objetivos fundacionais;

VI - **Aplicar recursos financeiros** através de projetos alternativos que **visem fortalecer a organização popular**;

VII - Promover a educação cidadã na perspectiva do direito humano ao trabalho e geração de renda;

VIII - Desenvolver ações educativas junto às **crianças, adolescentes e jovens**, estimulando o potencial criativo, o pleno desenvolvimento social para o protagonismo juvenil na defesa dos seus direitos humanos;

⁹⁸ Estatísticas mostram que o diploma de graduação, mesmo quando realizado em faculdades de segunda linha, pode elevar significativamente a renda. (FORMAÇÃO SUPERIOR... 2010)

Capítulo 3

IX - Contribuir com a cidadania das mulheres e estimular a organização e formação cidadã nas comunidades;

X - Realizar ações na **defesa do meio ambiente** com vistas à preservação dos ecossistemas, recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento sustentável. (FMMA, 2008a, p. 1-2, grifo nosso)

Fica claro, nesse excerto, a orientação para “movimentos sociais organizados”, assim como “setores e movimentos populares”. Dentre esses, destaca mulheres, crianças, adolescentes e jovens e a defesa do meio ambiente. As maneiras como se compromete a perseguir seus objetivos incluem educação e capacitação, fortalecimento da participação e organização, denúncias de violação, utilização de instrumentos jurídicos.

A ideia geral de Direitos Humanos, portanto, não coincide com a carteira de serviços que oferece. Sempre se definindo como “entidade de direitos humanos”, a sua atuação se especializou na defesa da reforma urbana, do direito à cidade, questões de usucapião, sempre no campo dos direitos coletivos e ligados às necessidades dos grupos assessorados.

Ao se referir à sua definição abrangente, parece querer mais angariar apoio em sua defesa, do que dar conta da definição em si. No segundo número do boletim Intergrupos, editorial assinado por técnica da FMMA que começa com uma crítica à política de privatizações e o “desmonte do Estado”, apontado como “descompromisso do Estado com as Políticas Públicas”, logo em seguida procura-se distinguir os Direitos Humanos de “defesa de criminosos”.

Direitos humanos não é isso [sic]. Direitos Humanos tratam de um conjunto de direitos, como: trabalho, saúde, educação, moradia, alimentação, justiça social, igualdade de oportunidades especialmente, o combate às desigualdades de gênero, classe social, raça, etnia e geração.

Somente projetos coletivos de organização e lutas podem romper com a brutalidade da vida de injustiças sociais presentes na cena brasileira.

A atuação de sujeitos plurais envolve necessidades e aspirações de mulheres e homens, que retomam sonhos, esperanças e alimentam a luta por uma sociedade mais justa e coletivamente trabalham na construção da democracia e conquista da cidadania plena e ativa. (MAGALHÃES, 2002)

Na Paraíba, como em todo o Brasil, a defesa de Direitos Humanos sempre esteve associada à “defesa de bandidos”, noção que advinha do tratamento distorcido dado à defesa que se fazia daqueles que, ao lutar contra o regime militar

Capítulo 3

na clandestinidade, acabavam presos, torturados e mortos. Como se sabe, o problema derivou para a defesa de todos aqueles que, presos, eram violentados e torturados por agentes do poder do Estado. Em outro editorial, a questão é abordada:

No Brasil, por exemplo, a mídia relaciona a dita expressão quase sempre com a questão policial, atribuindo-lhe um sentido negativo de estímulo à impunidade. Esta imagem, além de reducionista (...) é falsa. No particular da luta contra a tortura o que se defende não é o criminoso, mas a pessoa, independente de quem seja (...). Não se milita pela impunidade, mas pelas garantias mínimas estabelecidas em nossa Constituição (...) (CASTELLO BRANCO, 2004)

Já outro artigo assinado trata mais uma vez sobre Direitos Humanos, agora sobre a Declaração Universal, que completava 60 anos. Depois de contextualizar seu momento de lançamento (pós-segunda guerra mundial) e sua importância como “pacto para a Humanidade”. Dando um passo além da mera defesa, aponta para esses Direitos como um território de tensões:

A Cultura dos Direitos Humanos é tecida em territórios de tensão/confrontos porque é necessário o diálogo entre os países, raças, etnias, gêneros, gerações, práticas religiosas e espirituais, modos de vida e visões de mundo, com vistas às novas formas de convivência que deslegitimem a violência, a injustiça, a desigualdade, o preconceito, a sujeição de pessoas, a exploração e a violação de direitos. A sociedade globalizada e neoliberal produz outras formas de barbárie e miséria quando reduz tudo ao mercado e mercadoria e concentra poder e riqueza na mão de poucos em detrimento do coletivo. (MAGALHÃES, 2008)

A evocação do aspecto conflitivo dos Direitos Humanos, porém, não deixa de militar pela conversão a um ponto comum, a eliminação da injustiça, unindo novamente os povos. Nesse sentido, quem produz essa injustiça é o capitalismo neoliberal, provocando a concentração de riqueza, em detrimento do “coletivo”, isto é, o “povo” ou os “pobres”. A forma de combater essa injustiça é a própria “Justiça”, no sentido do aparelho judiciário, se funcionasse a contento. Nesse sentido, cita Maria Tereza Sadek⁹⁹:

A justiça não é cega para todos. A corrupção é alimentada pelo sentimento de que o judiciário só é cruel com quem não tem recursos” (Maria Tereza Sadek Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais CEBEJEJ). (...) Formalmente iguais, mas o acesso à Justiça e aos direitos, desiguais. (MAGALHÃES, 2008)

⁹⁹ A referência não é completa no original.

Capítulo 3

Outro artigo, escrito por Mário Ypiranga Neto¹⁰⁰, é reproduzido no boletim da FMMA (já havia sido publicado no site Portal Amazônia) para sublinhar novamente o entendimento da defesa dos Direitos Humanos no *frame* interpretativo da FMMA:

Engana-se quem pensa que os direitos humanos regem as relações entre iguais. O Direito dos Direitos Humanos opera na proteção dos mais desvalidos, na defesa dos ostensivamente mais fracos, dos excluídos desses direitos mais elementares, dos famintos e dos iletrados do Brasil.

A miséria e a fome são questões humanitárias tão importantes quanto o combate à tortura policial e negar os primeiros parece-me tão grave quanto desconsiderar o último. (...)

O subdesenvolvimento crônico, o desemprego e as desigualdades de oportunidades são fatores de violação oficial de direitos humanos. A racionalidade é a melhor proteção contra o erro e a ilusão. Não se pode falar em direitos humanos sem levar em consideração os fatores sociais a demandar prevenção. (YPIRANGA NETO, 2009)

A associação da defesa dos direitos humanos com o combate à desigualdade social é noção alinhada às principais agências financiadoras de direitos humanos internacionais. As ideias de pobreza e desigualdade se aproximam na defesa dos “mais fracos” e dos “famintos e iletrados”.

3.5. Temas, injustiças e estratégias

Utilizando-se como fonte de dados os boletins informativos da FMMA, examinar-se-ão alguns temas que se mostraram relevantes na trajetória da FMMA. Os próximos itens percorrerão a atuação efetiva da organização, que se consubstancia em atuação jurídica, assessoria e ação política. Distinguiram-se quatro temas: 1) Controle Social; 2) Reforma Urbana e Direito à Moradia e à Terra; 3) Meio Ambiente; 4) Gênero/Mulher, os quais serão analisados conforme a abrangência da ação. A análise irá contar com quatro níveis internos de abrangência, seja, um primeiro nível de elaboração de políticas e leis, assim como a intervenção direta em políticas, que inclui a participação em espaços de consulta e deliberação coletiva a respeito de políticas públicas, visando atingir toda a sociedade ou vários segmentos dessa; um segundo nível trata de ações que visam assessorar ou intervir em problemas coletivos de grupos específicos (geralmente comunidades ou bairros, em especial por meio de intervenções jurídicas ou projetos); um terceiro

¹⁰⁰ Promotor de justiça e escritor, ele não pertence ao quadro da FMMA, mas a reprodução do artigo reflete, indubitavelmente, a concordância com seu conteúdo.

Capítulo 3

nível trata da assessoria à organização de pequenos grupos, como acompanhamento a atividades de organização (elaboração e registro de estatutos e assembleias), ou pequenas assessorias por meio de seus representantes, como participação e incentivos para eventos; e, por fim, um quarto nível, denúncias ou acompanhamentos de casos de violação de direitos humanos exemplares, circunscritos no tempo e no espaço. A chave da separação desses níveis baseia-se num gradiente macro-micro, assim como, de certa forma, coletivo-individual, seja, ações que visam atingir coletivos maiores até casos de denúncias de violação que podem ter como vítimas apenas um indivíduo¹⁰¹, passando por coletivos menores, como grupos e associações. Como se poderá constatar, as ações de cada nível não se distribuem equitativamente, mas relacionam-se ao tema e tipo de direito a ser defendido.

Para que se possa ter uma ideia da distribuição das matérias por temas, publicadas nos boletins, dispomos os dados relativos à análise realizada do total de 94 matérias. Em muitos momentos, um artigo ou reportagem poderia se relacionar a diversos temas: quando isso ocorria, escolheu-se o principal para a classificação. Poucas matérias deixaram de ser classificadas segundo o critério estabelecido, por escaparem inteiramente aos temas.

Tema/ano¹⁰²	2002	2003	2004	2005	2006	2008	2009	2010	Total Tema	% Tema
Controle Social	2	1	6	7	6	6	3	2	33	35%
Reforma Urbana	2	2	4	8	3	3	1	1	24	26%
Meio Ambiente	1	0	1	3	1	2	6	3	17	18%
Gênero/Mulher	4	5	0	5	4	2	0	0	20	21%
Total ano	9	8	11	23	14	13	10	6	94	100%

¹⁰¹ No caso do nível 4, incluímos também denúncias e casos circunscritos no tempo e espaço, mesmo que atinjam um coletivo, desde que seja uma denúncia e uma ação de natureza episódica por parte da FMMA.

¹⁰² Foram analisados 21 boletins, editados entre 2002 e 2010, dos quais 4 números do boletim Intergrupos e o restante do Falando DHireito. Nem todos os boletins estavam disponíveis, alguns constavam do site mas não podiam ser completamente visualizados e lidos. Estavam indisponíveis quatro boletins, um do último trimestre de 2006, dois editados em 2007 e um do primeiro trimestre de 2008, daí o lapso entre os anos de 2006 e 2008 nas tabelas.

3.5.1. Controle Social

O primeiro tema a ser abordado é aquele que possui maior concentração de atividades de nível 1. Este é justamente o de definição mais abrangente, cuja referência, apesar de extremamente difusa, é também altamente recorrente. No *frame* da FMMA, o controle social abarca tudo aquilo que remete ao acompanhamento e fiscalização da atuação do Estado e das ações dos governos; assim como a participação em espaços nos quais a sociedade, por meio de suas organizações, poderá opinar e influenciar políticas. Pode-se então afirmar que a temática do controle social perpassa todas as outras. Um exemplo é o artigo em que uma técnica da FMMA à época, Verônica Rodrigues, usa como pretexto o assunto do nepotismo no Judiciário, em voga à época, para defender o Controle Social:

Assim, compreender o funcionamento dos órgãos públicos, discutir e acompanhar o orçamento, onde estão previstos os recursos e como serão gastos e a efetiva implementação do dinheiro arrecadado, exigir atendimento dos setores públicos, não pode ser coisa para técnico, mas para todos os cidadãos e cidadãs, que se assim não fazem, perdem força de reivindicação, por não conseguirem exercer o efetivo controle social. Os canais de participação já estão implantados. Precisamos agora efetivar seu funcionamento, através de um processo educativo amplo para o exercício da cidadania relativo a desmistificar o tecnicismo que sempre quer provar que os gestores entendem mais as nossas necessidades que nós mesmos. (RODRIGUES, 2005, p. 2)

No caso da FMMA, por sua natureza de organização de defesa de Direitos Humanos, sua atuação está estreitamente ligada ao mundo jurídico, portanto, em boa parte dos casos, isso se traduzirá em ações e advocacy por vias jurídicas, seja impetrando ações, seja defendendo uma ampliação do acesso à justiça, reforma e controle externo do Judiciário. No trecho abaixo, um editorial de 2003 chama a atenção para a violência no campo:

Na Paraíba, já se tornou corriqueiro o desrespeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores rurais. O tratamento desumano e cruel dispensado por parte dos órgãos de Segurança e a falta de sensibilidade social do Poder Judiciário são exemplos dessa violação que, de forma invariável, tem beneficiado os setores mais poderosos da sociedade. (...) Magistrados mais próximos dos reais problemas dos cidadãos paraibanos e de demais estados brasileiros seria possível com uma Reforma do Judiciário. Reforma capaz de mudar a mentalidade conservadora e preconceituosa desse Poder, passando esse a atuar como um autêntico operador do Direito mais humanizado e implementador da justiça social (p. 1). (IMPUNIDADE NA..., 2003, p. 1)

O Editorial é ilustrado com a tira a seguir.



Ilustração 3 – Tira de humor

Fonte: boletim Intergrupos, ano 2, n. 4, ago.-out./2003.

Legenda:

- Pássaro – D. Justiça, atrasada de novo!
- Tartaruga – O que faz aqui, marcamos a 2 metros na frente.
- Pássaro – Além de atrasada, está enganada
- Tartaruga - Respeite a autoridade ! Eu tardo, mas não falho [BURACO]
- Pássaro – Falhou !

Sobre essas questões, a FMMA tem defendido a reforma do Judiciário, criticado o elevado nível das custas judiciais na Paraíba (as maiores do país em 2005), acompanhado denúncias de improbidade e abusos do Judiciário. Nesse nível mais geral, suas ações abrangem a realização de seminários, participação em Fóruns e conferências. Dentre esses, se pode citar a participação nos fóruns permanentes como a Articulação Estadual de Políticas Públicas, o Ferurb e o Focoej, além das Conferências, em níveis municipal, estadual e federal de Direitos Humanos, das Cidades, e outros eventos, como o Fórum Social do Nordeste.

Outra frente de ação são as campanhas em que a FMMA se engaja, em tempos de eleição. Advogando pelo “voto consciente”, estimula a participação dos juristas nas campanhas sobre o tema. Em 2002, realizou debate sobre “Eleições e a Questão Urbana”. Em 2004, divulga e participa da Campanha “Ética na Política”, que é coordenada pela Arquidiocese da Paraíba e OAB/PB:

A Fundação espera poder, dessa forma, contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e consciente, esclarecendo que o voto é instrumento de cidadania. Qualquer tentativa de desvirtuar este sentido, oferecendo favor ou dinheiro em troca do voto, deve ser denunciada ao Comitê Estadual em Defesa da Ética na Política pelo telefone (83) 222 8200. (EDITORIAL, 2004)

Esse editorial é ilustrado pela tirinha reproduzida a seguir:



Ilustração 4 - Tira de humor

Fonte: boletim Falando DHireito, ano 1, n.2 , ago.-set./2004.

Legenda

- Você quer comprar meu voto? Espere um minuto aí !
[222-8200]

No que classificamos como um segundo nível de ações, há projetos como o “Espaço Legal”, financiado pela Brazil Foundation, “destinados à sensibilização, capacitação e estímulo à participação política e jurídica para promover a regularização fundiária de 186 famílias das duas localidades de Forte Velho, em Santa Rita, e Mussumagro, em João Pessoa”. (FUNDAÇÃO CONQUISTA..., 2004). Também estimula a organização e participação de grupos (geralmente por meio de pessoas que fizeram o curso de juristas) em torno de questões como a participação em orçamentos participativos ou capacitação de lideranças para efetiva participação em conselhos e outros canais de participação. Em relação à assessoria a pequenos grupos, não foi classificada nenhuma nesse terceiro nível, porque geralmente se relacionam aos outros temas que serão tratados. Uma diversidade de pequenas assessorias é prestada pela FMMA, mas não com o fim específico de Controle Social, pelo menos nos materiais analisados.

E em relação a denúncias, temos casos que são acompanhados a longo tempo, como o assassinato de Margarida Maria Alves, até hoje impune. Há também casos como a cobrança de providências sobre a utilização de ruas como estacionamento privativo ao redor de prédios do Poder Judiciário “O caso mais gritante apontado pelo documento [enviado pelo Focoej] é o do Tribunal de Justiça, que reserva uma rua inteira para a utilização exclusiva de seus funcionários (...)” (FOCOEJ ACIONA MP..., 2005).

Capítulo 3

O Controle Social é, nesse sentido, a forma de fiscalizar as ações do Estado e garantir a justiça. As tirinhas reproduzidas são um bom exemplo disso: na primeira, vemos a “D. Justiça” sendo representada por uma tartaruga, animal lento, mas que, ao mesmo tempo, se mostra arrogante (“Respeite a autoridade”, ela diz); na segunda, o corruptor rico, de terno, tentando comprar o voto de um representante do povo pobre, que acaba por denunciar o crime eleitoral. Ainda que haja uma certa contradição (a mesma justiça que tarda e falha na primeira tira é a que é chamada pelo sertanejo na segunda), o bom funcionamento da justiça é a solução apontada para o caso. Quem aciona a justiça, o protagonista da ação, é um tipo de pés descalços, chapéu de palha e vara de pescar na mão, uma clara representação do caiçara ou praiano da região litorânea do Nordeste.

Como se pode constatar, nesse tema a maior concentração de ações se dá no primeiro nível, por tratar de políticas públicas de uma forma ampla, distribuição que não se repetirá nos próximos itens.

3.5.2. Reforma Urbana e Direito à Moradia e Terra

Esse tema está sempre presente, desde o início da FMMA e se mostra como uma das suas mais importantes linhas de atuação e intervenção. Tem grande atuação em nível 1 e 2, isto é, tanto na elaboração de políticas, participação em fóruns, como na intervenção para resolução de situações específicas. Um artigo escrito por técnica da FMMA expõe uma definição:

Reforma Urbana pode parecer algo técnico, incompreensível ou mais um discurso propositalmente elaborado para que a maioria da população não entenda e, assim, não possa acessar o seu direito.

Diferentemente disso, Reforma Urbana diz respeito à vida das pessoas e trata da desigualdade de moradia, saneamento básico, acesso daqueles direitos que todos nós gostaríamos de ter, mas não sabemos onde buscar. (...)

Para isso, precisamos ver a cidade como extensão de nossas casas, para podermos desenvolver trabalhos de valorização de nossas ruas, bairros, com sua cultura, mas também para nos envolvermos nas lutas mais coletivas que cobram participação da sociedade nas decisões importantes para a cidade. Precisamos criar espaços públicos de participação e de cobrança (p. 2). (RODRIGUES, 2004)

Reforma Urbana é um dos temas recorrentes nos boletins da FMMA, inclusive por sua participação em um fórum específico, o já citado Ferurb (Fórum Estadual de Reforma Urbana). É na dinâmica desse que se concentra boa parte das ações de

Capítulo 3

nível 1 dessa temática. Como se depreende do trecho acima, também é visto como uma possibilidade de controle social, por meio da participação da sociedade nas decisões sobre a cidade. Também se configura num campo de reivindicação de direitos de caráter intrinsecamente coletivo.

Suas ações nesse primeiro nível relacionam-se à política habitacional de João Pessoa, alvo de denúncias na gestão de Cícero Lucena (1997-2004), quando da implantação do Programa “É Pra Morar”. Via Ferurb, fez incursões ao Ministério Público, solicitando providências sobre a má-qualidade das habitações, que segundo pareceres técnicos, corriam até risco de desabamento (RELATOR NACIONAL..., 2004). Acompanhou também o desenvolvimento da política habitacional no mandato de Ricardo Coutinho, sucessor de Lucena, assim como dos prefeitos de Bayeux (Jota Júnior) e Santa Rita (Marcos Odilon Ribeiro Coutinho). Com a realização da Conferência das Cidades e a promulgação do Estatuto das Cidades, militou na campanha pela elaboração/revisão de Planos Diretores em cidades paraibanas, participou da campanha e assessorou municípios.

O Plano Diretor de João Pessoa, por sua vez, fora aprovado em 1992 (portanto, já deveria ser revisto), mas só na gestão Coutinho começava a ser implementado, segundo artigo de outra técnica da FMMA:

[o então prefeito Ricardo Coutinho] Optou por começar pela parte mais difícil, que mexe com o **bolso do cidadão – não do cidadão comum, pobre, mas no bolso da classe empresarial da construção civil**. O Prefeito, através do decreto nº 5454/2005 de 26 de setembro, instituiu a outorga onerosa do direito de construir ou solo criado, instrumento urbanístico contido no Plano Diretor e também no Estatuto das Cidades (...). Alguns setores da sociedade argumentam que a aplicação da outorga vai trazer desemprego (...) Porém, para quem participou, como nós, da elaboração do PD e teve que travar intermináveis debates para ter no Plano este, entre outros instrumentos (...) **fica satisfeito, apesar de não concordar com a forma, através de decreto, como foi instituído**. (PESSOA, 2005, p. 2, grifos nossos)

Não basta fazer, portanto, a política “correta”, é preciso fazê-la da forma correta, que é a democrática, discutida coletivamente. É por esse motivo também que, logo após a vitória de Coutinho, trata de realizar um Encontro de Lideranças de Assentamentos Urbanos de João Pessoa, do qual participa o então eleito (mas não empossado) prefeito, que se compromete a extinguir o antigo programa “É Pra Morar”. Com cem dias de gestão, a FMMA procura os prefeitos de João Pessoa, Santa Rita e Bayeux, para cobrar-lhes sobre a política habitacional de cada um.

Capítulo 3

Em um nível mais interventivo, mas ainda essencialmente orientado para comunidades, a FMMA procurou contribuir em questões habitacionais e fundiárias. Ainda que sua atuação seja declaradamente urbana, em várias ocasiões terminou por atuar, de forma mais ou menos positiva, em comunidades estabelecidas em áreas rurais, muito comuns no estado, mesmo na região metropolitana de João Pessoa. Em um dos primeiros boletins editados pela FMMA, noticiava-se a situação da Comunidade do Engenho São Paulo, do município de Cruz do Espírito Santo (cidade da região metropolitana, distante 24 km de João Pessoa). A Associação da Comunidade do Engenho São Paulo, com aproximadamente 1200 habitantes, recebia visita de engenheiros do Projeto Cooperar, para discutir um convênio de melhoria habitacional da localidade, que possuía 98% das moradias como casas de taipa.

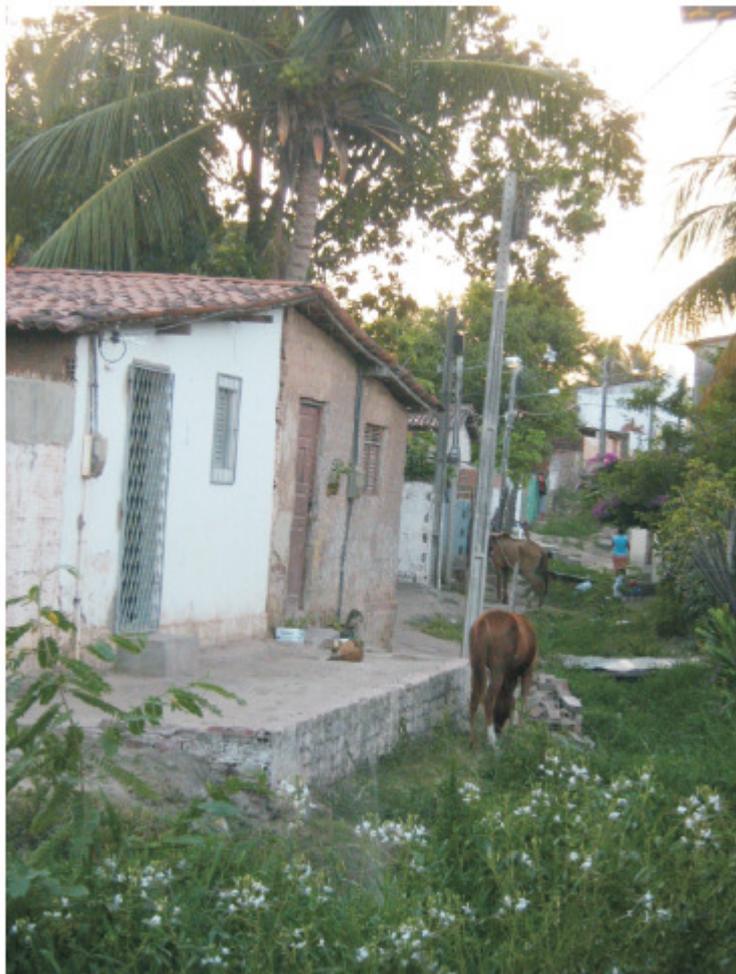
Outro caso foi a assessoria à Associação de Moradores de Forte Velho, distrito de Santa Rita, que a FMMA acompanha desde 2003, segundo seus boletins. Uma nota grande relata a situação da Fazenda Tambauzinho, em Forte Velho (Santa Rita). Em uma situação que perfazia nove anos em disputa judicial (e que perdura até hoje), as famílias ocupavam uma área de 450 hectares. O direito à posse da terra estaria garantido pela sua situação de permanência por muitos anos, porém, enquanto a situação não se regularizava, as famílias vinham sofrendo ameaças e violências:

Esses moradores estão diariamente submetidos a atos de violência, com envenenamento de suas lavouras (feijão, inhame, macaxeira, batata doce e verduras), roubo de animais (vaca, cavalo), incêndio de casa (...). As mulheres, homens, jovens e crianças, andam assustados, ficam doentes por envenenamento e apresentam problemas de pressão alta, depressão e sobretudo são feridos na dignidade, o que causa muita dor e ofensa moral (...) Na comunidade, o poder dominante – os proprietários de grandes extensões de terra – se encarrega de transformar esses trabalhadores em ‘sem leis’, inimigos da ordem, pelo simples fato de lutarem pela vida, exercitarem sua cidadania, exigindo que se cumpra a Constituição, no fundamental reconhecimento do princípio constitucional da ‘função social da propriedade’, combatendo o latifúndio e a especulação latifundiária (FOME E SEDE..., 2003, p. 3).

A FMMA tem atuado em diversos casos de regularização fundiária, como em casos de usucapião urbano, como no bairro Mussumagro, de João Pessoa, como no usucapião rural, caso de Forte Velho. Também é o caso da comunidade de Laranjeiras, no bairro de José Américo, de João Pessoa, que começou a ser

Capítulo 3

ocupada há mais de 30 anos, em terreno pertencente ao Instituto de Previdência do Estado. Uma foto publicada no boletim dá a dimensão do tipo de moradia estabelecido no bairro de José Américo:



Comunidade - Moradores serão envolvidos na discussão

Ilustração 5 – Foto de casa do bairro José Américo

Fonte: boletim Falando DHireito, ano 6, n. 16, abr.-jun/2008

Padrões semelhantes iremos encontrar em outros locais, como em Mussumagro e Forte Velho. Mesmo Bayeux, cidade conurbada à João Pessoa e Santa Rita, possui padrão semelhante de ocupação no bairro chamado “Mutirão Mario Andreazza”, que tinha sido ocupado e cuja posse já era regularizada há muitos anos.



**Ilustração 6 – Foto de rua do bairro Condomínio Mario Andreazza – Bayeux
(autoria: Arlene Ricoldi)**



**Ilustração 7 – Foto de rua do bairro Condomínio Mario Andreazza, em Bayeux.
(autoria: Arlene Ricoldi)**

Capítulo 3

Ao lado dessas intervenções, a FMMA procura, em um terceiro nível, acompanhar a formação e formalização de associações de moradores para que possam continuar reivindicando melhorias para as comunidades. As assembleias da AMFV/Associação de Moradores de Forte Velho foram acompanhadas por técnicos da FMMA, como noticia em seu boletim:

No dia da eleição, 28 de junho, a nova executiva assumiu o compromisso de dar continuidade aos trabalhos realizados pela gestão anterior. Cita-se, como exemplo, os programas culturais com incentivos ao artesanato, à música (Banda Pagosyte) e à dança (coco-de-roda), e os sociais, com a luta pela legalização da posse da terra

Tendo em vista a ausência da participação de grande parte dos sócios e de mulheres no processo eleitoral, observa-se a necessidade de resgatar esses membros para, assim, atuarem em prol da comunidade. (AMFV – ASSOCIAÇÃO DE..., 2003, p. 4)

O incentivo à organização comunitária parece ser um caminho para o engajamento na comunidade. As atividades culturais são objetivos colocados lado a lado com a luta pela terra. Nesse sentido, trabalha a FMMA sempre com a perspectiva não somente da intervenção para resolver problemas relacionados à posse da terra, seja rural ou urbana, mas também, no fortalecimento da organização comunitária:

A falta de regularização fundiária também piora os outros problemas enfrentados pela população, como a inexistência de rede coletora de esgoto, escola ou creche e as dificuldades de funcionamento do Programa de Saúde da Família. Como Teodora [moradora do bairro] destaca, “por ser oficialmente apenas um terreno do Estado, fica difícil para a prefeitura dar solução aos problemas da área”. Verônica [técnica da FMMA à época] explica que o projeto prevê o envolvimento da comunidade em todo o processo da regularização, através de oficinas e reuniões realizadas por técnicos da Fundação. “Esta é uma das partes mais importantes do trabalho, fazer com que o processo seja bastante participativo”, garante. (MINISTÉRIO APROVA..., 2008, p. 4)

Por outro lado, congratula outra comunidade que transforma a comunidade por meio da “participação”:

Projeto piloto em capacitação para geração de emprego e renda. Posto do Programa Saúde da Família funcionando até aos sábados. Escola com creche atendendo a crianças, jovens e adultos. Moradia digna para as famílias. Rádio difusora comunitária funcionando todos os dias na semana. Na comunidade Maria de Nazaré, localizada na periferia de João Pessoa, esta realidade é possível. Um exemplo de como a participação popular no controle da verba pública e da

Capítulo 3

mobilização em grupos comunitários pode modificar a realidade dos moradores. (CONTROLE SOCIAL..., 2006)

Não é possível estabelecer uma separação clara entre o tema “Controle Social” e os demais, como o da Reforma Urbana. A noção de “Controle Social” traduz em termos mais técnicos a aposta no fortalecimento da organização “do povo”, da sua participação organizada nos canais institucionais, por meio dos quais poderá fazer valer seus direitos. No caso da Reforma Urbana, assim como direito à moradia e terra, temos o direito coletivo por excelência, sempre reivindicado por um coletivo, a chamada “comunidade”.

Até pela natureza do tema tratado, são poucos as ações que possam ser classificadas de nível 4. Podemos, no entanto, citar, por exemplo, o caso de um conflito agrário na Fazenda Quirino, em Juarez Távora, cidade de cerca de 7.000 habitantes, no interior da Paraíba:

Há um ano, um casal foi espancado violentamente por capangas, que estupraram a mulher em frente aos filhos, sob a promessa de voltarem para matar o marido. Agora, os agressores têm uma nova forma de intimidação: impedem o acesso aos cacimbões, únicas fontes de água para a comunidade, e que agora são aterrados de propósito para que não acumulem água no inverno, tornando a vida da comunidade insustentável. E as noites são marcadas por vigílias, um jeito de evitar novas violências de surpresa. (EDITORIAL, 2009)

Trata-se, pois, de denúncia de caso a que a FMMA não está diretamente ligada, que resulta de um conflito agrário que se estendia há dez anos, mas que chama a atenção pela grave violação, o que leva a FMMA, mesmo sendo caso fora de seus domínios, a denunciar. De maneira semelhante, denuncia o caso da remoção de famílias de Alcântara-MA, para acomodar o Centro de Lançamento Espacial: “Mesmo não tendo sido firmado o acordo, trinta comunidades (cerca de 503 famílias) foram compulsoriamente afastadas de suas terras e abandonadas em agrovilas (...)” (INFORMES DE..., 2003)

3.5.3. Meio Ambiente

A defesa do Meio-Ambiente é um tema cada vez mais recorrente nas ações da FMMA, principalmente nos últimos anos. No entanto, já no segundo boletim Intergrupos, de 2002, temos a publicação de uma poesia, denominada “Xote ecológico”:

Não posso respirar
 Não posso nem nadar
 A terra está morrendo
 Não dá mais pra plantar
 E se plantar não nasce
 E se nasce não dá.
 Até pinga da boa
 É difícil de encontrar

Cadê a flor daqui ?
 Poluição comeu
 O peixe que é do mar ?
 Poluição comeu
 O verde onde é que está ?
 Poluição comeu
 Nem o Chico Mendes sobreviveu
 (XOTE ECOLÓGICO, 2002)

Nessa poesia, a ideia de meio-ambiente está ligada à preservação da natureza, “do verde”, assim como de rural/agrícola. Também é a partir de Forte Velho, distrito rural de Santa Rita, que surge um dos primeiros problemas nesse tema a serem abordados pela FMMA. Trata-se da salinização das cacimbas¹⁰³, denunciada pela AMFV como resultado da carcinicultura, a criação de camarões em viveiros. Realizou ato público, no qual representantes de várias instituições estiveram presentes, desde a Sudema e o IBAMA, assim como o então deputado Ricardo Coutinho e representantes da FMMA e da APAN/Associação Paraibana dos Amigos da Natureza. O dono dos viveiros, Paulo Coutinho, negava que a salinização era resultante de seus viveiros, dizendo que tinha todas as licenças ambientais necessárias. Já o presidente da AMFV, Luiz Carlos de Almeida Gonzaga, rebatia afirmando:

Água das cacimbas está sendo prejudicada pelos viveiros. Eles desequilibram o meio ambiente e, se nenhuma providência for tomada, vão acabar com o manguezal e com a forma de sustento das famílias que moram na comunidade. (COMUNIDADE PROTESTA..., 2004).

A postura de Paulo Coutinho, que dizia que já havia recebido “elogios até da Ministra do Meio Ambiente Marina Silva” (COMUNIDADE PROTESTA..., 2004), é ironizada na tirinha abaixo:

¹⁰³ As cacimbas são poços, feitos por meio de escavação, onde a água do solo se acumula. Muito comum no Nordeste, era a fonte de água potável da população de Forte Velho, que atualmente, já possuem água encanada.

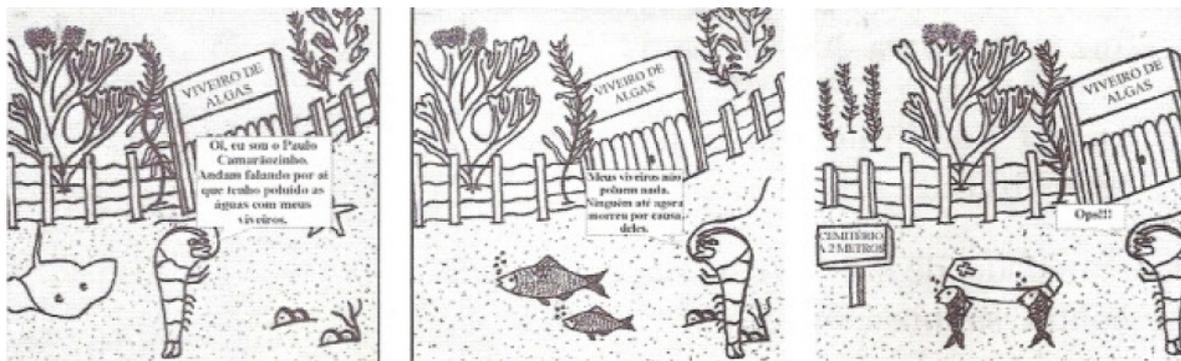


Ilustração 8 – Tira de humor

Fonte: boletim Falando DHireito, ano 3, n. 5, abr.-julho/2004

Legenda

[VIVEIRO DE ALGAS]

- Oi, eu sou o Paulo Camarãozinho. Andam falando por aí que tenho poluído as águas com meus viveiros.
- Meus viveiros não poluem nada. Ninguém até agora morreu por causa deles.

[CEMITÉRIO A 2 METROS]

- Ops !

Um artigo de opinião de técnica da FMMA, em anos seguintes, irá relacionar a temática ao rural e urbano:

O Brasil é um País de uma legislação ecológica rica e moderna, porém convivemos diariamente com pequenas e grandes tragédias que agredem seriamente o meio ambiente das nossas cidades e da zona rural, que ameaçam a saúde da população. Por exemplo, o lixo mal acondicionado ou sem destinação correta, a ocupação do solo em beiras de rios e manguezais poluindo com esgotos as águas, o desmatamento, a erosão e a falta de consciência ecológica a ponto do próprio povo extrair pele de animal para vender, matar borboletas e outros animais que viram objetos de vitrines. (...) Nos períodos de safra de cajá, pitomba e serigoela, as pessoas compram e comem enquanto fazem sua viagem de ônibus ou trem e dentro do próprio transporte público, jogam caroços e cascas sem terem consciência o quanto estão contribuindo para a sujeira e falta de higiene do seu próprio meio de locomoção.

Nos banheiros públicos, mesmo com cestos, as pessoas jogam no chão o papel que usam, isso quando não riscam as paredes escrevendo pornografias de extremo mau gosto. A lista de exemplos de falta de educação ambiental é interminável. (MAGALHÃES, 2005)

Podemos ver que o tema do meio-ambiente será muito tratado na perspectiva da necessidade de educar ambientalmente a população. Assim, as ações da FMMA no tocante a esse tema concentram-se nos níveis 2 e 3.

Ainda que se apresente nesse tema o menor número dentre os que foram analisados, casos relacionados à temática do Meio Ambiente, como assim entendido pela FMMA, é o que tem tido mais destaque nos três últimos anos, em especial

Capítulo 3

depois de ter sido escolhido como tema da Rede de Juristas Populares, esta última financiada pela alemã Misereor:

Um olhar mais atento para os problemas ambientais de João Pessoa, Santa Rita e Bayeux foi a principal marca do triênio que está se encerrando da parceria entre a Fundação Margarida Maria Alves e a entidade alemã Misereor, o projeto que dá sustentabilidade à Rede de Juristas Populares. Já com o olhar voltado para o projeto proposto para o triênio 2010/2012, os Juristas encerram 2009 contabilizando os resultados e impactos da ação iniciada em 2007, mas que tem raízes em 2004, quando a Rede nasceu. Entre os principais resultados estão o retorno da Sudema à Mata do Xem Xem, em Bayeux, e a articulação com as escolas de Tibiri, em Santa Rita, para trabalhar a educação ambiental. (EDUCAÇÃO AMBIENTAL..., 2009)

Em razão da natureza da Rede de Juristas, que abrange quatro núcleos de juristas em três cidades diferentes (João Pessoa, Santa Rita e Bayeux), e sua atuação nas políticas públicas, como incursões feita à Sudema e ao IBAMA, ou mesmo diversas ações de educação ambiental, consideramos parte de suas ações como de nível 1. Na mesma linha, podemos citar a discussão da temática ambiental no Encontro Estadual de Juristas, em 2006, cujo tema era “Gestão Pública e o compromisso com a preservação e revitalização do Meio Ambiente”. Foram abordados o problema do lixo dentro dos mangues, ecossistema comum na região. Entre outros assuntos, se abordou a queda da produção de caranguejo em Bayeux, que ocorre devido à exploração desordenada do mangue:

A preocupação com o mangue também foi decorrente de sua presença não apenas nas três cidades de atuação dos Juristas, mas em 97% do litoral brasileiro e por ser tido como um verdadeiro berçário da natureza. Afinal, estas são consideradas as terras mais produtivas do planeta e por isso mesmo atraem gente com alto poder aquisitivo, interessada em explorar o potencial mercantil da região. (PRODUÇÃO DE CARANGUEJO..., 2006)

Em outro momento, reporta-se a intervenção do professor Mariano Ferreira no encontro: “É preciso perguntar: que ambiente estou trabalhando para mim? Temos que trabalhar a ecologia da alma, o meio ambiente a partir de si mesmo” (AÇÃO DEVE..., 2006).

Em nível 2 e 3, temos a maioria dos esforços envidados para a preservação da Mata do Xem Xem, localizada em Bayeux. Desde audiências públicas (que poderiam ser enquadradas em um primeiro nível), composição do conselho gestor da mata e mobilização da população local promovidas pelos juristas e assessorada pela FMMA (nível 2), até plantio de mudas de espécies nativas em clareiras identificadas

Capítulo 3

previamente pelos juristas, piqueniques ecológicos e caminhadas de limpeza da mata (nível 3).

Já em Tibiri (Santa Rita), são promovidas caminhadas denominadas “Via Sacra do Meio Ambiente”, que reúne alunos de escolas públicas e privadas, uma ação que pode ser classificada em nível 2. Essa “Via Sacra” é parte importante da também anual “Semana do Meio-Ambiente”, promovidas pelos juristas da localidade, que realizam oficinas nas escolas, (nível 3).

Em nível 4, encontramos apenas a denúncia contra “a impunidade relacionada ao rompimento da Barragem de Camará” em Alagoa Grande. No dia 17 de junho daquele ano, a inundação resultante do rompimento havia levado à cinco mortes e milhares de desabrigados. Um manifesto foi divulgado sobre a situação:

Fomos vítimas da mais indecente disputa entre duas facções políticas, onde coronéis revezam-se no controle do poder executivo do Estado da Paraíba. Somos vítimas de um hediondo crime de ação e de omissão, onde a administração pública do Estado da Paraíba construiu – com impostos que pagamos – uma barragem (Camará) superfaturada e às pressas; não evitando depois o seu rompimento, para obter, de forma mesquinha, o voto dos eleitores incautos. Continuamos vítimas, agora da mais repugnante manobra, prevalecendo o esquecimento e o descaso, onde o Governo da Paraíba apenas faz sua mídia nos escombros e sobre os cadáveres daqueles que pagaram para ter água limpa no verão e receberam lama pobre no inverno. (POPULAÇÃO DE ALAGOA..., 2004)

A importância atribuída ao tema Meio Ambiente e sua escolha como linha principal de atuação da Rede de Juristas Populares não deixa de refletir diversos aspectos valorativos em circulação ali. Tanto no sentido mais macrocultural, seja, a valorização da natureza, da terra e da imagem do sertanejo/nativo (como transpira também da análise das outras temáticas), como do valor político dos direitos coletivos, da perspectiva da FMMA. Esses últimos, além de estarem associados com o direito à terra/moradia, e, portanto, direito à cidade de uma forma mais ampla, também está ligado ao direito a uma infraestrutura urbana de qualidade. Isto é, coleta de lixo, saneamento básico e abastecimento de água tratada, por exemplo, cujos serviços ainda eram prestados, nas regiões periféricas da Grande João Pessoa, com muita deficiência. Esses problemas foram aglutinados sob o tema do Meio Ambiente, aliados à defesa da natureza de forma, digamos, mais direta, como o combate ao desmatamento.

3.5.4. Gênero/Mulher

Gênero como tema, na classificação aqui proposta, irá incluir toda e qualquer referência à igualdade/desigualdade entre os sexos, a problematização de questões ligadas à condição feminina (violência doméstica, dupla jornada, participação na política etc.) e quaisquer referências à discussão sobre sexualidade, seguindo o delineado na análise das missões e objetivos das agências financiadoras, em item anterior.

No início da edição do boletim, ainda com nome Intergrupos, havia muitas notícias relativas a grupos “acompanhados”, isto é, noticiavam-se as atividades dos grupos daqueles que haviam feito o curso de Juristas. Um deles era o “Movimento de Promoção da Mulher e Casa Maria Preta”. Segundo o boletim “vem promovendo encontros semanais com as mulheres e realiza trabalhos artesanais (pintura em tecido, tricô, bordados, crochê) e programas de debates mensais com a assessoria da FDDHMMA” (MOVIMENTO PROMOÇÃO..., 2002). Essa entidade é a antiga Pastoral da Mulher Marginalizada, criada em 1969, tendo como idealizador um padre, “que a partir do contato com a organização francesa Le Nid, que desenvolve ações sociais e humanitárias com as mulheres prostituídas em Paris, resolveu trazer aquela experiência para a Paraíba” (CUNHÃ, 2001, p. 58). No início da década de 1970, muda o nome para “Movimento de Promoção da Mulher/MPM”, se tornando uma organização não governamental. A coordenação, segundo o boletim, era de Geresa Ribeiro da Silva e do Padre Alberto Reani. Logo depois, o grupo informa que quer ser “desligado do acompanhamento” da FMMA, para dar lugar a outros grupos.

O outro grupo constantemente referenciado é o Flor Mulher. Este surge a partir da realização de cursos, cujos temas incluíam basicamente saúde mental e sexualidade, promovidos por missionárias do Maryknoll¹⁰⁴, com um grupo de mulheres no bairro de Tibiri, em Santa Rita, por volta de 1999.

Além desses, temos notícias relativamente recorrentes sobre a Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba, que começa a estruturar-se em finais de 2001. A Rede pretende articular diversas organizações e grupos de mulheres do Estado e

¹⁰⁴ Trata-se de uma ordem católica estadunidense de característica missionária, tanto religiosa como leiga, e conhecida como progressista. Um de seus integrantes, por exemplo, ganhou repercussão por defender a ordenação feminina. (SACERDOTE É EXCOMUNGADO..., 2008)

Capítulo 3

conta, desde seu início, com a participação da técnica Cândida Magalhães, da FMMA, em suas reuniões de formação.

Assim temos, em um primeiro nível, a participação da FMMA na Rede de Mulheres, tanto de sua formação como de suas reuniões. Todo o processo de formação da rede e os vários encontros do seu início (elaboração de Estatuto, Regimento e Grupos de Trabalho) são relatados nos informativos da FMMA. Vez por outra, são noticiados eventos relativos à Rede, como a comemoração do Dia da Mulher Latino Americana, ou a participação na Conferência Nacional de Mulheres. A Rede era considerada um dos espaços coletivos dos quais a FMMA participava, conforme se pode ver no trecho da matéria que faz parte de um número especial do informativo Falando DHireito:

Rede e Fóruns

Sexo Frágil! Essa denominação pejorativa já não pode ser considerada quando se observam as práticas realizadas pela Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba, uma das organizações de que a Fundação faz parte.

Reunindo em sua composição a presença de 32 grupos de mulheres, muitas dessas vindas do interior paraibano – Sertão e Brejo, a Rede pretende em seus trabalhos ampliar a visão acerca dos direitos, no combate à violência, e das políticas, em particular, a de assistência à saúde. (...)

Um dos principais frutos dos trabalhos feitos, no decorrer de uma década de Fundação, foi o notório desenvolvimento de um espaço coletivo, reunindo as entidades em uma só construção. (DIREITOS HUMANOS..., 2004, p. 8)

O último parágrafo dessa matéria também se refere à formação de outros fóruns, que ressalta a ênfase no trabalho de criação de “espaços coletivos”. No pé da página 8 na matéria supracitada, um quadrinho expõe os seguintes dados:

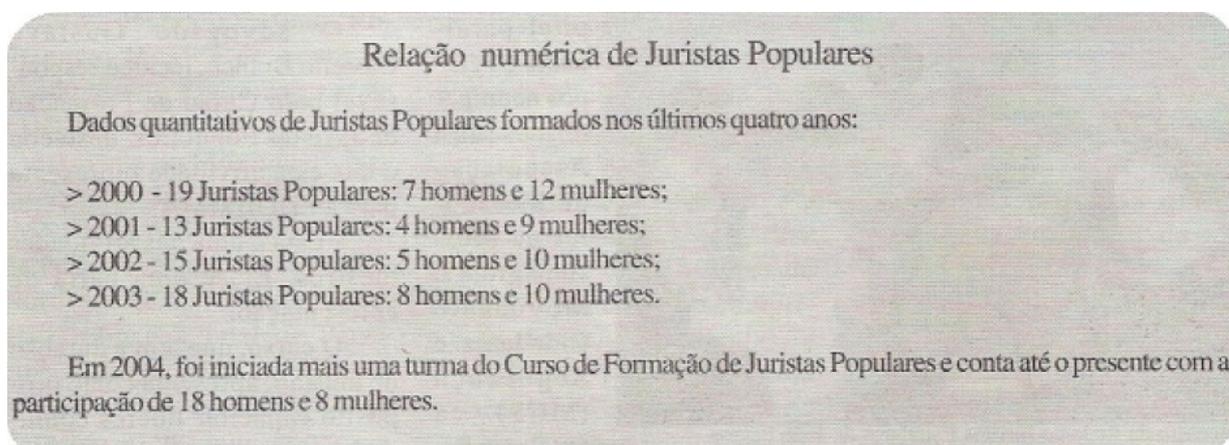


Ilustração 9 – Quadro de Juristas Populares formados de 2000 a 2003
 Fonte: Falando DHireito, ano 3, n. 5, abr.-jul/2004

Não encontramos nenhuma ação que possa ser classificada como de nível 2, o que pode significar a dificuldade de enquadrar a questão de gênero como um problema coletivo, ou de assessorar grupos de mulheres em problemas coletivos, pois escapariam ao perfil atendido pela FMMA.

Já no terceiro nível, podemos encontrar notícias sobre as atividades desenvolvidas pelo Flor Mulher, grupo próximo à FMMA. Desde o início, foi acompanhado pela FMMA na sua constituição, principais atividades, até a conquista da sede própria, uma casa “doada por uma missionária que acompanha o grupo há vários anos” (FLOR MULHER GANHA..., 2005). Nessa nova sede puderam ampliar as atividades:

(...) hoje oferece cursos de terapia ocupacional, crochê, pintura em tecido, bordados clássicos e rústicos e também corte e costura. Além disso, são oferecidas massagens e, a partir do grupo de apoio da entidade, existe um curso que discute assuntos como saúde mental, sexualidade e cidadania, com a duração de quase dois anos. O curso é ministrado por monitoras de saúde mental, as *flor mulher* (sic) e Juristas Populares FLOR MULHER GANHA..., 2005)

Grande parte das que constituem o grupo Flor Mulher passaram pelo grupo de Juristas, daí o atendimento de orientação jurídica ter grande importância nas suas atividades

Como a grande maioria das *flor mulher* (sic) são Juristas Populares, esse trabalho também foi ampliado. Elas puderam estender o acompanhamento e orientação jurídica às mulheres do bairro e mês passado iniciaram um projeto de educação ambiental com a população. ‘A cidade está muito suja, não temos rede de esgoto e, para piorar, as famílias que moram perto das bocas de lobo escoam suas fossas diretamente para os bueiros o que está sendo agravado pela falta de saneamento’, afirma Maria. Um projeto de educação ambiental para o bairro já foi elaborado, porém, só será implementado após a eleição da nova diretoria, em novembro. (FLOR MULHER GANHA..., 2005)

Num quarto nível, que incluem denúncias e acompanhamento de casos de violação, o volume de informação é o maior dos quatro níveis, com pelo menos três casos importantes, de numerosas inserções no informativo.

O primeiro deles foi um caso de acusação de atos libidinosos contra uma menor pelo juiz José Edvaldo Albuquerque de Lima, no exercício de suas funções, já que ele pertencia ao Juizado da Infância e Juventude da cidade de Bayeux. O

Capítulo 3

Conselho Tutelar da cidade o teria denunciado e sofrido ameaças. Nesse caso, o caso foi classificado no tema de gênero por se tratar de uma violência contra uma adolescente, embora o caso tenha sido tratado muito mais do ponto de vista do abuso de autoridade e da ameaça aos membros do conselho tutelar de Bayeux. Vejamos editorial sobre o assunto:

É de conhecimento geral que contra o Juiz José Edvaldo Albuquerque de Lima, que era da 2ª Vara da Comarca de Bayeux e do Juizado da Infância e da Juventude, pesam graves acusações inclusive a prática de atos libidinosos contra a menor D.G.S.P., de 14 anos de idade (...) Também é pública a notícia que o Juiz aposentado José Edvaldo foi nomeado pela Governadora em exercício, Lauremília Lucena, para o cargo de Sub Procurador da Secretaria de Administração Estadual. Não se trata aqui de discutir a legalidade do ato, mas de chamar a atenção para os critérios de quem assume funções públicas e de suas responsabilidades.

O Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente em Bayeux está encampando esta luta desde maio de 2001, quando a senhora Maria Ubaneide dos Santos solicitou a ajuda da entidade em função do desaparecimento de sua filha menor que acusou o juiz. Logo esta retornou e denunciou o juiz ao Conselho que tomou as medidas necessárias para resolver o caso. (EDITORIAL, 2003)

Os dois casos restantes são violações contra mulheres, que ficaram conhecidos como Caso Márcia Barbosa e Caso Rosângela. A estudante Márcia Barbosa foi assassinada em 1998, e os indícios apontavam o então deputado estadual paraibano Aécio Pereira de Lima. Ela era de Cajazeiras e quando estava hospedada em uma pousada na praia de Manaíra, ligou para o deputado para que ele fosse pegá-la na noite do crime. Eles teriam ido a um motel, e no dia seguinte ela foi encontrada morta em um terreno baldio. Laudo pericial apontou que a causa da morte foi asfixia. A morte teria causado comoção e mobilizado diversas entidades de Direitos Humanos do estado e do Ministério Público, o que ocasionou mudanças nas regras de imunidade parlamentar:

Sem a mudança, o processo nem teria começado, já que o acusado era deputado na época do crime. Atendendo às regras vigentes então, foram feitos três pedidos à Câmara dos Deputados para liberar o julgamento de Aécio, o que só foi possível com a intervenção do Procurador de Justiça José Marcos Navarro, que instaurou uma ação. (JUIZ PEDE..., 2005)

Pelo menos duas organizações, além da FMMA, se envolveram no caso, a Gajop/Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares, de Recife e Cejil/Centre for Justice and International Law, organização internacional com

Capítulo 3

escritório no Rio de Janeiro. O caso foi considerado emblemático e estava sendo acompanhado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

E, por fim, o terceiro caso noticiado foi o de Rosângela Silva Santana, de 38 anos, ocorrido em 2006. Rosângela havia se separado há três anos do marido, o cabo da PM Júlio Galdino Santana Filho, com quem teve três filhos. Durante o casamento de vinte anos, Rosângela era constantemente agredida, razão pela qual havia decidido pela separação. Há seis meses, resolvera dar nova chance ao casamento. Após esses meses de convivência, o marido voltara a ser agressivo. O estopim da violência ocorrera ao voltarem de uma festa, quando ele perguntou sobre possíveis namorados que ela poderia ter tido durante o período de separação. Isso bastou para que ele amarrasse Rosângela no banco de trás do seu carro durante horas. Ao chegar às proximidades da residência, o cabo lhe rasgou toda a roupa com canivete e passou a espancá-la e ameaçá-la com arma de fogo. Aproveitando-se de distração, Rosângela tenta escapar, nua, de posse da arma. Ele a perseguiu e ambos entram em luta corporal, durante a qual fazem um disparo. Ele a domina novamente, chama colegas de polícia para prendê-la por tentativa de homicídio e porte ilegal de arma. Ela é presa ainda nua e assim permanece durante várias horas na delegacia. Ficou três dias presa, até a concessão de habeas corpus. Nesse caso, são evocadas claramente reivindicações do movimento feminista e de mulheres: “Aproveitando o momento, também voltaram à tona as reivindicações para a construção de uma Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência na Paraíba, além de fortalecer o lobby para aprovação do projeto de lei contra a violência doméstica.” (VÍTIMA DE TORTURA..., 2006, p. 3). Rosângela, depois da separação, havia voltado a estudar e a trabalhar, o que fazia na Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres de João Pessoa. Os boletins acompanham o desenrolar do caso, até a absolvição de Rosângela, em 2008. Ela posa em fotos com publicações e folhetos dedicados ao combate à violência:



Acusação - Rosângela foi violentada e depois presa

Ilustração 10 – Foto de Rosângela Silva Santana, com publicação nas mãos

Fonte: boletim Falando DHireito, Ano 3, n. 9, jul.-set-2006



Ilustração 11 – Foto de Rosângela Silva Santana, à frente de cartaz da Coord. De Mulheres

Fonte: boletim Falando DHireito, Ano 6, n. 18, nov-dez./2008

Na primeira foto, da esquerda para a direita, Rosângela segura uma publicação onde se pode ler a palavra “Igualdade”. Na segunda foto, um folheto do Centro de Referência da Mulher, serviço de atendimento 24 horas da prefeitura de João Pessoa, onde se lê “Começar de novo vale a pena. Sem violência.” Ao fundo, é possível perceber que ela posa em frente a cartaz da Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres, onde atua. A técnica e advogada da FMMA, Cândida Magalhães, fez parte da defesa de Rosângela. Nessa época, Cândida atuava, com jornadas parciais, tanto na Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do Estado da Paraíba como na FMMA.

Muitas notícias classificadas como “gênero” não puderam, no entanto, ser incluídas em nenhum dos quatro níveis. São matérias que podem ser classificadas como meramente informativas, no sentido de que não noticiavam atividades da FMMA. Um exemplo é um perfil da UBM/União Brasileira de Mulheres, organização feminista que congregaria grupos de cerca de vinte estados brasileiros, promovendo:

...atividades com mulheres de bairros pobres; assessoria de sindicatos e prestação de consultoria a entidades e empresas; promoção de seminários, cursos, palestras e debates sobre questões de gênero. Toda essa gama de atividades cria nas mulheres um sentimento de participação política e social, o que as leva a um plano de maior entendimento e reação na defesa de seus direitos de mulher e cidadã. (MULHERES DE..., 2003, p. 4)

Capítulo 3

Outro exemplo de matéria meramente informativa sobre movimentos sociais é a nota sobre a realização da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres:

Em Brasília, entre os dias 15 e 17 de julho deste ano, estará sendo realizada a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Em sua pauta de discussões, encontram-se temas relativos às políticas públicas, como a saúde, a segurança, o trabalho e a educação. O público do evento será composto pelos governos estaduais, municipais e a sociedade civil organizada. Nesta última categoria, **os representantes** foram eleitos nas Conferências Estaduais.

Na Paraíba, a Conferência Estadual ocorreu nos dias 27 e 28 de maio no Espaço Cultural em João Pessoa. Tirou como delegadas mais de 20 mulheres, como a representante em Articulação da Paraíba, Luciana Cândido Barbosa. (CONFERÊNCIA NACIONAL..., 2004, p. 12, grifo nosso)

No segundo parágrafo da nota, a notícia se refere aos representantes, no masculino, sem aparentemente se dar conta de que todos os delegados enviados à Conferência eram mulheres, como se pode verificar no parágrafo seguinte da mesma notícia. A FMMA não elege representante, ao contrário do que ocorre com a Conferência Nacional de Direitos Humanos. Em nota ao lado da acima transcrita, de mesmo tamanho, a FMMA informa que, entre os nove delegados escolhidos para representar a Paraíba na Conferência Nacional de Direitos Humanos, estará a sua técnica Verônica Rodrigues.

Afora as notícias classificadas nos quatro níveis, é relevante apontar que referências às questões que guardam relações com a temática de gênero são freqüentes, porém, de uma forma não explícita. Um exemplo claro disso é o logotipo do Curso de Juristas Populares, escolhido mediante um concurso realizado em 2004, a seguir:



Ilustração 12 – Logotipo do curso de Juristas Populares

Reproduzido do site da FMMA (<http://www.fundacaomargaridaalves.org.br>)

Capítulo 3

A divisão simétrica do desenho, composto por duas cores, não sugere imediatamente uma “divisão sexual”, mas, se atentarmos para a cabeça estilizada na parte de baixo do desenho, podemos ver uma cabeça, olhando para frente. Ao considerarmos as metades dessa cabeça separadamente, podemos ver duas cabeças, uma de frente para a outra: a parte laranja sugere um cabelo comprido e feminino, enquanto a outra, azul, um cabelo curto, que poderia ser interpretado como a estilização de um corte masculino. O ícone, portanto, sugere a ideia de homens e mulheres, lado a lado.

Também há referências às mulheres individualmente, mas geralmente representando grupos ou lutas coletivas. Em alguns momentos, a participação feminina é destacada, como na notícia abaixo:

As mulheres são maioria na turma e a defesa dos direitos femininos são (sic) o tema de trabalho de três das doze entidades que estão participando da versão 2006 do Curso de Formação de Juristas Populares. O encontro introdutório aconteceu no dia 11 de março, no Mosteiro de São Bento e a Fundação Margarida Maria Alves, que promove o curso desde 1999, comemora a diversidade da turma deste ano. Entre os participantes, quatro deles têm nível superior, dois não chegaram a completar o ensino fundamental, dois são adolescentes e um tem mais de 45 anos. (MULHERES EM..., p. 4)

As três organizações de defesa dos “direitos femininos” são Grupo de Mulheres Maria Quitéria, Associação Flor Mulher e a Pastoral da Mulher. Devemos apontar a preferência por femininos e não “de mulheres”: apesar de serem sinônimos, a palavra “feminino/a” é pouco utilizada na militância feminista, por, muitas vezes, ser usada para rejeitar o adjetivo “feminista”. É comum ouvir militantes de diversos movimentos dizerem “Sou feminina, não feminista”, o que remete à ideia comum, e de intenção difamatória, de que feministas seriam lésbicas ou “masculinizadas”¹⁰⁵. Naquele ano, segundo a mesma notícia, foram introduzidas modificações no curso, resultado de reestruturação:

Este ano o Curso tem novidades, com a reestruturação dos módulos e a inclusão de novas oficinas. Entre os temas das oficinas estão cidadania, Direitos Humanos, gênero, direito do consumidor e comunicação escrita. Os módulos abrangem as diversas áreas do direito, incluindo política urbana e os instrumentos disponíveis. (MULHERES EM..., 2006)

¹⁰⁵ Utilizo percepções da minha experiência pessoal de vivência no ativismo feminista.

Capítulo 3

Sugere-se que o tema, até então, não era tratado, ou era de maneira transversal. De qualquer maneira, a introdução de uma oficina significa um dia de curso inteiramente dedicado ao assunto e a produção de uma apostila sobre gênero.

Eventualmente, a questão da violência doméstica é lembrada. Na notícia de capa sobre os dez anos do curso de Juristas, há uma referência rápida sobre isso:

Ao final dos cursos, eles atuam como multiplicadores/as do direito orientando os/as cidadãos/ãs para resolverem problemas judiciais e extrajudiciais. Mas também é comum ver histórias de gente que rompeu com ciclos de violência doméstica, voltou a estudar, recuperou a autoestima ou percebeu o poder da mobilização comunitária. (PROJETO COMEMORA..., 2009).

Outra notícia em que podemos ver a referência a mulheres é a concessão do Prêmio Bertha Lutz a uma paraibana, Elizabeth Teixeira. A premiação, além de levar o nome de uma conhecida pioneira feminista, é entregue no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher e notória data de comemoração do calendário feminista. A notícia conta que Elizabeth se tornou a primeira paraibana a receber o prêmio, “concedido pelo Senado Federal a mulheres que tenham prestado relevantes serviços em defesa dos direitos femininos” (PARAIBANA GANHA..., 2006). A trajetória de Elizabeth, ainda que admirável, não é relacionada aos chamados “direitos femininos”, relação que talvez não tenha sido feita pela própria organização do prêmio:

Viúva do líder camponês João Pedro Teixeira - assassinado no período da ditadura militar – Elizabeth esteve foragida da ditadura militar durante três décadas, vivendo na clandestinidade. Sua maior bandeira de luta sempre foi a reforma agrária, o que a torna até hoje um ícone das lutas rurais.¹⁰⁶ (PARAIBANA GANHA..., 2006).

Elizabeth, como se pode perceber, foi escolhida como exemplo de militante e, poderíamos arriscar, de mulher militante. Nesse sentido, uma referência onipresente é a sindicalista Margarida Maria Alves. A escolha do nome da FMMA deveu-se, em grande parte, ao desejo do antigo arcebispo D. José Maria Pires, que rejeitou a sugestão de que a organização levasse seu próprio nome¹⁰⁷. Inúmeras homenagens

¹⁰⁶ A iniciativa de apresentar uma relação de paraibanas para concorrer ao prêmio foi da deputada Iraê Lucena (PMDB-PB), presidente da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidades da assembleia Legislativa da Paraíba. Ela entregou a lista das concorrentes à senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), presidente do Comitê responsável pela entrega do prêmio, durante sua vinda à Paraíba, em novembro do ano passado, quando participou de Sessão Especial do Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher. (Correio da Paraíba, 06/03/2006).

¹⁰⁷ Informação obtida por meio de entrevista com técnico da FMMA.

Capítulo 3

são rendidas à Margarida, além do acompanhamento do caso do seu assassinato, ainda sem solução. Logo no primeiro número informativo Intergrupos, publica-se a “Canção para Margarida” de autoria de Zé Vicente:

Não faz muito tempo, seu moço,
Nas terras da Paraíba
Viveu uma mulher de fibra
Margarida se chamou
E um patrão com uma bala
Mandou calar sua fala
O sonho dela se espalhou.

Já faz muito tempo seu moço
Que enriba desse seu chão
E em toda a nossa nação
O povo é pra lá e pra cá
Lavrador faz, mas não come.
E a miséria é sobrenome
Do povo desse lugar.

E quando na carne da gente
Mordia a opressão
Margarida erguia a mão
E o seu grito era o nosso clamor
Daqui a algum tempo, seu moço,
Se a gente não se cuidar
Se o pobre não se ajuntar
Tubarão engole a alegria
Pois o jeito é treinar o braço
Pra desatar esse laço
Que amarra a fulo do dia

E quando a roça da gente
Brilhar as espigas
Vai ter festa e, nas cantigas.
Margarida vai viver
E quando na praça e na rua
Florir margaridas
Vai ser bonito de se ver!

VAI SER BONITO VIVER !
(CANÇÃO PARA..., 2002)

Periodicamente, são rendidas homenagens a Margarida Maria Alves, nas quais são lembradas sua trajetória de militância, a morte e as circunstâncias em que seu assassinato ocorreu, assim como a persistente impunidade é denunciada:

Camponesa e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande-PB, Margarida Maria Alves lutou corajosamente em favor da seguridade dos direitos trabalhistas no campo. Desafiou, para tanto, a fúria dos poderosos latifundiários. (...) E por exigir o cumprimento das leis trabalhistas, a sindicalista foi assassinada covardemente com um tiro. No entanto, a justiça não foi feita. O

Capítulo 3

principal suspeito de ser o mandante do homicídio, o empresário José Buarque de Gusmão Neto, mesmo levado duas vezes a júri com acusações feitas pelo Ministério Público, continua solto, gozando de liberdade. (DIREITOS HUMANOS..., 2004, p. 6)

Margarida também é modelo de militância para o movimento feminista e de mulheres, em especial o movimento de mulheres rurais, tendo seu nome inspirado a criação da *Marcha das Margaridas*¹⁰⁸. Quando se trata de eleger modelos de mulheres, relembro trajetórias de militantes, Margarida também é lembrada pela Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba, em reunião realizada em 2003 e noticiada pelo Falando DHireito:

(...) Estelizabel de Souza, representante do Cunhã, deu continuidade ao evento com uma retrospectiva histórica [do movimento feminista] a partir dos anos 70. Ela destacou o período em que mulheres acadêmicas, dentre as quais, Eleonora Menecuste [Menicucci], Paula Capeline [Paola Cappellin], Ângela Arruda, Rita Gadelha foram perseguidas politicamente, assim como personalidades do meio rural, Margarida Maria Alves e Penha Teixeira. (REDE DE MULHERES..., 2004)

Salta aos olhos a pouca intimidade com nomes importantes na formação do movimento feminista acadêmico paraibano e brasileiro, que foram professoras da UFPB na década de 1980, ainda que com nomes de escrita difícil (Menicucci e Cappellin). Elas, juntamente com Ângela Arruda eram as “mulheres acadêmicas” que formaram grupos do final da década de 1970 e início de 1980, como o Raízes (Campina Grande) e o Maria Mulher (João Pessoa) (ver item 2.3.1).

Inevitável pensar que o nome “Flor Mulher” também se inspire na associação entre flores e mulheres, além da associação com Margarida Alves, tida como mulher corajosa, de fibra, que morreu lutando contra os poderosos. Mas com nome de flor. Seus projetos e atividades são sempre noticiados nos boletins da FMMA, o que demonstra uma forte ligação entre as organizações. Um dos projetos do Flor Mulher teve financiamento aprovado pelo Fundo Ângela Borba¹⁰⁹:

Parceria – Um grupo de Juristas de Tibiri aprovou em 2008 um projeto junto ao Fundo Ângela Borba para realizar oficinas sobre

¹⁰⁸ “A Marcha das Margaridas é uma estratégia política construída pelas mulheres trabalhadoras rurais organizadas no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), para combater a fome, a pobreza, a violência sexista e construir um novo Brasil com justiça, paz e igualdade de gênero.” (CETRA, 2007)

¹⁰⁹ O antigo Fundo Ângela Borba, atual Fundo Social ELAS, voltado exclusivamente para a dotação de projetos voltados exclusivamente para “a promoção do protagonismo de meninas, jovens e mulheres” (FUNDO ELAS, 2011).

Capítulo 3

trabalho, previdência e direitos da mulher trabalhadora. Ao todo são dez oficinas que já foram iniciadas e seguem acontecendo até outubro na sede do Flor Mulher. Além das Juristas, várias convidadas vão facilitar as oficinas para um grupo de 25 mulheres. (REDE DE JURISTAS..., 2009)

Curiosa e significativamente, pode-se citar também diversas organizações de mulheres ou feministas que possuem nome de flor ou referências a flor na Paraíba, como o Grupo Lírio do Vale¹¹⁰ e o núcleo de estudos da UFPB (Campus Catolé do Rocha) Flor e Flor Estudos de Gênero¹¹¹. O logotipo da FMMA também é uma margarida estilizada:



O que podemos extrair da análise é que as mulheres não estão ausentes do discurso da FMMA, nem a temática ligada a gênero. Ao contrário, elas estão continuamente presentes: porém, usualmente desligadas de uma análise de gênero “feminista”, isto é, que considere não somente as desigualdades entre homens e mulheres, mas a transformação dos papéis tradicionais de gênero, por exemplo. Quase não se fala da agenda política feminista, menos ainda em direitos sexuais e reprodutivos. O tema principal é “violência contra as mulheres”, consubstanciada em casos concretos, pontuais, e que chamam a atenção porque seu assassino pertencia aos “ricos e poderosos”, ou por atingir uma companheira de lutas, justamente aquela que já participava de ações do movimento feminista/de mulheres.

Difícilmente se menciona a palavra “gênero”, a não ser para se fazer referência à distribuição sexual, isto é, quando se fala da distribuição numérica de homens e mulheres. Exemplo é o quadro abaixo, que descreve a turma do curso de Juristas em andamento naquele ano:

¹¹⁰ O nome desse grupo é assim explicado “O nome Lírio do Vale traz o sentido bíblico, simboliza perfume e beleza para as mulheres, aquele que Deus abençoa” (CUNHÃ, 2001, p. 67)

¹¹¹ Nesse caso, Flor e Flor significa “alusão ao feminino e masculino, representa a relação entre dois gêneros” (CUNHÃ, 2001, p. 68)

Turma 2008
Gênero: 11 homens 12 mulheres
Geografia: 11 entidades de Mari 11 de João Pessoa 1 de Santa Rita 1 de Bayeux
Faixa etária: de 18 a 58 anos
Temáticas dos grupos: Desenvolvimento comunitário Transporte coletivo Trabalho - comércio Trabalho - rural Moradia Comunicação Criança e Adolescente Alcoolismo Cultura Educação Popular Economia Solidária

Ilustração 13 – Quadro descritivo da turma de Juristas Populares de 2008

Fonte: boletim Falando Dhireito, Ano 6, n. 16, mai.-jun./2008

Assim, no que tange às questões de gênero no interior do *frame* da FMMA, pode-se afirmar que estas se consubstanciam na referência aos problemas das mulheres, em especial, às pobres.

3.5.4.1. A oficina de Gênero

Como já explicitado, não foi possível acompanhar aulas do curso de juristas. Mas pudemos ter acesso à apostila da oficina de Gênero (curso de 2008), o que pode ser esclarecedor para complementar o quadro sobre o *frame* da FMMA, em especial no que se refere a gênero. Um roteiro é apresentado para o dia da oficina, no qual também há o objetivo da oficina:

Contribuir para que as lideranças constituídas por mulheres e homens se sensibilizem, para incorporar nas suas práticas sociais comunitárias e nos diversos movimentos populares, a dimensão das

Capítulo 3

relações de gênero, compreendendo que essa reflexão é condição essencial para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, plural, igualitária e de respeito às diferenças. (FMMA, 2008b, p. 1)

De manhã, dinâmicas de integração e acordos sobre convivência, além da proposição de uma atividade individual. Nela, todos devem “escrever em uma folha de papel três fatos importantes de quando se percebeu menino/homem, menina/mulher.” Depois, compartilhar suas anotações com o grupo. A seguir, debate-se “a construção coletiva do conceito de gênero”, e, por fim, assiste-se ao vídeo “Gênero, Mentiras e Videotape”¹¹² (FMMA, 2008b, p. 1).

No período da tarde, dinâmica (não está descrita), o “gênero na sociedade, na família, na escola e no trabalho: diálogos”, “trabalho em grupo” e “debate final”, sem maiores descrições sobre as atividades (FMMA, 2008b, p. 1).

Após o roteiro esquemático da oficina, a apostila é composta de diversos textos. O primeiro é retirado do livro “Mulher, da Luta e dos Direitos” (1998), de autoria de Angélica Monteiro e Guaraciara Barros Leal, editado pelo Instituto Teotônio Vilela, de Brasília. O trecho reproduzido é intitulado “A construção da Cidadania Feminina”, um texto de aproximadamente sete laudas e meia que trata da cidadania feminina desde a Antiguidade até os nossos tempos. Logo no início, afirma: “O domínio do homem sobre a mulher remonta à Antiguidade. Na Grécia, as mulheres e os escravos tinham posição equivalente na sociedade” (FMMA, 2008b, p. 4).

O segundo texto é de Rosiska Darcy de Oliveira, retirado de seu livro “O Elogio da Diferença”. Denominado “Carta a uma Amiga”, a primeira parte do texto de dez laudas é composta por uma missiva de uma mulher a outra, questionando sua vida de mãe e dona de casa. A amiga à qual a carta é endereçada é uma mulher “independente”, que decidiu não ter filhos. O texto inicia-se com um lamento “Será que um dia chegaremos a ser realmente livres? De onde vêm essas amarras tão pesadas, tão difíceis de serem quebradas?”. Em alguns momentos, a carta toca em assuntos típicos das camadas médias:

Mas, por que diabos, sempre que uma reunião se prolonga além da hora prevista, ou quando, no fim do trabalho, fico conversando com você, que me fascina, sinto-me, de repente, tomada por uma

¹¹² Vídeo produzido em 1995 pelo Instituto Cajamar, com a assessoria da SOF/Sempreviva Organização Feminista, ONG de São Paulo.

Capítulo 3

profunda preocupação ? Como se uma espécie de relógio interior disparasse, me lembrando que está na hora. Às vezes é hora dela. Hoje vamos jantar mais cedo porque ela tem aula de música; ou é hora de ir ao dentista com ela; é malha de dança que tenho que comprar antes da sexta-feira - “você prometeu, mamãe” (FMMA, 2008b, p.13)

A carta resposta da amiga vem em seguida: “Você me pergunta se seremos livres um dia. E me fala de seu cotidiano de mulher e mãe. Fiquei apenas envergonhada, me sentindo privilegiada; eu, (...) que não tenho filhos para levar ao colégio, não tenho que aturar crianças que voltam do colégio esfomeadas. (...)”. E continua: “Seja como for, as crianças me chateavam. Sem jornais, sem cinema, desligadas do mundo, minhas amigas não viviam como eu. Inversamente, os homens estavam sempre a par de tudo. Eles me transmitiam a sensação – aliás, verdadeira – de viverem no mundo (...) (FMMA, 2008b, p. 17)”. Ela admirava os homens, e sua posição de mulher independente, sua pretensão a igualdade lhe parecia funcionar como um afrodisíaco: “como se os homens dissessem: vamos ver se na cama essa segurança toda vai ou não por água abaixo” (FMMA, 2008b, p. 17). Termina por afirmar uma certa incompletude, de uma e de outra:

Estranha sociedade a nossa, na qual você e eu, tão diferentes, nos sentimos tão igualmente presas. Nem você nem eu pudemos ser inteiras. Alguma coisa nos foi roubada e foi enquanto mulheres que compreendemos isso. (...) Já se foi o tempo em que eu tinha respostas para tudo, em que sabia resolver todos os problemas. (Você se lembra como era no início? Acho que muitas vezes eu a fascinei: você também me fascinava, simplesmente porque você não era como eu).

Tudo se tornou difícil e confuso e, no entanto continuo a negar que ser mãe seja a única maneira de ser mulher. (FMMA, 2008b, p. 20)

O texto seguinte foi intitulado “Seja homem!”. Apesar do título, excetuando-se uma introdução de meia página que conta a criação de um grupo de homens no Centro Nordestino de Animação Popular/CENAP (ONG sediada em Recife), destinava-se a “repensar a identidade masculina”, ou “desejo em reconstruir uma identidade masculina diferente, que vem no bojo mais amplo de outras mudanças culturais que estamos ensaiando na presente atualidade” (FMMA, 2008b, p. 21), o texto fala principalmente das mudanças porque passaram as mulheres e as conquistas do feminismo. A tônica do texto é direcionada aos homens:

Os mais velhos lembram-se de que, há duas, três décadas atrás, o Ocidente foi impactado pelas histórias de mulheres que queimavam seus soutiens, andavam sem soutiens. Por mais chocante que isso

Capítulo 3

pudesse parecer, significava um símbolo de uma nova onda cultural que se alastrava pelas praias ocidentais. (FMMA, 2008b, p. 21),

O restante das duas laudas e meia do texto acaba contando o surgimento do movimento feminista e da categoria gênero:

Então as feministas começam a perceber que ‘gênero’ é mais que uma categoria biológica. É, eminentemente, um construto sócio-cultural(...) O que era visto interpretado a partir da ótica masculina passava por um processo de totalização e todos, homens, e especialmente, as mulheres, deveriam assumir essa universalização (masculina) e recalcar o diferente (o feminino). (FMMA, 2008b, p.22)

Ao final, esclarece o texto, que o movimento feminista foi se misturando com outros movimentos sociais, “e foi surgindo o que chamamos, hoje, de movimento de mulheres” (p. 23). Afirmando que o movimento feminista continua sendo “um movimento intelectual e político a seu modo”, ressalta que “paralelo a ele (...) há outras expressões do movimento de mulheres. Entre eles, gostaríamos de ressaltar a presença das mulheres em um movimento da Igreja Católica Romana – as CEBs.” Ponderando, por um lado, que se trata de um espaço “ambivalente”, pois a dinâmica das CEBs reproduzia e, de certa forma, estendia o espaço doméstico e familiar, por outro, era um espaço transformador:

O discurso da Teologia da Libertação, a opção pelos pobres e oprimidos, os deslocamentos das mulheres por conta deste movimento, os encontros locais, regionais, nacionais, latino-americanos foram ajudando as mulheres a traduzirem os pressupostos da Teologia da Libertação, a opção pelos pobres e oprimidos em termos de mulher. E passam, então, elas, a se reconhecerem como aquelas oprimidas que precisam de libertação. Chegamos ao ponto, portanto, em que gênero, como questão da mulher, é ponto de pauta obrigatório na sociedade em geral. (FMMA, 2008b, p. 23).

Na parte final do texto, chamada “Elas estão chegando, pelas Portas e Janelas”, conta um pouco mais da experiência da CENAP em educação e gênero, durante a década de 1990. Seus diversos seminários abordavam a questão de gênero, que, segundo o texto, “insiste em incluir sempre a presença do homem. (...) Começávamos a perceber que diante de um projeto político maior, não bastava mexer apenas com as mulheres, pois mexer com elas é, simultaneamente, mexer com os homens, uma vez que são seres relacionais.” (FMMA, 2008b, p. 25).

Os últimos dois textos são de autoria de Cândida Magalhães, então técnica da FMMA. O primeiro trata de “Gênero e Relações de Trabalho”, no qual, basicamente,

Capítulo 3

aborda a desigualdade entre homens e mulheres nessa esfera, em um contexto de flexibilização das relações de trabalho e reestruturação produtiva. Trata das desigualdades de salário, das profissões femininas e do emprego doméstico, entre outros temas. No segundo, o tema é “Gênero e Violência”, no qual se expõem algumas estatísticas sobre violência, além de informar alguns passos dados no campo das políticas públicas. Também descreve as formas que a violência doméstica pode tomar, desde a violência física propriamente dita, tais como ameaças, discriminação racial e sexual (orientação sexual), calúnia e difamação etc. Por fim, seu anexo tem a transcrição das letras das músicas “Maria, Maria”, de Milton Nascimento e Fernando Brant e de “Mulheres de Atenas”, de Chico Buarque.

Assim, o que se depreende do conteúdo da apostila é a forte orientação do conteúdo de gênero para as lutas dos movimentos de mulheres, por um lado, para a opressão e discriminação sobre as mulheres (destacados, mais uma vez, os temas trabalho e violência). Sabe-se que as apostilas nem sempre são utilizadas na sua integralidade, sendo materiais que podem ser utilizados para consulta. Nesse sentido, alguns textos parecem deslocados, em se tratando de um curso que se propõe àqueles que tiveram poucas oportunidades educacionais. Por outro, a ideia propagada de que gênero deve “incluir homens e mulheres” se reflete pouco na escolha dos textos. Esses, produzidos em grande parte por militantes feministas, estão orientados para a defesa ou a mobilização de mulheres. Por sua vez, o *frame* da FMMA e de outras organizações que não são feministas, deveria “incluir gênero” no seu trabalho com homens e mulheres, até por exigências e orientações do próprio *master frame* de Direitos Humanos, incentivadas pelas agências financiadoras. Porém, gênero dilui-se e simplifica-se, quase sempre sendo traduzido pelos tradicionais problemas femininos, de opressão das mulheres, com os quais os homens usualmente se sentem intimados (e intimidados com isso) ao papel de opressor.

4. Gênero como *master frame*

4.1. O Centro da Mulher 8 de Março e as Promotoras Legais de Cidadania:

Foi relevante para a escolha do campo de estudo de João Pessoa a experiência de formação do curso de Promotoras Populares de Cidadania, empreendido pela organização feminista Centro da Mulher 8 de Março, a qual, no entanto, mostrou-se de menor alcance do que esta pesquisa dimensionou. O curso não é realizado há, pelo menos, cinco anos, e são poucas as atividades realizadas pela organização que envolvem as Promotoras formadas (que também atuam em número reduzido).

O Centro 8 de Março foi fundado em 1990, embora remeta esse fato às décadas de 1970 e 1980, que “representaram um momento de grande organização da sociedade civil brasileira, apesar de viver sob um regime ditatorial.” (CENTRO DA 8 DE MARÇO, 2009a). Também há fortes referências às mobilizações em torno de assassinatos de mulheres por seus maridos ou companheiros na Paraíba, exemplos dos quais são o da estudante de Letras da UFPB, Maria Cristina Batista da Silva e o da poetisa Violeta Formiga, esta última que dava nome a uma casa abrigo de João Pessoa. A mobilização é semelhante à obtida por outros assassinatos de mulheres, como o da socialite, Angela Diniz, no Rio de Janeiro ou o de Eliane de Grammont (em São Paulo). Esta última também dá nome a uma casa abrigo em São Paulo.

Como organização com registro formal e declaradamente feminista, é uma das primeiras da Paraíba e orgulha-se de assim declarar-se. Antes disso, formaram-se, como já dissemos, grupos feministas (como o Maria Mulher, 1979), movimentos de mulheres (como o MMB/Movimento de Mulheres do Brejo, 1986), e mesmo o núcleo paraibano de uma organização feminista nacional (caso da UBM/União Brasileira de Mulheres, 1988) (CUNHÃ, 1999).

Não há trabalhos acadêmicos sobre o curso de Promotoras de Cidadania, nem monografias, nem artigos em eventos. As informações aqui reportadas têm como fonte publicações produzidas pela organização e por ela fornecidas, além de entrevista com uma de suas integrantes.

As origens do curso remontam à participação de uma militante importante na organização, Valquíria Alencar de Sousa, do Seminário Nacional de Capacitação Legal a Mulheres, em 1994, em São Paulo. Esse seminário, conforme constatamos (RICOLDI, 2005) foi organizado pela ONG Themis e União de Mulheres de São

Capítulo 4

Paulo, para disseminar o formato de cursos de capacitação legal a mulheres no Brasil, que já vinha sendo realizada pela primeira organização.

Somente em 1998, porém, representantes do Centro 8 de Março fazem uma visita à Themis para conhecer o curso de Promotoras realizado em Porto Alegre. Resolvem então, no mesmo ano, implantar o curso em João Pessoa, com o nome de “Promotoras Populares de Cidadania”. Porém, ao contrário das outras experiências que o inspiravam, tanto o de São Paulo como o de Porto Alegre, que se estendiam por aproximadamente um ano, o curso tinha curta duração: inicialmente, duas etapas de cinco dias inteiros; depois, em discussão com as participantes, foi estabelecido que as aulas ocorreriam somente às tardes, o que estendia o período para 20/25 dias. Teve sete edições (1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005). Segundo publicação da organização, até 2003 foram capacitadas 145 lideranças, todas mulheres (SOUSA, 2003). O curso, segundo a própria entidade, ganhou o Prêmio Nacional de Direitos Humanos em 2001.

Ainda que o número de pessoas capacitadas tenha sido significativo¹¹³, a organização há anos não promove o curso. Segundo informações de integrantes do Centro 8 de Março, havia dificuldade em conseguir financiamento para esse tipo de iniciativa. O primeiro formato, com dias inteiros, encarecia ainda mais sua realização, já que demandava o oferecimento de alimentação¹¹⁴. Assim, o curso era realizado sempre mediante financiamento¹¹⁵, que custeava alimentação, o pagamento de alguns especialistas (outros se dispõem a colaborar voluntariamente) e transporte das participantes. Atualmente, segundo informações do próprio pessoal da entidade (fornecida informalmente por uma de suas ativistas em uma das idas a campo), cerca de dez promotoras continuam a frequentar reuniões e participar de atividades. Para o Encontro Nacional realizado em Brasília, houve a participação de uma delegação de 22 mulheres.

Ainda que não haja uma avaliação formal sobre o curso, pude colher percepções sobre a dificuldade de empreender uma iniciativa como essa por parte

¹¹³ O número é equivalente ao formado pela FMMA em dez anos.

¹¹⁴ O oferecimento de alimentação é um item fundamental e sempre presente em todos os eventos realizados por todas as organizações com que tive contato. Integrantes da FMMA relatam ter feito feijoada em eventos como a Via Sacra do Meio-Ambiente. Oficina realizada pela Cunhã, em parceria com outras organizações, contou com café da manhã e almoço. Um seminário em defesa do PNDH3 na Faculdade de Direito (cuja maior parte era de alunos de graduação daquela faculdade) teve o oferecimento de R\$ 10 para almoço.

¹¹⁵ As diversas agências e órgãos que financiaram o Centro 8 de Março serão objeto de breve análise no próximo item.

Capítulo 4

do Centro 8 de Março, tanto é que há um interstício de quatro anos entre o contato com as experiências de São Paulo e Rio Grande do Sul e o primeiro curso:

A gente estava em plena fase inicial, a gente estava ainda começando [o trabalho da organização]. Quando foi em 98, fizemos o primeiro. O último nós fizemos em 2005. Mas isso não é muito fácil porque as pessoas trabalham, mas há sempre um interesse e a gente sempre proporciona atividades de formação, às vezes fazemos outras atividades e elas participam (Entrevista C).

Por outro lado, o que se sabe é que poucas¹¹⁶ continuam se reunindo e realizando algum trabalho “como promotoras”:

O contato com elas... a gente faz atividades, realizamos seminários, oficinas, de formação dentro da ótica feminista e elas participam, a gente se comunica por telefone, e-mail. Não são todas, não é muita gente, porque às vezes só vem de manhã, não vem mais à tarde, é uma situação um pouco capenga, mas em 8 de março nós fizemos uma reunião bem grande com elas. Participaram do dia 8 de março, fizemos uma caminhada pelo centro da cidade e elas continuam fazendo alguma coisa nos seus bairros. Faz oficinas ou fazem palestras, a gente vai, ministra palestras. Elas não perderam esse vínculo e essa forma de agir (Entrevista C).

Nesse contexto, também havia seleção para participação no curso, cujos critérios se baseavam no engajamento em lutas coletivas:

Fazíamos um processo e seleção porque a demanda era muito grande. Então a gente fazia uma seleção por bairro, por indicação de entidades de bairro, por entidades de mulheres, por profissionais, mas a gente fazia uma seleção para... inclusive com vários critérios: tempo, compromisso, disponibilidade (Entrevista C).

Não é o objetivo deste estudo avaliar a competência técnica e política do Centro 8 de março para empreender e manter o curso de Promotoras Populares de Cidadania. De qualquer forma, a despeito das dificuldades que esta e outras organizações que conheci em João Pessoa relataram, do ponto de vista da sustentabilidade financeira, o Centro permanece ativo, desde a década de 1990, mantendo a sua sede, projetos e outros trabalhos continuamente desde então. Isto é, apesar de dificuldades relatadas para conseguir financiamento, não lhe falta competência técnica, nem experiência na formulação e administração de projetos, assim como para captar recursos. Certamente, são diversos os motivos que levam a organização a deixar de organizá-lo, além da viabilidade financeira. O problema do

¹¹⁶ É provável que muitas continuem “atuando” desligadas do trabalho do Centro, mas isso é difícil de avaliar. Ao mesmo tempo, atuar sem ligação nenhuma com a entidade formadora quase que descaracteriza sua atuação “como promotora”, isto é, vinculada a um coletivo de outras militantes formadas atuando conjunta e coletivamente.

Capítulo 4

espaço participativo e da geração de renda são elementos importantes que podem apontar para o desinteresse pela iniciativa. Abaixo, o comentário é sobre a existência de centros ou serviços nos quais elas possam dar “plantão”, com o recebimento de alguma ajuda de custo, a exemplo do que ocorre em outras cidades¹¹⁷:

Não, a gente tentou isso mas não deu. Na época, a gente levou até pra Prefeitura... Porque existia, existe ainda, Centro Social Urbano. Então a gente teve uma proposta... a partir delas que era isso: atuar nos bairros, ou até alguma escola, ceder uma sala, mas aqui é muito difícil isso. Então não deu certo essa história, a gente queria trabalhar num Centro Social Urbano, então onde elas estivessem que tivessem esse centro... Mas não deu. Depois, a gente tentou também em escolas, nas escolas de bairro. Mangabeiras é um bairro enorme, tem mais de 130 mil pessoas, mas ai não deu. Quando assumiu esse prefeito atual, em 2005¹¹⁸, já não daria pra gente porque foram criados os Centros de Cidadania e os Centros de Juventude (...) Então elas [promotoras] encaminham para esses Centros ou direto pra Delegacia. Temos também o Centro de Atendimento da Mulher, que é justamente para o atendimento à vítima (...) Esses equipamentos sociais, como chamamos aqui, vão sendo criados e isso esvazia um pouco a ação delas. Por exemplo, nós tínhamos aqui no Oito de Março o atendimento direto à vítima, mas foi criado o Centro de Referência, então não é mais o nosso papel atender a vítima, enfim é encaminhá-la pra lá; então isso vai esvaziar essa ação nossa. (...) Então acho que isso deve estar acontecendo em grande parte do país. As prefeituras criam determinados organismos que não compete mais à ONG estar fazendo determinados papéis. (Entrevista C)

O trecho de entrevista acima mostra um aspecto importante de como era visto o papel das promotoras de cidadania para a organização: estas deveriam atender casos, ter espaços de atendimento das mulheres, em especial aquelas vítimas de violência (o que se refletirá no *frame* da organização, como veremos adiante). O Centro 8 de Março, inclusive, chegou a abrir uma casa-abrigo (a supracitada “Violeta Formiga”), que, no entanto, foi fechada em razão do fim dos repasses do governo estadual¹¹⁹.

¹¹⁷ O exemplo mais conhecido é o das Promotoras Legais Populares/PLPs em Porto Alegre. Lá, a ONG Themis, que ministra o curso, organizou os Serviços de Informação à Mulher/SIM, muitas vezes em parceria com órgãos públicos, que lhes cediam espaço em Subprefeituras para sua atuação, por exemplo. Havia também o pagamento de uma ajuda de custo de cerca de R\$ 50 por dia para atuação das PLPs, Maiores detalhes, ver Bonetti (2000).

¹¹⁸ Ricardo Coutinho (PSB), prefeito eleito em 2004 e reeleito em 2008. Deixou a prefeitura para lançar-se candidato ao governo do estado da Paraíba, para o qual foi eleito em 2010.

¹¹⁹ A casa abrigo fora aberta em 2000 e seu fechamento ocorre em 2004 (CENTRO 8 DE MARÇO, 2006). Somente no final de 2010, o governo estadual inaugura uma nova casa abrigo, com recursos federais (CASA DE ABRIGO..., 2010).

É relevante apontar que o Centro 8 de Março, apesar de integrar a Rede Nacional de Educação Jurídica Popular, participou pouco dos encontros nacionais realizados para a sua formação (foi apenas um, de quatro encontros, com a agravante de metade desses terem sido realizados na própria João Pessoa). Os cursos de educação jurídica popular, tal como desenvolvidos pela FMMA e AATR, mistos, são vistos como muito distintos: “Mas já foge um pouco da temática. A origem, já é mais ampla. Mas é muito importante, é muito bom. (...) Nesse sentido [de educação jurídica popular] é parecido. Mas de conteúdo, eu acho que foge um pouco.” (Entrevista C).

Durante o trabalho de campo, foi possível localizar duas mulheres que frequentaram o curso, uma que o completou, outra que o frequentou apenas parcialmente, ambas juristas populares pela FMMA. Ambas relataram que o conteúdo ministrado pelos cursos é semelhante, mas que o de Promotoras não teria tido impacto em suas vidas como o de Juristas. É claro que isso pode ser uma opinião não generalizada entre as participantes, mas um aspecto é importante: a curta duração do curso não permite criar maiores laços entre os participantes se esses já não existirem previamente; por outro lado, também tem menor potencial de “convencimento” quando se trata de valores e crenças. Infelizmente, não foi possível entrevistar outras promotoras legais além dessas¹²⁰.

Tendo em vista as limitações dessa experiência, no tempo e espaço, seguiremos no caminho de análise de seus materiais e influências possíveis, sobre a conceituação de gênero, sua agenda política e público-alvo, o que certamente iluminará aspectos sobre *frame* de gênero do Centro da Mulher 8 de Março, remetendo a um *master frame* de gênero em voga entre as várias organizações com as quais se relaciona no campo feminista paraibano e nordestino.

4.2. Gênero como *master frame*

Gênero tem sido o termo utilizado para se referir a um conjunto de questões relacionadas à problemática sexual, entendida como a relação entre os sexos, a

¹²⁰ O Centro 8 de Março, talvez por dificuldades internas ao seu próprio trabalho, suas diversas atividades e atuação, tinha pouco interesse em atender minhas solicitações, talvez porque o curso já não faz, há vários anos, parte de seu cotidiano de atividades. Certa vez, porém, consegui que fosse marcado contato com algumas promotoras: o fato é que, nesse dia, cá doente, às vésperas de voltar a São Paulo. Depois disso, mesmo justificando-me, não consegui mais contatos de qualidade com a organização.

construção dos papéis sexuais, a identidade e a orientação sexual de homens e mulheres.

Esse termo tem sido ao mesmo tempo amplamente utilizado e alvo de controvérsias na academia e nos “espaços políticos”, termo que utilizaremos aqui para denominar espaços de disputa de significados e decisões políticas, tais como fóruns e conferências (nacionais e internacionais), movimentos sociais e demais espaços de deliberação pública (conselhos, fóruns locais e regionais, audiências públicas).

O feminismo de segunda onda¹²¹ nos EUA teve de travar a batalha contra o determinismo biológico, desnaturalizando as desigualdades entre homens e mulheres. O lugar das mulheres, na sociedade, era resultado da cultura e não um dado da natureza (NICHOLSON, 2000). Rubin (1975) foi uma das primeiras a utilizar gênero nesse sentido, mas é o texto de Scott (1995) que se torna extremamente popular no Brasil a partir dos anos 1990, em razão das duas traduções que circulam nos meios feministas (acadêmicos e militantes). No mesmo ano de 1990, a revista *Educação e Realidade*¹²², de Porto Alegre, e a ONG SOS Corpo, de Recife, traduzem o artigo já clássico da autora. Reproduzimos abaixo sua definição já tão conhecida:

Daí se segue que gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que o gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre mulheres e homens, mas sim que o gênero é o saber que estabelece significados para diferenças corporais (SCOTT, 1994, p. 13)

Para Scott, era necessário tratar “a oposição entre homem e mulher como problemática e não como conhecida, como algo que é contextualmente definido, repetidamente construído (...)” (1995, p. 93). Entretanto, o significado “residual” na academia (e que irá ressoar no campo político) é o aspecto relacional de gênero, isto é, a expressão do que é feminino se constrói em relação ao que se considera masculino, agora, para “estudar a mulher, tinham também que estudar o homem. (...) quem quisesse entrevistar mulheres violentadas através, por exemplo, de narrativas

¹²¹ Apesar de o feminismo estadunidense denominar “feminismo de segunda onda” aquele que se inicia em meados da década de 1970 até os dias de hoje (a primeira onda teria sido a do sufrágio feminino), há alguma discussão sobre as “ondas” ou “vagas” de feminismo no Brasil. Blay (2001), por exemplo, identifica três e Duarte (2003), quatro.

¹²² Essa tradução, porém, teve uma série de problemas, entre eles, o de ter suprimido todas as notas de rodapé do original. Ela é publicada novamente em 1995, na mesma *Educação e Realidade* (SCOTT, 1990, 1995)

Capítulo 4

de vida, teria também que coletar as narrativas dos homens violadores” (COSTA, 1998, p. 135). Assim, Simeão também nos aponta que o gênero, no campo das ONGs:

traduz-se em diferentes vulgatas, em diferentes níveis de elaboração conceitual e mesmo em diferentes finalidades, mas sempre limitado por um condicionante mais geral do campo, para o qual a realidade existe, e não para ser desconstruída, mas transformada. (Simeão, 1999, p. 116).

Podemos afirmar, também, que isso acontece não somente no campo das ONGs, estudado por Simeão (1999), mas também nos diversos “espaços políticos”. Mais adiante Scott (1999) discute a disseminação do termo gênero e as discussões em torno do seu significado.

Na Quarta Conferência Mundial da Mulher da ONU, o seu uso causou polêmica, especialmente entre grupos de direita, que apontavam as “implicações subversivas de ‘gênero’” (1999, p. ix), ao creditar as diferenças entre os sexos a construções culturais. Vários representantes de estados presentes se manifestaram sobre a questão, entre eles, o Vaticano: “A Santa Sé exclui, dessa forma, interpretações dúbias baseadas em visões mundanas que afirmam que a identidade sexual pode ser adaptada indefinidamente para satisfazer novos e diferentes propósitos” (Relatório da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher *apud* Scott, 1999, p. x).

Já a Conferência sobre Assentamentos Humanos (Habitat II) inclui um anexo ao seu relatório final (“Declaração sobre o Entendimento Comum sobre o Significado do termo ‘Gênero’”) que apenas afirma que essa teria sido usada em sua “acepção ordinária e geralmente aceita” e que não havia “nenhuma indicação que nenhum novo significado ou conotação do termo, diferente do aceito anteriormente, foi pretendido pela Plataforma de Ação” (Comissão para a Condição da Mulher das Nações Unidas *apud* SCOTT, 1999, p. ix-x). O que assustava os conservadores, para Scott, era a suposta admissão de “novos gêneros” (homossexuais, bissexuais, transgêneros...) aos já existentes (homens e mulheres), o que também implicava no questionamento da “maternidade” e da “família” como atribuições femininas eternas e naturais.

Apesar dos temores amplamente difundidos entre os grupos conservadores, aponta a autora que o termo “gênero” não apresenta, em sua utilização pelos documentos oficiais, nenhuma “subversão” maior: “As mais ou menos 200 menções

Capítulo 4

de 'gênero' no Programa de Ação de Beijing parecem grandemente inócuas. Frequentemente, eles são simplesmente substitutos para a palavra 'mulher'" (SCOTT, 1999, p. xi). Em outros momentos, é utilizado como expressão das diferenças entre os sexos, sem que essas demandem uma explicação enraizada na história, como quer Scott.

Assim, parece disseminar-se incrivelmente a noção de gênero para justificar ações e políticas para as mulheres. Resta saber como opera essa categoria, na prática política, o que chamaremos aqui de *master frame* de gênero.

A disseminação de gênero como uma plataforma a se generalizar nas políticas públicas, nas ações das ONGs e organismos internacionais remonta às discussões empreendidas em âmbito internacional, em especial nas Conferências Mundiais sobre Mulheres. As três primeiras fizeram parte da Década da Mulher (1975-1985) e foram realizadas em 1975 (Cidade do México), 1980 (Copenhague) e 1985 (Nairóbi). Na Quarta Conferência Mundial, 1995, em Beijing, é que a ideia de transversalidade ou transversalização de gênero (tradução do inglês *gender mainstreaming*) foi pela primeira vez definida no seu documento final. Desde então, considerada uma estratégia fundamental das Nações Unidas, supervisionada pela UN Women e pelo OSAGI (Office of the Special Advisor of Gender Issues). Para isso, definem-se quatro conceitos fundamentais para o desenvolvimento da estratégia: Gênero, Igualdade de Gênero [Gender Equality], Transversalização de Gênero [Gender Mainstreaming] e Empoderamento da Mulher.

Gênero, nesse contexto, é entendido como uma "variável transversal sociocultural" [cross-cutting socio-cultural variable], no sentido em que pode ser aplicado a todas as outras variáveis transversais (raça, classe, etnia) (OSAGI, 2001, p. 1). Os sistemas de gênero estabeleceriam o que se espera de homens e mulheres em determinados contextos e os papéis sexuais são institucionalizados por meio de sistemas de educação, sistemas políticos e econômicos, legislação, cultura e tradições. Utilizar a abordagem de gênero significa focalizar não somente as mulheres, mas o sistema que determina os papéis e responsabilidades de homens e mulheres, o acesso e o controle de recursos e processos de tomada de decisão. Nesse sentido, gênero não deve ser intercambiável com mulheres, mas envolver homens e mulheres. No caso deles, são três as principais abordagens: identificar os homens como aliados para a igualdade de gênero e envolvê-los mais ativamente

Capítulo 4

nesta tarefa; o reconhecimento de que a igualdade de gênero não é possível enquanto os homens não mudarem suas atitudes e comportamento e, por fim, o reconhecimento de que os sistemas de gênero vigentes em muitos contextos são negativos tanto para os homens como para mulheres, com a criação, por exemplo, de encargos excessivos também sobre os homens, demandando que se comportem de maneiras estreitamente definidas (OSAGI, 2001).

A Igualdade de Gênero é o termo preferencial das Nações Unidas, em comparação com o termo concorrente, Equidade. A Equidade, segundo sua definição, “denota um elemento de interpretação da justiça social, geralmente baseada na religião, tradição, costume ou cultura” (OSAGI, 2001, p. 1). A Equidade, portanto, deixa os papéis sexuais intactos, e “tal uso da equidade em relação ao avanço da mulher é inaceitável” (OSAGI, 2001, p. 1). Já a Igualdade de Gênero significa que direitos, responsabilidades e oportunidades não dependem do fato de se nascer homem ou mulher. Devemos assinalar, no entanto, que a Equidade pode ser uma política redistributiva com vistas a alcançar a igualdade. Porém, tomada somente como termo substituto da Igualdade, pode apenas visar justiça social, sem atentar para as estratégias de transformação dos papéis tradicionais de gênero¹²³.

A transversalização de gênero, que vem a ser o conceito central, não é um fim, mas um meio, uma estratégia de ação. Esta envolve tornar as perspectivas de gênero centrais para todo o desenvolvimento de políticas, pesquisas, implementação e monitoramento de normas e padrões, assim como de projetos (OSAGI, 2001, p. 2).

Por fim, o “empoderamento da mulher” diz respeito ao “ganho de poder e controle sobre suas próprias vidas” (OSAGI, 2001, p. 2). Isso envolve conscientização [awareness-raising], autoconfiança, expansão de escolhas e aumento de acesso e controle sobre recursos e ações para transformar as estruturas e instituições que reforçam e perpetuam a discriminação de gênero e a desigualdade. O processo de empoderamento, nesse sentido, é tão importante quanto o objetivo em si. Porém, mais uma vez, os homens são lembrados: o empoderamento não pode ser um “jogo de soma zero”, no qual os ganhos das mulheres traduzem-se em perdas para os homens. Aumentar o poder das mulheres

¹²³ Um bom exemplo nesse sentido é o Bolsa-Família: o recebimento preferencial por parte das mulheres da bolsa se assenta sobre as atribuições do papel materno, tido como mais responsável com a família e os filhos. Embora essa atribuição geralmente tenha um resultado positivo para as famílias, reforça o papel tradicional materno, sem nenhuma intenção de promover a igualdade, mas tão somente a equidade.

Capítulo 4

não se refere ao “poder sobre” [power over], ou formas de controle de poder [controlling forms of power], mas a formas alternativas de poder, isto é, o “poder para” [power to], o “poder com” e o “poder a partir de dentro” [power from within], que visam utilizar forças individuais e coletivas para trabalhar em prol de objetivos comuns, sem coerção ou dominação (OSAGI, 2001, p. 2).

Essas noções, rapidamente expostas, mostram um pouco da plataforma de gênero que irá se disseminar em governos, ONGs e suas agências de financiamento, além dos próprios organismos internacionais. Como vimos, ela carrega uma série de tensões, mas impõe agendas de discussão, como se depreenderá da análise a seguir.

Tomaremos como ponto de partida para os *frames* de gênero, as agências financiadoras do Centro da Mulher 8 de Março, assim como o *frame* de gênero da própria organização. O Centro 8 de Março não possui um programa de financiamento e captação de recursos tão bem estruturado como o da FMMA, este ligado a financiamentos de vulto de agências internacionais. Está atualmente sediada em um imóvel de três salas na região central de João Pessoa e não possui, como muitas das ONGs feministas, seja na Paraíba ou em todo o Brasil, uma grande estrutura. À exceção de algumas organizações extremamente profissionalizadas, que conseguem angariar diversos financiamentos ou mesmo alguns de grande monta que garantem seu funcionamento por vários anos, a maioria possui poucos projetos de pequena dimensão. Assim, optamos por não realizar uma análise tão aprofundada das suas agências financiadoras, já que a maioria dos apoios não se mostra sistemática, como foi o caso da FMMA.

Entretanto, chama a atenção, em primeiro lugar, que, entre as agências financiadoras citadas em seu site, muitas não sejam ligadas especificamente à questão de gênero, mulheres ou feminismo, embora, como vimos, a abordagem da temática e mesmo da noção de gênero seja uma constante entre essas, em seus programas, missões, valores e objetivos. As agências citadas no site da organização são: 1) ICCO, 2) Fundação Luterana de Diaconia, 3) WDP-Comitê Alemão, 4) Ceris, 5) Fase, 6) Partner’s of the Américas, 7) Fundação Heinrich Böell, 8) Oxfam¹²⁴, 9) Global Fund for Women e 10) Mama Cash. Os órgãos governamentais que apoiam

¹²⁴ Esta última não constava do site da organização, mas foi citada como financiadora em trabalho sobre a organização (ABATH, IRELAND, 1998)

Capítulo 4

ou apoiaram a ONG são: Secretaria Estadual de Saúde, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria Especial de Política para as Mulheres e Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Dos dez apoiadores mencionados¹²⁵, quatro tem um caráter claramente religioso. O ICCO é a organização intereclesial de cooperação para o desenvolvimento, fundada em 1964 com sede na Holanda, que tem como objetivo “o combate à pobreza e injustiça” (ICCO, 2011a). Segundo seu site institucional, tem “raízes na tradição Cristã-Protestante da Holanda e participa de diversas redes ecumênicas nacionais e internacionais”. Não indica linhas específicas de atuação em gênero, mas financia diversos projetos na área de gênero, assim como de organizações feministas. Em uma descrição de projeto de intervenção para disseminar informação de prevenção à AIDS que envolvia igrejas evangélicas no Brasil, reconhece que:

No interior das igrejas há muito pouco conhecimento sobre a prevenção à Aids, comportamento de risco, sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos e vulnerabilidade e violência contra as mulheres. As Igrejas também abrigam preconceitos e promovem estigmas.¹²⁶ (ICCO, 2011b)

Outra informação interessante é que, das duas oficinas realizadas pela ICCO no Fórum Social Mundial realizado em Belém em 2009, uma tratava de gênero: “Violência baseada em gênero e a luta por Direitos Humanos” (A outra chamava-se “Criminalização do Protesto Social e defensores dos Direitos Humanos”).

A Fundação Luterana de Diaconia foi criada em 2000 pelo Conselho da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil/IECLB e tem sede em Porto Alegre/RS. Antes disso, constituía-se no Serviço de Projetos de Desenvolvimento do IECLB. Tem como objetivo “promoção do desenvolvimento social e combate à pobreza”, conforme seu estatuto (FLD, 2011, p. 1). É também nele que está presente determinação de que o Conselho Deliberativo, formado por representantes dos dezoito Sínodos da Igreja Luterana no Brasil, deve proceder “à alternância de gênero quando da substituição [do membro titular por suplente] garantindo a representatividade de 50% do sexo feminino e 50% do sexo masculino na sua

¹²⁵ Esta lista constava do site da organização, e pode não se tratar de uma lista exaustiva.

¹²⁶ Within churches there is very little knowledge about prevention of aids, risky behavior, sexuality, sexual reproductive rights and violence against and vulnerability of women. Churches also harbor prejudice and foster stigmas.

composição” (FLD, 2011, p. 3). Também não tem linhas específicas sobre gênero, mas enfatiza que os projetos apresentados para financiamento devem levar esse aspecto em consideração:

No universo do projeto, inclusive na proposta, é importante considerar questões relacionadas com gênero, minorias étnicas, populações expostas a situações de risco ou com necessidade de políticas compensatórias. Dificilmente um projeto social estará alheio a estas questões, que também podem ser descritas no contexto ou na justificativa da proposta. (STEPAHNOU, MÜLLER, CARVALHO, 2003).

Os dois seguintes são o WDP – Comitê Alemão e o CERIS. O primeiro é a denominação resumida de Women’s World Day of Prayer, organização presente em vários países do mundo, mas cujo comitê germânico financiou organizações feministas e de mulheres no Brasil, conhecida por cobrar muito pouco em termos de “accountability”¹²⁷. São comitês que se organizam pelo mundo, recolhem doações e destinam o total de cada dia de oração e donativos a uma organização previamente selecionada. Não há muitas informações no site institucional.

Já o CERIS é o Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais, fundado em 1962 com sede em São Paulo, tendo como missão “contribuir para uma presença mais significativa da Igreja Católica na sociedade, por meio de estudos, pesquisas e de ações que propiciem o desenvolvimento de sua ação pastoral e social” (CERIS, 2011). Depois da virada progressista da Igreja a partir do Encontro dos Bispos de Medellín, em 1968, inicia uma atuação destacada junto a movimentos sociais e como mediadora entre esses e os de recursos de agências católicas de ajuda externa (BRUNOW, 2010).

Porém, o CERIS, que era responsável desde a década de 1960 pelo Anuário Católico (espécie de Censo da Igreja Católica), em 2008 terceiriza o serviço contratando a empresa de marketing Promocat, especializada no mercado religioso católico (PROMOCAT, 2011), para desenvolver um sistema de coleta de dados online. No seu site, há poucas informações da sua atuação em anos anteriores, com

¹²⁷ Essa informação eu obtive na minha experiência pessoal como militante feminista, na qual pude saber que a WDP não costuma pedir relatório detalhados de gastos. Por outro lado, o termo “accountability”, por vezes traduzido como “responsabilidade” é utilizado na sua forma original pela dificuldade de se traduzir, em apenas um termo em português, o seu sentido original envolve a responsabilidade de prestar contas, idéia associada, na administração pública, à idéia de “publicidade” e “transparência” (PINHO, SACRAMENTO, 2009)

Capítulo 4

pouca ênfase ao trabalho de apoio aos movimentos sociais, muito menos sobre possíveis linhas de atuação atuais.

Entre os que não têm caráter religioso, temos a FASE/Federação de Órgão para a Assistência Social e Educacional, fundada em 1961, com sede no Rio de Janeiro. Essa organização, apesar de leiga, atuou em cooperação com organismos da chamada Igreja Progressista. Sua missão compreende, entre outras coisas, “contribuir para a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento sustentável” (FASE, 2011a). Possui um núcleo de gênero, cujo objetivo é:

Consolidar a abordagem de gênero em todas as discussões em que a FASE está inserida e apoiar as plataformas de luta dos movimentos de mulheres. A linha mestra da questão de gênero é a superação das desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas existentes entre homens e mulheres no Brasil e no mundo. (FASE, 2011b).

A Partners of the Americas nasce como parte da Agência de Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos, se tornando privada pouco tempo depois, apesar de ainda contar com fundos federais em larga parcela. Suas áreas de atuação são: Sociedade Civil e Governança; Intercâmbios e Bolsas; Gênero e Igualdade; Juventude e Infância; Agricultura e Meio-Ambiente (PARTNERS OF THE AMERICAS, 2011a). Na linha de Gênero e Igualdade, a organização:

Tem trabalhado para ajudar as mulheres e suas famílias, particularmente aquelas que vivem na pobreza, a alcançar seu pleno potencial. Os projetos da Partners querem garantir que as mulheres têm as ferramentas para ter acesso a processos de decisão, para tomar decisões informadas sobre reprodução e tamanho da família, e para enfrentar problemas sociais como a violência doméstica (PARTNERS OF AMERICAS, 2011b)

Por fim, entre aquelas que não possuem objetivos ligados a gênero de forma mais específica, temos a Fundação Henrich Böll, organização política ligada à coalizão partidária Aliança 90/O Verdes da Alemanha, com atuação em mais de 60 países.

O trabalho está centrado no fomento dos valores políticos da ecologia e do desenvolvimento sustentável, os direitos das mulheres e a democracia de gênero, democracia e cidadania, diversidade da mídia e uma opinião pública crítica, integração econômica, globalização e a questão da regulação dos mercados. (HEINRICH BÖLL STIFTUNG, 2011).

Capítulo 4

A Henrich Böll tem ligações com diversas organizações feministas importantes, inclusive aquelas que contribuíram para a disseminação do conceito de gênero no Brasil, tais como o CFÊMEA/Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Brasília), SOF/SempreViva Organização Feminista (São Paulo) e a já mencionada SOS Corpo (Recife), que são referências para organizações feministas e de mulheres de menor porte.

A Oxfam é uma confederação de quatorze organizações que atuam em 99 países que trabalha “para encontrar soluções duradouras para a pobreza e a injustiça” (OXFAM, 2011a). Seu foco é na díade pobreza-injustiça, na trilha do que defendem diversas organizações de Direitos Humanos: “Trabalhamos diretamente com as comunidades e buscamos influenciar os poderosos para garantir que os pobres possam melhorar suas vidas e meios de subsistência e tenham voz nas decisões que os afetam” (OXFAM, 2011a). A conformação disso vem na sua afirmação de compromisso com os Direitos Humanos e o que isso significa:

Acreditamos que o respeito aos Direitos Humanos ajudará a tirar as pessoas da pobreza e da injustiça, permitir-lhes fazer valer a sua dignidade e garantir um desenvolvimento sustentável. Quando falamos de uma abordagem baseada em direitos, é isso que queremos dizer. (OXFAM, 2011b)

Dentre os temas com os quais trabalha¹²⁸, está a Justiça de Gênero. Para a Oxfam, “Discriminação e injustiça são as maiores causas de pobreza no mundo.” Assim, é necessário lutar pela igualdade para as mulheres porque é mais provável ser pobre

...se você for mulher. E como mulher – de acordo com pesquisas – é provável que esteja trabalhando mais. Mas a discriminação não começa aí – na verdade começa muito antes. Às garotas frequentemente são negados acesso a educação, saúde e nutrição desde o nascimento. Isto tem que mudar. (OXFAM, 2011d)

Suas ações são explicitamente voltadas para as mulheres pobres. Entre essas (como campanhas para reformar leis nos países em que elas discriminam as mulheres ou programas de elevação de renda de famílias pobres, endereçados às mulheres dessas famílias) também há aquelas preocupadas com a desigualdade de poder, porém, em especial daquelas das “comunidades”: “Fortalecer sua voz nas

¹²⁸ São eles: Cidadania Ativa, Agricultura, Ajuda efetiva, Mudanças climáticas, Educação, Resposta de emergência, Justiça de Gênero, HIV e AIDS, Saúde, Indígenas e Direitos das Minorias, Recursos naturais, Paz e segurança, Setor Privado, Comércio e Juventude (OXFAM, 2011c).

suas comunidades, para que possam se tornar líderes e porta-vozes” (OXFAM, 2011d).

Por fim, entre as agências de caráter laico e que possuem objetivos especificamente ligados à questão de gênero, temos o Mama Cash e o Global Fund of Women.

O Mama Cash é, segundo sua própria informação, o mais antigo fundo internacional voltado para as questões das mulheres, criado na Holanda em 1983. Considera-se uma organização de defesa dos direitos das mulheres e parte do movimento de mulheres global. Afirma que, apesar da ampla ratificação da Declaração Universal de Direitos Humanos, em poucas partes do mundo as mulheres podem exercer esses direitos. Essa reivindicação dos movimentos feministas e de mulheres pode ser resumida na frase - “Os direitos das mulheres são direitos humanos” (MAMA CASH, 2011a) - que não deixa de ser a versão simplificada do que foi consolidado na Conferência Mundial de Direitos Humanos, Viena, 1993¹²⁹ e vem sendo utilizado para reivindicar direitos humanos das mulheres. No Brasil, outro slogan de mesmo sentido irá se popularizar tendo sido lançada inicialmente por campanha do CFÊMEA: “Sem as mulheres, os direitos não são humanos”.

As prioridades do Mama Cash são resumidas na fórmula “Body, Money and Voice” (Corpo, Dinheiro e Voz). Nessa fórmula, corpo significa segurança nos espaços público e privado; autonomia das mulheres sobre seus corpos, sexualidade e reprodução; o direito a escolher livremente seus parceiros; combater práticas como a mutilação genital; o direito de decidir sobre sua identidade de gênero e sua expressão. Dinheiro significa: sistemas econômicos que não explorem as mulheres ou meninas; igual pagamento para igual trabalho e proteção do emprego de acordo com os padrões das leis internacionais trabalhistas; construir lideranças entre mulheres trabalhadoras com menor autonomia, tais como empregadas domésticas e trabalhadoras do sexo; combater o tráfico de mulheres e meninas; ganhar controle sobre suas finanças, propriedade e herança; promover práticas econômicas sustentáveis que não sejam danosas ao meio-ambiente. E, por fim, Voz significa:

¹²⁹ “Os direitos das mulheres e das garotas são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. A total e igual participação das mulheres na vida política, civil, econômica, social e cultural nos níveis nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo são objetivos prioritários da comunidade internacional” (UNITED NATIONS, 1993).

Capítulo 4

acesso a processos de decisão na família, comunidades, nações e fóruns internacionais; utilizar artes, mídia e cultura popular para transformar atitudes e comportamentos; participação na construção da paz; fortalecer e fomentar os movimentos de Direitos Humanos e de Justiça Social das mulheres. (MAMA CASH, 2011b)

O Global Fund for Women é um fundo sediado nos Estados Unidos, cuja missão é “fazer avançar os direitos humanos investindo em organizações lideradas por mulheres em todo o mundo” (GLOBAL FUND FOR WOMEN, 2011). Seus temas principais são: Segurança Econômica, Violência contra Mulheres, Educação, Saúde e Liderança, considerados temas especialmente importantes para as mulheres. Também considera com destaque o combate ao militarismo, ao tráfico de mulheres e a promoção de meios de subsistência sustentáveis para os pobres.

Como se pode constatar, as agências voltadas especialmente para as questões das mulheres compartilham de questões com outras agências financiadoras de Direitos Humanos, seja, o combate emergencial à pobreza, desigualdades entre homens e mulheres, geração de renda e proteção ao trabalho, além de proteção ao ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável. No que toca a questões de gênero, geralmente traduzidas como questões das mulheres, compartilham àquelas ligadas à segurança econômica e violência contra as mulheres (muitas vezes, referidas como “violência baseada no gênero”/gender-based violence). Por outro lado, as questões específicas, isto é, aquelas que são promovidas primordialmente pelas agências especializadas com bastante ênfase, estão questões como direito ao próprio corpo e livre exercício da sexualidade, direito a controlar sua reprodução (acesso a meios contraceptivos e direito ao aborto) e acesso aos processos decisórios nas esferas pública e privada, ou, em resumo, acesso ao poder, que pode ter uma ênfase em ações focalizadas em camadas mais pobres, mas não restritas a essas.

Não se pode desconsiderar a importância da Secretaria de Políticas para as Mulheres/SPM, criada em 2003. Esse órgão tem destinado recursos a políticas para as mulheres, e também a projetos desenvolvidos por organizações feministas e de mulheres. Dirigida por uma ex-reitora da UFRJ de 2004 a 2010, também incentivou a

Capítulo 4

realização de pesquisas¹³⁰ sobre a questão de gênero e das mulheres. Sua atribuição na máquina governamental é estabelecer políticas públicas que contribuam “para a melhoria da vida de todas as brasileiras e que reafirmam o compromisso do Governo Federal com as mulheres do país.” (SPM, 2011). É da competência desse órgão:

- . assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres;
- . elaborar e implementar campanhas educativas e não discriminatórias de caráter nacional;
- . elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e das demais esferas de governo;
- . promover a igualdade de gênero; articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres;
- . promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Gabinete e três Subsecretarias. (SPM, 2011)

Como se depreende do trecho acima, gênero faz parte do programa da SPM em seus objetivos mais gerais. Como a SPM é um órgão “com as mulheres, para as mulheres e pelas mulheres.” (SPM, 2011), resta saber o que significa gênero nesse contexto. Documento publicado pela SPM em conjunto com a CEPAL/Comissão Econômica para América Latina e Caribe, de autoria de Lourdes Bandeira¹³¹, afirma que “entende-se por gênero o conjunto de normas, valores, costumes e práticas através das quais, a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada.” (BANDEIRA, 2005, p. 7). Segundo ela, a categoria, para distinguir as diferenças biológicas das desigualdades socioculturais, desloca o olhar para homens e mulheres como segmentos isolados para se fixar nas relações “interpessoais e sociais, através das quais elas são mutuamente constituídas como categorias sociais.” (BANDEIRA, 2005, p. 7). Mais adiante podemos ver que a autora distingue “políticas para as mulheres” de “políticas de gênero”:

¹³⁰ A SPM, em conjunto com o CNPq, lançou três editais de Fomento à Pesquisa (2008, 2008, 2010) no Campo de Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo. Nesse último, também contou com aporte financeiro do Ministério de Desenvolvimento Agrário/ MDA.

¹³¹ Bandeira é docente da Universidade de Brasília/UnB. Posteriormente ao documento, ocupou o cargo de secretária de Planejamento e Gestão Interna da SPM. Atualmente, voltou ao seu cargo de docente na UnB.

Capítulo 4

Estas [políticas de gênero] consideram, inegavelmente, a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, cujas consequências se fazem presentes, ao longo da vida, nas relações individual e coletiva.

Já as políticas públicas para as mulheres têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. (...) Configura-se, portanto, numa política pública que enfatiza a responsabilidade feminina pela reprodução social, pela educação dos filhos, pela demanda por creches, por saúde e outras necessidades que garantam a manutenção e permanência da família e não necessariamente seu empoderamento e autonomia. (BANDEIRA, 2005, p. 8-9)

Nesse contexto, a motivação política feminista é enfatizada, ressaltando a potencialidade de mudança de relações desiguais entre homens e mulheres. Portanto, é uma categoria de análise proposta com uma finalidade política, conforme outras autoras já citadas. Para a consecução de suas competências, segundo suas informações institucionais, adota o modelo da “transversalização de gênero”, o que significa coordenar políticas de gênero para todo o governo federal e diversas instâncias governamentais, tônica do primeiro Plano de Políticas para as Mulheres (2005-2007):

A incorporação das questões de gênero nas políticas públicas tornou-se uma estratégia mundial para a garantia e promoção da igualdade de gênero (...) No caso brasileiro, esta estratégia foi adotada a partir da utilização do conceito de transversalização de gênero nas políticas públicas. Isso significa que “os governos e os outros atores devem promover uma política ativa e visível com vistas a integrar uma preocupação pela igualdade entre os sexos em todas as políticas e em todos os programas (...). No caso da transversalização horizontal, trata-se de articular para que os órgãos setoriais da mesma esfera federativa atuem a partir de uma perspectiva que incorpore a dimensão de gênero em suas iniciativas. Já a vertical refere-se ao impulso dado pelo governo federal para que os governos estaduais e municipais atuem também a partir deste ponto de vista. (SPM, 2009)

4.3. Gênero no *frame* do Centro da Mulher 8 de Março

Esse item irá basear-se inteiramente em publicações e panfletos do Centro 8 de Março, site institucional, além de entrevista com uma de suas integrantes. Infelizmente, não foi possível maior contato com a organização, que, no entanto, forneceu-nos amplo material.

De acordo com o seu site institucional, sua missão é “promover a defesa dos direitos humanos das mulheres, o enfrentamento à violência contra a mulher e a equidade de gênero” (CENTRO 8 DE MARÇO, 2009b). Não encontramos nenhuma

referência ao significado de equidade e se esse tem relação com a diferença estabelecida pela ONU entre esse termo e “igualdade”. Na mesma página, são apresentados os objetivos e público-alvo da organização:

Nosso objetivo:

A afirmação de uma política feminista pelos direitos humanos das mulheres, pelo direito à diversidade sexual, racial e étnica para favorecer a autodeterminação e o empoderamento das mulheres.

Nossa ação:

É dirigida a mulheres e adolescentes que sofrem violência doméstica e sexual, lideranças populares e mulheres em geral. (CENTRO 8 DE MARÇO, 2009b, grifo do original)

O que os trechos acima apontam é que a organização se alinha à defesa dos direitos humanos das mulheres, uma estratégia que não deixa de se referir ao *frame* dos direitos humanos, mas de maneira a estabelecer uma diferença. Referir-se aos “direitos humanos das mulheres” significa alinhar-se ao *frame* feminista que afirma que os direitos humanos das mulheres nem sempre são contemplados pelo *master frames* de Direitos Humanos. Como vimos em item anterior, essa denominação serve para sublinhar que há direitos das mulheres que não são considerados pela Declaração Universal, ou aqueles que não são reconhecidos como especialmente problemáticos para elas: direitos sexuais, direitos reprodutivos, autonomia, acesso igualitário às instâncias de poder e decisão etc.

Como se depreende também desse trecho, há uma ênfase no combate à violência doméstica contra as mulheres, reiterada nas diversas publicações que o Centro disponibilizou. Tome-se, por exemplo, a cartilha “Programa de Capacitação das Promotoras Populares de Cidadania – Uma Experiência de Formação de Lideranças Femininas”: esta tem oito textos¹³², dos quais seis tratam de violência contra a mulher, em diversos aspectos.

Violência doméstica e violência contra a mulher não são a mesma coisa, mas são colocadas em um mesmo patamar de causas e conseqüências:

¹³² 1) “Os Crimes da Paixão ou a Cultura da Violência contra a Mulher”, de Valquíria Alencar; 2) “Conseqüências da Violência Doméstica para a Saúde das Mulheres”, de Ana Paula Portela (SOS Corpo); 3) “Violência: Por um Resgate do Ideal”, de Catherine Rozy V. Gonzaga; 4) “As interfaces da Violência contra a Mulher: Sexualidade e Saúde”, Valquíria Alencar; 5) “Estado, Sociedade e Conhecimento”, de Ronaldo Barbosa Ferreira; 6) “Exercício de Cidadania”, de Elaine Bezerra; “Metodologia de trabalho com mulheres em situação de violência”, de Glória Rabay; “Oficina-Matriz: Capacitando Mulheres para o Enfrentamento à Violência contra a Mulher”, de Valquíria Alencar.

Capítulo 4

a materialização desta violência se dá pela violência física (agressão), pelo abuso sexual de crianças e adolescentes e pela violência sexual do homem sobre 'sua' mulher, filha, enteada, empregada doméstica, amigas da filha, com um alto grau de reincidência e repetição. O espaço doméstico, portanto, é o cenário principal de violência contra a mulher e a criança. (ALENCAR, 2003a, p. 7)

A violência contra as mulheres é o principal alvo da organização, sendo interpretada sob o signo do poder desigual entre homens e mulheres: “A violência contra as mulheres é uma relação de poder entre homens e mulheres que se manifesta pela violência explícita ou simbólica, notadamente no campo doméstico.” (CENTRO 8 DE MARÇO, 2007a, p. 4). É interpretado como um fenômeno universal, atingindo todas as sociedades e todas as mulheres. Não é uma questão de classe, mas de gênero; está enraizada no modelo familiar tradicional:

Contradizendo a visão tradicional e conservadora da família como um refúgio de amor, felicidade e proteção, as estatísticas mundiais afirmam que é no espaço doméstico que as mulheres e as crianças são mais violentadas e abusadas no seu corpo e nos seus direitos. (ALENCAR, 2003b, p. 16).

Citando freqüentemente a socióloga Heleieth Saffioti, afirma que a violência contra as mulheres, praticada pelos homens, é o “fenômeno mais democrático que existe” (SOUSA, 2004, p. 17), combatendo a noção do senso comum de que

há um perfil de mulher que sofre violência. Ledo engano. Pobres ou ricas, jovens, crianças ou idosas, negras ou brancas, magras, gordas, solteiras, casadas, instruídas ou não, analfabetas, qualquer mulher pode viver uma situação de violência doméstica ou sexual. (SOUSA, 2008a, p. 22)

A relação desigual entre homens e mulheres reflete-se na mídia (utilizam “signos pervertidos de liberdade e igualdade”), na socialização e educação diferenciada entre homens e mulheres, mas são, na realidade, o reflexo de um sistema no qual se fundamenta toda a organização da sociedade:

Patriarcado é o paradigma cultural de cunho religioso fundamentalista e totalitário, que legitima, obscurece, nega e até justifica a violência de gênero (CENTRO 8 DE MARÇO, s.d., p. 6)

Essa postura se converte, muitas vezes, em uma posição radical contra o poder opressor atribuído aos homens: “Na perspectiva do ‘todo poder aos homens’, a impunidade do agressor é balizada, muitas vezes, pelas leis (...)” (ALENCAR, s.d., p.1). Se é um “mito” que são as mulheres pobres que apanham, o mesmo ocorre com os agressores:

Capítulo 4

A maioria dos agressores ou homens violentos não são doentes mentais, nem alcoólatras, nem dependentes de drogas; o álcool desinibe e estimula a tendência da prática da violência, tendência essa já inerente no agressor. Por outro lado, o perfil, sócio-econômico do agressor mostra que nem sempre ele é pobre, desempregado ou desocupado, mas tem um status político, social e econômico, desfazendo o mito de que a pobreza favorece a prática da violência doméstica.” (ALENCAR, 2003, p. 16)

Porém, a indistinção de classe do fenômeno não significa que a desigualdade não tenha consequências importantes: “O que as diferencia [as mulheres] são as condições psicológicas e econômicas de como cada uma vai enfrentar o problema. (SOUSA, 2008a, p. 22). Essa leitura é claramente explicitada no trecho a seguir, citado em um texto que buscava refletir sobre a importância de ser uma liderança feminina na perspectiva feminista e popular:

Nesse sentido, afirma Toledo: ‘A mulher burguesa, por mais oprimida que seja como mulher, não tem dupla jornada, não passa o dia trabalhando, não tem de lutar por sua sobrevivência. Ela não é explorada. Pelo contrário. Explora outras mulheres e homens. Nunca ouvimos falar de uma mulher burguesa que tivesse sangrado até a morte por um aborto clandestino. Nunca vimos uma mulher burguesa passar por uma revista íntima na porta de uma fábrica. Nunca vimos uma madame gritando na porta de uma creche no local de trabalho, e nem tampouco que precisasse de auxílio maternidade’ (TOLEDO, apud Cisne, 2003, p. 15)

Essa posição feminista, configurada na obra de Toledo (2008) diferencia exploração (classe) de opressão (gênero), se aproximando do feminismo socialista ou de sistema dual, assim denominado por defender a articulação da teoria marxista com a teoria feminista do patriarcado (v. FRASER, 2009; ABBOTT, WALLACE, 1997). Essa posição também é próxima à de Saffiotti (1987), outra autora frequentemente citada, que acrescenta o racismo à explicação.

Porém, o feminismo ao qual se alinha a organização é o “popular”, o que justifica, inclusive, a aproximação com os cursos de capacitação legal:

Eu acho que pensar um feminismo popular, voltado para o meio popular, que é um pouco um dos nossos princípios, trabalhar isso, levar o feminismo popular também para o meio popular, para as mulheres, lideranças comunitárias. E, a gente, discutindo a questão da violência, a gente via que era um segmento que a gente também não compreendia, a dinâmica da violência doméstica. (Entrevista C).

O feminismo popular, como se vê pela fala acima, não é somente um feminismo das camadas populares, mas, de maneira semelhante à educação popular, significa mais uma posição política em relação à classe (ou na perspectiva

de um conflito inerente à existência de classes) do que a base social do movimento em si.

E por que feminista popular? Se percebermos que a desigualdade de classe provoca várias desigualdades, que atingem fortemente as mulheres, não podemos pensar na luta das mulheres de forma indiferenciada. Para ficar mais claro, nem todas as mulheres são exploradas ou sofrem as consequências das desigualdades sociais. Mulheres exploram mulheres, ou seja, a classe social divide as mulheres. É preciso ter identidade de classe, a luta é das mulheres trabalhadoras. (CISNE, 2003, p. 15)

Nesse quadro explicativo, gênero vem associar-se como um instrumento político-analítico, que coloca em bases sociais o que é comumente naturalizado:

Entendemos que gênero é um conceito relacional, isto é, diz respeito às relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres e homens e homens e a maneira como a sociedade trata cada um destes em relação ao outro. Por exemplo, a mulher é tratada como sendo um ser inferior em relação ao homem e todos reproduzem isto como se fosse um fato natural e não construído por todos na sociedade. As relações de gênero podem variar de acordo com princípios religiosos, leis, cultura e política de cada sociedade, por isso, é possível transformar as relações desiguais de gênero.” (RABAY, 2003)

Devido ao papel de destaque que o tema da violência contra a mulher tem na ação do Centro 8 de Março, muito material foi produzido pela organização tratando de metodologia e capacitação para abordagem do problema com mulheres em situação de violência. Nesses materiais, a categoria gênero é sempre invocada, como no caso do trecho acima citado. É como se fosse um complemento técnico-acadêmico ao seu problema político, colocando a questão em termos “científicos”. De tal maneira, que ele é mencionado em materiais desenvolvidos para utilização em escolas:

Qual a diferença entre sexo e gênero?

O gênero é a construção social e cultural do masculino e do feminino. São os papéis ensinados às meninas e aos meninos, são as construções sociais chamadas “características masculinas” (agressividade, comando, força, poder) e “características femininas” (obediência, submissão, passividade, fraqueza), portanto, a maneira de se comportar também é aprendida. Por isso, desconstruir esses valores é uma das maneiras de buscar a igualdade e de viver a cidadania, pois homens e mulheres são diferentes biologicamente, mas não são desiguais (CENTRO 8 DE MARÇO, 2007b, p. 4)

Gênero: é uma construção histórica e cultural de relações sistêmicas de poder entre homens e mulheres, baseadas num conjunto de qualidades, papéis sociais e identidades, atribuídos a mulheres e homens. Enquanto o sexo é determinado pela biologia, o gênero é

Capítulo 4

construído histórica e socialmente, sendo, portanto, variável e mutável (CENTRO 8 DE MARÇO, s.d., p. 4)

Embora a noção de “construção social”, vinda da academia, associada ao gênero, não seja de fácil apreensão como parece nas explicações correntes nesse e em outros materiais das organizações feministas, é amplamente utilizada para explicar que, se é “construído”, pode ser “desconstruído” e novamente “reconstruído”. É sobre essa noção que muitas vezes o trabalho educativo popular feminista se assenta. Por isso, gênero se torna uma noção altamente operativa, embora, nem sempre de fácil assimilação e transmissão.

De outra forma ocorre a utilização da noção de Direitos Humanos e Direitos Humanos das Mulheres: apoiado sobre entendimentos e acordos internacionais, eles são usualmente invocados para dar suporte à legitimação desses direitos, citando-se toda a parafernália de instrumentos internacionais (e agora, recentemente, os nacionais, por exemplo, a Lei Maria da Penha):

De há muito, as mulheres buscam consolidar princípios legais que lhes assegurem a equidade de gênero e a igualdade de direitos. Nesse percurso histórico, Convenções, Protocolos e Tratados vêm sendo construídos e assinados. São ferramentas políticas de grande importância no reconhecimento e proteção dos direitos humanos das mulheres e têm como princípio central a eliminação das discriminações e da violência contra a mulher. (SOUSA, 2008b, p. 12)

Esses documentos internacionais são sempre citados, proporcionando um alinhamento com os Direitos Humanos, legitimando sua defesa; por outro lado, a construção “direitos humanos das mulheres” não deixa de se associar a um *master frame* altamente aceito e defensável, mas embutindo-lhe uma crítica, assinalando sua inclusão parcial nesse programa de direitos.

Partindo, portanto, dessas análises, tanto de agências internacionais como do caso particular do Centro 8 de Março, podemos afirmar que alinhamentos de *frame* têm sido realizados por organizações feministas e de mulheres, no sentido de defenderem sua agenda de transformação social. Ao entrarem no “idioma” falado nos espaços internacionais, comunicam seus interesses e fazem avançar pontos de sua agenda. Porém, podemos ver essas noções operativas de “gênero” ou de “direitos humanos das mulheres” como estratégias formuladas a partir de um *master frame* de gênero, que tem uma leitura ampla e crítica do mundo a partir das relações sociais baseadas nos significados sexuais. Essa crítica não abre mão da

Capítulo 4

reivindicação da transformação dos papéis sexuais tradicionais de homens e mulheres e da autonomia em relação ao corpo (reprodução e sexualidade). É sobre um frame feminista (e para as mulheres) que esse *master frames* de gênero é construído, embora seja operado por diversos movimentos.

5. Atuação, valores e crenças dos Juristas Populares

5.1. A Rede Estadual de Juristas Populares na Paraíba

Descrever o processo de formação da Rede¹³³ Estadual de Juristas Populares é importante para compreender como se dá a sua atuação. Atualmente, é composta por quatro núcleos, nas cidades de João Pessoa, Bayeux e Santa Rita. Esta última conta com dois núcleos, o de Tibiri e o de Forte Velho. Em cada um deles, há reuniões mensais em datas definidas previamente, nas quais se discutem ações que serão realizadas. Essas ações podem dizer respeito a lutas empreendidas pelos juristas, conforme já vimos, incluídas em temas genericamente denominados “Meio-Ambiente” ou “Políticas Públicas”. Também podem dar conta de lutas e conflitos mais específicos, como disputas por posse de terra, qualidade do abastecimento de água e melhoria de transporte coletivo.

Nos primeiros três anos do curso, a FMMA costumava promover reuniões e encontros entre os que estavam fazendo o curso e aqueles que o tinham concluído. Assim, na terceira turma de juristas, diversos deles questionaram a FMMA sobre os que teriam se formado em anos anteriores e porque não havia uma organização coletiva entre essas pessoas.

Eu participei da formação da Rede de Juristas. Foi a nossa turma que teve essa ideia. Quando terminava o curso, cada um ia desenvolver o seu trabalho. E aí um grupo de pessoas perguntou “O quê esse povo faz? “Mas tem uma Associação, tem o quê?” Aí eles decidiram: “Não tem como a gente formar uma Associação dos Juristas?” Houve algumas reuniões e depois se decidiu “Não vamos montar uma Associação, vamos montar uma Rede!” Eu participei desse processo de organização e estou até hoje. (Entrevistado 1)

A gente viu que a Rede era uma maneira melhor, de, tanto a gente continuar sempre estudando, como também podia se uma maneira de se organizar... (Entrevistado 2)

Cada núcleo tem a sua própria pauta, decidida em grupo, mas que deverá se adequar a uma temática e um calendário comum para os quatro núcleos. Para isso, há também reuniões de articulação, nas quais é decidido o calendário da rede de juristas. Ele é construído de maneira que as atividades

¹³³ Vale notar que, em termos simbólicos, a palavra “rede” é vista com muita simpatia: como se sabe, é hábito difundido em muitos estados do Nordeste a utilização da rede de dormir. Em muitas reuniões, quando se falava sobre as atividades da Rede, o comentário comum é “vamos balançar essa rede”.

Capítulo 5

de um núcleo não coincidam com as de outro, com o objetivo de maximizar a participação de todos, o que, na prática, nem sempre ocorria.

Não são todos os juristas formados que participam dessa rede. De um total de cerca de 180 juristas formados, pode-se estimar que, ao menos 40 participam regularmente das atividades da Rede. Um número flutuante de participantes eventuais não é possível de ser estimado, devido à sua rotatividade. Isso não quer dizer, no entanto, que os demais não estejam participando ativamente de outros espaços, já que todos devem ser indicados por organizações ou grupos.

Ao final de cada curso, os concluintes são convidados a integrar a rede e participar das reuniões. No último triênio, a Rede vem sendo financiada pela Misereor para trabalhar questões de meio-ambiente. O financiamento inclui, entre outras coisas, o pagamento do salário de um técnico, que acompanha e assessora todas as atividades propostas e suas reuniões de planejamento. Além do técnico da FMMA, há também a figura do articulador, que é eleito para acompanhar todas as atividades da rede. São eleitos em número de quatro, e se revezam no trabalho de acompanhamento de todas as reuniões realizadas, uma função que não é remunerada.

Tendo em vista a não-realização do curso de juristas no ano de 2010, privilegiamos a investigação das atividades da Rede. Pudemos acompanhar uma reunião em cada núcleo, cuja periodicidade é, como já dissemos, mensal, em dias não coincidentes com as reuniões de outros núcleos¹³⁴. Foi nessas reuniões que consegui marcar a maior parte das entrevistas para este estudo. Foram quinze entrevistados, doze por meio de contato direto com as reuniões de núcleos. As quatro entrevistas restantes foram feitas com a mediação da FMMA: duas pessoas foram contatadas por mim durante um evento da FMMA e outras duas foram indicadas e contatadas por funcionários da FMMA, que se dispuseram a conceder entrevistas na própria sede da organização. As outras entrevistas foram realizadas em diversos lugares, a maioria nas ONGs de atuação de cada um, e, em número menor, nas residências dos entrevistados.

¹³⁴ A definição de data de reunião de cada núcleo segue formulações do seguinte padrão: terceira terça-feira do mês, última sexta-feira, etc. Essas datas são deslocadas caso haja feriados ou eventos do calendário de juristas (como audiências públicas ou encontros).

Capítulo 5

Foram feitas três entrevistas em dupla (entrevistados 6 e 7; entrevistadas 9 e 10 e entrevistadas 14 e 15, ver comentários sobre isso no item 2.1). A maioria dos entrevistados participa ativamente da Rede de Juristas Populares, tanto das reuniões como de suas atividades (para maiores detalhes sobre as atividades, v. capítulo 3).

5.2. Perfil dos entrevistados

Nesse tópico, descreveremos algumas características gerais dos entrevistados, porém, em razão da proximidade das relações entre os juristas, e mesmo entre a FMMA e estes, omitiremos detalhes que possam contribuir para identificá-los, preservando o sigilo dos depoimentos (informações sistematizadas e individualizadas no Quadro 1, em apêndice). O grupo foi composto por seis homens e nove mulheres, com idades que variavam de 25 a 60 anos, com uma concentração maior na faixa dos 40 a 60 anos (sete pessoas). A maioria é nascida na Paraíba (doze), e, geralmente, nas próprias cidades em que atualmente residem. Apenas três, portanto, são de outros estados, dois dos quais de estados vizinhos à Paraíba. Apenas um tinha origem fora da região Nordeste.

Em relação à atuação anterior, quase todos tiveram participação na Igreja, de forma direta ou indireta. Apenas três não atribuem sua participação anterior diretamente à Igreja. Dois deles, no entanto, se admitem católicos e relatam ir à missa de vez em quando. Esse dado não é surpreendente, tendo em vista a origem da FMMA na Igreja Católica e a grande influência dessa no estado. O perfil de ligação com a Igreja pode ser facilmente associado às redes de relações que a organização já possuía quando ainda era o Centro de Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba. Esse é um aspecto importante a ser considerado na composição do *frame* dos juristas.

Outra característica importante no conjunto dos entrevistados é a recorrência de um trabalho militante remunerado. O relato mais comum de trajetória resume-se ao engajamento na Igreja, notadamente, nas CEBs, paralelamente ao engajamento em alguma luta específica, seja, por moradia, por posse de terra, por direitos do trabalho (sindicatos) ou das mulheres, ou em organizações que se autodenominam centros de defesa de direitos humanos.

Capítulo 5

Nesse último caso, há três exemplos de criação de organizações como resultado indireto da formação de juristas, no conjunto das entrevistas: um centro de defesa de direitos humanos, uma associação cultural e uma associação de moradores¹³⁵.

A formação dada pelo curso de juristas usualmente é apontada por estes como um marco na sua trajetória de ativistas, e, mesmo, em suas vidas pessoais. Para uma parcela significativa dos entrevistados, é uma porta de entrada para uma inserção qualificada e remunerada no ativismo. Para outros, é a continuidade e aprofundamento de um processo formativo que já havia se iniciado em outros espaços. Outra dimensão interessante é a formação de uma rede de relações políticas e pessoais que os entrevistados formam ou incrementam durante o curso, que consideram importantes para a potencialização do trabalho que desenvolvem:

Então, eu conheço todas lideranças, gente de associações, de ONGs, de sindicato... Eu digo, até brincando, que seis anos atrás, se eu morresse, ia ter uma meia dúzia de gato-pingado no meu enterro. Hoje, se eu morrer, eu conheço tanta gente, tanta gente... Você pode ir pra qualquer reunião, sempre tem alguém conhecido... Eu fui pra Brasília, eu fui pra Bahia !!! Você chega aqui, pergunta por mim, todo mundo conhece. Então tem esse trabalho social que a gente faz, e você tem as informações pra você correr atrás. (Entrevistado 11)

Mudou, mudou, porque, quando você é leiga, você não sabe de nada, das leis, dos seus direitos, você se limita, né? Porque você não sabe onde buscar ajuda. No momento que você passa a ter formação, onde procurar ajuda, seus direitos, você se fortalece. Se fortalece e fortalece uma outra pessoa. É um mecanismo muito bom na vida de qualquer pessoa que tiver oportunidade de passar por uma formação dessa. Fortalece porque tem a relação com outras pessoas de Direito, que você passa a ter uma amizade, passa a conhecer o papel daquela pessoa, o que ela sabe resolver, uma coisa que eu não sei (Entrevistada 14).

É recorrente, como veremos nos próximos tópicos, a ideia da necessidade da luta coletiva, da organização do “povo”. As lutas específicas dos juristas são interpretadas sob o *master frame* dos Direitos Humanos. Entre as diversas lutas, porém, destaca-se a defesa do meio-ambiente. A temática de gênero e

¹³⁵ Diversas organizações foram criadas com o envolvimento dos juristas populares, como resultado direto ou indireto da sua participação. Destacamos apenas aquelas que foram mencionadas nas entrevistas realizadas nesta pesquisa.

do feminismo emerge como um ponto de tensão e disputa em torno de significados, em contraste com a questão do meio-ambiente, abraçada pela maioria dos entrevistados.

5.3. “Abrindo a cabeça” e retomando os estudos

Um relato recorrente sobre o curso de juristas é o fato de conhecerem coisas novas, em especial, o mundo dos direitos e das leis, um processo que, em se tratando de educação popular, Paulo Freire chamaria de conscientização. Muitas vezes, essa mudança cognitiva é relatada como a descoberta de um novo sentido:

Eu costumo dizer, a fundação da associação [de moradores], com a busca pela ajuda da Fundação Margarida Maria Alves, foi como tirar uma venda da vista: fiquei enxergando as coisas, vendo os nossos direitos. (Entrevistada 6).

Eu sempre digo que o curso de jurista pra mim foi como um colírio, tirou minha cegueira e me deu muito conhecimento, muita coisa boa, formação, coisas que eu nem sabia que existia e quanto mais o que eu tenho direito. E isso eu descobri através do curso. (Entrevistada 9)

Essa é uma descrição recorrente nesse tipo de formação, em especial para pessoas, como é o caso dos entrevistados, que tiveram pouco acesso a estudo, trabalho e condições de vida. Todos vêm de famílias pobres, com alguma variação entre condições básicas de sobrevivência (alimentação, moradia, e acesso à escola no limite oferecido pelo Estado). Os depoimentos abaixo são ilustrativos dessa condição, da representação da pobreza, da injustiça e do valor do trabalho:

Trabalhei lá até 12 anos de idade... Estudei de primeira a quarta série, quando terminei a quarta série meus pais não tinham condição de me botar na escola, mesmo sendo pública, tinha que pagar uma taxa pra fazer a prova no colégio estadual que era um luxo... (...) Aí eu fiz a quarta série, e fui fazer a quinta, sexta, sétima e a oitava cortando cana. Porque antes eu vendia dim-dim, eu limpava mato, eu mais minha mãe. Isso com oito anos de idade, eu comecei limpando mato, roçado pra ajudar minha mãe, e com 12 anos, eu fui trabalhar na usina, ou seja, no campo, na zona rural, cortando cana. E de lá pra cá, eu nunca mais parei, ta entendendo ? (Entrevistado 3)

Eu lembro que um dia eu tava em casa, passando uma necessidade da “bixiga”, um amigo meu me arrumou um trabalho, ele era mestre de obra lá na praia e me arranhou uma

Capítulo 5

“bocada” pra mim, pra eu trabalhar de pedreiro. E eu fui. Cheguei lá, e na hora do almoço eu fazia pregação ! [risos] Primeiro que, começou já uma série de problema. Trabalhava seis meses lá, e só fazia dois que minha carteira tava assinada. Quatro meses e já vinha me enrolando. E pagamento atrasado também. E isso ainda foi pior pra mim nessa fase. Quando foi um dia de manhã, eu tava trabalhando e o cara me chamou. Eu subi lá em cima da laje, um casarão danado, e chegou aquele homem, dono de uma renovadora de pneus, aí mandou me chamar, num canto: “Pegue suas ferramentas e vá embora daqui...” [risos]. Aí eu disse “Companheiros, eu vou sair. Mas vocês não fiquem com medo não, lutem pelos direitos de vocês! E o senhor, lembre o que senhor ta me devendo quatro meses de carteira assinada e ta devendo também dinheiro aí do meu salário.” (Entrevistado 2)

Meus pais, graças a Deus, nunca... eu nunca passei dificuldade, como eu acompanho várias coisas que passam fome, dificuldade... Eu acho que como pobre, meus pais sempre tiveram condição de me manter, de pagar escola no tempo que foi preciso, um cursinho, uma coisa ou outra, sempre teve, nunca teve problema nenhum com isso. Mas aos meus dezesseis anos, através de um trabalho que eu fazia na igreja, apareceu uma oportunidade e eu tive o meu primeiro emprego e nunca deixei de trabalhar. (...) Ai quando foi esse projeto pelo governo federal, em parceria com o Movimento de Luta por Moradia, surgiu a oportunidade de eu me inscrever, foi quando eu me inscrevi no “Minha Casa, Minha Vida”, que são casas a qual pessoas que não tem uma renda grande, tem pequenas rendas, pagas por sua... eu pago R\$ 75, e se não fosse através desse Movimento eu nunca teria conquistado (Entrevistada 13)

Esses três depoimentos mostram uma condição de pobreza e dificuldade, ainda que em diferentes graus, que será enfrentada pela participação em lutas específicas. Pelas suas trajetórias (informações que não constam dos trechos transcritos), o entrevistado do primeiro depoimento fará isso por meio do engajamento no sindicato; assim como o do segundo depoimento, que posteriormente irá se engajar na Igreja Progressista e na luta por moradia. No terceiro depoimento, o engajamento se dá na luta por moradia e posteriormente, pelo melhoramento da infraestrutura urbana desses novos bairros. São trajetórias ascendentes no que se refere a renda, emprego e condições de vida.

Está associado a essa ascensão, senão diretamente relacionada, o engajamento nessas lutas. De um início como engajamento político ligado a uma situação codificada como injustiça, a inserção nesses espaços, ou, no

Capítulo 5

dizer de muitos entrevistados, “começar a participar”, “atuar socialmente”, abre as portas para um novo universo de formação, que por sua vez, estimula um maior engajamento:

Aí quando eu vim pra Paraíba, que eu comecei a sentir na pele! Eu cheguei a passar fome, eu e minha mulher aqui. A gente tinha casa, tudo, tinha árvore, mas só tinha coco! Quando você sente na pele o que é passar necessidade... E começa a participar... Eu fiz um monte de capacitação, viajei... Eu fiz curso de liderança e tudo o mais, você tem uma bagagem de conhecimento, você quer passar pras pessoas. E tem outra coisa: quando a gente chegou aqui na Paraíba era eu e minha mulher. Era nem casado. Depois do primeiro, segundo filho, eu acabei casando num casamento coletivo e a mulher com a barriga... E aí, você tem seus quatro filhos, se você não fizer nada pra melhorar sua casa, seu bairro... Então assim, a gente tem uma certa cultura, o que você vai deixar de herança pros seus filhos ? É só conhecimento e educação! (Entrevistado 11)

A gente começou a participar, aí a gente sempre se destacou, aí disse “ah, não, vocês já tão apta a levar o grupo de vocês só”, a gente “não, a gente não tem capacidade”. Ai pronto, a gente fazia uma capacitação que era um grupo de 16 mulheres e três que vinham de fora pra [fazer as oficinas]... aí começou saindo uma, aí outra marcava oficina... “ah, não vai dar pra a gente ir aí hoje, não. Vocês podem tocar a oficina aí”. E assim a gente foi. Foi criando coragem, criando força mesmo, se fortalecendo mais. (...) [Foi fazendo] Seminário de Liderança, formação de gênero, a gente tem um monte de certificado. Aí pronto, a gente foi se fortalecendo, veio a parceria com a Fundação Margarida Maria Alves, veio uma colega nossa e disse “Vocês tem que fazer o curso de Juristas !” (Entrevistada 15)

No que se poderia chamar de um “círculo virtuoso”, do ponto de vista da melhoria de sua renda e condição social, a maioria dos entrevistados (nove) tiveram mudanças profissionais associadas à participação em movimentos e lutas, o que significa, atualmente, trabalhar militando. Alguns chegam, inclusive, a atribuir explicitamente sua atual ocupação à militância, expressando também a realização pessoal de trabalharem no que gostam:

Eu era cabeleireira... Trabalhava muito, muito... Mas aí quando o grupo surgiu, eu passei a gostar muito, da formação do grupo, de estar se encontrando, de estar dialogando... Crescendo, a ponto de eu não poder participar das oficinas, que era no sábado, por conta dos cortes de cabelo, do meu dinheiro... Mas aí, o grupo foi tão fundamental pra mim, que eu fui deixando o cabelo, fui deixando de ser cabeleireira, que eu fui me engajando cada vez mais no grupo... Mas assim, eu

Capítulo 5

considero que o grupo foi uma coisa MUITO [ênfase] fundamental pra mim, enquanto ser humano, enquanto pessoa... (...) fui deixando a Igreja, a minha profissão de cabeleireira, e foi uma coisa muito boa também... Hoje, a minha profissão hoje é de educadora social¹³⁶ (Entrevistada 14)

Esse processo de formação contínua, seja em grupos ou cursos, provoca, em muitos, o desejo de voltar a estudar, com o objetivo específico de melhorar ainda mais a inserção laboral, além da aquisição de uma crença sobre a necessidade da educação formal:

Quando eu comecei a fazer o curso de jurista e terminei, eu só tinha a quarta série. Então no decorrer do curso, eu senti um pouco de dificuldade e senti a necessidade de voltar a estudar. Ai terminei o curso e já tinha esse objetivo, mas sempre protelando, achando que não tinha tempo, que não tinha mais idade, que ia enfrentar preconceito. Mas depois eu decidi, voltei à sala de aula, comecei na quinta série, e depois passei para o EJA, que é alfabetização de adultos, né? Então ai eu fiz e terminei até a oitava série. “Ta bom, não tinha o primeiro grau, agora já tenho”. Ai minhas filhas falaram que não, que eu tinha que ir mais adiante... (...) fiquei meio em dúvida, mas continuei, terminei o ensino médio. Porque você sente a necessidade mesmo de estudar, senão você não se enquadra na vida. Se a gente não estudar, a gente sente mesmo que não é enquadrada nesse planeta, não é? Então continuei e ai surgiu o cursinho pré-vestibular, fiz o cursinho pré-vestibular, fiz o vestibular, não zerei em nenhuma matéria, mas fui reprovada na redação. Mas, esse ano eu vou concorrer para Serviço Social [risos]. Porque tem tudo a ver com meu trabalho, que é educadora social (...). Então, o curso de juristas mudou muita coisa na minha vida, acabou o marasmo da vida, foi outra cabeça, outra mente, um despertar... Pra melhoria, e o que teve de melhor, foi a condição de eu ter, na minha idade, um trabalho formal. E com todos os meus direitos sendo respeitados, isso é importante, não é? (Entrevistada 9)

O curso me fez voltar para questão dos estudos. Eu estava numa fase que eu era militante de movimento e tava bem relaxada. Logo eu que, há alguns anos atrás, estudava bem, normal, prestei vestibular [...] fiquei desacreditada e não queria mais. “Ah, não tenho mais cabeça para estudar!”. E depois que eu voltei a estudar no curso, eu passei uma barra para terminar o curso [de juristas]... Porque eu tinha algumas faltas devido ao período eleitoral [filiada a partido político, trabalhou na campanha]. Eu tinha que estudar dois módulos, eu acho, e eu estudaria e daria aula para outros alunos. Ai os próprios alunos iam dizer se eu tinha condições ou não... Eu acho isso muito massa no curso. Aí parei pra estudar, foi muito difícil mesmo, e

¹³⁶ A entrevistada atua em uma ONG, da qual participou da sua fundação. Também atua em projetos de educação sexual e formação em gênero, como educadora social.

Capítulo 5

tive que dar aula e eu vi que o tempo passa, mas, a única coisa que a gente pode ter hoje é os estudos da gente... Hoje, eu faço inglês de manhã e a noite eu faço curso pré-vestibular. Eu não pretendo fazer Direito não. Mas eu quero fazer Serviço Social. (Entrevistada 13)

O desejo de tornar-se profissional do trabalho social acaba por levar ambas as entrevistadas a estudar para o vestibular de Serviço Social, inclusive, opção também de outra entrevistada. Essa mudança de percepção em relação a seu lugar no mundo, porém, acaba por ter diferenças importantes no que tange às experiências de homens e mulheres. Os homens entrevistados geralmente relatam um maior ativismo, menos medo de falar, maior segurança, e mesmo maior consciência de seus direitos: “Pra mim, mudou muita coisa porque eu fiquei muito mais ativo, sei ir numa delegacia e tenho conhecimento dos meus direitos e dos meus deveres...” (Entrevistado 7).

Tinha um padre aqui, ele era muito interessado nessas coisas, não sei se você chegou a conhecer ele, mas, ele era um padre italiano, revolucionário, ele acreditava muito nessas coisas. E ele disse “você devia fazer esse curso”. Eu fui, gostei, foi muito bom, porque a gente não tinha muita experiência. Eu agradeço muito do que aprendi, porque tanto a gente tem condições de transmitir isso pra outras pessoas, como também... a gente acredita mais na vida, né ? Porque antes, eu via assim, achava que todo mundo tinha o direito sagrado de impor as coisas, o patrão tinha suas leis... Ele que mandava, e eu achava que ele tinha todo o direito de fazer tudo aquilo. E hoje em dia a gente conhece mais algumas coisas... aí já não tenho o medo que tinha naquela época, de enfrentar, né... as feras ! (Entrevistado 2)

Bem, para mim, foi importante, o conteúdo programático adotado no decorrer do curso, enfim, me ajudou muito. Ter o conhecimento pessoal, pra mim, mas esse conhecimento, não guardar somente pra mim, mas fazer com que ele me ajude e ajude também outras pessoas a buscarem seus direitos. Então, tem me ajudado em questões, por exemplo, minha mãe, meu pai, quando precisa de [esclarecimento em] uma questão jurídica, então, eu já compreendo mais, então vou em busca. Se eu não consigo, aí eu vou em busca de pessoas que sabem mais, que estão há mais tempo nessa caminhada. Então, ajuda, né? (Entrevistado 4)

Por outro lado, essa inserção participativa tem uma dimensão especialmente importante para as mulheres, mas qualitativamente diferente dos homens. Muitas relatam como uma “saída para o mundo”, comparada a

Capítulo 5

uma vivência anterior mais restrita ao espaço privado e doméstico, como nos depoimentos abaixo:

A minha cabeça mudou rapidinho, porque é uma realidade que você vive! Se você não sai de casa, você não conhece o mundo! Quando você sai, a partir do momento que você sai, você vê o mundo diferente! (...) Porque você acha que o seu problema é o maior, existe no mundo só o seu problema. Aí você anda, você conversa, você participa... “Não, tem pessoas com problemas maior que o meu!” Então a gente vai se acostumando... E tentando ajudar um ou outro com aquilo ! (Entrevistada 5)

Bom, primeiro porque é interessante para as mulheres saber dos nossos direitos, sair um pouco de casa, da cozinha, porque é muita dedicação e eu senti essa necessidade de me conhecer, conhecer o “ser mulher”, que a mulher não está só pra se dedicar à cozinha, filhos e marido. Mas ter a nossa vida também e isso que me despertou essa curiosidade. (Entrevistada 9)

[Foi importante] Sair de casa, de me liberar, sabe, de ganhar a rua mesmo, de fazer alguma coisa por alguém, você não fazia porque não tinha conhecimento, não tinha oportunidade... Hoje não, eu já tenho o conhecimento, a oportunidade, hoje você já não se sente tão impotente. (Entrevistada 14)

Esse encontro com um novo mundo, antes desconhecido, pode ser entendido como um resultado não esperado da experiência formativa do curso de juristas: não se trata somente de uma ligação de *frames*, mas de uma transformação de crenças, de maior valorização do estudo, do conhecimento e da formação para qualificar suas intervenções como cidadãos e militantes. Não se torna, no entanto, uma transformação de *frame*, pois os aspectos que levam a adesão às lutas de Direitos Humanos não são essas: são repercussões na vida individual dos entrevistados que potencializam a atratividade do engajamento nessas lutas. O que potencializa essa adesão a novos valores e crenças é justamente a possibilidade da melhora das condições de vida e ascensão social; essa melhora é resultado tanto de uma qualificação técnica (conteúdos ministrados, conhecimento sobre leis e direitos e até a melhora de competências de leitura e escrita, em alguns casos), como da expansão das relações políticas, com a criação de laços com diversos outros grupos.

5.4. A participação na Igreja Popular

A maioria dos entrevistados apontou uma participação anterior ativa na Igreja Católica. Como já mencionamos (itens 2.3.1. e 3.1.), o episcopado de Dom José Maria Pires (1957-1995), e de seu sucessor Marcelo Carvalheira (1996-2004), contribuiu para a formação de uma Igreja Católica fortemente progressista no estado da Paraíba, com marcada atuação das CEBs e da CPT/Comissão Pastoral da Terra¹³⁷. No entanto, atualmente quase todos relatam diferenças com a Igreja e, não raro, abandonaram o trabalho que realizavam. De maneira velada ou mais explícita, os entrevistados apontam a mudança da Igreja “comunitarista, mais pé-no-chão”, no dizer de uma entrevistada, para uma Igreja Carismática, que é só “louvar e cantar”:

Aqui tinha um padre muito bom, que era pároco da comunidade, (...) era uma pessoa muito prestativa, mas foi quando esse bispo aí entrou, Dom Aldo Pagotto¹³⁸, começou uma reviravolta na Paraíba, tirou ele de lá, e ele mesmo quis sair. Ele era uma pessoa que apoiava muito a luta da gente. (Entrevistado 7)

Mas eu acho a igreja... Eu, pelo menos, acho a Igreja daqui muito fraca. Porque o padre vem de fora e vem de mês em mês, de quinze em quinze dias. (...) Quando não vinha um padre que faz parte da luta da terra, a gente nunca tinha missa, se quisesse ir na missa tinha que se deslocar para outra comunidade... (Entrevistada 5)

A Igreja Católica que a maioria esmagadora dos entrevistados frequentou era bem diferente. Os mais de 40 anos de episcopado progressista trouxeram padres alinhados a essa perspectiva, que ofereciam uma outra maneira de vivenciar a religião católica, num período em que essa era a fé predominante no estado e no país¹³⁹:

A religião só tem sentido se for pra cuidar da vida, né ? Aí a gente se envolveu muito com essa questão de lixo, da vida do

¹³⁷ Ver, para a atuação dessa última na Paraíba, Mitidiero Jr, 2008.

¹³⁸ O atual arcebispo da Paraíba, dom Aldo Di Cillo Pagotto, ficou conhecido em todo o país depois de ter lançado um vídeo na internet contra a candidatura de Dilma Rousseff, por ela ter defendido, em 2007, o direito ao aborto (ARCEBISPO DE JOÃO PESSOA..., 2010). Também defendeu publicamente que religiosos não devem se envolver na política, em um estado que possui um deputado federal (Luiz Couto) e um estadual (Frei Anastácio) que são sacerdotes católicos ligados a correntes progressistas. No entanto, apesar de seu posicionamento, apareceu no programa político de Cícero Lucena, na época candidato ao governo estadual (ex-governador, preso por corrupção quando ocupava o cargo de Secretário do Planejamento da Paraíba) e defendeu sua posse no senado (ARCEBISPO TENTA..., 2010).

¹³⁹ Sobre a diminuição da população de confissão religiosa católica e as mudanças no perfil do clero nos últimos anos, ver Mayrink, 2011.

Capítulo 5

povo, a fome, a moradia, as escolas, essas coisas tudo, tudo isso a gente fazia já a articulação... (...) [No início] Tinha as irmãs da Igreja Católica e elas descobriram que a gente morava ali e começaram a “seduzir” a gente. Eu já tinha uma noção de Igreja porque a minha mãe era católica e levava a gente sempre na igreja. Naquele tempo a gente ia pra igreja uma vez por ano porque a gente morava num sítio. E com essa presença das irmãs fizeram com que a gente fosse se incluir na comunidade... não tinha onde a gente celebrar, celebrava embaixo do pé de árvore, na frente das casas. E eu dei muito trabalho no começo, porque elas começaram a pregar um estilo diferente, começaram a formar comunidade e eu estranhei um pouco. Os padres que vinham era tipo um... (...) um padre barbudo, com uma sacola nas costas. (...) Era estranho, eu ignorava aquilo, cigarro, fumando. E eu estranhei um pouco, teve uma vez que eu chamei o pessoal e disse “Vamos embora pra casa, isso aí não é doutrina que a gente recebeu!”. Mas as irmãs foram convencendo a gente e depois a gente passou a acreditar (...) eu estranhei aquela coisa, porque era acostumado a ir pra igreja só assistir missa, o padre fazia a celebração de costas para o povo, as mulheres com a cabeça coberta. Depois disso eu tive uma formação dada por eles para ser animador da comunidade. Eu fiquei um animador, assim, na questão de organizar a comunidade, e convocar pras reuniões, o que eu aprendia, procurava repassar pra eles. (Entrevistado 2).

Aí lá no [bairro de João Pessoa] tinha umas irmãs do Padre [xxx], que elas vieram da Itália, na década de 80, e desenvolveram um trabalho lá na questão da educação... Educação e Cidadania. E começaram a reunir as pessoas, que era uma área que era ocupada... era uma praça nessa época, parece que tinha uma praça. Mas como a Prefeitura nunca ligou em fazer praça, as pessoas começaram a ocupar... mais de quarenta famílias e destinaram um área lá para ser uma associação, um centro comunitário... (Entrevistado 1)

Eu participava da comunidade, mas desde a juventude eu participava da PJMP [Pastoral da Juventude do Meio Popular], que era uma organização nacional, mas era mais forte no nordeste por conta de Dom Helder, né, que foi inspirador e morava aqui pertinho em Recife, Então a gente tinha um grupo muito voltado para essa questão social. E eram formações muito boas. (...) A gente tinha a formação, que era a nível de Nordeste, e o objetivo principal era despertar a consciência do jovem para sua consciência de classe, né ? (...) [Participo da Igreja] Desde 88, eu era jovem... Foi aí que eu comecei e me apaixonei pelo trabalho social. Eu sempre gostei da igreja, mas não tanto da Igreja, de ficar rezando, mas estar atuando... Precisa de água ? A gente ia com o povo buscar, e gritar, essas coisas assim. Incentivar o pessoal, a gente ia em muita reunião em comunidade, principalmente na época que o bairro aqui era muito carente nas casas... o pessoal dizia assim “Era uma ‘fartura’ total... ‘fartava’ isso, ‘fartava’ aquilo !” [risos]. (Entrevistada 10)

Capítulo 5

Os organismos da Igreja sempre ofereciam formações e realizavam atividades, participação nas quais qualificavam essa participação como “ativa”. Para os entrevistados, participar não é só frequentar a missa ou fazer orações, mas participar da comunidade, realizar os cursos de formação e realizar “ações sociais” (que podem ser atividades de protesto ou de assistência, como a visita a doentes que não possuem famílias ou coleta e distribuição de alimentos para famílias em dificuldade econômica). Isto é, mesmo as atividades de cunho mais assistencialista e emergencial eram codificadas pela ótica da injustiça e desigualdade social. Assim, as necessidades e dificuldades cotidianas fazem o *master frame* de Direitos Humanos obter alta ressonância. Porém, seja pela mudança no interior da Igreja, seja por uma reflexão política própria, alguns entrevistados consideram não mais participar da Igreja, apesar de católicos, pois não participam mais “ativamente”:

Fui da igreja muitos anos. [...] Eu morava próximo a Igreja Católica, próximo a uma comunidade da igreja. Ai eu comecei muito jovem também, aos treze anos, eu já era coordenadora de um grupo de adolescentes, que eu comecei bem cedo na Sementinha [...] Aos treze anos eu fazia parte da Sementinha, da Mini Juf, que é a Juventude Franciscana [...] fui trabalhar no grupo de jovens (...) e foi quando eu entrei para coroinhas mulheres... Eu fui uma das primeiras coroinhas mulheres, a gente criou um grupo de coroinha, a gente organizava a Liga Paroquial. Aqueles coroinhas eram aqueles jovens que teriam que ter uma formação que a gente passava seis a oito meses tendo aulas teóricas, aqueles cursinhos, e tal, até chegar ao ponto de servir ao padre, era uma coisa bem intensa. Participava também do CPJ, que era o Conselho Paroquial de Juventude. Fiquei na igreja católica até os dezenove anos ativamente. Mas ai quando a gente vai conhecendo outros espaços, vai se afastando, vendo o que é certo e o que é errado, algumas coisas que a gente concorda, discorda e vai se afastando um pouco mais. Hoje eu assisto missa de vez em quando. Ainda sou católica, mas antes eu era bem beata, hoje eu não acho que religião salva, o que salva é a sua fé. (Entrevistada 13)

Minha atuação nos movimentos sociais começou ainda muito jovem aos quinze anos quando iniciei minha caminhada na PJ, Pastoral da Juventude. Depois aos dezesseis anos iniciei um trabalho numa entidade missionária que promove missões em todo Nordeste... (...) Aos dezoito anos, voltei a João Pessoa e continuei envolvido nas experiências missionárias na arquidiocese da Paraíba e cursei o ministério missionário. Durante esse período, fiz experiência vocacional com algumas congregações religiosas em busca de minha vocação. (...) As

Capítulo 5

experiências que tinha tido até o presente momento era voltado para o social e por conta disso procurava uma congregação mais ativa no meio do povo, ou seja, que trabalhasse diretamente com o povo e não uma realidade de convento. Em 2003 tive o contato com os missionários [xxx], trata-se a primeira vista de uma congregação voltada para um trabalho mais social (...). Com o passar dos tempos, acompanhado de muitas crises de fé e vocacional, passei a desacreditar das verdades que trazia comigo, fruto também dos meus questionamentos e a filosofia me ajudou muito nos questionamentos de tais verdades, verdades estas que tinha seu alicerce na Moral Católica. Num primeiro passo passei a não acreditar em nada do que ouvia ou dizia, quando me dirigia à comunidade de fé, seja para catequizar ou participar dos cultos, nada daquilo fazia sentido para mim. (Entrevistado 4)

O que se depreende, por outro lado, desses depoimentos, é a associação da participação ativa na Igreja e do engajamento em lutas coletivas. Os conteúdos das formações deixam transparecer um forte conteúdo da chamada Igreja Progressista, ou até mesmo, da Igreja da Práxis Libertadora ou simplesmente Igreja Libertadora (ver nota 66), influenciada pela perspectiva talvez mais radical que se poderia encontrar nessa instituição, a Teologia da Libertação. O conjunto de valores e crenças cultivados por essa Igreja Progressista é a base sobre a qual será construída a ligação de *frames* entre as lutas sociais em que estão envolvidos os juristas populares e o da FMMA.

5.5. “Direitos Humanos é tudo”

O curso de Juristas Populares é empreendido, como já fartamente exposto, por uma organização de defesa de Direitos Humanos, a FMMA. Já consideramos, em capítulo anterior, Direitos Humanos como um *master frame* orientador de diversas lutas sociais, aglutinador de diversos movimentos. Também consideramos de que forma a FMMA construiu um *frame* próprio de Direitos Humanos, e os temas e lutas desenvolvidas de acordo com esse *frame*.

Nesse item, consideraremos um *frame* interpretativo extraído do conjunto de entrevistas realizado, apontando como esse *frame* se liga ao *frame* da FMMA e ao *master frame* de Direitos Humanos.

Conforme capítulo 3, a noção sobre os Direitos Humanos é sempre bastante abrangente. A FMMA, no interior desse *master frame*, alinou-se a

Capítulo 5

determinadas temáticas, que podem ser resumidas, grosso modo, àquelas que podem ser chamadas de demandas coletivas, num sentido muito próximo ao entendimento jurídico de direitos difusos e coletivos.

No caso específico dos juristas, essa noção também possui essa mesma característica, no discurso dos quais a palavra “tudo” é recorrente. Todo o trabalho social realizado antes do curso é agrupado e definido na defesa dos Direitos Humanos, promovendo o alinhamento dos *frames* individuais dos participantes do curso e daquele que a FMMA promove e defende. Isso ocorre, muitas vezes, com o alinhamento de valores defendidos tanto na atuação político-social como em âmbito pessoal:

Então, nós vimos muita coisa! Direito civil, direito penal, vimos tudo, tudo, tudo, enfim, direitos humanos... ! Foi um aprendizado que foi muito bom, ta sendo muito bom pra minha vida, mudou a minha vida, mudou o meu comportamento como pessoa... Porque, se eu respeito seus direitos, então são os Direitos Humanos ! E eu aplico muito na minha casa, entre meus filhos, o respeito ao ser humano. Então, a gente tem que começar de casa, o respeito entre nós, entre eu e meus filhos, entre meus filhos e eu. Ai, daí, eles vão fazer isso também, lá fora, com os amigos, com quem eles encontrem pela frente. (Entrevistada 8).

Então, eu participo de muita coisa, muita coisa mesmo... porque, o nosso carro-chefe é defender direitos humanos. Então, direitos humanos tem o quê: tem direito da criança, da mulher, do idoso, temos área quilombola, do índio, do homossexual, da cidade, da questão de moradia... (Entrevistado 11)

Mas aí, na Igreja eu vi um aviso dizendo que se as pessoas quisessem ser voluntárias o Centro [xxx] estava precisando de pessoas. Então, me aproximei do Centro, e na curiosidade de saber o que era Direitos Humanos [risos]. Ai comecei me envolvendo, comecei a ficar junto com a secretária, que também era uma jurista popular, era da primeira formação, em 2000, um trabalho que antes era só um trabalho de galpão e graças a Deus, foi tomando maiores dimensões... e ela comentava assim “Eu fiz o curso de jurista e você já faz esse trabalho mas não sabe o que é [Direitos Humanos], mas se quiser se aprimorar e conhecer o que é...” (Entrevistada 10).

Dessa maneira, a ligação de *frame* é realizada entre o *master frame* de Direitos Humanos e as lutas anteriores em que se está envolvido. Essas são as lutas coletivas, valor cultivado anteriormente pela Igreja Progressista e que ocupa lugar importante também no *frame* da FMMA. Na prática, como vimos no Capítulo 3, pode-se constatar a eleição de certas lutas, que atingem os grupos

Capítulo 5

definidos como aqueles em situação de desigualdade e injustiça, em geral, os mais desprivilegiados e pobres da sociedade.

A luta coletiva é vista pelos juristas de maneira muito positiva, associada a eventos marcantes, narrados com grande satisfação pessoal pelo envolvimento nessas coletividades:

Foi quando a gente procurou a Fundação, procuramos o [deputado estadual]; procuramos a Fetag¹⁴⁰, e gente lutou muito. Quando a gente chegou na Fetag, com o Dr. [xxx], ele marcou pra gente falar com o governador. E chegou lá, foi muitos moradores, a gente fez um grupo de pessoas e foi pra lá. Foi quando ele mandou um documento pra Interpa¹⁴¹, pedindo pra que isso fosse resolvido. Aí veio a Interpa, marcou encontro, era até um movimento muito bonito, ah, eu gostava demais ! Reunia muita gente... Eu gostava tanto ! Mas era aquela coisa: tava muito parado... Enquanto tava parado, o proprietário tava aqui negociando com o povo, fazendo pressão, pras pessoas aceitar a casa, pra nossa causa não ter êxito... E, vamos pra Interpa, e falava com o presidente da Interpa e falava com o povo lá... (Entrevistada 6)

Eu não tinha noção disso, de questão de lei, de sindicato, de “Direito dos trabalhadores”, eu não tinha noção de nada disso. Eu trabalhava na roça, de lá vim pra construção civil. Pra mim a ordem do patrão era primeira e acabou, né? Aí quando eu comecei a participar do sindicato, aí eu comecei a saber, né, que nós tinha algum direito... (....) Eles [sindicalistas] passavam nos canteiro de obras conversando com a gente. [...] a primeira greve que aconteceu, foi um sucesso esse movimento... Eu me lembro de uma vez, nós reunimos os trabalhadores do sindicato e fizemos uma passeata, por lá pela Lagoa, demos a volta pra sair na [loja] Eletropeças, e quando os caras lá da Eletropeças viu a gente passando, ligou aquela música que dizia “Caminhando e cantando”, e veio muita gente com a gente... Foi uma loucura, aquela época. E a gente fazia muitos cursos no sindicato, participei de muitos encontros e negociações. Na época era o Ciço Lucena que era o presidente do sindicato dos patrões. Depois, com o tempo, deixei a construção civil fui me afastando (Entrevistado 2)

E a gente articulava o povo, ia nas casas, visitava. E aí, com a questão de juristas, foi procurar mais as questões legais, quais órgãos a gente devia procurar, indicar pras pessoas. E assim, hoje o pessoal diz que a gente morava em duas Santa Rita, que da BR pra cá era uma coisa, da BR pra lá é outra... E dessa grande área que é Tibiri, a gente, graças a Deus, tem muita gente que atua nessa questão social, mas mesmo tendo essas pessoas, a gente tem uma deficiência muito grande,

¹⁴⁰ Federação dos Trabalhadores Agrícolas da Paraíba.

¹⁴¹ Instituto de Terras e Planejamento Agrícola.

Capítulo 5

precisa de mais gente... é como naquela música “A gente vai precisar de todo mundo” [risos] Pois, é, eu amo aquela música, sempre me remeto a algumas frases dela, eu acho muito interessante... (Entrevistada 10)

De fato, a letra da música “O Sal da Terra”¹⁴² é uma referência cultural interessante, pois faz alusão a um conjunto de elementos que compõem o *frame* de direitos humanos no conjunto dos entrevistados: a luta contra a opressão e as desigualdades sociais, o engajamento coletivo, a rejeição ao modo de produção capitalista, o pacifismo e o ambientalismo.

O *master frame* Direitos Humanos serve, portanto, para o alinhamento entre esse *frame* global e os *frames* organizacionais e individuais, mas, para o dia a dia das lutas, é extremamente abrangente e vago, precisando de uma base mais definida. Pudemos coletar, com base nos relatos, diversos conflitos e lutas nas quais os juristas estiveram envolvidos, antes e depois do curso: luta por moradia; melhoramentos urbanos (transporte coletivo; abastecimento de água); luta por posse de terra (usucapião rural); direitos trabalhistas. Nesse espectro, boa parte delas foi reunida na temática do meio ambiente, o que tornou essa a principal linha de atuação da Rede de Juristas nos últimos anos, se alinha a diversos valores dos entrevistados, como veremos a seguir.

5.6. Meio ambiente

O tema do meio-ambiente, assim denominado pela FMMA e pelos juristas, é recorrente e defendido com ardor por muitos entrevistados. Um deles explica, de forma geral, como a questão foi escolhida como principal foco da Rede de Juristas:

Porque nós vivemos no meio ambiente, então tudo está relacionado com o meio ambiente... se é Bayeux tem a questão

¹⁴² Trata-se da música “O Sal da Terra”, composta por Beto Guedes e Ronaldo Bastos: “Anda! / Quero te dizer nenhum segredo / Falo nesse chão, da nossa casa / Bem que tá na hora de arrumar... / Tempo! / Quero viver mais duzentos anos / Quero não ferir meu semelhante / Nem por isso quero me ferir / Vamos precisar de todo mundo / Pra banir do mundo a opressão / Para construir a vida nova / Vamos precisar de muito amor / A felicidade mora ao lado / E quem não é tolo pode ver... / A paz na Terra, amor / O pé na terra / A paz na Terra, amor / O sal da... / Terra! / És o mais bonito dos planetas / Tão te maltratando por dinheiro / Tu que és a nave nossa irmã / Canta! / Leva tua vida em harmonia / E nos alimenta com seus frutos / Tu que és do homem, a maçã... / Vamos precisar de todo mundo / Um mais um é sempre mais que dois / Prá melhor juntar as nossas forças / É só repartir melhor o pão / Recriar o paraíso agora / Para merecer quem vem depois... / Deixa nascer, o amor / Deixa fluir, o amor / Deixa crescer, o amor / Deixa viver, o amor / O sal da terra.

Capítulo 5

da Mata do Xem-Xem, tem a questão do esgoto, tem a questão do saneamento ambiental; se é João Pessoa é o mesmo problema, se é Santa Rita é o mesmo problema. Então decidimos trabalhar a questão do meio ambiente, em preservar o meio ambiente. Porque são problemas que estão relacionados a todos os núcleos. Houve um trabalho com a feira de Bayeux, que fica no lixo; houve um trabalho com a questão dos rios; houve trabalhos anteriores e a gente disse... “Não, então vamos trabalhar o meio ambiente, porque tudo isso está relacionado ao meio ambiente!”. (Entrevistado 1)

Uma série de questões relacionadas à preservação ambiental (no caso, a poluição e preservação de trechos de mata localizados no perímetro urbano) é associada às necessidades mais cotidianas e relacionadas à infraestrutura urbana e à qualidade de vida nos bairros em que vivem, sendo codificadas sob a rubrica do “meio-ambiente”. Assim, associam-se as lutas coletivas comunitárias a uma questão mais global, à “defesa do planeta” e à sua não destruição. Se o impulso inicial é o abastecimento de água e a qualidade do seu tratamento, no decorrer do processo ativista, novas lutas são acrescentadas, como o combate à poluição dos rios que cortam as suas cidades, a discussão sobre o descarte, a coleta e a reciclagem do lixo, a educação ambiental nas escolas e por aí vai. O primeiro depoimento, abaixo, é de um jurista cujo bairro lutou dezesseis anos pelo abastecimento de água encanada, o que ocorreu no final da década de 1990. O segundo depoimento é de jurista que mora em bairro com problemas de falta de infraestrutura urbana:

Mas aí a gente viu que era preciso a gente fazer alguma coisa! Aí, pensamos em fazer um trabalho sobre o meio-ambiente, né? Começou fazendo caminhada, por todos os cantos, a gente alugava um carrinho de som, desses pequeninhos que empurra com a mão, pra fazer as caminhada da gente. E com panfleto, orientando, como devia separar o lixo, a importância que tinha da gente cuida do lixo (...) era muito interessante também... (...) (Entrevistado 2)

O meu trabalho como Jurista, eu acho que é mais na área ambiental porque hoje eu tenho uma paixão com a questão do meio ambiente. Para preservar o meio ambiente temos que mudar as nossas atitudes, coisas simples e corriqueiras do dia a dia, dar exemplo porque exemplo fala mais que mil palavras. Jogar um copo no coletor, estar sempre cuidando desse meio ambiente porque é um patrimônio nosso. (...) Minha motivação mais foi a questão das injustiças, sabe ? Eu moro em um bairro que tem mais de 30 mil habitantes e um bairro perto da cidade que falta tanta coisa, tanta coisa ! Com isso eu fiquei indignado e essa indignação nos motiva a participar e a conhecer, para

Capítulo 5

poder melhorar a qualidade de vida. (...) Porque a gente vê tanta coisa, tanta destruição e tanta violência contra o meio ambiente e a gente se sente indignado com essas coisas (...). Me senti com a obrigação de cuidar e contribuir. (Entrevistado 1)

Um tema que se associa à temática ambiental, e que é muito importante e simbólico para a região nordeste, é a água. A região metropolitana de João Pessoa encontra-se na Zona da Mata (ver nota 48), região extremamente úmida e de solo fértil. Porém, a capital e seus arredores sofre ainda com as falhas no abastecimento de água, cuja qualidade do tratamento também foi colocada em dúvida em diversas ocasiões, em conversas informais. Esses problema têm sido alvo de diversas incursões à Cagepa/Companhia de Água e Esgotos da Paraíba, com a promoção de “rodas de conversa”¹⁴³ e audiências públicas. A importância da água, ainda que em uma região muito úmida, se faz emergir os valores culturais associados à seca:

O curso de juristas mudou minha cabeça em vários sentidos, mudou mesmo. Por exemplo, essa parte daqui era do proprietário. Então, eu tinha noção de como a gente ia desocupar a terra dele, eu cortava todo o tipo de árvore! Eu fui pra um congresso em Minas, não vim com essa cabeça mais: o que a gente puder fazer, a gente faz pra plantar um pé de árvore! Porque a gente vai se acabar pedindo água e não vai ter água pra gente beber! E eu passei pra minha comunidade aqui: o que a gente puder plantar de árvore, a gente planta. Porque o clamor do povo lá fora, é feio! Hoje em dia a gente luta por terra, amanhã a gente vai lutar por água! Brigar mesmo, matar! (Entrevistada 5)

Então, ainda persiste essa luta, a favor do meio-ambiente, que é a nossa vida, e eu só paro de defender o meio ambiente quando eu morrer. Porque tem gente que diz que o bem maior é o dinheiro. Pra mim, o bem maior é a água! O bem maior que a gente tinha aqui! Porque as cacimbas que a gente tinha aqui, antigamente a gente tinha as cacimbas de tomar banho, de dar aos animais. Cacimba que a gente fazia nas macaibas, sabe o que é macaíba? É aquelas árvores que tinha ao redor da lagoa¹⁴⁴, aquelas palmeiras. Então a gente tirava, serrava... E fazia a cacimba. E ela filtrava a água. E a gente nunca adoeceu de água com as cacimbas. E essa água da torneira... Deus me livre ficar sem essa água, mas eu digo... Eu não acostumo ! Eu

¹⁴³ Essa é uma expressão comum, significando reuniões informais para discussão e solução de conflitos entre as partes (geralmente, segmentos da população e autoridades públicas). É curioso notar que “roda” é um termo muito utilizado para danças típicas da região, como o “coco-de-roda”.

¹⁴⁴ A “Lagoa” é como os habitantes de João Pessoa e região costumam chamar o grande lago que se situa no Parque Sólon de Lucena, no centro da cidade.

Capítulo 5

me acostumei tanto com água de cacimba, que eu não me dou com essa água. Tem um cara lá em cima que tem cacimba, a gente pega água lá, pra gente tomar banho e beber. (Entrevistado 7)

O constante receio da iminente escassez de água é conectado, portanto, a um *frame* ambientalista, que liga a preservação da água a todo um conjunto de medidas e comportamentos para a preservação do meio ambiente. Em razão da presença de valores e crenças positivos sobre a “natureza”, ligado diretamente também à ideia de campo e de seus habitantes. A presença de hábitos e costumes rurais permite uma associação positiva com a natureza-campo, tornando perversa sua exploração. Valores cultivados longamente pela Igreja progressista, que tem restrições à exploração da terra para o lucro, em detrimento da exploração coletiva da terra (REIS, 2010) (em contraposição à produção de subsistência) e as desigualdades geradas pela concentração da terra pelos “ricos” possibilita conexão dos *frames* dos juristas e do ambientalismo:

Aí quando ele faleceu, tinha os herdeiros, que como não suaram pra conseguir a terra... [risos] começaram a vender... (...) Foi na época de Sarney, o pessoal tava vendendo suas terras, suas granjas, pra botar o dinheiro no banco. Eu me lembro como hoje... Vendiam muito. Era, na época da inflação, que eles vendiam e botava mil contos, dois mil contos no banco. Hoje em dia, quem vendeu, foi pra baixo, quem comprou, foi pra cima... Porque o Collor de Mello prendeu todo o dinheiro do pessoal. [risos] O rico danou-se! O pobre também, mas o rico foi mais... Hoje em dia, graças a Deus, teve morador aqui, que fez esforço na vida que vive melhor do que eles [os antigos proprietários]. Naquela época, os ricos eram eles! Graças a Deus, com esforço na vida, teve gente aqui que passou vinte anos no mar, que hoje mora em casa deles, comprou terra até lá em cima. Eles [os proprietários] venderam tudo. Nasceram em berço de ouro, não sabem o valor da terra. (Entrevistado 7)

Nesse sentido, pode-se afirmar que a ligação de *frame*, processo mais básico de alinhamento, se dá no abrigamento das diversas lutas sociais nos quais estão envolvidos os juristas. No entanto, a maior parte dessas lutas acaba por codificada a partir da temática ambientalista, em um processo de amplificação de *frame*: pontos defendidos pela FMMA são clarificados e revigorados, preenchendo lacunas de valores e crenças a respeito da ideia de natureza; porém se por um lado, há uma crença de que a natureza deve ser

protegida, ainda não havia conexão com a idéia mais global de meio ambiente. A defesa deste também é feita tanto pela ligação entre natureza e meio-ambiente, como pela aproximação entre meio ambiente e o “ambiente” em que habitam¹⁴⁵. Nesse sentido, a problemática da água, da terra, da pobreza e da falta de infraestrutura urbana é explicada por meio da introdução de explicações mais globais, introduzindo também mudanças de determinados comportamentos: “...O meio-ambiente tem que ser preservado! Ninguém sabe pegar as coisas, joga tudo... e tudo é conhecimento que a gente adquiriu, através da Fundação, depois desse curso... porque não sabia, a gente jogava também o lixo.” (Entrevistada 6).

5.7. Gênero, feminismo e outras questões

Atualmente, gênero é um termo disseminado e muito conhecido pelos ativistas de diversos movimentos sociais e até pela sociedade em geral. Como já vimos, surge como uma categoria de análise, desenvolvida por feministas acadêmicas para colocar em evidência as questões das mulheres, em especial, para combater a ideia de naturalização, com base no sexo, das desigualdades entre homens e mulheres.

No conjunto dos entrevistados, a discussão dos temas ligados ao *master frame* de gênero, como o definimos, está longe de ser pacífica. Todos conhecem o assunto, já que passaram pela oficina de Gênero no curso de juristas. A defesa dos pontos relacionados a esse *master frame*, no entanto, variam muito, isto é, há adesão a determinados pontos nele defendidos.

Em primeiro lugar, há que se destacar que a noção de gênero está associada, para a maioria, às questões das mulheres. Violência doméstica, trabalho doméstico e o machismo dos homens são frequentemente citados quando se pergunta sobre gênero:

Porque, na verdade, os homens são muito machistas! Eles achavam que as mulheres só tinham direito a ficar em casa, cozinhando pra eles a hora que eles chegassem! Mas na verdade não é assim! Os direitos são iguais! Se você participa

¹⁴⁵ Vale a pena ressaltar as feições rurais da capital João Pessoa, em especial das periferias, e das cidades da sua região metropolitana, nas quais seus habitantes convivem com matas urbanas, rios ainda vivos, além de possuírem costumes ligados à vida rural, como o cultivo de hortas e criação de galinhas e cabras.

Capítulo 5

de uma coisa... Hoje eu tenho um homem, que quando ele veio morar comigo, ele não lavava a roupa dele não! Como é que pode, rapaz? Se tu vai prá maré pescar, eu vou pescar, se tu pega o cabo da enxada, eu pego o cabo da enxada também ! E porque em casa a gente não vai dividir? “Não, porque eu sou macho!”. Eu também sou uma mulher! O cabra diz “Eu sou homem!”, eu digo “E eu sou uma mulher! Se você tem direito de sair a um bar pra beber, eu também tenho direito!”. “Não, mas não pode!” Eu digo assim “Como é que eu vou ficar ?”. É machismo, é machismo...

- Mas você já pensava assim antes [do curso]?...

Não, eu achava que não, que se o homem dissesse que tava certo, você tinha que apoiar... (Entrevistada 5)

Como não poderia deixar de ser, em razão de tudo que expusemos nesse trabalho, a consideração das lutas coletivas é um elemento importante para a adesão a questões relativas a gênero. O trecho abaixo dá a dimensão de como se dá a conexão entre a luta coletiva e as questões de gênero:

(...) e também discutimos sobre o movimento, né? Movimento... o grupo de mulher. A [militante feminista] incentivou: “Vamos formar um grupo de mulher?” No grupo de mulher surgiu o grupo de coco de roda. A mestre é a [xxx], de 93 anos. Mas mesmo assim, ta tendo. Mesmo domingo teve uma apresentação, não foi? Teve o grupo de artesãs, tem três mulheres que fazem trabalho com as conchinhas e mariscos, fazem trabalhos de bonecas de tecido, tem também uma/duas que trabalha com comida típica, dona [xxx] e parece que [xxx], né? Foi enviado projeto e foi aprovado e vem recurso e... tão assim. A gente aproveita o movimento, o incentivo... É porque, fica um grupo assim solto... Eu pensei, no início, eu pensei que tinha que ser um grupo registrado... “você faz parte do grupo de mulheres” – “Faço” – “então vamos registrar?”. Mas não é ! Assim, vai quando quer... É, e a gente vai [nas reuniões] se arrastando... Mas como dizia Margarida Alves: “Morrer na luta, mas nunca deixar de lutar!” A gente que ta assim, trabalhando, quase se arrastando, mas se parar... é pior ! (...) Também [é importante a] Lei Maria da Penha ! Ta acontecendo, violência contra a mulher, abuso de crianças e adolescentes... As mães precisam ter conhecimento, que você tem direito a uma punição! (Entrevistada 6)

Nesse caso foram formados grupos, nos quais as questões associadas a gênero são vinculadas a problemas cotidianos a serem enfrentados: a geração de renda, violência contra a mulher, porém, não está claro para a entrevistada suas estratégias (embora os temas a interessem). A formação de grupos e sua conexão com lutas das mulheres ficam nebulosas para a entrevistada: o encontro para falar de suas vidas “como mulheres” não ocorre. Isso é

Capítulo 5

importante porque, historicamente, é uma estratégia comum para o feminismo os grupos de “autoconsciência”¹⁴⁶. Interessante notar como a violência contra as mulheres passa a ser um tema de luta mais importante a partir da Lei Maria da Penha - o *master frame* dos Direitos Humanos, altamente operado pela lógica jurídica, passa a ter um marco legal, uma referência tangível para sua defesa.

Entre os entrevistados, tanto homens como mulheres, a compreensão do que trata o termo “gênero” é geral: no interior de um *frame* de direitos humanos, a ideia fundamental retida é que há uma desigualdade entre homens e mulheres, apesar de sua igualdade formal de direitos. Uns se referem a ela de forma mais enfática, outros de forma mais evasiva, mas ninguém se furta a discutir essas questões, compreendendo, de forma geral, as causas e consequências das questões. Os dois depoimentos dos entrevistados abaixo demonstram isso, inclusive com críticas ao comportamento masculino:

Eu coordenava um grupo que participavam mais de 70 idosos. Era um grupo para discutir seus problemas (...). Então não tinha aqui no nosso bairro um grupo de idosos. E a sua grande maioria eram mulheres, só tinha dois idosos. É uma dificuldade o homem estar participando dessas coisas, isso é normal, acho, que no Brasil todo... Porque os homens não vão? É uma questão cultural e isso não se resolve do dia pra noite, não... (...) Os homens continuam sendo os mesmos, não querem participar, acham que não tem necessidade, que é uma besteira, não tem essa vontade de participar... Foi com muito trabalho, mas muito trabalho mesmo, que conseguimos envolver dois idosos... E foi até com a ajuda da própria esposa ! A esposa que levou, ele não queria participar e hoje ainda permanece participando, ele e a esposa dele. E o outro que participava hoje já é falecido... (Entrevistado 1)

A diretoria [do sindicato] tem mulheres, tem mulheres. Temos quatro atualmente. Nós queríamos colocar mais mulheres, até porque a CUT, no estatuto da CUT, ela garante 30% de mulheres, nos encontros. E é preciso ter mulher nos sindicatos. Mas as mulheres... E... (hesita) elas ainda assim... Porque a mulher... Ela tem jornada dupla. A gente tem que entender isso, que assim, eu converso muito com as companheiras, no local de trabalho, e a gente, na amizade evidentemente, elas acabam falando do dia a dia delas, com a gente. Porque elas trabalham o dia e, às vezes, quando chegam em casa, aí vão cuidar de comida essa coisa toda, fim-de-semana vão ter que lavar roupa...e isso toma muito tempo. Se nós temos oito horas

¹⁴⁶ Para o Brasil, ver, por exemplo, Goldberg, 1988. Para os EUA, Taylor e Van Dike (2004).

Capítulo 5

de trabalho, pode contar que as mulheres elas tem dezesseis horas pra lá, viu? Porque a mulher é isso! Porque os homens, eu diria até, os brasileiros, não vou nem dizer os nordestinos, mas não sei se nos outros estados são assim, mas o machismo é muito grande, né? Mesmo trabalhando os dois, o cara não cai em si que cara tem que dividir as tarefas de casa... Porque uma coisa é trabalhar os dois. Trabalhando os dois, evidentemente, quando chega em casa, os dois tem que fazer. Porque também deixar só pra mulher também, ela vai ficar sobrecarregada. Se no sindicato a gente defende a redução da jornada, como é que a gente vai estender a jornada pra companheira? Fica meio complicado isso. (Entrevistado 3)

Um dos entrevistados, entretanto, associou principalmente a questão de gênero para a compreensão da questão para a sexualidade e a orientação sexual. Ainda que a questão seja o “masculino-feminino”, deslocava-se, no entanto, de um entendimento de gênero que costuma colocar a relação heterossexual homem-mulher como central:

O que me chamou mais atenção... foi a questão de gênero, me chamou atenção da maneira que ela passou... políticas públicas, também... políticas públicas, gênero, direito do consumidor, código civil, código penal... De gênero, a questão de feminino e masculino, o direito, né? Das pessoas mesmo terem esse direito de decidir o que quer ser, esse direito que é da gente mesmo, de decidir se você é ou não é, se você quer ser ou não quer ser. Das suas escolhas, esse direito de decidir as nossas opções. (...) E a questão de gênero é uma questão, primeiramente, de respeito, você tem que respeitar essa diversidade, esse gênero, esse direito de escolha, de decidir, de orientação de cada um. (Entrevistado 1)

Durante a vivência com as reuniões da Rede de Juristas, não encontrei ativistas dos movimentos LGBTTT, embora tenha notícia de que tenham feito o curso. Fica o dado, portanto, de que pode haver entendimentos sobre gênero que diverjam da questão da igualdade e das relações entre homens e mulheres, não captados com maior ênfase por essa pesquisa, o que faz supor redes de relações diferenciadas e apartadas entre a Rede de Juristas e os movimentos LGBTTT.

Em relação a casos de violência contra a mulher, questão importante na região da Grande João Pessoa¹⁴⁷ e uma preocupação constante dos

¹⁴⁷ Sabe-se que a violência contra as mulheres é uma questão grave em todo o Brasil e América Latina. Devido ao seu caráter privado, é de difícil denúncia, e, portanto, as estatísticas de denúncia nem sempre são os meios mais confiáveis de medição do fenômeno, mas sim, de um maior encorajamento dessas, o

Capítulo 5

movimentos feministas e de mulheres, é visto, muitas vezes, como uma questão “com a qual não se deve meter”, ainda. O primeiro depoimento é de liderança de um bairro pobre e afastado do centro de João Pessoa, com problemas básicos de infraestrutura, não possui esgotamento sanitário nem calçamento das ruas:

A nossa questão da mulher aqui é não pegar causa de ninguém. Nossa questão aqui é capacitação, instrução. Se você for pegar caso aqui, você vai ficar doidinho. Aí você tem que jogar tudo pro lado. Aí você atende a mulher, o marido fica com raiva. A gente teria que pegar e fazer uma coordenadoria de mulheres, se fosse o caso.

- Mas não tem casos...?

Muito difícil. Outro dia chegou aqui uma mulher, querendo fazer inscrição pras casas¹⁴⁸, que ela mora em uma área de posse. E ela mora em um quartinho e cozinha, bem na beira da mata. E essa mulher tem quatro filhos com esse rapaz. E esse rapaz bate nela, humilha ela, diz que vai botar ela fora de casa. E dizendo que queria ganhar também uma casa. Então você faz a inscrição e tal. Na hora lá a gente explica. E ela contou que viveu em orfanato e tal... E vive muito mal. Quando foi agora, veio aqui pegar macaxeira... ela tava grávida de três meses do marido ! Então, como é que você vai dizer pra ela pegar a casa, deixar o marido e viver noutro canto, se ela mesma se sujeita a esse tipo de coisa ? (Entrevistado 11)

Tem coisas que como jurista a gente não pode fazer, a gente só orienta, né ? Tinha outro caso assim, a menina que separou, o marido bateu nela, e ela queria ir pra justiça. Antes de ir com ela pra falar com o juiz, eu descobri a infidelidade dela. Todo o problema era uma questão de infidelidade dela com o marido. Aí eu recuei, eu digo “não, nessa aí eu não vou entrar”. E o rapaz, também, era filho de uma pessoa que tava participando da [organização de mulheres]. A mãe dessa senhora, que tava com esse problema com esse marido também era da mesma organização. Porque eu ia me meter... As duas eram de lá. Aí eu disse “não, vocês resolvam, eu estou sem condição de entrar nessa questão”. Aí eu fui muito sincera com elas.

que pode ser atribuído a políticas públicas de apoio, como casas-abrigo, centros de referências de atendimento etc. Um levantamento que relacionou o número de denúncias com a população feminina, colocou Paraíba com um índice de 114 ligações ao Disque-Denúncia a cada 50 mil mulheres, próximo ao de São Paulo (112 por 50 mil). No ranking dos estados, isso colocaria Paraíba em 19º e São Paulo, em 21º (DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA..., 2010). Porém, em contato com ativistas da questão, pude ouvir inúmeros casos de violência, inclusive assassinatos, tanto de mulheres, como de homossexuais.

¹⁴⁸ O entrevistado é fundador e dirige uma entidade na periferia de João Pessoa. Essa organização, entre outras inúmeras atividades, realiza inscrições para interessados em moradia, resultado de parceria de um movimento de moradia com programas oficiais. Por vezes, também distribui alimentos, que recebe por meio de esforço de captação de doações nesse sentido.

Capítulo 5

Porque tem coisas que como jurista você não pode entrar não.
(Entrevistada 8)

Esses depoimentos mostram a dificuldade de penetração das questões de gênero, mesmo, ou especialmente, em situações de violência contra as mulheres. O segundo depoimento é ainda mais surpreendente, por se tratar de entrevistada que inicia sua atuação em uma organização de mulheres. Ainda assim, podemos constatar que as questões do privado são amplamente codificadas como situações em que não se deve “meter a colher”, como dizia o velho ditado popular. A moralidade conservadora no que diz respeito à sexualidade, ao casamento e à família é um impedimento claro à adesão às questões de gênero. Isso ocorre e convive com valores políticos de esquerda, e, portanto, progressistas, uma síntese operada em grande parte pela Igreja:

E eu defendo a pessoa humana. Então, eu primo pela igualdade. O homem merece ter o respeito e a dignidade tanto quanto a mulher. Não é a toa que diz assim: “Deus fez o homem e a mulher” Ai tem aquela história lá que diz que tirou da costela. Eu não sei se tirou ou não tirou..., mas como se fosse uma coisa que não ia fazer falta... Não! A gente pode pensar também essa história da costela como pensando também a questão da igualdade, do estar lado a lado, do complemento! Homem e mulher se complementam, não necessariamente o homem é melhor do que a mulher. (...) A Bíblia, que é um livro universal, ta lá todas as leis, né, foi escrita por homens, né? Então, tinha livros que mostrava a participação das mulheres... quer dizer, tinha homens sensíveis que apresentou a participação da mulher, na formação, na luta, né, no contexto histórico, que até então, era só o homem... (...)

Nesse caso, a entrevistada, inclusive, reinterpreta o sentido bíblico a sua maneira, mas, afinada com o entendimento progressista, muito mais próximo da ideia de equidade de gênero (ver item 4.2), isto é, a consideração da justiça social, com menor preocupação com a transformação dos papéis sociais de gênero. Associada a essa noção, está a ideia de complementaridade entre os sexos, que para a entrevistada, está relacionada à sua noção de igualdade.

A ampla aceitação da discussão sobre o gênero contrasta, portanto, com a convivência com valores conservadores de alguns. A adesão a um *frame* de gênero é bastante diversificada e possui diferentes graus, não sendo possível fazer, como em outras questões, um resumo de um relato predominante no conjunto de entrevistados. Todos eles têm contato com a questão, até porque ele se coloca quase que obrigatoriamente:

Capítulo 5

Nós tivemos aulas direcionadas a isso. A esse tema, a gênero, né? E isso é importante. Algumas pessoas que não querem ver falar em gênero. Então, você entrar numa sala de aula e se você fechar os ouvidos e for sair da sala de aula e não quer discutir gênero, então fica difícil, né? Porque hoje, ou você abre a cabeça pra discutir gênero, ou você acaba perdendo o seu espaço... Acaba deixando de fazer o curso, sei lá, se qualificando, por conta dessa bobagem que é dizer que não quer discutir isso. Eu achei interessante, evidentemente que eu já tinha essa [noção]... Mas eu diria que, eu já tinha a noção disso aí porque eu participo em comunidade, minha esposa é de comunidade e a gente discute isso aí. Meu pai, que hoje é morto, foi um homem excelente, mas foi aquele homem que homem é homem e mulher é mulher. E eu não podia culpar ele porque essa foi a educação que ele teve. É evidente que essa educação é passada pra gente, é passada pra os filhos. E é a gente que tem que quebrar as barreiras, quando se encontra numa sociedade aonde as mulheres também têm direito, têm argumento, e sabem cobrar, então ou você se encaixa ou você tenta compreender ou você não consegue conviver com ninguém, você nem convive em casa e nem convive no trabalho, acaba arrumando problema se você não procurar entender. Então é um desafio para quem tem uma cultura, pra quem foi educado pelos pais e pelos avós que os homens tem que trabalhar e a mulher tem que ficar em casa, porque é mais ou menos assim... (Entrevista 3)

Como se depreende do depoimento, discutir gênero, ou se permitir discuti-lo, significa, por vezes, entrar ou não em um determinado espaço, político ou formativo. Recusá-lo, portanto, pode significar deixar de fazer relações, alianças, formações políticas e técnicas. Porém, a adesão à interpretação de que a cultura reforça os papéis tradicionais, às vezes serve mais para justificar as coisas como são do que para empreender lutas para alterar a realidade. Evidentemente, esse tipo de posição adere de forma parcial ao *frame* de gênero, pois concorda no aspecto que afirma a igualdade de direitos entre homens e mulheres, mas na questão cultural é apontada como empecilho para um maior avanço dessa igualdade. Isto é, a idéia de “construção cultural” do gênero é utilizada não para contribuir para sua transformação, mas para justificar a permanência das “coisas como elas são”.

A temática relacionada a gênero, por descender diretamente do feminismo, trata publicamente questões privadas, já que o privado é um lócus associado fortemente ao feminino e às mulheres. Por questões até de natureza política do feminismo, são utilizadas técnicas e abordagens formativas que remetem diretamente a questões pessoais de cada um, quando não trata de

questões ligadas ao corpo e à sexualidade, causando muitas vezes situações polêmicas e desconfortáveis¹⁴⁹.

E assim, a questão do gênero: foi a primeira participação minha na questão, numa formação de gênero [no curso de juristas], eu, assim... Eu não entendi. De todas as dúvidas que eu tinha, eu achei que ia entender lá, não entendi. (...) Porque eu sempre vi as feministas... A gente não pode generalizar, mas elas são muito individualistas. Essa questão do atrevimento que ela falou¹⁵⁰: eu acho muito provocante. Eu acho que, até às vezes certas colocações que desvalorizam, porque eu já ouvi muitas feministas falarem assim: “Se meu marido trai, eu posso trair também!” Quer dizer, eu me vejo, assim, como ser humano, como mulher, eu estou me desvalorizando ! [risos, - sem graça]. Quer dizer, eu não penso nessa questão, porque se meu marido me traiu, se ele faz coisas erradas, aí eu, pra me vingar, eu tenho que fazer a mesma coisa? Não, eu posso usar minha inteligência para fazer coisas boas, diferentes.

Essa fala provoca curiosidade, por evocar uma situação tão específica e colocá-la no discurso feminista, seja, o adultério. Ao examinar o material da oficina de gênero, pude compreender, parcialmente, o argumento da entrevistada: uma das atividades da oficina era justamente assistir ao vídeo “Gênero, Mentiras e Videoteipe” (conforme comentamos no item 3.5.4.1). Esse vídeo é usualmente utilizado em oficinas promovidas por organizações feministas e de mulheres. Eu mesma pude assisti-lo em oficina ministrada pela Cunhã em um bairro de João Pessoa. O vídeo, em linhas gerais, aborda o cotidiano de uma família de classe média baixa urbana, que assiste a um documentário na sua televisão. O “vídeo dentro do vídeo” aborda a vida sexual humana como se fosse um documentário sobre a vida selvagem. Entre outras coisas, aponta as diferenças entre os comportamentos sexuais de machos e fêmeas humanos: enquanto os primeiros podem ter várias parceiras, o mesmo comportamento não é admitido para as fêmeas. A forma como é exposta a

¹⁴⁹ O contrário, no entanto, pode ser bem mais comum, especialmente nos grupos só de mulheres, onde ficam mais à vontade: “...a gente passou a dar essa formação pras mulheres aqui do bairro e aí, a gente tem uma coisa que a gente gosta de lembrar, teve um momento que na dinâmica você joga toda a sua raiva, com seus gestos. Tava todo mundo lá na sala, fazendo seus gestos, jogando a sua raiva lá pra longe, aí uma senhora, ela tava encostada na grade ali da janela, sem querer (participar), aí eu fui lá, com carinho, toquei nela “vamos, dona Maria, a senhora vai se sentir bem... é gostoso”. Ai ela disse “ta bom, então”. Daqui a pouco, ela se soltou, né ? Se liberou geral “Eu to me sentindo uma criança, que coisa boa!”. Aquilo pra gente foi uma coisa muito gratificante. (Entrevistada 14)

¹⁵⁰ Essa foi uma das entrevistas que foi realizada em dupla. Curiosamente, a outra entrevistada discordava em diversos pontos desta, mas a todo momento, ela afirmava estar concordando.

Capítulo 5

questão no vídeo certamente suscitou comentários nesse sentido. A mesma entrevistada continua a explicar seu posicionamento:

E dois anos depois, eu participei de uma formação sobre realidade brasileira e tinha um módulo da questão de gênero... Eu já fiquei meio assim [risos]. Mas não... foi uma coisa excelente, foi quando abri meus olhos e passei a entender. Teve essa professora que ministrou o curso, e ela é feminista, mas explicou muito bem sobre o movimento feminista, que trabalhava a luta, que trabalhava toda uma questão cultural... Dentro da contextualidade cultural... Aí eu entendi o que era o movimento e aí eu disse “Pronto, agora vou até dizer que eu tirei um pouco do preconceito”, porque até então eu via grupo de mulheres, assim, feito umas loucas, e achava aquilo um absurdo (...). Porque as pessoas não colocavam a questão realmente como era. E ela começou a mostrar desde o início, todos os estudos, as pesquisas, dos períodos patriarcais, e sempre falando da questão atual, cultural. Aí eu tive um esclarecimento, aí eu vi até que o movimento vale a pena. (...) O que eu não concordo no movimento é o comportamento de algumas feministas... (...) Não a luta em si, seus objetivos, o cumprimento das necessidades da mulher, de se apresentar como um ser, que existe, que tem seu valor, seus direitos e obrigações... Isso aí eu concordo... o direito de estar na história... Porque a mulher também constrói! Tanto quanto o homem! A mulher também é importante.

Fica claro no depoimento a rejeição ao feminismo e a adesão ao valor da igualdade entre homens e mulheres, no seu entendimento do que isso representa. A rejeição é moral, a um comportamento sexual de liberalidade, que é mal visto, além de associado a um certo individualismo, pecado mortal do militante. Mais claro ainda fica quando a entrevistada faz referência à explicação, na outra capacitação que participou, “aos períodos patriarcais”, que remete ao clássico trabalho de Engels ([1884] 1980), inspirador de correntes feministas marxistas e socialistas (conforme capítulo 4, em especial o item 4.3). Essa é a explicação de gênero a qual adere, pois faz referências às lutas coletivas das mulheres, numa extensão de *frame* à linhagem marxista da Teologia da Libertação em que foi formada.

É interessante observar o descolamento entre feminismo e gênero, apesar de um gerar o outro, com propósitos políticos explícitos. Entre os entrevistados, três das mulheres se autodenominaram feministas; um quarta, apesar de defender os direitos das mulheres, de maneira muito semelhante às primeiras,

Capítulo 5

rejeitava o feminismo, evidenciando o preconceito já preconizado, mas com motivações diversas:

Eu sou mulher e acredito muito nessa questão... eu comecei agora a estudar um pouco mais a Lei Maria da Penha. Eu não pretendo fazer Direito, mas eu quero estar por dentro da situação, da questão jurídica da coisa (...) Como [no curso de juristas] são vários movimentos, várias entidades, várias cabeças diferentes... Tinha até balancinha Todos e Todos¹⁵¹... e eu tinha que bater muito a tecla pra Todos e Todas [...] porque eu enquanto mulher não me sentia contemplada e eu batia o pé, eu insistia no Todos e Todas... [...] foi em 2008, foi um ano eleitoral, um ano de política, eu voto em uma mulher, que é feminista, era candidata a vereadora... A gente apoiava, defendia e até hoje trabalhamos diretamente com ela, tenho colega que é do corpo de luta, que é a população mesmo, que participava no mandato e tal [...] eu sei que eu questionava logo isso, para acabar com aquela história “Atrás de um grande homem, existe sempre uma grande mulher!”, eu digo “Ao lado dele sempre existe uma grande mulher!”. Porque eu interrompo mesmo, posso estar em qualquer lugar... e eu não sou feminista, mas sou mulher!

- E não é feminista por quê?

Eu não sei, tem algumas coisas que eu acho que... Eu acho que é a palavra “feminista”. Tem algumas feministas que são muito radicais. Eu participo, sou filiada a partido, sou de movimento. Estou atualmente como secretária de movimentos populares da juventude dentro do partido, mas eu não deixo de participar das discussões do segmento mulheres, mas eu não me denomino “feminista”, porque eu acho que o feminismo é o machismo das mulheres... Tem muitas mulheres que não aceitam às vezes que os homens... eu acho assim, que tinha que ter... assim, eu sou meio polêmica, eu não sou a favor de cotas nem para mulheres, nem para negros, nem para brancos... e sou filha de negro (...) Eu acho que a gente tem que lutar pela conscientização de homens e mulheres, juntos e juntas em todos os momentos, mas não tem que dizer o tempo todo “Tem que ter uma mulher, tem que ter uma mulher!”. A gente tem que mostrar que tem que ter uma mulher porque somos capazes. Dentro do partido às vezes sempre tem isso, mas eu não vou dizer: “Ah, ele só fala alto porque eu sou mulher!”, se falar mais alto, eu falo mais alto ainda. Por que não? (Entrevistada 13)

A transcrição desse trecho é longa, mas mostra como é difícil, até mesmo para a entrevistada, explicar porque não se considera feminista, apesar de seu discurso bastante assertivo em relação a questões de gênero. Ela coloca-se em pé de igualdade “na briga” dentro do partido e dos movimentos, utiliza-se

¹⁵¹ A entrevistada refere-se ao símbolo ao logotipo do curso de Juristas, ver item 3.5.4.

Capítulo 5

do discurso para conseguir espaço, mas não se “filia” ao feminismo. Fica difícil fazer ilações sobre o contexto a que se refere, porém, sabemos que o preconceito sobre as feministas podem incluir a sua orientação sexual (não gostar de homens), seu comportamento “agressivo”, ou ser vista como oportunista ao reivindicar sua participação em alguns espaços (como é o caso das cotas). São todos preconceitos ligados à ideia de “tomar o lugar dos homens”, ou “querer ser um homem”. Mesmo a entrevistada, ao dizer que o feminismo é um “machismo ao contrário”, ou seja, acaba por afirmar que as feministas “querem se igualar aos homens” na prática da discriminação. Essa forma de militância, guerreira, na mulher que se arranja sozinha e não “depende de homem nenhum” se assemelha ao encontrado no trabalho de Bonetti, realizado em Recife (2007). Ainda assim, a ressonância de tais idéias é maior do que em outras entrevistadas, mas seletiva, pois recusa o feminismo que lhe serviu de base e origem. Também pode ser interpretado como a aceitação de um *frame* do partido político que é filiada: os partidos atualmente vem enfrentando críticas sobre a impermeabilidade à participação feminina e sendo instados a instituírem ações afirmativas (tais como cotas para mulheres), o que a entrevistada rejeita.

Por fim, temos as três entrevistadas feministas. Duas pertencem a uma organização de mulheres, denominadas por elas de “popular”. A outra é funcionária de um centro de defesa de direitos humanos na periferia de Santa Rita. Todas as três tiveram muitas formações em gênero antes do curso de juristas, possuindo, portanto, um entendimento já bastante assentado sobre a questão:

A questão é essa: a gente luta, não por superioridade, mas porque somos iguais, nós também temos espaço, queremos ser respeitadas, ouvidas e consideradas. Então, eu não me calo diante de qualquer coisa que possa me atingir. Principalmente “Ah, mulher é fraca, mulher não tem força, mulher não sabe...”. Sempre eu tô ali, atenta, e dou a minha respostinha [risos] (...) Eu, por exemplo, já tinha participado de um monte de formação, eu dentro de mim já era resolvida. (...) (Entrevista 9)

O diferencial dessas entrevistadas é justamente uma maior formação feminista em gênero. As três foram amplamente formadas por organizações feministas, o que aponta a importância da formação sistemática para a adesão

Capítulo 5

“completa” a um *frame* de gênero. Mesmo assim, como vimos acima, nem sempre aquela que adere ao *frame* integralmente considera-se feminista, mas o contrário é verdadeiro: a autodenominação do feminismo possui tal carga simbólica, que passa a ser quase um ato de coragem “assumir-se” como tal, o que pode ocorrer com certa hesitação. Continua a entrevistada da citação anterior a defender seu ponto de vista:

Na minha visão, o mundo é muito masculino. A gente tem que ficar “As mulheres também, as mulheres também”, como se o mundo fosse só construído pelos homens, só pertencesse aos homens. Eu debato muito essa questão. Eu também sou do mundo, eu também faço parte, eu sou criatura, eu sou criação ! Tô aqui, eu também posso falar ! E essa questão, que o espaço não é só deles e isso gera muito conflito, porque isso é uma construção muito antiga, desde que o mundo é mundo, e que tem que ser desconstruída aos poucos ! Não é num dia ! É uma luta no dia a dia ! Pra que a gente possa viver e entender, e principalmente, viver sem conflito. Porque não adianta a gente saber, dizer e entender por quê. Não, a gente tem que entender pra melhorar. Essa desconstrução é uma luta do dia a dia. (...) Eu... eu me considero feminista! Só que eu tenho meus limites. Eu me cuido... Eu não vou falar uma coisa que eu posso agravar uma situação também. Porque, acima de tudo, eu tenho que respeitar os direitos de cada pessoa. Mas, eu, dentro de mim, eu me sinto feminista¹⁵². Eu não posso estar ofendendo. É preciso que a gente tenha esse cuidado. Respeitar mesmo. Eu me sinto feminista, mas eu não quero atropelar as pessoas. (Entrevista 9)

Por outro lado, aquelas que militam e estão integralmente inseridas nas redes feministas demonstram estar inteiramente à vontade com as ideias feministas. Entretanto, há que se ressaltar que, para que ocorra a adesão mais integral à agenda de gênero, ou mesmo ao feminismo, o processo de alinhamento que deve ocorrer é por transformação de *frame*, isto é, o alinhamento mais completo. No caso de gênero, com a transformação de *frame* a possibilidade de se tornar ativista do movimento de mulheres/feminista é grande. Por outro lado, não se pode deixar de considerar a influência da vida

¹⁵² Curioso apontar uma discussão que presenciei após a entrevista, no Centro em que a entrevistada trabalha. Para isso, transcrevo trecho do meu diário de campo: “Em um determinado momento, fica aquela discussão: A [entrevistada] é ou não feminista ? O curioso é que ela não vacila em dizer que é feminista; já a outra diz que ela não é não, querendo elogiá-la. “Você é flexível ! Eu não acho que você seja feminista, não !”. Entro na conversa, observando que ela já está determinando que ser feminista é uma coisa ruim. Ela parece não entender, ou não dar atenção, e continua dizendo que não, que ela não achava que a outra fosse feminista, em tom de elogio.

Capítulo 5

pessoal e das trajetórias particulares para influenciar essas adesões. Por vezes, eventos da vida pessoal e familiar influenciam decisivamente o alinhamento de *frame*, quando o indivíduo conecta experiências e dificuldades vivenciadas ao *frame* ao que adere. As entrevistadas abaixo, que relataram uma participação inicial na Igreja progressista, passando por diversas atividades, hoje se dedicam inteiramente a uma militância feminista, o que compreende a defesa do direito ao aborto e dos direitos reprodutivos das mulheres, com oficinas sobre esses temas e distribuição de preservativos. Apesar disso, ainda há contatos com a Igreja da comunidade, com os religiosos e trabalhos conjuntos com grupos. Ao serem perguntadas sobre o seu feminismo e se não havia conflitos entre esse e a participação da Igreja, elas revelam uma “predisposição” anterior, que as fazem se desligar facilmente da participação da Igreja:

- Vocês se consideram feministas ?

Entrevistada 14 - Sim !

Entrevistada 15 – Com certeza !

Entrevistada 14 - Eu acho que a gente era feminista sem saber o que é ser feminista. Porque eu até digo por mim mesma, eu sempre tive atitude na minha vida, desde que eu me conheci por gente... eu já fazia isso [que faço hoje], eu não sabia que isso era papel de uma feminista! Isso eu herdei da minha avó, que sempre foi feminista a vida toda sem saber, sem saber o significado do feminismo... Eu, inconscientemente, eu tava fazendo que eu não sabia... mas eu, enquanto pessoa, me considero, e enquanto grupo também... (...)

- Vocês não tiveram nenhuma dificuldade pessoal [por conta da participação anterior na Igreja] de lidar com esse conteúdo... dos Direitos Reprodutivos...Vocês, pessoalmente.....

Entrevistada 15 – Não, a gente já era feminista desde pequenininha...! Não acreditava... [risos]

Entre as três entrevistadas que se autodenominavam feministas, havia já uma insatisfação e um sentimento de injustiça difusos em relação à sua condição de gênero anteriores ao engajamento em movimentos feministas. Os *frames* de gênero (das organizações feministas) com os quais tem contato dão conta de fornecer interpretações causais às quais se alinham, provocando o engajamento. Fica, porém, a questão não respondida a respeito da necessidade de uma transformação de *frame*, isto é, aquele processo de

Capítulo 5

alinhamento nos quais novos valores e crenças são defendidos, em geral, diversos dos valores vigentes. Ainda que o *master frame* de gênero, nos parâmetros culturais disponíveis, demandassem um *framing* transformador, não é o que encontramos entre as entrevistadas. O que não exclui a possibilidade de esse ser um processo importante no recrutamento de militantes feministas, o que poderia ser alvo de pesquisas futuras.

Considerações Finais

A Educação Jurídica Popular (EJP) é um fenômeno social de crescente difusão em todo o país. Esses cursos são influenciados por correntes do Direito Alternativo e da Educação Popular e buscam disseminar conhecimentos jurídicos entre leigos, com objetivo de fomentar o ativismo jurídico no campo dos Direitos Humanos. Essa estratégia foi chamada por alguns autores do campo jurídico de formação de “paralegais” ou “parajurídicos”, pessoas com formação técnica que poderiam auxiliar a população a entender e a enfrentar a burocracia jurídica. Tomando diversas formas na América Latina, África e Ásia, cursos dessa natureza também foram denominados “capacitação legal a mulheres” em uma versão de orientação feminista. Nesses últimos, a chamada “perspectiva de gênero” se tornou a espinha dorsal que orienta todos os conteúdos do curso. Porém, na versão mista, os conteúdos relativos a gênero também estão presentes. Ainda que o conteúdo jurídico seja relativamente parecido (Direitos Humanos e as diversas áreas do Direito, como Constitucional, Civil, do Consumidor), ambas tinham fundamentos diferentes: enquanto a capacitação legal era voltada para a formação feminista e as questões de gênero, as iniciativas mistas tinham como base, questões “de classe”, isto é, voltadas para as lutas das chamadas camadas populares.

Essas diferenças, assim como as convergências, foram percebidas nas reuniões de formação da Rede Nacional de Educação Jurídica Popular, rede em processo de estruturação, que é constituída por diversas organizações não governamentais de todas as regiões do país. Boa parte dos esforços iniciais de formação dessa Rede foi envidada pela organização paraibana, Fundação Margarida Maria Alves/FMMA, que organizou e financiou dois encontros nacionais, de quatro até agora realizados. Nesses encontros havia, portanto, cursos voltados somente para mulheres (capacitação legal) e cursos mistos (educação jurídica popular). Além do curso de Juristas Populares, realizado pela FMMA há dez anos, também havia informações da existência de outro curso em João Pessoa, chamado Promotoras Legais de Cidadania, empreendido pela ONG feminista Centro da Mulher 8 de Março. Nesse sentido, entre diversos contextos consolidados dos cursos de EJP, o caso de João

Pessoa se mostrava especialmente privilegiado para as questões que foram colocadas nessa pesquisa.

Gênero é a denominação de uma categoria de análise científica sobre a construção social baseada nas diferenças sexuais. Elaborada e reelaborada por acadêmicas feministas, o termo também ganha o terreno político. Assim, no campo político tem sido utilizada para denominar ampla gama de questões de toda uma agenda política ligada a questões das mulheres, e, com uma menor dimensão, a questões sobre orientação sexual e políticas de combate à homofobia.

Dessa forma, como pudemos constatar, gênero tem sido, no campo político, um substituto para “mulher” e “feminismo”. Ao contrário do movimento feminista, o termo gênero alcançou uma difusão rápida e surpreendente em diversos espaços políticos, como sindicatos, organizações não governamentais (feministas ou não), na gestão pública, nas agências de financiamento e nos organismos internacionais de Direitos Humanos. E é justamente nas plataformas de Direitos Humanos que gênero parece ganhar força e estar sempre presente.

Assim, o problema dessa pesquisa era investigar como gênero, gerado e parido no feminismo, era utilizado em outros discursos e espaços políticos, já que os entendimentos que se mostravam múltiplos. As leituras sobre movimentos sociais realizadas para esta pesquisa levam à utilização dos *frames* como uma abordagem adequada para esse empreitada. *Frame*, emprestado de Goffman, é definido como uma moldura ou um enquadramento interpretativo de pessoas ou grupos. No caso dos movimentos sociais, interessa delimitar os *frames* de ação coletiva, que conectam diversos eventos e experiências. O *frame* opera em um nível cotidiano e imediato, respondendo a problemas práticos e dando a esses interpretações e soluções. Nesse sentido, os alinhamentos de *frame* operam, entre os indivíduos, o preenchimento de lacunas ou a conexão de um problema cotidiano a uma interpretação política. A identificação de processos de *framing* requer a análise de microprocessos de micro-interações em contextos específicos, auxiliando na compreensão da adesão e apoio aos movimentos sociais e suas organizações. Os processos de alinhamento de *frame*, conforme seus formuladores, podem

ser quatro: ligação de *frame*, o alinhamento mais básico, aquele que geralmente ocorre no momento do recrutamento e adesão a eventos particulares; a amplificação de *frame*, processo de esclarecimento de pontos particulares ou o revigoramento de *frame* interpretativo, relacionado a valores e crenças defendidos; a extensão de *frames* produz uma ligação com tópicos antes não trabalhados, usualmente com intuito de fazer alianças e produzir adesões, por vezes pontuais; e, por fim, a transformação de *frame*, no qual novos valores e crenças devem ser cultivados e antigos entendimentos afastados, - isso ocorre quando programas, causas e valores promovidos não obtêm um grau de “ressonância” suficiente para obter adesões, ou mesmo, contraria estilos de vida convencionais.

Quando o escopo de um *frame* é ampliado de tal maneira que todos os domínios da vida são reinterpretados e reelaborados a partir dele, temos o *master frame* ou o *frame* interpretativo global. De forma diversa da noção de ideologia, os *master frames* são mais dinâmicos, operativos e consideram os movimentos sociais como ativos produtores de significação, e não meros portadores de idéias e significados previamente existentes.

Para realizar a pesquisa, os procedimentos metodológicos adotados incluíram como pesquisa de campo, pesquisa documental junto às organizações abordadas, pesquisa bibliográfica e entrevistas semi-estruturadas. Esse material foi organizado em três níveis: o primeiro, mais geral, que considera o contexto cultural a respeito das questões de gênero (no Nordeste e na Paraíba), o desenvolvimento de organizações feministas na Paraíba e a importância da Educação Popular nesse estado. O segundo nível considera as organizações FMMA e Centro da Mulher 8 de Março no interior de dois *frames* interpretativos globais delimitados a partir de suas agências financiadoras: Direitos Humanos e Gênero, além de material documental (sites, apostilas, publicações e boletins) e entrevistas com integrantes das organizações para delimitação dos *frames* das organizações em questão. E em um terceiro nível, finalmente, as entrevistas realizadas com quinze juristas populares formados pela FMMA, cujo material transcrito serviu para análise de sua atuação, valores e crenças, trajetória anterior e principais temas que promovem o “alinhamento de *frame*” com os Direitos Humanos e Gênero. A

pesquisa infelizmente sofreu com o insucesso do curso de Promotoras de Cidadania, que não é realizado já há seis anos. Também se constatou, em campo, a menor dimensão dessa experiência, cujas edições tinham duração de apenas duas semanas (diversamente dos Juristas Populares, curso cujas turmas duravam um ano). Assim, não foi possível analisá-la em maior profundidade.

Em um primeiro nível de análise, encontramos os macrodiscursos sobre gênero no Nordeste e na Paraíba. O senso comum produzido sobre o machismo nordestino tem fundamento na “invenção” da região Nordeste, quando, no início do século XX, os intelectuais do movimento regionalista (com Gilberto Freyre à frente) começam a selecionar e elaborar os aspectos da identidade nordestina como conhecemos. Essa, por sua vez, adquire uma feição assentada sob uma base gendrada, que remete à coragem e ao destemor associados à masculinidade. O tipo regional escolhido para representar o nordestino é o sertanejo, “antes de tudo, um forte”. Esse impulso inicial da construção da identidade nordestina é resultado do processo de decadência econômica das elites agrárias, levando a um cultivo das tradições e à saudade do passado patriarcal. O reverso desse cultivo do passado é a rejeição da “modernidade” associada ao “Sul” (posteriormente ao Sudeste), com predomínio de São Paulo. Com a idéia de “moderno”, vinha também a mudança de costumes, a “horizontalização” da sociedade, a República e o crescente ingresso da mulher nos espaços públicos.

Por sua vez, a Paraíba, no contexto nordestino, carrega uma construção do seu passado historiográfico associada à figura dos grandes homens, à sua vocação republicana e liberal. É justamente no período de formulação de uma identidade brasileira que a Paraíba se coloca no centro dos acontecimentos nacionais. É o assassinato do então presidente da província da Paraíba, João Pessoa, que deflagra a Revolução de 1930. O político, que seria o vice da chapa de Getúlio Vargas em uma candidatura de oposição à Política de Café-com-Leite, faz parte do grupo de oposição política em nível nacional. Em meio à disputa política local, o caso amoroso (e escandaloso) de João Dantas com a normalista Anayde Beiriz é lançado a público pelo grupo político de Pessoa. Indignado, Dantas o procura e o assassina. O evento causa revolta na

população e a condenação pública do casal. A capital da Paraíba passa a se chamar João Pessoa e a bandeira do estado atual remete deste então ao episódio, mostrando como é possível a convivência de valores políticos “progressistas” e liberais concomitantes a valores morais extremamente conservadores.

Por outro lado, a Paraíba também abrigou, assim como Pernambuco, o movimento de Ligas Camponesas, reivindicando melhores condições de vida. O predomínio de modos de vida rurais e a luta por terra irá marcar a Paraíba até os dias de hoje.

Atualmente, a Paraíba é um estado pobre e de poucos recursos. As três cidades da Grande João Pessoa que compõem o cenário da pesquisa apresentam inúmeros problemas urbanos e grande população de baixa renda, ainda que em melhores condições do que outras regiões do estado. Mesmo na região metropolitana da capital, uma das mais desenvolvidas do estado, ainda são problemas importantes o saneamento básico, a falta de moradia e os assentamentos precários, assim como o abastecimento e tratamento da água.

Nas últimas décadas, temos o desenvolvimento de diversos movimentos sociais, nos quais o abrigo e incentivo da Igreja Católica Progressista foram muito importantes na Paraíba. Dois aspectos desse desenvolvimento foram examinados com destaque, os movimentos de mulheres/feministas e a Educação Popular. O primeiro mostra um desenvolvimento bastante instável no início da chamada segunda onda feminista, iniciada em meados da década de 1970 no Brasil. Vários grupos feministas são criados e depois se desarticulam, deixando, porém, vestígios. Progressivamente, acompanhando a diversificação e “explosão” das ONGs desse movimento, é no início da década de 1990 que a maioria dos grupos atuantes hoje na Paraíba e na Grande João Pessoa foi criada. Ainda assim, muitos deles tiveram origem na Igreja Católica ou dela obtiveram incentivo, mesmo indireto, sob a forma de financiamento ou de formação via agências internacionais ecumênicas e católicas. Atualmente, esse apoio internacional ainda existe, apesar da mudança na Igreja Católica do estado, com o início do episcopado de Aldo Pagotto, arcebispo de cepa conservadora e avesso aos trabalhos sociais desenvolvidos anteriormente, como as CEBs e a Pastorais Sociais. Os efeitos da atuação desses

movimentos, no entanto, são sentidos na implantação de órgãos dedicados a formular políticas para as mulheres, como o Conselho Estadual de Direitos da Mulher (de 1991) e o Conselho Municipal de Direitos da Mulher (de 1997). Também contam com duas redes de articulação de grupos de mulheres/feministas, o Fórum de Mulheres da Paraíba e a Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba.

A Educação Popular como fenômeno social, por sua vez, teve grande importância, apesar de experimentar um declínio nos últimos anos. Essa é uma estratégia amplamente incentivada e empreendida pela Igreja Católica Progressista, que predominou por décadas na Paraíba. Sua importância levou à formação de um dos mais importantes pólos de estudo desse tipo de educação nãoformal no país. Também se pode constatar que os estudos consideram a Educação Popular profundamente política, além de se engajar primordialmente na pesquisa-ação para colaborar e estabelecer diálogo com os movimentos sociais que a realizam. Esse caráter político, sua profusão em experiências e o enraizamento no espaço da Universidade mostram a sua força. Por outro lado, delinea o caráter da Educação Popular nesse contexto: voltada para a transformação social e centrada em um sujeito político denominado “classes populares/subalternas”.

Nesse contexto, é fácil compreender como a Educação Popular ganha espaço na Paraíba. A Educação Jurídica Popular/EJP é uma de suas variações. A experiência escolhida para estudo, o curso de Juristas Leigos, é projeto realizado há dez anos pela FMMA, que formou aproximadamente 180 pessoas. A sua fundação remete a um processo de autonomização de diversos organismos da Igreja Progressista, ainda no episcopado de D. José Maria Pires. Tem corpo técnico especializado e uma política estruturada de captação de recursos, o que não impede, entretanto, de terem problemas de financiamento. O curso de Juristas Populares não fugiu à regra: ficou sem financiamento em 2010, deixando de ser realizado pela primeira vez.

Do ponto de vista de sua organização, o curso de Juristas Populares tem programação anual, com encontros quinzenais ou mensais aos fins de semana (conforme o calendário e a proximidade de feriados), com material apostilado e refeições/lanches oferecidos pela FMMA. A maior parte das aulas é ministrada

pela coordenadora, uma advogada com ampla experiência em educação popular, auxiliada por estagiários. É necessário ser indicado por algum grupo ou entidade, formalmente constituído ou não, privilegiando-se aqueles envolvidos nas lutas sociais. Nesse percurso, a principal forma de atuação desses juristas é por meio da Rede de Juristas Populares, constituída de quatro núcleos em três cidades: um em João Pessoa, um em Bayeux e dois em Santa Rita (Tibiri e Forte Velho). Essa Rede, que possui reuniões mensais e promove ações (como “caminhadas ecológicas” e audiências públicas, entre outras), foi formada com o apoio da FMMA, a partir da manifestação do desejo dos próprios juristas. Atualmente, um técnico acompanha e assessora essas atividades, projeto financiado pela agência internacional Misereor.

A FMMA se autodenomina uma organização de defesa dos Direitos Humanos. Para delinear em termos gerais um *master frame* de Direitos Humanos ao qual a FMMA se alinha, recorreremos à análise de “missões”, “valores” e “objetivos” de diversas agências de financiamento, nacionais e internacionais, que apoiaram ou apóiam a FMMA, assim como de parceiros ou redes com as quais ela se relaciona (como o MNDH e a CESE).

Boa parte dessas agências era de caráter religioso, católico ou ecumênico. A tônica encontrada a partir do exame de suas missões e objetivos foi o combate à pobreza e a defesa dos direitos humanos dos pobres, aliada a um incentivo à “organização popular” e apoio aos “movimentos populares”. O “povo” ou os “pobres” usualmente são desdobrados em sem-terras, pequenos agricultores e outros setores da população pobre; sem-tetos, moradores de rua, pessoas com deficiência e trabalhadores pobres ou desempregados; etnias empobrecidas e marginalizadas historicamente, numa superposição entre pobres, povo e aliados do poder. Esses são aqueles que têm poucas ou nenhuma condições de se organizarem para reivindicar seus interesses e direitos. Essa condição de pobreza é interpretada como injusta, fruto da ação positiva ou omissa das camadas mais ricas, que possuem meios políticos e econômicos para oprimir e explorar as camadas mais pobres. A ênfase é dada na luta por direitos coletivos de grupos marginalizados e empobrecidos.

No interior do *master frame* de Direitos Humanos, a referência a gênero é constante. Em maior ou menor nível de importância, as questões de gênero

marcam presença em linhas de financiamento, questões específicas e como um tema tratado transversalmente. Usualmente, encontra-se a referência à desigualdade entre os sexos, com uma especial preocupação com as mulheres pobres, em situação vulnerável, alinhando-se ao objetivo de combate à pobreza. A compreensão sobre gênero é também explicitada, geralmente versando sobre a separação entre diferenças biológicas e a desigualdade social entre os sexos: não se deve justificar a segunda com base na primeira. A desigualdade de gênero é a desigualdade entre homens e mulheres, na qual as mulheres têm menos acesso a recursos (financeiros ou não), poder, educação e emprego. A ênfase é, portanto, na equidade, que busca uma distribuição mais justa e igualitária de poder e recursos entre homens e mulheres. As agências que fogem um pouco a essa regra são a Cordaid e a Fundação Ford.

A primeira utiliza um discurso que destaca o indivíduo, ressaltando sua capacidade de desenvolvimento. A Cordaid também é uma das agências que leva mais a sério, a incorporação de gênero, com uma avaliação da abordagem de gênero (um “scan” de gênero) aplicado a todos os projetos que financia.

Já a Fundação Ford é uma exceção entre as agências financiadoras, a maioria de caráter religioso. Historicamente, a Ford fomentou pesquisas de pós-graduação e formação de campos científicos no Brasil. Entre eles, está o campo de estudos sobre a mulher, fomentado por um programa de dotação de bolsas para pesquisas sobre a mulher desde 1979, que gradativamente se transforma em “estudos de gênero” durante a década de 1990. A introdução na nova categoria de análise também reflete um direcionamento no sentido de um maior aprofundamento teórico nas pesquisas, que guardavam, no início dos anos 1980, um forte tom de denúncia.

Tendo sido financiada por diversas das agências analisadas, reconhecidamente importantes na defesa dos Direitos Humanos, a FMMA se alinha em diversos pontos com o *master frame* delineado. Utilizando como principal material, boletins informativos da FMMA, que registram todas as atividades e ações nas quais se envolveu, pudemos delimitar algumas linhas principais do seu *frame* organizacional.

Dois aspectos devem ser ressaltados no seu perfil: é uma organização originária da Igreja Católica Progressista e de atuação jurídica. Embora

também tenha uma atuação política, participando de fóruns, encontros, redes, intervindo em políticas públicas e manifestando posições sobre Direitos Humanos publicamente, tem em seu corpo técnico profissionais de formação jurídica, e sua principal forma de intervenção é dessa natureza. Nos primeiros anos de funcionamento, chegou a funcionar como um “balcão de direitos”, resolvendo dúvidas jurídicas e até impetrando ações. Depois, direciona suas atividades para a EJP, impetrando ações somente quando se tratam de direitos coletivos.

A definição de Direitos Humanos da FMMA é ampla, porém, com ênfase nos direitos tidos como reivindicações coletivas, tais como saúde, educação, moradia, alimentação, etc. Porém, na prática, seus temas estiveram mais propriamente ligados à defesa da reforma urbana, regularização fundiária, melhorias de infraestrutura urbana e mais recentemente, meio-ambiente, sempre na esfera dos direitos coletivos.

Na análise dos boletins da FMMA, delimitamos pelo menos quatro temas tratados constantemente nas suas matérias: Controle Social, Reforma Urbana, Meio Ambiente e Gênero/Mulher. No interior desses temas, as matérias foram classificadas em quatro níveis: 1) elaboração de políticas e leis, intervenção pública e participação em espaços deliberativos públicos; 2) assessorar e intervir em problemas coletivos de grupos específicos, como comunidades ou bairros, por meio de assessorias, projetos e ações judiciais; 3) assessoria e acompanhamento da organização de pequenos grupos, incentivando a sua formação e funcionamento; 4) denúncias e acompanhamento de casos de violação de direitos humanos exemplares. Essa classificação interna, que levou em consideração um gradiente que vai do macro/coletivo ao micro/individual, pode demonstrar uma maior concentração nos três primeiros níveis. No que diz respeito ao Controle Social, a intervenção é mais ampla e difusa, com participações em fóruns e redes; na Reforma Urbana/Direito à Moradia e Terra, a maior parte das atividades concentravam-se nos níveis 1 e 2, com participação em fóruns e intervenção em situações específicas; o tema do Meio-Ambiente foi recentemente alçado ao primeiro plano, com a escolha, pela Rede de Juristas, como tema preferencial de atuação. Suas ações se concentram nos níveis 2 e 3, com o auxílio a ações dos núcleos de juristas,

iniciativas de educação ambiental e auxílio à organização de pequenos grupos. Por fim, o tema que denominamos de “Gênero/Mulher”, quase que exclusivamente trata de problemas relativos às mulheres. A palavra “gênero” é pouquíssimo utilizada e a problemática relativa a gênero e mulheres concentra-se em notas informativas sobre atividades de grupos de mulheres. A maior parte das notícias que poderia ser classificada sob esse tema refere-se ao nível 4, que são denúncias de violações, circunscritas no tempo. O número de matérias é relativamente elevado, mas trata-se geralmente de repercussão desses casos exemplares, violentos e impunes, que causam sentimentos de revolta e indignação na sociedade.

Porém, de uma forma “indireta”, gênero sempre esteve presente. O logotipo adotado para os Juristas Populares faz clara alusão a gênero. Sucessivas ocasiões para participação das mulheres são destacadas, no curso e em premiações dadas a mulheres. A figura de Margarida Maria Alves é um modelo de militante, corajosa, forte, “de fibra”, que luta contra os poderosos, “martirizada” na luta (“morrer lutando”). Inclusive, o seu nome de flor é ressignificado em diversos contextos, inspirando tanto o logotipo da FMMA, como o nome de outras organizações de mulheres, objeto que se pode afirmar que remete a qualidades como delicadeza e meiguice, comumente associadas ao feminino. Por fim, analisamos brevemente apostila da oficina de gênero do curso de Juristas, que remete primordialmente ao movimento feminista, seguido de referências aos homens, trabalho e violência contra as mulheres, o que indica o grande peso da reflexão feminista em gênero e a dificuldade na tentativa de incorporar os homens nesses questionamentos (e não somente no papel de opressor).

Também examinamos o *master frame* de gênero, tomando como ponto de partida a ONG Centro da Mulher 8 de Março, que empreendeu por alguns anos o curso de Promotoras Populares de Cidadania em João Pessoa. Criada em 1990, o Centro atribui a sua criação às lutas feministas ocorridas em nível nacional nas décadas de 1970 e 1980 e aos protestos em razão da politização de assassinatos de mulheres que naquele momento ocorria. A realização do curso resulta de contatos com experiências de outras organizações feministas, a UMSP (São Paulo) e a Themis (Rio Grande do Sul). Porém, apesar de

realizadas sete edições, os cursos eram curtos e acabaram por ter uma repercussão menor. Também não resultaram em um coletivo atuante que se reúne regularmente. Entre as razões para isso, pode-se citar as dificuldades de financiamento, a curta duração e a estratégia da organização que formava essas mulheres basicamente para o atendimento de outras mulheres em situação de violência. Assim, com o aumento da oferta de serviços e sua melhor interconexão (encaminhamento de vítimas de um serviço para outro), essas promotoras não têm acabado por não realizar atendimentos a mulheres em situação de violência, para o qual foram formadas. O interesse em exercê-lo como uma ocupação (até remunerada) é sutilmente sugerido.

A noção de gênero foi formulada por acadêmicas feministas, com fortes implicações políticas. Seu uso é disseminado, mas disputas em torno de seu significado continuam, em torno de sua utilização mais ou menos “subversiva”: como substituto de “mulher”, ou como um instrumento para desafiar papéis sexuais tradicionais, na família e na sociedade, assim como as instituições sociais que os reproduzem.

Do exame dos objetivos e temas das financiadoras às quais recorreu o Centro 8 de Março, emergem pontos convergentes e divergentes em relação ao *master frame* de Direitos Humanos. Daí o êxito de uma organização feminista, como é o caso, conseguir financiamento em agências que não são especialmente voltadas para o tema.

No entanto, se por um lado o combate à pobreza injusta é geral, com especial lugar para as mulheres, por outro, há aspectos que são enfocados de maneira mais aprofundada somente pelo *master frame* de gênero. A violência é um foco de atenção, mas a associação desta com as tematizações mais profundamente feministas, como direito ao próprio corpo, tanto para livre exercício da sexualidade quanto do controle da reprodução (inclusive direito ao aborto) e acesso ao poder em todas as instâncias de decisão, é feita no interior do *master frame* de gênero. O poder, inclusive, não deve ser o poder opressor, mas o “poder para”, isto é, aquele que promove transformações. Nesse sentido, possui uma perspectiva de perfil democratizante, no que tem convergências com aspectos do *master frame* de Direitos Humanos (no que tange à maior participação político/social das camadas populares).

O *frame* do Centro 8 de Março também se alinha à defesa dos Direitos Humanos. Porém, acrescenta a expressão “das mulheres”. A defesa dos direitos humanos “das mulheres” alinha-se a uma perspectiva feminista que critica a instituição de seu programa de direitos sem considerar questões específicas das mulheres. Essa crítica tem como marco político a Conferência de Direitos Humanos da ONU, em Viena (1993), traduzido no slogan “sem as mulheres, os direitos não são humanos”. A principal questão do Centro 8 de Março envolve o combate à violência contra a mulher, um problema que atinge mulheres de diversas classes sociais. Por outro lado, sua perspectiva feminista se concentra na idéia de um feminismo popular: que critica tanto o “poder masculino” como as relações de opressão de classe. Há, portanto, afinidades com a perspectiva de defesa das camadas populares, constituída no interior do *master frame* de Direitos Humanos, mas com cisão própria (e uma certa contradição) em relação à defesa de todas as mulheres. Por fim, a noção de gênero é utilizada para “desconstruir” a desigualdade: se gênero é uma “construção”, pode ser igualmente “desconstruída”. O *frame* do Centro 8 de Março é, portanto, um exemplo de como as organizações feministas incorporam o “idioma” falado pelas agências internacionais, que adotam gênero amplamente. No caso do Centro, se alinha com idéias de transformação dos papéis tradicionais de gênero. Opta pela agenda de combate à violência de gênero, especificando um “nicho” no *master frame* de gênero.

Por fim, no capítulo 5, completa-se o terceiro nível de análise do processo de alinhamentos de *frame*, quando chegamos aos *frames* dos ativistas, no caso, juristas populares. As quinze entrevistas foram realizadas com juristas populares formados em diversas turmas. A maior parte desses (doze) participam ativamente da Rede Estadual de Juristas Populares.

O perfil dos entrevistados é diverso do ponto de vista etário (variando de 25 a 60 anos), mas concentrando-se na faixa dos 40 a 60 anos (sete pessoas), a maior parte delas, natural da Paraíba. O traço mais marcante do grupo é a participação na Igreja Progressista anterior ao curso de Juristas. Os entrevistados creditam sua participação social diretamente à participação na Igreja. Atualmente, grande parte deles relaciona sua atual ocupação/profissão ao ativismo. O curso de Juristas é visto como um marco e uma porta de

entrada para uma inserção mais qualificada na militância, inclusive pela obtenção de uma posição/ocupação remunerada. Para outros, mais uma etapa em uma trajetória de formações de natureza semelhante. Essas formações não significam somente conhecimento “técnico” ou “prático” para o ativismo, mas um reconhecimento que remete à forma sua “reputação” e amplia sua rede de relações sociais no interior dos movimentos sociais em que se envolvem.

Um ponto significativo na fala desses juristas é uma mudança cognitiva em relação a uma nova visão sobre o mundo. Em primeiro lugar, essa resulta em uma maior valorização do estudo e do conhecimento, tanto para o crescimento pessoal, como para uma maior ascensão profissional. A origem nas camadas sociais mais pobres e a relativa melhora das condições de vida levam a esses novos valores, tanto para si, como para o seu grupo familiar e comunitário. Outras mudanças, relativas ao ativismo e a uma mudança cognitiva em relação a esse, apresentam diferenças significativas entre homens e mulheres. Se por outro lado, para os homens, há relatos de mudanças de sentimentos, como medo de falar em público, de desafiar autoridades e o *status quo*, maior segurança e “consciência de seus direitos”, as mulheres relatam uma “saída para o mundo”, e uma maior reflexão sobre as relações entre homens e mulheres, que antes não eram vistas como “problemáticas”. Assim, há uma transformação de valores e crenças que direta e indiretamente contribuem para o engajamento e a potencialização desse ativismo.

A participação na Igreja Progressista, por sua vez, é a base anterior comum sobre a qual se assenta a adesão ao *master frame* de Direitos Humanos. Os religiosos que “estiveram juntos” nas lutas e conflitos que enfrentaram, os cursos de formação ministrados por essa Igreja e seus “braços” pastorais (CEBs, pastorais etc) constituíam essa Igreja que levou, basicamente, ao sentimento de injustiça em face das desigualdades sociais. Alguns entrevistados relatam uma maneira profundamente religiosa de vivenciar o ativismo, de dedicação às chamadas lutas coletivas.

Porém, a exemplo da noção difundida pela FMMA, Direitos Humanos também é noção ampla e difusa. Serve para dar abrigo a todos os direitos de todos os grupos. Porém, em um processo de amplificação de *frame*, a temática

do meio-ambiente ganha destaque e ampla adesão dos Juristas, inclusive para se tornar o tema principal de trabalho das suas atividades. Nesse sentido, a assessoria da FMMA atua para dar esse corpo às diversas reivindicações e problemas existentes nas comunidades dos juristas. A luta por melhoramentos urbanos (transporte coletivo, abastecimento de água etc), associada, também, à luta por moradia, acaba por ser codificada sob a “defesa do meio-ambiente”. Novas lutas são acrescentadas e novos pontos, clarificados: para defender o meio-ambiente, é preciso não poluir, preservar os rios, coletar o lixo etc.

Essa conexão ocorre também sobre valores e crenças anteriores. Um bom exemplo é a água, recurso natural de forte simbolismo na região Nordeste. A valorização desta como um bem escasso encontra terreno fértil devido à má-qualidade do abastecimento de água na região metropolitana de João Pessoa (apesar de localizar-se em região bastante úmida e com frequentes chuvas); por outro lado, associar a preservação da água com a defesa do meio-ambiente provoca uma forte ressonância desse último nos juristas.

De forma diversa ocorre a adesão ao *master frame* de gênero, quando ocorre. O termo gênero é amplamente relacionado, pelos entrevistados, com a tensão entre com a igualdade formal de direitos entre homens e mulheres e sua desigualdade de fato. A forma como se adere ou se interpreta esse problema é que se dá de diferentes formas. Em primeiro lugar, há que se dizer que, quase sempre, gênero está associado aos “problemas das mulheres”: violência doméstica, trabalho doméstico e o machismo dos maridos e companheiros. Entrevistadas relatam uma mudança em relação à ótica de como viam essas relações, antes “naturais”, agora, problemáticas. Porém, a luta das mulheres, muitas vezes, não consegue ser compreendida no registro das lutas coletivas: grupos de autoreflexão, nos quais as mulheres simplesmente discutem seus problemas, parecem não fazer muito sucesso. Ao contrário, aqueles que possuem objetivos práticos e coletivos definidos, são melhor entendidos, quando a intenção é geração de renda ou informações sobre saúde, por exemplo.

Pode-se constatar a disposição para a discussão sobre gênero, porém aceitação seletiva em relação à interpretação proposta pelo *master frame* de gênero. Alguns entrevistados relataram compreender essa interpretação e

defendê-la. Discutir gênero, inclusive, pode significar um maior acesso a espaços formativos, políticos e ampliação de rede de relações sociais.

Porém, valores já sedimentados, como a defesa da família convencional, são obstáculos para uma plena adesão a um *master frame* de gênero. Exemplos de casos de violência doméstica em que não se pode “meter a colher”, ou mesmo, posições refratárias ao aborto (essas últimas contando com uma forte base religiosa) e à liberdade sexual das mulheres, são relatados para colocar obstáculos a essa adesão. Também pode-se detectar, por parte de algumas entrevistadas, a resistência ao termo “feminista”. Associado a uma noção de “mulheres que querem tomar o lugar dos homens”, seja na imitação de comportamentos masculinos criticáveis, seja (de maneira não-explicita) por meio da conduta sexual, admitir-se como feminista parece demandar quase uma “saída do armário”. Por fim, temas caros e cruciais para a delimitação de um *master frame* de gênero e associados ao feminismo, como autonomia sobre o corpo e liberdade sexual, remetem, para algumas entrevistadas, a uma conduta individualista e egoísta, o contrário das qualidades militantes que valorizam, coletivistas e altruístas.

Do conjunto de quinze entrevistados, são três as que se autodenominam feministas. Seu perfil inclui forte formação anterior “em gênero”, constituindo uma base sólida de valores transformativos nesse sentido. De certa forma, há uma atribuição da adesão ao feminismo a um incômodo, um inconformismo anterior, que encontra no *master frame* de gênero uma explicação para uma dissonância em relação aos papéis de gênero tradicionais. A adesão a gênero, portanto, nesse contexto, para a maioria dos entrevistados, só poderia se dar por transformação de *frame*.

Diversamente, não é o que ocorre com as três entrevistadas feministas, que relatam uma insatisfação anterior com sua condição de gênero, que encontrarão em *frames* de gênero uma interpretação que respondia aos seus questionamentos. Como alguns pontos do *master frame* de gênero podem ser muito contrários a valores tradicionais fortemente enraizados, somente o cultivo de novos valores pode possibilitar maior ressonância, por meio de uma transformação de *frame*. Porém, o fato de não termos encontrado nenhuma caso nessa pesquisa não exclui a possibilidade de ocorrência de processos

dessa natureza, inclusive, de ser um importante processo no recrutamento de militantes feministas, o que pode ser um aspecto interessante a ser investigado em futuras pesquisas.

Referências Bibliográficas

ABATH, Rachel Joffily. IRELAND, Timothy D. Os grupos de mulheres no estado da Paraíba na conjuntura de novos espaços : um estudo de caso. *Informação e Sociedade : Estudos*, v.8, n.1, 1998, p. 1-14. Disponível em <http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/handle/123456789/324>. Acesso em 14 janeiro 2011.

ABBOTT, Pamela. WALLACE, Claire. *An introduction to sociology – Feminist perspectives*, 2ª ed., London, Routledge, 1997.

AÇÃO DEVE ser local pensando no global. *Falando DHireito*, ano 3, n. 9, julho, agosto e setembro de 2006, p. 7.

ADORNO, Sérgio. CARDIA, Nancy. Das análises sociais aos Direitos Humanos. In: BROOKE, Nigel. WITOSHYNSKY, Mary (orgs.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil*. São Paulo, Edusp, 2002, p. 201-240.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste 1920-1940)*. Maceió, Edições Catavento, 2003).

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 4 ed. rev. São Paulo, Cortez, 2009.

ALENCAR, Valquíria. Apresentação. In: CENTRO 8 DE MARÇO. *Marco Histórico no atendimento, prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher na Paraíba – uma contribuição feminista*. João Pessoa, Stiftung Umverteilein, s.d., p. 1-2.

ALENCAR, Valquíria. Os crimes da Paixão ou a Cultura da Violência contra a Mulher. In. Centro 8 de Março. *Programa de Capacitação de Promotoras Populares de Cidadania*. João Pessoa, Sal da Terra, 2003a, p. 5-7.

ALENCAR, Valquíria. As Interfaces da Violência contra a Mulher : Sexualidade e Saúde. In. Centro 8 de Março. *Programa de Capacitação de Promotoras Populares de Cidadania*. João Pessoa, Sal da Terra, 2003b, p. 15-16.

ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais : um balanço do debate*. Lua Nova, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

ALVAREZ, Sonia. A “globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia. DAGNINO, Evelina. ESCOBAR, Arturo (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos : novas leituras*. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

AMFV – ASSOCIAÇÃO DE moradores de Forte Velho. *Intergrupos* Ano 2, n. 4, ago/set/out, 2003, p. 4

ARAÚJO, Maurício Azevedo. OLIVEIRA, Murilo Sampaio. Programa Juristas Leigos. Revista da AATR. Ano I, n. 1, abr.-2003, p. 20-26.

ARCEBISPO DE JOÃO PESSOA usa a internet para fazer campanha contra Dilma. Correio Brasiliense, Eleições 2010, 12/10/2010. Disponível em http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/especiais/eleicoes2010/2010/10/12/interna_eleicoes2010,217640/index.shtml. Acesso em 22 de fevereiro de 2011.

ARCEBISPO TENTA 'macular' imagem de Dilma, diz padre deputado. Terra, Eleições 2010, 12/10/2010. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2010/noticias/0,,OI4730572-EI15330,00-Arcebispo+tenta+macular+imagem+de+Dilma+diz+padre+deputado.html>. Acesso em 22 de fevereiro de 2011.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade* : o imaginário mineiro na vida política e cultura do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1990.

AVRITZER, Leonardo. Modelos de sociedade civil: uma análise específica do caso brasileiro. In: Sociedade civil e democratização. Belo Horizonte, Del Rey, 1994.

BANDEIRA, Lourdes. Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Brasília, SPM : CEPAL, 2005.

BLAY, Eva Alterman. Um Caminho ainda em Construção: a Igualdade de Oportunidades para as Mulheres. Revista USP, São Paulo: CCS-USP, n. 49, pp. 82-97, mar.-mai./2001.

BONETTI, Alinne de Lima. *Entre Feministas e Mulheristas: uma Etnografia sobre Promotoras Legais Populares e Novas Configurações da Participação Política Feminina Popular em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado (Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Ilha de Santa Catarina, 2000.

BONETTI, Alinne de Lima. Não basta ser mulher, tem de ter coragem : uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife – PE. Doutorado (Ciências Sociais), Campinas, SP, 2007.

BOSCHI, Renato. Movimentos sociais e institucionalização de uma ordem. Rio de Janeiro, Iuperj, 1983. mimeo.

BROOKE, Nigel. WITOSHYNKY, Mary (orgs.). Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil. São Paulo, Edusp, 2002.

BRUNOW, Vanessa de Oliveira. Trabalhadores, Igreja Católica e Filantropia na década de 1980 no Brasil: Um estudo sobre movimento popular e a prática social do CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais).

BRUSCHINI, Cristina. *et al. Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres*. São Paulo, FCC: Editora 34, 1998.

BRUSCHINI, Cristina. RICOLDI, Arlene Martinez. *Articulação Trabalho e Família : Famílias urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras*. São Paulo, FCC /DPE, 2008 (Textos FCC, 28).

BRUSCHINI, Cristina. UNBEHAUM, Sandra. Os programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil. In: *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira*. São Paulo, Editora 34 : FCC, 2002, p. 17-58.

CACCIA-BAVA, Sílvio. *Práticas cotidianas e movimentos sociais*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1986.

CADERNOS CRH. Dossiê Movimentos Sociais e política – releituras contemporâneas. Salvador, v. 21, n. 54, 2008.

CAFOD. What we do. Disponível em <http://www.cafod.org.uk/about-us/what-we-do>. Acesso em 29 nov. 2010a.

CAFOD. About us. Disponível em <http://www.cafod.org.uk/about-us>. Acesso em 01 dez. 2010b.

CAFOD. Gender. Disponível em <http://www.cafod.org.uk/about-us/what-we-do/gender>. Acesso em 29 nov. 2010c.

CALHOUN, Craig. “New Social Movements” of the Early Nineteenth Century. *Social Science History*, v. 17, n. 3, aut.-1993, p. 385-427.

CANÇÃO PARA Margarida. *Intergrupos*, Ano I, n. 1, jul/ago/set, 2002, p. 1

CAPES. Coleta de dados 12.0 – Manual do Usuário 2009. Disponível em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/coleta-de-dados>. Acesso em 07 janeiro 2011.

CAPPELLETI, Mauro. GARTH, Bryant. *Acesso a Justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre, Sergio Fabris Editor, 1988.

CARDOSO, Ruth. Formas de participação popular no Brasil contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.1, n.3, p. 46-50, set.-dez./1985.

CARDOSO, Ruth. Isso é política? Dilemas da participação entre o moderno e o pós-moderno. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 20, p. 74-80, mar./1988.

CARDOSO, Ruth, A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90 – Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 81-90.

CASA DE ABRIGO da mulher é inaugurada. O Norte, 24/12/2010. Disponível em http://www.jornalonorte.com.br/2010/12/24/diaadia5_0.php. Acesso em 24 janeiro 2011.

CASTELLO BRANCO, Gustavo. Direitos Humanos: uma má compreensão. Falando DHireito, Ano 3, n. 5, abril, maio, junho e julho de 2004, p. 2.

CASTELLS, Manuel. La cuestión urbana. México. Siglo XXI, 1974.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 2.ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999, v.1.

CENTRO 8 DE MARÇO. Por uma Pedagogia da Igualdade – Novos saberes sobre a diversidade e a igualdade na escola. João Pessoa, Secad/MEC, s.d..

CENTRO 8 DE MARÇO. Marco histórico no atendimento, prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher na Paraíba – uma contribuição feminista. João Pessoa, Centro 8 de Março : Stiftung Umverteilen, 2006.

CENTRO 8 DE MARÇO. Conversando sobre violência com meninos e meninas. João Pessoa, Projeto Elos : Prefeitura de João Pessoa, 2007a (Conversando sobre cidadania com meninos e meninas).

CENTRO 8 DE MARÇO. Conversando sobre ética, cidadania e paz com meninos e meninas. João Pessoa, Projeto Elos : Prefeitura de João Pessoa, 2007b (Conversando sobre cidadania com meninos e meninas).

CENTRO 8 DE MARÇO. Histórico. Disponível em http://www.cm8mar.org.br/historico_.php. Acesso em 20 março de 2009a.

CENTRO 8 DE MARÇO. Missão. Disponível em http://www.cm8mar.org.br/missao_.php. Acesso em 20 março 2009b.

CERIS. A CERIS tem novo Secretário Executivo. Disponível em http://ceris.org.br/noticia_ceris-tem-novo-secretario-executivo.html.

CESE. Histórico. Disponível em <http://www.cese.org.br/index.php?prefixo=parametro&menu=historico>. Acesso em 23 nov. 2010a.

CESE. Parcerias. Disponível em <http://www.cese.org.br/index.php?prefixo=parametro&menu=parceria>. Acesso em 23.nov.2010b

CESE. Missão e Princípios. Disponível em <http://www.cese.org.br/index.php?prefixo=parametro&menu=missao>. Acesso em 23 nov. 2010c.

CESE. Sobre a CESE. Disponível em <http://www.cese.org.br/index.php?prefixo=parametro&menu=sobre#ecumenismo>. Acesso em 25 nov. 2010d.

CETRA. Marcha das Margaridas 2007. Disponível em <http://www.cetra.org.br/oktiva.net/1431/secao/7551>, acesso em 27 dez. 2010.

CICLO. Edital de chamada pública de propostas para apoio a projetos. 2006. Disponível em http://www.ciclo.org.br/ed_cordaid06.html. Acesso em 12 dezembro 2010.

CISNE, Mirla. A formação de lideranças femininas sob uma perspectiva feminista e popular. In: SOUSA, Valquíria Alencar (org). Promotoras Populares de Cidadania : uma experiência de Formação de Lideranças Femininas. João Pessoa, Centro da Mulher 8 de Março : Sal da Terra, 2003, p. 13-16.

CLADEM. Capacitación legal a mujeres. CLADEM, Lima: Peru, 1991.

CONFERÊNCIA NACIONAL de Políticas para as Mulheres. Falando DHireito, Ano 3, n. 5, abril, maio, junho e julho 2004, p. 12.

CONTROLE SOCIAL traz melhorias à “Maria de Nazaré”. Falando DHireito, ano 3, n. 9, julho, agosto e setembro de 2006, p. 5

COMUNIDADE PROTESTA contra salinização de cacimbas. Falando DHireito, Ano 3, n. 5, abril, maio, junho e julho 2004.

CORDAID. Cordaid Annual Report 2009. Disponível em <http://www.cordaid.nl/nl/Annual-report.html>. Acesso em 23 nov. 2010.

COSTA, Albertina. BARROSO, Carmen. SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil : do limbo ao gueto ? Cadernos de Pesquisa, n. 54, p. 5-15, ago.-1985.

COSTA, Sérgio. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. Novos Estudos, n. 38, 1994, p. 38-52.

COSTA, Claudia de Lima. O Tráfico do Gênero. Cadernos Pagu (Campinas), n.11, 1998, p. 127-140.

CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA. *Retalhos de uma História - grupos de mulheres da Paraíba*. João Pessoa, 2001.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. Rio de Janeiro, Record, 2006.

DAGNINO, Evelina. OLVERA, Alberto. PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, Evelina. OLVERA, Alberto. PANFICHI, Aldo. (orgs.) *A disputa pela Construção Democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, Campinas: Unicamp, 2006, p. 13-91.

DAGNINO, Evelina. ALVAREZ, Sonia. ESCOBAR, Arturo. (Org.) . *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latinoamericanos: Novas Leituras*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. v. 1. 538 p.

DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA doméstica contra a mulher crescem 112% em 2010. Site G1 Brasil, 03/08/2010. Disponível em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/08/denuncias-de-violencia-domestica-contra-mulher-crescem-112-em-2010.html>. Acesso em 24 de fevereiro de 2011.

DEZALAY, Yves. GARTH, Bryant. The internationalization of palace wars: lawyers, economists, and the contest to transform Latin American states. Chicago, Chicago Press University, 2002.

DIANI, Mario. The concept of social movement. The Sociological Review, v. 40, n. 1, p. 1-25, 1992.

DIANI, Mario. Networks and Participation. In. SNOW, David. SOULE, Sarah. KRIESI, Hanspeter (eds). The Blackwell Companion to Social Movements. Malden, Blackwell Publishing, 2004, p. 339-359.

DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ad origine* : o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local. João Pessoa : Almeida Gráfica e Editora, 1996.

DIAS, Margarida Maria Santos. Paraíba: história e imagem (Uma leitura dos vídeos Parahyba e Para'iwa). Boletim de Pesquisa Unipê, João Pessoa, v. 01, p. 89-95, 1998.

DIREITOS HUMANOS como causa primeira. Falando DHireito, Ano 3, n. 5, abril, maio, junho e julho 2004, p. 6-9

DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular : movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro, Relume-Dumará : Anpocs, 1995.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. São Paulo, Estudos Avançados, 17 (49), set.-dez./2003, p.151-172.

EDITORIAL. Intergrupos, Ano 2, n. 3, mai/jun/jul, 2003, p. 1

EDITORIAL. Falando DHireito, ano 1, n.2, agosto-setembro/2004, p. 2

EDITORIAL. Falando DHireito, ano 6, n. 19, março, abril, maio de 2009, p. 2

EDUCAÇÃO AMBIENTAL marca triênio da parceria entre Fundação e Misereor. Falando DHireito, Ano 7, n. 21, novembro e dezembro de 2009, p. 5

EINWOHNER, Rachel L., HOLLANDER, Jocelyn A. OLSON, Toska. Engendering Social Movements: Cultural Images and Movement Dynamics. Gender and Society, Vol. 14, No. 5 (Oct., 2000), pp. 679-699.

ELLMANN, Stephen. Cause Lawyering in the Third World. In: SARAT, Austin. SCHEINGOLD, Stuart. Cause Lawyering : political commitments and professional responsibilities. New York, Oxford University Press, 1998, p. 349-430.

ENGELMANN, Fabiano. Internacionalização e ativismo judicial: as causas coletivas. *Lua Nova*, n. 69, 2006, p. 123-146.

ENGELS, Friedrich [1884]. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 6.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

EVERS, Tilman. De costas para o Estado, longe do parlamento: os movimentos sociais alternativos na Alemanha Ocidental. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 2, n.1, p. 25-39, abr.1983.

EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 2, n.4, p. 11-22, abr.-1984.

FASE. Missão e Estratégia. Disponível em www.fase.org.br/fase/pagina.php?id=1. Acesso em 13 janeiro 2011a.

FASE. Núcleo de Gênero. Disponível em <http://www.fase.org.br/genero/pagina.php?id=274>. Acesso em 13 de janeiro 2011b.

FERREIRA, Marieta de Moraes. PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2006, 26f.

FLD. Fundação. Diaconia. Estatuto FLD. Disponível em http://www.fld.com.br/download.php?file=Estatuto_FLD_2008.pdf&nome=Estatuto_FLD. Acesso em 13 janeiro 2011.

FLOR MULHER GANHA casa e amplia atendimento em 80%. *Falando DHireito*, (Ano 2, n. 6, outubro, novembro, dezembro 2005), p. 6

FMMA. *Juristas Populares : construtores (as) da Cidadania*. João Pessoa, FMMA, 2005.

FMMA. Fundação abre inscrições para Curso de Formação de Juristas Populares. 01/02/2006. Disponível em <http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/2006/02/01/fundacao-abre-inscricoes-para-curso-de-formacao-de-juristas-populares/>. Acesso em 21 setembro 2010.

FMMA. *Estatuto da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves*. 07/10/2008a.

FMMA. *Curso de Formação de Juristas Populares. 3ª Oficina – Gênero*. 17 de maio de 2008. João Pessoa, 2008b (mimeo). Apostila.

FOME E SEDE de justiça. *Intergrupos*, Ano 2, n. 3, mai/jun/jul, 2003, p. 3

FORMAÇÃO SUPERIOR garante renda melhor. *O Estado de S. Paulo*, 29/11/2010, p. B9.

FOX-GENOVESE, Elisabeth. Para além da irmandade. Revista Estudos Feministas, n. 0, p. 31-56.1992.

FORD FOUNDATION. Brazil – Overview. Disponível em <http://www.fordfoundation.org/regions/brazil>. Acesso em 23 nov. 2010a.

FORD FOUNDATION. Mission. Disponível em <http://www.fordfoundation.org/about-us/mission>. Acesso em 23 nov. 2010b.

FORD FOUNDATION. Advancing Racial Justice And Minority Rights. Disponível em <http://www.fordfoundation.org/issues/human-rights/advancing-racial-justice-and-minority-rights>. Acesso em 23 nov. 2010.

FRASER, Nancy. O Feminismo, o Capitalismo e a astúcia da história. Mediações (Londrina), v. 14, n. 2, p. 11-33, jul.-dez./2009, p. 11-33.

FREYRE, Gilberto. Nordeste : aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. 7 ed. rev. São Paulo, Global, 2004.

FUNDAÇÃO CONQUISTA nova parceria – Projeto da FDDHMMA é selecionado pela Brazil Foundation. Falando DHireito, ano 1, n.2, ago.-set./2004, p. 3.

FUNDO ELAS. Sobre o ELAS Fundo de Investimento Social. Disponível em <http://fundosocialelas.org/institucional.asp>. Acesso em 11 de janeiro de 2011.

GLOBAL FUND FOR WOMEN. Our mission. Disponível em www.globalfundforwomen.org/who-we-are/our-mission. Acesso em 01 janeiro 2011.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis* : an essay on the organization of experience. London : Penguin Books, 1974.

GOHN, Maria da Glória. Ações Coletivas Civis na Atualidade: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais. Revista Ciências Sociais Unisinos, v. 46, n. 4, p. 10-17, jan./abr./2010.

GOHN, Maria da Glória. Associativismo Civil e Movimentos Sociais Populares em São Paulo. Ciências Sociais Unisinos, v. 44, n. 2, p. 130-138, mai.-ago./2008.

GOLDBERG, Anette. Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político. Boletim Bibliográfico BIB, n. 28, Rio de Janeiro, p. 42-70.

GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, IFCS, UFRJ, 1987.

GOVERNO DA PARAÍBA. SECAP – Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - item “IV - PRESIDÊNCIA”. 2003. Disponível em

http://www.secap.pb.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=32&Itemid=42. Acesso em 13 junho 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978a.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978b (Perspectivas do Homem, 35 – Série Política).

GREGORI, Maria Filomena. *Violência contra a mulher - a prática do SOS Mulher (SP) – queixas e cenas*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1988.

GUTFREIND, Ieda. *A construção de uma identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975*. Tese de Doutorado (História Social). São Paulo, USP, 1989.

HEINRICH BÖLL STIFTUNG. Introdução. Disponível em www.boell-latinoamerica.org/web/133.html. Acesso em 11 janeiro 2011.

HEYNS, Christof; PADILLA, David; ZWAAK, Leo. Comparação esquemática dos sistemas regionais de direitos humanos: uma atualização. *Sur, Rev. int. direitos humanos.*, São Paulo, v. 3, n. 4, jun. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452006000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 29 nov. 2010.

HOUAISS. Antonio. *Dicionário Webster's Inglês-Português*. 9.ed. Rio de Janeiro, Record, 1997.

IBGE. *IBGE Cidades (2007)*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em 20 out. 2010.

ICCO. Bem Vindo a ICCO. Disponível em www.icco.nl/pt/home. Acesso em 13 janeiro 2011a.

ICCO. Church interventions in Brazil for battle against aids. Disponível em <http://www.icco.nl/en/projects/project&project=676>. Acesso em 11 janeiro 2011b.

IMPUNIDADE NA travessia dos tempos. *Intergrupos* Ano 2, n. 4, ago/set/out, 2003, p.1

INFORMES DE Alcântara. *Intergrupos*, Ano 2, n. 3, mai/jun/jul, 2003, p. 1.

JOHNSTON, Hank. A Methodology for frame analysis: from discourse to cognitive schemata. In: JOHNSTON, Hank. KLANDERMANS, Bert. (eds.) *Social Movements and Culture*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1995 (Social Movements, Protest, and Contention, 4), p. 217-246.

JOHNSTON, Hank. Verification and proof in frame and discourse analysis. In: KLANDERMANS, Bert. STAGGENBORG, Suzanne (eds.). *Methods of social movement research*. Minneapolis, University of Minnesota Press (Social Movements, Protest, and Contention, 16), p. 62-91, 2002.

JOFFILY, José. *Anayde Beiriz: paixão e morte na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro : CBAG Editora, 1980.

JUIZ PEDE julgamento de Aécio. *Falando DHireito*, Ano 2, n. 6, outubro, novembro, dezembro 2005, p. 4

KOWARICK, Lúcio. Os caminhos do encontro: as lutas sociais em São Paulo na década de 70. *Presença*, São Paulo, n.2, p. 65-78, 1984.

LAVALLE, Adrián Gurza. CASTELLO, Graziela. BICHIR, Renata Mirândola. Quando os novos atores saem de cena. *Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais*. *Política & Sociedade*, n. 5, p. 37-55, out/2004.

LEMOS, Assis. As Ligas Camponesas. In. VVAA. *A Paraíba nos 500 anos do Brasil*. sl., União Editora, 2000.

LIMA, Thiago Arruda Queiroz. A assessoria jurídica popular como aprofundamento (e opção) do conteúdo político do serviço jurídico. *Anais do XXI ERED/ERAJU*, 2008.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo, Martins Fontes, 1981.

LUA NOVA – Revista de Cultura e Política. Dossiê: De volta aos movimentos sociais. São Paulo, n.76.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In.COSTA, Albertina. BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos : Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 24-38.

MAGALHÃES, Cândida. Cidadania e Direitos Humanos. *Intergrupos*, ano 1, n. 2, out.-dez./2002.

MAGALHÃES, Cândida. Cidadania e Direitos Humanos. *InterGrupos*, ano 1, n.2, outubro, novembro e dezembro de 2002, p. 1.

MAGALHÃES, Cândida. Consciência Ecológica e Cidadania. *Falando DHireito*, Ano 2, n. 5, julho, agosto e setembro 2005, p. 2.

MAGALHÃES, Cândida. Sexagenária: o muito que há por fazer pela Cidadania Universal. *Falando DHireito*, ano 6, n. 18, novembro e dezembro de 2008, p. 2.

MAIA, Doralice Sátyro. *Tempos lentos da cidade : permanências e transformações dos costumes rurais da cidade de João Pessoa-PB*. Tese de doutorado (Geografia Humana). Universidade de São Paulo, 2000.

MAMA CASH. Women's rights. Disponível em www.mamacash.org/page.php?id=800. Acesso em 11 janeiro 2011a.

MAMA CASH. Women's rights. Disponível em www.mamacash.org/page.php?id=2000. Acesso em 11 janeiro 2011b.

MARIANO, Serioja. A Paraibanidade como culto: a construção dos discursos históricos sobre 1817 no IHGP. In. SÁ, Ariane Norma de Menezes. MARIANO, Serioja (orgs.) *Histórias da Paraíba* : Autores e análises historiográficas sobre o Século XIX. João Pessoa, Editora Universitária UFPB, p. 87-100.

MARQUES, Eduardo (coord.). *Assentamentos precários no Brasil urbano*. São Paulo, Centro de Estudos da Metrópole : Secretaria Nacional de Habitação (Ministério das Cidades), 2007.

MAYRINK, José Maria. Igreja Católica no Brasil vive desafios e esperança. Reportagem Especial: Religião. O Estado de S. Paulo, 30/01/2011, p. A33-A34.

MCCARTHY, John. ZALD, Mayer. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *American Journal of Sociology*, v. 82, n.6, may-1977, p. 1212-1241.

MELO NETO, José Francisco. Educação Popular : uma ontologia. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso. MELO NETO, José Francisco de. *Educação Popular – outros caminhos*. João Pessoa, Editora Universitária /UFPB, 1999, p. 31-74.

MELUCCI, Alberto. A Strange Kind of Newness: what's "new" in New Social Movements? In. LARAÑA, Enrique. JOHNSTON, Hank. GUSFIELD, Joseph. *New social Movements : from ideology to identity*. Philadelphia, Temple University Press, 1994, p. 101-130.

MELUCCI, Alberto. *A Invenção do Presente – movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2001.

MICELI, Sergio. A aposta numa comunidade científica emergente : a Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil - 1962-1992. In: *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo, Sumaré : FAPESP, 1993, p. 33-97.

MICELI, Sergio (org.) *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo, Sumaré : FAPESP, 1993.

MINISTÉRIO APROVA projeto para regularizar mil lotes e capacitar gestores públicos. *Falando DHireito*, ano 6, n. 16 – abril, maio e junho de 2008, p. 4.

MISEREOR. Sobre nós. Disponível em <http://www.misereor.org/pt/sobre-nos.html>. Acesso em 23 nov. 2010a.

MISEREOR. América Latina. Disponível em <http://www.misereor.org/pt/regional/america-latina.html>. Acesso em 23. nov. 2010b.

MISEREOR. Gênero. Disponível em <http://www.misereor.org/pt/experiencias-e-servicos/genero.html>. Acesso em 26 nov. 2010c.

MOISES, José Álvaro. Classes populares e protesto urbanos. São Paulo, 1978. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1978.

MOISÉS, José Álvaro. MARTINEZ-ALIER, Verena. A revolta dos suburbanos ou “Patrão, o trem atrasou”. In: MOISÉS, José Álvaro et al. (orgs.). *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro, CEDEC : Paz e Terra, 1977.

MOLYNEUX, Maxine. Mobilization without emancipation? Women’s interests, the state, and revolution in Nicaragua. *Feminist Studies*, v. 11, n. 2, 1985, p. 227-254.

MOVIMENTO PROMOÇÃO da Mulher – MPM/Casa Maria Preta. Intergrupos, Ano 1, n. 1., jul/ago/set, 2002, p. 2

MULHERES EM destaque na turma de Juristas em 2006. Falando DHireito, Ano 3, n. 8, abril, maio e junho 2006, p. 4.

MULHERES DE fibra. Intergrupos, Ano 2, n. 3, mai/jun/jul, 2003.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v. 8, n.2, 2000, p. 9-41.

OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classe. In: MOISÉS, José A. et alii. (orgs.) *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro. CEDEC : Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Fernanda Fernandes. *Quando o direito encontra a rua : um estudo sobre o curso de Promotoras Legais Populares*. Dissertação de mestrado (Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

OLSON, Mancur. *The logic of collective action; public goods and the theory of groups*. Cambridge, Mass. Harvard University Press, 1971.

OSAGI. Important concepts underlying gender mainstreaming. s.l. OSAGI, 2001. Disponível em <http://www.un.org/womenwatch/osagi/pdf/factsheet2.pdf>. Acesso em 19 janeiro 2011.

OXFAM. About us. Disponível em <http://www.oxfam.org/en/about>. Acesso em 25 janeiro 2011a.

OXFAM. Oxfam’s commitment to human rights. Disponível em <http://www.oxfam.org/en/about/why>. Acesso em 25 janeiro 2011b.

OXFAM. Issues we work on. Disponível em <http://www.oxfam.org/en/about/issues>. Acesso em 25 janeiro 2011c.

OXFAM. Gender Justice. Disponível em <http://www.oxfam.org/en/about/issues/gender>. Acesso em 25 janeiro 2011d.

PARAIBANA GANHA prêmio Federal. Falando DHireito, Ano 3, n. 8, abril, maio e junho 2006, p. 4.

PARLOW, Mara. *Fruto maduro não volta a verde - Promotoras Legais Populares : um estudo de caso*. Dissertação de mestrado (Teologia). Escola Superior de Teologia, São Leopoldo/RS, 2000.

PARTNERS OF THE AMERICAS. History. Disponível em www.partners.net/partners/History.asp?SnID=2017125448. Acesso em 11 janeiro 2011a.

PARTNERS OF THE AMERICAS. Visão Geral. Disponível em http://www.partners.net/partners/Overview5_PT.asp?SnID=2. Acesso em 11 janeiro 2011b.

PEREIRA, Diana Melo. ROCHA, Felipe José Nunes. LOUREIRO, Nathália Freitas. O diálogo entre a cultura jurídica e a popular através do programa de pesquisa e extensão universitária NAJUP “Negro Cosme”. Anais do V Colóquio Internacional Paulo Freire, Recife, 19 a 22 setembro de 2005.

PESSOA, Marcina. Outorga onerosa: instrumento de justiça social ? Falando DHireito, Ano 2, n. 6, outubro, novembro, dezembro 2005, p. 2

PINHO, José Antonio Gomes de. SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? RAP – Revista de Administração Pública (FGV). Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, nov.-dez/2009.

PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2003(Coleção História do Povo Brasileiro).

POLÍTICA & SOCIEDADE. Dossiê Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis, v. 6, n. 11, out.-2007.

PONTES, Heloisa André. Do palco aos bastidores : o SOS Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas. Dissertação de Mestrado (Antropologia), Universidade de Campinas, 1986.

POPULAÇÃO DE ALAGOA Grande vai às ruas em protesto. Falando DHireito, ano 1, n.2, agosto-setembro/2004, p. 6.

PPGE-UFPB. Quem somos. Disponível em: http://www.ce.ufpb.br/ppge/index.php?option=com_content&task=view&id=5&Itemid=6. Acesso em 06 janeiro 2011.

PRODUÇÃO DE CARANGUEJO cai 75% em mangue de Bayeux. Falando DHireito, ano 3, n. 9, julho, agosto e setembro de 2006, p. 7

PROJETO COMEMORA dez anos em 2009 com quase 200 Juristas formados. Falando DHireito, ano 6, n. 19, março, abril, maio de 2009, p. 1.

PROMOCAT. Sobre a Promocat. Disponível em <http://www.promocat.com.br/>. Acesso em 13 janeiro 2011.

RABAY, Gloria. Metodologia de trabalho com mulheres em situação de violência. In. CENTRO 8 DE MARÇO. Programa de Capacitação de Promotoras Populares de Cidadania. João Pessoa, Sal da Terra, 2003, p. 23-32.

REDE DE JURISTAS retoma educação ambiental em 2009 e prepara intervenção na Xem Xem. Falando DHireito, ano 6, n. 19, março, abril, maio de 2009, p. 4.

REDE DE MULHERES traça linhas de ação para 2004. Falando DHireito, Ano 3, n. 5, abr.-jul/2004, p. 12

REDE NACIONAL DE CONTROLE SOCIAL E SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA. Quem somos. Disponível em <http://redesaudedapopulacaonegra.blogspot.com/2001/10/quem-somos.html>. Acesso em 12 setembro 2010.

REDE NACIONAL DE JORNALISTAS POPULARES. Quem somos – Carta de princípios da Rede Nacional de Jornalistas Populares. Disponível em http://www.renajorp.net/?page_id=2. Acesso em 12 setembro 2010.

REIS, Rossana. O Direito a terra como direito humano. (mimeo). (24 fls.) 2010.

RELATOR NACIONAL visita condomínios populares. Falando DHireito, Ano 3, n. 5, abril, maio, junho e julho, 2004, p. 10.

RENAP FAZ DEZ anos. 15/12/2005. Disponível em http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=666&Itemid=1. Acesso em 12 setembro 2010.

RIBAS, Luiz Otávio. Assessoria jurídica popular universitária e educação popular em direitos humanos com movimentos sociais. Anais do Congresso Latino-Americano de Direitos Humanos e Pluralismo Jurídico, 20-22 de agosto de 2008.

RICOLDI, Arlene M. Gênero e Cidadania : a experiência das Promotoras Legais Populares em São Paulo. Dissertação de Mestrado (Sociologia). São Paulo, FFLCH-USP, 2005.

ROCHA, Denise Abigail Freitas. *Formação de Juristas Leigos : a experiência de uma ONG com educação popular na Região Sisaleira da Bahia*. Dissertação de Mestrado (Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

RODRIGUES, Luiz Dias. Como se conceitua a Educação Popular? In: SCOCUGLIA, Afonso Celso. MELO NETO, José Francisco de. Educação

Popular – outros caminhos. João Pessoa, Editora Universitária /UFPB, 1999, p. 11-30.

RODRIGUES, Verônica. A Reforma Urbana depende de você. Falando DHireito, Falando DHireito, ano 1, n.2, ago.-set./2004.

RODRIGUES, Verônica. Falando DHireito, Ano 2, n. 4, abr.-jul./2005a.

RODRIGUES, Verônica. Cidadão deve exercer Controle Social. Falando DHireito, ano 2, n. 4, abr.-jun/2005b, p. 2.

RODRIGUEZ, Janete Linz. Acumulação de capital e produção do espaço : o caso de João Pessoa. João Pessoa, Editora Universitária UFPB, 1980.

ROJAS, Fernando. A Comparison of Change-oriented Legal Services in Latin America with Legal Services in North America and Europe. International Journal of the Sociology of Law, n. 16, v.2, 1988, p. 203-256.

RUBIN, Gayle. The traffic in Women: Notes on “political economy” of sex. In: REITER, Rayna. Toward an Anthropology of Women. New York, Monthly Review Press, 1975, p. 157-210.

SÁ, Ariane Norma de Menezes. MARIANO, Serioja. História da história da Paraíba : autores e análises sobre o século XIX. In. SÁ, Ariane Norma de Menezes. MARIANO, Serioja (orgs.) *Histórias da Paraíba : Autores e análises historiográficas sobre o Século XIX*. João Pessoa, Editora Universitária UFPB, p. 9-15.

SACERDOTE É EXCOMUNGADO por apoio à ordenação feminina. Estadão.com.br. Notícias. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,sacerdote-e-excomungado-por-apoio-a-ordenacao-feminina,281015,0.htm>. Acesso em 23 dezembro 2010.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SADER, Eder. PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro: notas de leitura sobre acontecimentos recentes. In: CARDOSO, Ruth. (org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 39-67.

SAFFIOTI, Heleieth. *O Poder do Macho*. São Paulo, Moderna, 1987.

SANTOS, Carlos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

SARAT, Austin. SCHEINGOLD, Stuart. Cause Lawyering and the Reproduction of Professional Authority – An Introduction. In: SARAT, Austin. SCHEINGOLD, Stuart (eds.). *Cause Lawyering – Political Commitments and Professional Responsibilities*. Oxford, Oxford University Press, 1998, p. 3-28.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória?. *Cadernos do CRH (UFBA)*, v. 21, n.54, p. 505-517, set.-dez./ 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. Fóruns e redes da sociedade civil: percepção sobre exclusão social e cidadania. *Política & Sociedade*, v. 06, n. 11, p. 19-40, out./2007.

SCHULER, Margaret. KADIRGAMAR-RAJASINGHAM, Sakuntala. *Legal Literacy: a tool for women's empowerment*. UNIFEM, New York: Women, Law and Development, s.l., 1992.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. MELO NETO, José Francisco de. *Educação Popular – outros caminhos*. João Pessoa, Editora Universitária /UFPB, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 15, n.2, p. 5-22, jul.-dez./1990.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul.-dez./1995.

SCOTT, Joan. Preface to revised edition. In. SCOTT, Joan. *Gender and the Politics of History*. New York, Columbia University Press, 1999, p. ix-xiv.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. Um conceito itinerante: os usos do gênero no universo das organizações não-governamentais. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

SNOW, David *et al.* Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. *American Sociological Review*, v. 51, n.4, aug.-1986, p. 464-481.

SNOW, David. BENFORD, Robert. *Master frames and cycles of protest*. In. MORRIS, Aldon. MUELLER, Carol (eds). *Frontiers in social movement theory*. New Haven London, Yale University, 1992, p. 133-155.

SNOW, David. SOULE, Sarah. KRIESI, Hanspeter. Mapping the Terrain. In: *The Blackwell Companion to Social Movements*. Malden, MA : Blackwell Publishing, 2004, p. 3-16.

SOCIEDADE E ESTADO. Dossiê Movimentos Sociais. Brasília, v. 21, n. 1 , jan.-abr./2006.

SORJ, Bila. O feminismo e os dilemas da sociedade brasileira. In. BRUSCHINI, Cristina. UNBEHAUM, Sandra G. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo, Editora 34 : Fundação Carlos Chagas, 2002, p. 97-107

SORJ, Bila. Estudos de Gênero : a construção de novo campo de pesquisas no país. In: COSTA, Albertina de O.. MARTINS, Ângela M. FRANCO, Maria Laura P.B. *Uma história para contar : a pesquisa na Fundação Carlos Chagas*. São Paulo, Annablume, 2004, p. 117-140.

SOUSA, Valquíria Alencar (org). Promotoras Populares de Cidadania : uma experiência de Formação de Lideranças Femininas. João Pessoa, Centro da Mulher 8 de Março : Sal da Terra, 2003.

SOUSA, Valquíria Alencar. Por trás das Cortinas de damasco – a dinâmica da violência doméstica. João Pessoa, Centro da Mulher 8 de Março, 2004.

SOUSA, Valquíria Alencar. O caminho das pedras : uma ação educativa na defesa e consolidação dos Direitos Humanos das mulheres. In. CENTRO 8 DE MARÇO. Pela erradicação da cultura de violência contra mulher. João Pessoa, Centro 8 de Março, 2008?a, p. 19-23.

SOUSA, Valquíria Alencar. As dores do gênero e o significado da Lei Maria da Penha. In. CENTRO 8 DE MARÇO. Pela erradicação da cultura de violência contra mulher. João Pessoa, Centro 8 de Março, 2008?b, p. 12-18.

SOUZA, Cecília de Mello e. Dos Estudos Populacionais à Saúde Reprodutiva. In: BROOKE, Nigel. WITOSHYNSKY, Mary (orgs.). Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil. São Paulo, Edusp, 2002, p. 131-164.

SPM. I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – Relatório de Implementação 2005-2007. SPM, Brasília, 2009.

SPM. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Disponível em <http://www.sepm.gov.br/sobre>. Acesso em 19 janeiro 2011.

STEPHANOU, Luis. MÜLLER, Lúcia Helena. CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Guia para Elaboração de Projetos Sociais. 2.ed. Porto Alegre, Sinodal : Fundação Luterana de Diaconia. 2003. Disponível em http://www.fld.com.br/download.php?file=pub_51255231548.pdf&nome=Guia+para+Elabora%E7%E3o+de+Projetos+ Sociais. Acesso em 13 janeiro 2011.

STOPPINO, Mario. Ideologia IN: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. 5. ed., Brasília, DF: Edunb, 1993.

STURZA, Janaína Machado. CASSOL, Sabrina. A Rede Nacional De Advogados e Advogadas Populares: uma busca constante pelo respeito à democracia. Anais do Congresso Latino-Americano de Direitos Humanos e Pluralismo Jurídico, 20-22 de agosto de 2008.

TAYLOR, Verta. DIKE, Nella Van. “Get up, Stand up” : Tactical Repertoires of Social Movements. In: . SNOW, David. SOULE, Sarah. KRIESI, Hanspeter (eds). The Blackwell Companion to Social Movements. Malden, Blackwell Publishing, 2004, p. 262-293.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Tudo é História, 145).

TELLES, Vera. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: KRISCHKE, Paulo. SCHERER-WARREN, Ilse. (orgs.). *Uma revolução no cotidiano?* São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 54-85.

THOMPSON, Edward. *História da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 3v.

TOLEDO, Cecília. *Mulheres : o gênero nos une, a classe nos divide*. 2.ed. São Paulo, Sundermann, 2008.

TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue : política e sociedade na América Latina*. Campinas, Ed. Unicamp, 1989.

TURNER, Ralph. KILLIAN, Lewis. *Collective Behavior*. Englewood Cliffs : Prentice-Hall, 1957 (Prentice-Hall Sociology Series).

UNITED NATIONS. Excerpts from the Vienna Declaration and Programme of Action, 1: adopted at the World Conference on Human Rights, held at Vienna from 14 to 25 June 1993. Disponível em: < <http://www.un.org/documents/ecosoc/cn6/1995/ecn61995-5add7.htm> >. Acesso em: 7 nov. 2005.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. A espiritualidade na educação popular em saúde. Anais da 27ª Reunião Anual da Anped - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Caxambu, 2004.

VÍTIMA DE TORTURA é acusada de tentativa de homicídio. Falando DHireito, ano 3, n. 9, julho, ago.-set./2006, p. 3

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978 (Estudos Brasileiros, 25).

XOTE ECOLÓGICO. Intergrupos, Ano I, n. 2., out/nov/dez, 2002, p. 4.

YPIRANGA NETO, Mário. Direitos Humanos: caminho para sociedade livre, justa e solidária. Falando DHireito, ano 6, n. 19, março, abril, maio de 2009, p. 2

Apêndice – Quadro de Entrevistados

Entrevistado n.	Sexo	Núcleo Juristas	Idade	Turma Jurist.	Ocupação	Conflito / questão*
1	M	João Pessoa	30	2002	Professor	meio-ambiente qualid. vida/
2	M	Bayeux	±60	2002	Agente Comunitário de Saúde	moradia/ água
3	M	João Pessoa	46	2009	Trabalhador Ind.Têxtil	Direitos trabalhistas
4	M	Tibiri	27	2009	educador social	Direitos Humanos
5	F	Forte Velho	41	2003	Pescadora agricultora	Direito à Terra
6	F	Forte Velho	60	2003	pesca/agricul	Direito à Terra
7	M	Forte Velho	37	2003	policial	Direito à Terra
8	F	Tibiri	±60	1999	professora	Gênero - Mulheres
9	F	Tibiri	57	2004	educador social	Gênero - Mulheres
10	F	Tibiri	44	2004	educador social	Direitos Humanos
11	M	João Pessoa	44	2005	direção ONG	Direitos Humanos
12	F	Tibiri	31	2009	Educadora social	Juventude
13	F	João Pessoa	25	2007	cargo público comissionado	Moradia
14	F	João Pessoa	50	2005	educadora social	Gênero - Mulheres
15	F	João Pessoa	40	2005	educadora social	Gênero - Mulheres

*Trata-se do conflito ou questão que o levou ao curso de juristas, portanto, ligados à sua atuação anterior